

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

BRUNO MARIOTTO JUBRAN

**A POLÍTICA EXTERNA DA URSS PARA OS TRÊS MUNDOS: EUA, CHINA E
ÍNDIA (1953-1985): UMA PROPOSTA DE ANÁLISE MULTINÍVEL**

Porto Alegre

2017

BRUNO MARIOTTO JUBRAN

**A POLÍTICA EXTERNA DA URSS PARA OS TRÊS MUNDOS: EUA, CHINA E
ÍNDIA (1953-1985): UMA PROPOSTA DE ANÁLISE MULTINÍVEL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Jubran, Bruno Mariotto

A política externa da URSS para os três mundos:
EUA, China e Índia (1953-1985) : uma proposta de
análise multinível / Bruno Mariotto Jubran. -- 2017.
258 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. União Soviética. 2. Relações bilaterais. 3.
Análise de política externa. 4. Guerra Fria. 5.
Análise multinível. I. Castro, Henrique Carlos de
Oliveira de, orient. II. Título.

BRUNO MARIOTTO JUBRAN

**A POLÍTICA EXTERNA DA URSS PARA OS TRÊS MUNDOS: EUA, CHINA E
ÍNDIA (1953-1985): UMA PROPOSTA DE ANÁLISE MULTINÍVEL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Viktor Lazaryevitch Kheifets
Universidade Estatal de São Petersburgo

Prof. Dr. Diego Pautasso
UNISINOS

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Este trabalho envolveu um esforço coletivo. Algumas pessoas apoiaram-me ou fizeram sugestões diretas ao trabalho, outras ofereceram-me sempre com informações e discussões que resultaram em aprendizado crítico contínuo, e muitas outras, de forma não menos relevante, apoiaram-me das formas mais distintas e acolhedoras.

Ao longo dos primeiros anos nessa etapa da minha vida, devo salienta o apoio prestado pela CAPES, órgão do Estado brasileiro que se apresenta como não apenas necessário, mas crucial para o avanço da ciência neste País.

Também cabe ressaltar aqui toda a infraestrutura oferecida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e de seu corpo docente. A equipe do PPGEEI faz jus aos melhores programas de pós não apenas do Brasil, como de toda a América do Sul. Certamente o conhecimento transmitido em salas de aula pelos professores Paulo, Analúcia, Érico, Cepik e Marcelo me acrescentaram muito. Mas, o agradecimento especial vai para o Henrique (que faz questão de não ser chamado como professor), e teve papel central na consecução deste desafio tão espinhoso que é estudar um país alvo e tantas contradições nas Ciências Sociais. Além de eu encará-lo como um verdadeiro orientador, enriquecendo o trabalho e apontando equívocos e propondo sugestões, encaro-o como exemplo de profissional.

Os colegas de pós-graduação com quem tive o prazer de dividir salas e conversar nos corredores da universidade e em diversos outros locais da capital gaúcha também me propiciaram grandes debates. Apesar de o vínculo com a UFRGS se cessar, continuo a considerá-los como colegas. Quero deixar aqui meus agradecimentos ao Sérgio, à Flávia, ao Nilton, ao Anselmo, ao Erick e ao Diego.

Também gostaria de agradecer o professor Viktor e Diego Pautasso, por aceitarem a participar de minha banca, e especialmente à professora Lyudmila Okuneva, por me oferecer de forma bastante gentil uma bibliografia sobre meu tema de pesquisa ainda em 2014. Espero que futuramente consigamos estabelecer e ampliar os contatos entre instituições de pesquisa brasileiras e russas.

Agradeço também à Alessandra, com quem tive o privilégio de ter grandes conversas já desde a fase do mestrado. Aos meus ex-colegas dos tempos de faculdade, hoje amigos, Bruno, Helen, Ivan, Samir, Lívia, Nicole, Lays, entre muitos outros.

Na metade final desse experimento de vida também conhecido como doutorado, tive a oportunidade, senão felicidade, de entrar ingressar à FEE como pesquisador. Por um lado, era oportunidade única de poder trabalhar profissionalmente com pesquisa aplicada, um desejo

que tenho desenvolvido desde o final da minha graduação. Por outro, colocava-me um desafio adicional em conciliar uma pesquisa com tema bem árduo, com uma atividade profissional. Apesar de todos os possíveis (e reais problemas), obtive incomensurável apoio profissional e pessoal de muitos colegas nesta instituição. Os ‘seminários’ do NEPE, cujos temas que variavam conforme a louca conjuntura política mundial e local, fizeram-me ao mesmo tempo mais realista (ou pessimista) e crítico. Aos camaradas, Ricardo, Róbson, Fernando, Alessandro, Clarissa, Bruno, Augusto e Contri, essa tese tem influência de vocês. Outros colegas dessa minha segunda casa também merecem aqui meu carinho especial: Iracema, Roberto, Ana Júlia, Dai, Tomás, Laura, Gisele, Sol, Rodrigo.

Escrever a tese em um momento em que a própria continuidade da Fundação se encontra ameaçada por uma decisão lamentável e desastrada do governo do Estado do Rio Grande do Sul dificultou inicialmente minha produtividade, mas com o tempo apenas serviu para aguçar ainda mais meu senso crítico. Parte considerável deste trabalho foi realizada sob uma conjuntura de constante tensão política, tanto no plano nacional como no estadual. E me fez certamente mais consciente de que a academia, além de ser responsável de oferecer oportunidades para o progresso geral da humanidade, é, antes de mais nada, um verdadeiro espaço de lutas. E espero continuar a estar sempre do lado mais justo e mais humano.

Um carinho especial para algumas pessoas que têm sido bastante especiais para mim. Obrigado, Rafa, um verdadeiro parceiro por me acompanhar e apoiar nesses passos ao longo dessa trilha por vezes tão íngreme e tortuosa. À turma da jogatina, com quem pude passar ótimos momentos, Bill, Dal, Ana (não eu), Alinne, Harry, George, Vini.

À minha família que me apoia constantemente e a quem devo muito o que conquistei até o momento. Um beijo grande para minha mãe, meu pai, minha irmã, e meus queridos sobrinhos. Que a gente permaneça unido, seja em alegrias, seja em tristezas. Dedico minha tese a vocês.

Era um encontro entre duas pessoas idosas, amadurecidas com experiência (inclusive militar), que tinham todos os motivos para simpatia pessoal, uma vez que eles, além do mais, sentiam em dado momento toda a colossal responsabilidade por toda a raça humana. Nixon sabia que o cara charmoso de espessas sobrancelhas que se sentava à sua frente controlava um gigantesco arsenal militar, capaz de destruir toda a América. E Brejnev sabia que seu visitante era o chefe supremo da forças inimigas e líder do país mais poderoso do mundo, capaz de pulverizar seu país. Como ex-veteranos, como pais de seus filhos e avôs de seus netos eles sorriam um para o outro, mas como inimigos ideológicos e geopolíticos, eles estavam dispostos para apenas uma trégua temporária. E nada além. (Rybas, Svyatoslav Yurevitch. Gromyko: voyná, diplomatiya i mir. 2011, p. 90, tradução nossa).

RESUMO

Esta tese busca entender e explicar a política externa da União Soviética durante seu ápice, isto é, entre 1953, após a morte de Josef V. Stálin, e 1985, com a ascensão de Mikhail S. Gorbatchov. Para uma compreensão mais abrangente do tema, propõe-se a distinção de dois períodos principais: a Era Khrushchov (1953-1964); e a Era Brejnev (1964-1982), à qual acrescentamos, também, os hiatos de Andropov (1982-84) e Tchernenko (1984-85), fase denominada como ‘Socialismo Desenvolvido’, por seus próceres, ou ‘Era da Estagnação’, por seus críticos. Para obter um recorte analítico ao mesmo tempo mais robusto e ao mesmo tempo parcimonioso, selecionam-se três relações bilaterais de países representativos de uma categorização bastante comum durante a Guerra Fria, a imagem dos Três Mundos: os Estados Unidos (Primeiro Mundo, ou dos países capitalistas avançados), a República Popular da China (Segundo Mundo, ou dos países de orientação socialista), e a Índia (Terceiro Mundo, ou do heterogêneo grupo dos países em desenvolvimento). Busca-se desenvolver e aplicar uma metodologia multinível no escopo da Análise de Política Externa (APE), tendo-se como inspiração tanto a Teoria dos Jogos de Dois Níveis, de Robert Putnam, como o chamado realismo neoclássico. Dois grandes objetivos guiam a realização desta pesquisa: o primeiro, de caráter empírico, que é o de entender o comportamento de um dos dois grandes polos de poder durante a Guerra Fria; e o segundo, contribuir criticamente para o debate analítico em APE. Uma das principais revelações da tese é a ocorrência de um processo de reorientação na política externa do país na década de 1950, cuja essência se manteve inalterada nas décadas posteriores, com alterações no plano estratégico e tático em cada uma das três interações supramencionadas. Em consonância à abordagem multinível, defende-se a necessidade de se considerar diferentes níveis de análise em um mesmo esquema analítico para uma compreensão mais rigorosa da política externa, como a correlação de forças no sistema internacional, bem com as lutas internas, a visão de mundo predominante em dado governo e, também, a dinâmica das instituições onde as decisões são formuladas e implementadas. O trabalho utiliza tanto fontes primárias, sobretudo de indicadores econômicos e militares, mas também secundárias por meio da historiografia de autores russos como de outras nacionalidades.

Palavras-chave: União Soviética. Relações bilaterais. Análise de política externa. Guerra Fria. Análise multinível.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the foreign policy during the peak of Soviet Union, after Yosef Stalin's death in 1953, and before the rise of Mikhail S. Gorbachev in 1985. For a more comprehensive understanding on the issue, a division of two distinct main periods is proposed: the Khrushchev Era (1953-1964), and the Brezhnev Era (1964-1982), to which is also added the hiatuses of Andropov (1982-84) and of Chernenko (1984-85), which is labeled 'Developed Socialism' by its supporters, or 'Stagnation Era' by its critics. To obtain an analytic framing simultaneously more revealing and parsimonious, it is selected three cases of bilateral relations of representative nations of a very common categorization during the Cold War, the concept of the Three Worlds: the United States (First World, or the set of developed capitalist nations), the People's Republic of China (Second World, or the group of the socialist-oriented countries), and India (Third World, or the group of the developing countries). Initially, we proceed to apply a multilevel approach in the field of Foreign Policy Analysis (FPA), by bearing in mind both the Robert Putnam's 'Two-Level Game' and the so-called neoclassic realism. Two main objectives guide the making of this work: the first one, of empiric nature, consists of grasping the behavior of one of the two power poles during the Cold War; and second one is to critically contribute to the analytic debate within FPA. One of the major findings of this research is the delimitation of reorientation in Soviet foreign policy in the 1950's, whose essence remained largely unchanged over the decades ahead, with alterations in strategic and programmatic plans in each of the three overmentioned interactions. In line with the multilevel approach, it contends that, to obtain a more accurate depiction of foreign policy, one must consider different analytical dimensions, such as the global division of power, as well as the domestic disputes, the predominant worldview within a ruling elite, and the dynamics of institutions where decisions are taken and implemented. This work is informed both by primary sources, especially as regards of economic and military figures, and secondary ones of Russian and foreign historiography.

Keywords: Soviet Union. Bilateral relations. Foreign policy analysis. Cold War. Multilevel approach.

Резюме

В настоящей диссертации изучается внешняя политика Советского Союза в период пика его существования, то есть, после кончины Иосифа Виссарионовича Сталина в 1953 г., до прихода Михаила Сергеевича Горбачева к власти в 1985 г. Чтобы пристально понимать такой вопрос, предлагается разделить на два разные основные периоды: Хрущевская эра (1953-1964); и Брежневская эра (1964-1982 гг.), в которую также вписываются правления Андропова (1982-84) и Черненко (1984-85). Второй период называется «развитым социализмом» его сторонниками или «эпохой застоя» ее критиками. Чтобы создать более эффективную и одновременно упрощенную аналитическую структуру, выбираются три примера двусторонних отношений с странами, которые играли доминировавшую роль в каждой из тогдашних «миров»: Соединенные Штаты (Первой мир или группа развитых капиталистических стран), Китайская Народная Республика (Второй мир, или группа стран социалистического лагеря), и Индия (Третий мир, или группа развивающихся стран). В данном исследовании стремится применять и продвигать многоуровневый подход в области анализа внешней политики (АВП), с учетом и теорию «Двухуровневую игру» Роберта Пунтама, и так называемый неоклассический реализм. Две основные цели определяют осуществление этой работы: первая из них является эмпирическим пониманием поведения одного из двух главнейших держав во время «холодной войны». Вторая – вносить критический вклад в аналитические дебаты внутри самой АВП. Одним из основных результатов данного исследования является определение процесса переориентации в советской внешней политике в 1950-х годах. На протяжении следующих десятилетий, сущность действий Советского государства оставалась неизменной, только с корректировками на стратегических и программных сферах в каждом из трех пересмотренных взаимоотношений. Для более точного описания внешней политики, утверждается необходимость учитывать различные аналитические аспекты в соответствии с многоуровневым подходом, такие как: глобальное соотношение сил, внутренние борьбы между разными социальными группами, мировоззрение правящей элиты, а также динамику институтов, в которых принимаются и реализуются решения. Эта работа основывается на основном источнике, особенно в отношении экономических и военных данных, а также и на вторичные источники российской и зарубежной историографий.

Ключевые слова: Советский Союз. Двусторонние отношения. Анализа внешней политики. Холодная война. Многоуровневый подход.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os níveis de análise de política externa	225
Figura 2 - Esquema analítico da URSS entre 1953 e 1956	225
Figura 3 - Esquema analítico da URSS em 1964	226
Figura 4 - Esquema analítico da URSS entre 1982 e 1985	227

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Fluxo de comércio soviético com os EUA (1952-1964).....	69
Gráfico 2 - Evolução do fluxo comercial entre URSS e RPC (1952-1964).....	81
Gráfico 3 - Fluxo comercial da URSS com a Índia (1952-1964).....	90
Gráfico 4 - Evolução do comércio bélico da Índia (1952-1965).....	92
Gráfico 5 - Evolução dos estoques de MBIC de EUA e URSS (e Rússia), 1955-2002.....	100
Gráfico 6 - Evolução do número de aviões de bombardeio estratégico de EUA e URSS (Rússia), 1945-2002	100
Gráfico 7 - Corrente comercial da URSS com os EUA (1963-1979) (1).....	106
Gráfico 8 - Composição das exportações e das importações soviéticas, por grupo de países (1974)	106
Gráfico 9 - Comércio da URSS com os EUA (1979-1985)	112
Gráfico 10 - Composição das importações soviéticas em dois períodos (1974 e 1984)	113
Gráfico 11 – Evolução do comércio da URSS com a RPC (1963-1979) (1)	119
Gráfico 12 – Evolução do comércio da URSS com a RPC (1979-1985).....	122
Gráfico 13 - Evolução do comércio bélico da Índia (1963-1985).....	125
Gráfico 14 - Evolução do comércio da URSS com a Índia (1963-1979) (1)	129
Gráfico 15 – Evolução do comércio da URSS com a Índia (1979-1985)	133
Gráfico 16 - Evolução dos gastos militares na URSS (1953-1964)	156
Gráfico 17 - Evolução do índice da produção agrícola, industrial, e da renda nacional na URSS (1953-1964) (1) (2).....	172
Gráfico 18 - Evolução da produção industrial (bens industriais e de consumo), e da renda nacional na URSS (1953-1964) (1) (2)	172
Gráfico 19 - Orçamento do governo central da URSS, em anos seleccionados	201
Gráfico 20 - Evolução da expectativa de vida ao nascer na URSS, para homens, mulheres e total (1964-1987).....	205
Gráfico 21 - Variação anual (%) da Renda Nacional Produzida (1970-1985).....	207

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição do Politburo no dia posterior à morte de Stálin em 6 de março de 1953	144
Quadro 2 - Composição do Politburo em 30 de junho de 1957	150
Quadro 3 - Composição do Politburo em março de 1964	154
Quadro 4 - Relação de membros plenos do Politburo, em junho de 1975	186
Quadro 5 - Composição do Politburo em dezembro de 1984.....	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ogivas nucleares de EUA e URSS (1945-1964)	68
Tabela 2 – Evolução da produção industrial, em índice.....	165
Tabela 3 – Média de crescimento anual por períodos do PIB, em países selecionados (1) ...	166
Tabela 4 - Evolução da Renda Nacional em países selecionados (1).....	194
Tabela 5 - Média de crescimento anual por períodos do PIB (1)	194
Tabela 6 - Taxa anual de crescimento do PIB (1971-1985), países selecionados, em % em relação ao ano anterior.....	195

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABMT	<i>Anti-ballistic Missile Treaty</i> (Tratado sobre Mísseis Antibalísticos)
CC PCUS	Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética
CEC	Comitê Executivo Central. Órgão formalmente de cúpula do governo soviético em seus primórdios.
CENTO	<i>Central Treaty Organization</i> (Organização do Tratado Central). Também chamado de Pacto de Bagdá.
CMI	Complexo Militar-Industrial
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
Comecon	Conselho de Ajuda Mútua
EUA	Estados Unidos da América
Gossnab	<i>Gosudarstvennyy komitet po material'no-tekhniticheskomu snabjeniyu</i> (Comitê Estatal para abastecimento material e técnico)
Gulag	<i>Glávnoye upravléniye láguerey</i> , ou Administração Geral de Campos
ISK-RAN	<i>Institut SChA i Kanady</i> (Instituto de EUA e Canadá no âmbito da Academia Russa de Ciências). Até 1992, era designado ISK-AN (Instituto de EUA e Canadá da Academia Soviética de Ciências).
NASA	<i>National Aeronautics and Space Administration</i>
MID	<i>Ministerstvo inostranykh del</i> , (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
MiG	Abreviação para a empresa de fabricação de aeronaves <u>Mikoyan-Gurevich</u>
MPNA	Movimento dos Países Não-Alinhados
ONU	Organização das Nações Unidas
OSKD	<i>Óbshchestvo Sovyétsko-Kitáyaskoy Drujby</i> (Comunidade de Amizade Soviético-Chinesa)
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCCh	Partido Comunista da China
PCNI	Partido do Congresso Nacional Indiano

Politburo	Gabinete Político do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (Политическое бюро Центрального комитета Коммунистической партии Советского Союза)
PTV	Partido dos Trabalhadores do Vietnã.
RDA	República Democrática Alemã (ou Alemanha Oriental)
RDS	sigla em russo para Motor Reativo Especial (<i>reaktivny dvigatel' spetsialny</i>)
RDV	República Democrática do Vietnã
RFA	República Federal da Alemanha (ou Alemanha Ocidental)
RKP (b)	<i>Rossiyskaya Kommunisticheskaya Partiya (bol'shevikov)</i> , Partido Comunista da Rússia (bolchevique), designação dada ao antecessor do PCUS entre 1918 e 1922.
RPC	República Popular da China
SALT	<i>Strategic Arms Limitation Talks</i> (Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas)
SEATO	<i>Southeast Asian Treaty Organization</i> (Organização do Tratado do Sudeste Asiático)
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i> (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. RSS: República Socialista Soviética
TASS	<i>Telegráfnoye Águenstvo Sovyétskogo Soyúza</i> (Agência Telegráfica da União Soviética).
TNT	Trinitrotolueno
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
VKP (b)	<i>Vsesoyuznaya Kommunisticheskaya Partiya (bolshevikov)</i> , Partido Comunista da União (Bolchevique), designação dada ao principal e único partido da URSS do início da década de 1920 até 1952.

TERMOS E EXPRESSÕES EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

<i>apparát</i>	aparato ou aparelho. Designação informal para o conjunto dos integrantes do Partido Comunista da URSS.
<i>brejnévka</i> (pl. <i>brejnévki</i>)	ver <i>khrushchóvka</i>
<i>dognat' i peregnat' Ameriku</i>	alcançar e superar a América. Um dos lemas da era de Khrushchov.
<i>drujbá</i>	amizade
<i>goryátchaya líniya</i>	linha direta ou <i>hotline</i>
<i>intelligentsia</i>	elite intelectual
<i>hard currencies</i>	moeda forte ou facilmente conversível no mercado internacional.
<i>kandidat</i>	(pl. <i>kandidaty</i>): postulante ou aspirante a dado cargo
<i>khrushchóvka</i>	(pl. <i>khrushchóvki</i>): designação informal para dada construção histórica do período de Khrushchov, geralmente entre com cinco a dez andares. Durante a era de Brejnev, as novas construções eram apelidadas de <i>brejnevki</i> , geralmente mais altas do que as do período anterior.
<i>kolkhóz</i> (pl. <i>kolkhózy</i>)	abreviação para kollektivnoye khozyaystvo, em português, propriedade coletiva.
<i>kráy</i> (pl. <i>kraí</i>)	região. Designação de unidade administrativa especial, geralmente maior ou mais complexa que os <i>oblasti</i> .
.	Míssil Balístico Intercontinental
MBIC	
<i>Inakomyслиye</i>	pensamento estranho ou subversivo ao sistema
<i>MAD</i>	<i>mutually assured destruction</i> ou destruição mútua assegurada. Alude de forma propositada, também, ao adjetivo “louco”.
MIRV	<i>multiple independently targetable re-entry vehicles</i> (Mísseis de Reentrada Múltipla Independentemente Direcionados)
<i>netchernozyomy</i> (pl.)	ver <i>tchernozyomy</i>
<i>nomenklatura</i>	Termo que designa o conjunto do alto escalão do governo e do partido na URSS
<i>NPO</i>	<i>Nautchno-proisvodstvenniye ob'edinyeniya</i> (associações

	científico-produtivas)
<i>oblast'</i> (pl. <i>oblasti</i>)	província.
<i>oboronka</i>	nome informal para o conjunto do setor militar da economia
<i>obshchenorodnoye gosudarstvo</i>	governo popular
<i>opóra</i>	pilar
<i>Ostpolitik</i>	em alemão, “Política para o Leste”. Nome da doutrina perpetrada pelo então primeiro-ministro da Alemanha Ocidental, Willy Brandt, de restabelecimento das relações diplomáticas com países socialistas da Europa, inclusive com a Alemanha Oriental.
<i>ottepél'</i>	degelo. Termo usado tanto para o processo físico quanto para as relações EUA-URSS por volta do final da década de 1950.
<i>Realpolitik</i>	em alemão, “política realista”. Termo largamente empregado em teoria das relações internacionais.
<i>razryádka</i>	Détente ou relaxamento. Termo usado tanto no sentido denotativo, quanto conotativo (nas relações internacionais do final da década de 1960 e início da de 1970).
<i>silovík</i> (pl. <i>silovíki</i>)	agente de segurança. Termo oriundo de “ <i>sila</i> ” (força).
SLBM	sigla em inglês para Mísseis Balísticos Lançados de Submarino (<i>submarine-launched ballistic missiles</i>)
<i>soyuz</i>	união ou aliança. Designação para o programa espacial soviético.
<i>sovkhóz</i> (pl. <i>sovkhózy</i>)	abreviação para <i>sovyetsoye khozyaystvo</i> , em português, propriedade soviética ou estatal.
<i>sovnarkhoz</i> (pl. <i>sovnarkhozy</i>)	abreviação para <i>sovet narodnogo khozyaystva</i> , em português, conselho popular
<i>spútnik</i>	satélite
<i>s'yezd</i> (pl. <i>s'yezdy</i>)	reunião

<i>tchernozyomy</i> (pl.)	solos de terra negra. Conhecidos pela alta fertilidade, são encontrados em regiões da Ucrânia, Rússia, Belarus e Cazaquistão. <i>Netchernozyomy</i> : solos de menor fertilidade, em geral arenosos, que ocorrem sobretudo na Rússia Central.
<i>teneváya ekonómika</i>	segunda economia, mercado não oficial ou, literalmente, economia obscura.
<i>tseliná</i>	terra virgem
<i>vertikál'</i> (pl. <i>vertikali</i>)	autoridade, hierarquia, domínio.
<i>vojd:</i>	líder, guia.
<i>západ</i>	oeste. Se, grafado em maiúsculo, significa “o Ocidente”
<i>zastôy</i>	estagnação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA APLICADA AO CASO DA UNIÃO SOVIÉTICA: UMA REVISÃO SUCINTA DA LITERATURA	28
2.1	A HISTORIOGRAFIA DIPLOMÁTICA	28
2.1.1	A historiografia diplomática soviética	30
2.1.2	A historiografia em outros países: as versões oficiais e as revisões críticas	32
2.2	ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA	34
2.2.1	Innenpolitik: a Política externa como produto da política interna	35
2.2.2	Weltpolitik: as teorias sistêmicas	45
2.2.3	Análises Multiníveis	48
2.3	A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA: PONTOS FORTES, LACUNAS E DESAFIOS	57
3	A URSS SOB KHRUSHCHOV: A ESTRATÉGIA DO DEGELO NA CONFORMAÇÃO DE UMA ORDEM BIPOLAR	60
3.1	A SITUAÇÃO INTERNACIONAL EM 1953: AS CONDIÇÕES PARA O DEGELO (OTTEPEL’).....	60
3.2	A UNIÃO SOVIÉTICA EM 1953: O FORTALECIMENTO DA CONCEPÇÃO DE COEXISTÊNCIA PACÍFICA.....	63
3.2.1	As relações URSS-EUA	65
3.2.2	As relações sino-soviéticas	71
3.2.3	As relações URSS-Índia	86
3.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA SOB KHRUSHCHOV: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS	92
4	A POLÍTICA EXTERNA DA URSS DURANTE A ERA BREJNEV (1964-1985): NOVAS TÁTICAS, NOVAS AGENDAS	96
4.1	AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM MEADOS DA DÉCADA DE 1960.....	96
4.2	A POLÍTICA EXTERNA DA URSS SOB BREJNEV	98
4.2.1	As Relações com os Estados Unidos: da Détente à Segunda Guerra Fria	99
4.2.2	As relações URSS-RPC: deterioração, congelamento, e difícil normalização ..	113
4.2.3	As relações URSS-Índia: a construção de uma aliança do Segundo com o Terceiro Mundo	123
4.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: A CONSOLIDAÇÃO DA NOVA INSERÇÃO EXTERNA DA URSS.....	134

5	A EVOLUÇÃO POLÍTICA INTERNA DA URSS SOB KHRUSHCHOV	137
5.1	O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NA URSS: O PAPEL DO POLITBURO (PREZIDIUM)	137
5.2	A EVOLUÇÃO POLÍTICA NO ALTO ESCALÃO POLÍTICO DA URSS	141
5.2.1	As disputas pós-Stálin no Politburo	141
5.2.2	O XX Congresso do PCUS: Khrushchov consolida sua influência e enfraquece opponentes	147
5.2.3	O crescimento da oposição à figura de Khrushchov e sua derrocada em 1964	152
5.2.4	A evolução das forças armadas da União Soviética	155
5.3	UMA NOVA VISÃO OFICIAL SOBRE A URSS: DA DITADURA DO PROLETARIADO AO GOVERNO POPULAR DE CONSTRUÇÃO EM LARGA ESCALA DO COMUNISMO	158
5.4	O CONTEXTO DA ECONOMIA SOVIÉTICA: DO MILAGRE À DESACELERAÇÃO	164
5.5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: A URSS EM PROCESSO DE MUDANÇA TAMBÉM NO FRONT INTERNO	173
6	A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA INTERNA NA URSS ENTRE 1964 E 1985	177
6.1	A PERMANÊNCIA DO DEBATE ACERCA DAS REFORMAS: A CONCEPÇÃO DE SOCIALISMO DESENVOLVIDO	178
6.2	A EVOLUÇÃO NO ALTO ESCALÃO POLÍTICO	184
6.3	A EVOLUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL	193
6.4	O POTENCIAL MILITAR: A BUSCA PELA PARIDADE ESTRATÉGICA EM TODOS OS SETORES	208
6.5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: SITUAÇÃO CONTRADITÓRIA NO FLANCO DOMÉSTICO	211
7	CONCLUSÃO: A POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA ENTRE 1964 E 1985: UMA PROPOSTA DE SÍNTESE MULTINÍVEL	216
	REFERÊNCIAS	229
	APÊNDICE A - RELAÇÃO DE PERÍODOS HISTÓRICOS	240
	ANEXO A - ECONOMIA E SOCIEDADE	252
	ANEXO B - MAPAS	256

1 INTRODUÇÃO

Um dos temas que tem ocupado boa parte da agenda de pesquisa nas relações internacionais e, sobretudo, no subcampo de Análise de Política Externa (APE), é o da dialética entre mudança e continuidade em dada conduta de um ator na ordem global de forma abrangente, acerca de determinado tema (política econômica, ambiental, segurança, entre outras), ou vis-à-vis outros atores em dado contexto. Este trabalho buscará analisar a atuação política do governo da União Soviética em relação a três de seus principais interlocutores na cena internacional, os Estados Unidos da América (EUA), a República Popular da China (RPC) e a Índia, durante parte da segunda metade do século XX, entre 1953, ano marcado pela morte de Yosef Stálin, e 1985, quando Mikhail Gorbatchov, o último líder do extinto país, ascende ao poder.

A impressão inicial é que se trata de um período de relativa estabilidade político-institucional em comparação com fases anteriores, caracterizadas pela sucessão de intensos conflitos militares em larga escala com forças externas (duas guerras mundiais) e internas¹ (uma guerra civil), e posteriores, durante as quais o sistema político e econômico passou por rápidas e profundas transformações que desembocaram no fim da própria União Soviética e do sistema socioeconômico socialista naquele país e na Europa Oriental. Esse período de pouco mais de 30 anos é caracterizado, em termos gerais, pelo avanço material e extensivo da economia nacional, pelo predomínio ou domínio completo do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) sobre a política do país e pela intermitente competição geopolítica, econômica e ideológica com os Estados Unidos pela liderança global. Diante dessa suposta ‘calmaria’ institucional relativa, a experiência da União Soviética era um dos casos mais preteridos pelas análises realistas de relações internacionais para o exercício de comprovação de teorias, como observaremos no capítulo 1.

Um exame mais aprofundado, contudo, permite identificar mudanças importantes tanto na condução da política externa e interna, além de disputas intrapartidárias não menos sérias e complexas do que o verificado nos países de matriz capitalista e multipartidária no mesmo período. Como veremos sobretudo no capítulo 4, em boa parte do período considerado, as disputas no Politburo apresentavam características específicas em relação às disputas interpartidárias comuns a alguns sistemas políticos ocidentais, pois o princípio majoritário no processo decisório nem sempre foi aplicado. Em determinadas ocasiões, o que

¹ As principais forças combatentes na Guerra Civil Russa eram provenientes do antigo Império Russo; entretanto, forças externas também detiveram participação notável (mas não decisiva) no conflito.

realmente importava não era apenas a opinião da maioria dos membros desse órgão, mas sim, a opinião de um específico membro, ou ainda de um grupo dentro do órgão². Entretanto, assim como em outros países, a dinâmica da política interna, e no próprio Politburo, teve papel fundamental na conformação da política externa soviética em todo o período analisado.

O trabalho apresenta dois principais conjuntos de objetivos. O primeiro deles é contribuir para o adensamento crítico da APE, com particular interesse para as teorias mais recentes que se pretendem ser multicausais ou multidimensionais, buscando a sintonia necessária entre a política externa e a interna. Uma das propostas é justamente evitar que algumas das teorias mais recentes e promissoras dentro do subcampo, o realismo neoclássico, padeça dos mesmos equívocos das vertentes clássicas e neorrealistas, como a tendência percebida em alguns trabalhos recentes eivados de visões deterministas sobre o processo de formulação de política externa.

O segundo grupo de objetivos relaciona-se com a promoção da literatura em estudos sobre a União Soviética. Em primeiro lugar, há poucos trabalhos em língua portuguesa e no Brasil sobre os processos políticos naquele país, com honrosas exceções³. Em segundo lugar, procuramos resgatar justamente o período da Era Khrushchov e Brejnev, os quais não levantam o mesmo nível de interesse em comparação com os demais períodos, não obstante sua relevância para ajudar a entender, inclusive, muitos dos problemas políticos atuais enfrentados no espaço pós-soviético atual. Em terceiro lugar, e não menos relevante, procura-se resgatar parte da historiografia soviética e russa relativamente pouco trabalhada fora dos países de fala russa, em função da baixa oferta de títulos em idiomas ocidentais.

Para procedermos com a pesquisa, levantaremos uma pergunta bastante simples: ocorreram de fato alterações na condução da política externa soviética durante todo o período ou em períodos específicos? Para podermos responder a essa pergunta, é necessário recorrer à análise da evolução histórica das relações político-diplomáticas com cada um dos parceiros-chave supracitados, que se colocam como três dos mais representativos entre o que se convencionava denominar durante a Guerra Fria como os Três Mundos: o Primeiro Mundo ou capitalista desenvolvido, no qual se sobressaíam de forma incontestada os Estados Unidos; o Segundo Mundo ou campo socialista, cuja liderança era exercida de fato pela própria União

² Por exemplo, em matéria de questões de segurança nacional, a opinião dos indivíduos que representavam o denominado complexo militar-industrial era determinante para a tomada de dada decisão, ao passo que a opinião de Andrey Gromyko em decisões sobre política externa era fundamental perante os demais.

³ No Rio Grande do Sul, e mais especificamente na UFRGS, tem havido um enorme interesse de estudantes e professores por estudos soviéticos e russos; destacamos diversas obras que cobrem momentos históricos da URSS, como *Os paradoxos da Revolução Russa: ascensão e queda do socialismo soviético*, de Paulo F. Visentini, e da coletânea *Revoluções e Regimes Marxistas*. Outra importante leitura é feita pelo professor Luis Fernandes, *O enigma do socialismo real*, que abarca sobretudo o período inicial e o final da URSS.

Soviética, mas com contestação cada vez mais vocal por parte da RPC; e, finalmente, o Terceiro Mundo, ou em desenvolvimento, do qual faziam parte um enorme e heterogêneo conjunto de países, portadores de diferentes sistemas socioeconômicos, entre os quais a Índia mantinha grande destaque por seu peso demográfico e por sua liderança política no chamado Movimento dos Países Não-Alinhados (MPNA).

Um segundo questionamento relaciona-se com a profundidade das possíveis mudanças e continuidades identificadas no desenrolar das relações bilaterais da URSS com cada um dos três interlocutores supramencionados. Mensurar ou identificar o nível das mudanças exigir-nos-á uma tarefa complementar de estabelecer uma tipologia de gradação, uma vez que algumas mudanças são certamente mais prenunciadas e abrangentes do que outras. Por exemplo, uma reorientação geral de política externa, em que dado governo passa por transformações substanciais na condução de diversas políticas (tanto externa como interna), de maneira concomitante e relativamente rápida, é, muito provavelmente, mais complexo e relevante do que uma simples inclusão de determinado programa ou tema de discussão no diálogo com determinado país, ou, mesmo, do que a alteração nos objetivos ou nos resultados que se procuram obter nesse relacionamento. Na parte final do capítulo 1, apresentaremos a tipologia de Hermann (1990) que busca contemplar esses diferentes níveis de mudança, que será de grande utilidade para a estrutura desta tese.

A terceira e mais relevante indagação é uma decorrência quase automática em relação às duas primeiras: qual é o fundamento por trás dessas eventuais mudanças ou continuidades? Esse questionamento, comum na APE e também no estudo das relações internacionais, é responsável por delimitar não apenas as diferentes escolas de pensamento entre si (realismo, liberalismo, construtivos, teorias críticas etc.), mas também por segmentar as agendas de pesquisa em APE (processo de tomada de decisão, análise do contexto de política externa, política comparada).

De forma bastante sucinta, em uma análise primordialmente realista, selecionar-se-iam alguns parâmetros para verificar a distribuição de poder entre os atores (sobretudo Estados) no sistema internacional: entre os realistas mais clássicos, bastaria a comparação dos atributos de poder (forças militares, demografia, economia, entre outras) entre os países que se objetiva analisar; para um neorrealista, faz-se necessário a análise do sistema e identificar o grau de polaridade, bem como a posição do Estado em questão na estrutura, para assim proceder-se com o estudo do comportamento. A influência da política doméstica (grupos, partidos, ideologias, forma de governo) seria mais pontual e assume, assim, um papel apenas complementar no arcabouço analítico.

Por outro lado, as análises que priorizam aspectos de política doméstica, tais como partidos políticos, grupos de interesse, visão de mundo (e sobre o próprio país) do líder nacional (ou dos formuladores de política externa), forma de governo, o papel das instituições e das instâncias, tiveram um grande desenvolvimento em APE, proporcionando análises por vezes mais aprofundadas e complexas de fenômenos da política exterior de determinados países. Esse campo bastante heterogêneo é por vezes designado como *Innenpolitik* (ou política interna, em alemão), que se contrasta com as análises anteriormente citadas, denominadas como *Weltpolitik* (política mundial). Em nossa avaliação, as análises *Innenpolitik* tendem a apresentar metodologias mais aprofundadas e aprimoradas de fenômenos específicos de política externa, com destaque para os resultados de clarificação dos complexos processos de tomada de decisão, ao passo que as visões realistas apreendem com maior clareza os processos de maior duração. As abordagens do tipo *Innenpolitik*, que se constituem na grande maioria do campo da APE, desdobram-se em três agendas de pesquisa principais, que apresentaremos com mais detalhes no Capítulo 1: análise do processo decisório em política externa, contexto de política externa e política externa comparada.

Já os desdobramentos mais recentes das visões multiníveis em APE têm como expoentes tanto a Teoria dos Dois Jogos como o Realismo Neoclássico, propostas pela primeira vez por Robert Putnam (1988) e por Gideon Rose (1998), respectivamente. O esforço de síntese de Hermann (1990) de entender as mudanças e as continuidades na política externa também pode ser enquadrado nessa corrente. Esse grupo coloca-se em um plano à parte das três agendas tradicionais de APE, pois se valem dos debates desenvolvidos em cada uma dessas agendas, além de incorporarem algumas inovações próprias. Essas propostas buscam entender dentro de um mesmo esquema analítico tanto as questões de ordem interna, como as do sistema internacional. Procura-se combinar determinadas vantagens das metodologias *Innenpolitik* com as de *Weltpolitik* para a apreciação mais abrangente da evolução da política externa, sem comprometer a visão de aspectos mais específicos, e tampouco sobrevalorizar o papel de apenas uma única categoria de poder. Em nosso esquema, buscaremos, a princípio, apoiar-nos tanto na Teoria dos Dois Jogos, como no Realismo Neoclássico e na síntese de Hermann, que, a nosso ver, apresentam muitos pontos de contato.

Em nossa análise, além do simples monitoramento da interação entre os Estados como atores das relações internacionais (o que, no entanto, não deixa de ser também relevante), acompanharemos a dinâmica nas mais elevadas instâncias decisórias internas da URSS. Mais especificamente, serão levadas em consideração as relações de poder entre os integrantes dessas instâncias, bem como a visão de determinados indivíduos-chave em relação a questões

fulcrais, ao papel de seu próprio país nas relações internacionais. Entende-se que a combinação de ambas as dinâmicas (externa e interna) é crucial para entender tanto as mudanças quanto as continuidades na política externa.

Em uma segunda possível fonte de mudanças, como se propõe no âmbito do Realismo Neoclássico, estão os processos econômicos e sociais que ocorrem no território de dado país (por vezes chamado de “poder nacional”, que, como propõe Zakaria (1998, p. 9), não está diretamente controlado pelas estruturas do governo central). Por esse motivo, seu impacto no contorno da política externa tende a ser mais indireto do que o papel dos meios de fato controlados pelo governo, designados pelo autor como “poder estatal” (ZAKARIA, 1998), como as forças militares e os serviços diplomáticos.

Para a aferição das dinâmicas do poder nacional, alguns indicadores podem ser úteis, como a evolução da economia nacional, dados sobre indústria e agricultura, além de alguns números sobre o bem-estar social, como expectativa de vida ao longo do tempo. O aspecto militar, que se relaciona à categoria de poder estatal, também será incorporado à nossa análise para identificar possíveis regularidades ou padrões; para tanto, dados sobre dispêndios em defesa, arsenais convencionais e nucleares (ou estratégicos) serão levados em consideração. Em consonância com essas metodologias, que apresentaremos com mais detalhes no capítulo 1, partimos do pressuposto que nem sempre eventuais alterações em dados brutos nessas categorias apresentam uma influência indireta na política externa, ainda que em alguns temas essa dimensão se mostre como decisiva, sobretudo quando se refere a questões específicas de segurança e desarmamento, mas não na direção geral da política externa.

Em primeiro lugar, faz-se necessário entender a seleção desse tema específico (a política externa soviética), bem como do recorte temporal específico. Em relação ao tema, entendemos que a análise da evolução da política externa da União Soviética, uma das duas superpotências no período da guerra fria, é certamente relevante não apenas para o subcampo específico em si da APE e mesmo mas para as relações internacionais de maneira mais geral e pode contribuir, inquestionavelmente, não apenas para o enriquecimento crítico para o estado da arte das teorias sociais nessas áreas específicas, mas também para o campo dos estudos regionais.

Em segundo lugar, o recorte temporal atende a uma demanda específica na literatura especializada sobre estudos soviéticos de resgate de um período relativamente pouco estudado em comparação com os períodos iniciais da URSS (o período revolucionário, a Era Lenin e a Era Stálin) e o final (a Era Gorbachov), que mereceram um exame mais atento não apenas das Relações Internacionais e da História. O período de Khrushchov e o de Brejnev (além dos

breves interregnos de Andropov e de Tchernenko) apresentam espaço consideravelmente menor tanto na bibliografia russa como na do Ocidente, não obstante o enorme acúmulo de práticas, fenômenos e processos que antecederam não apenas a queda da URSS, como também influenciaram (e continuam a influenciar) a política contemporânea dos Estados pós-soviéticos. Assim, uma parte considerável dos conflitos existentes no espaço pós-soviético, como o caso do conflito por soberania sobre a península da Crimeia e dos seus espaços marítimos adjacentes no Mar Negro entre a Federação Russa e a Ucrânia, bem como as disputas geopolíticas e econômicas acerca das redes de distribuição de gás e de petróleo, além da ingerência de diversos atores paraestatais poderosos – as empresas estatais e privadas do setor hidrocarbonífero – apresentam raízes justamente no período que este trabalho se debruçará.

Ademais, entende-se que não apenas a APE, assim como as ciências sociais de maneira mais geral, demanda estudos mais aprofundados sobre experiências de países e de sociedades pouco hegemônicas pelos padrões, conceitos e teorias concebidas em (e para) países ocidentais. Entende-se que o exame mais apurado dessas sociedades *não-ocidentais* poderá trazer importantes inovações e refinamentos em matéria de teoria social. Por último, para uma melhor compreensão alguns dos principais contornos da política externa da atual Federação Russa, demanda-se análises contextualizadas sobre o passado recente soviético, sobretudo no que se refere às relações com os Estados Unidos.

Outras questões hodiernas também mantêm estreita vinculação com os temas tratados aqui: as relações sino-soviéticas e indo-soviéticas são certamente importantes antecedentes de uma agremiação geopolítica moderna de alta relevância, o BRICS, do qual fazem parte, além dos dois gigantes asiáticos, a Rússia, como sucessora de fato e *de jure* do Estado soviético, além do Brasil e da África do Sul. As disputas entre EUA e OTAN, de um lado, e a Rússia, de outro, tratam-se de uma reverberação das inconsistências e das contradições nas negociações sobre o regime de limitação e de não-proliferação de armamentos nucleares, iniciado durante a Era Khrushchov e continuado durante a chamada *Détente*, durante os anos de Brejnev.

Uma das questões de ordem prática é como observar e mensurar as relações bilaterais da URSS com cada um de seus parceiros. Propomos, para fins da pesquisa, uma composição entre elementos qualitativos com alguns quantitativos: em primeiro lugar, observar os principais eventos de política externa, como encontros de alto nível (sobretudo entre chefes-de-Estado e de governo, também, entre chanceleres e, em alguns casos, entre representantes ministeriais). Serão levados em conta os tratados e outros dispositivos jurídicos e, no caso específico das relações com a China, as comunicações no nível interpartidário.

Um bom indicador de evolução das relações bilaterais para o caso da União Soviética é a variação em valor do fluxo de comércio exterior (que considera a soma de importações e exportações); cabe ressaltar, contudo, que esse indicador apenas faz sentido para analisar a dinâmica e a intensidade das relações bilaterais, e não exatamente a relevância de dado país para a política externa da URSS. Teoricamente, assim, uma redução significativa do comércio em termos de valor entre a URSS e a RPC de um ano para outro, por exemplo, pode significar algum tipo de divergência relevante nas relações entre esses países; no entanto, o fato de o valor transacionado entre esses dois países ser dez vezes maior do que o registrado do que entre a URSS e os EUA, em dado período, não significa, necessariamente, que a RPC seja mais relevante do que os EUA na política externa soviética. A adoção desse índice justifica-se pelo fato de o comércio exterior da URSS ser regulado e controlado de forma direta pelo Ministério do Comércio Exterior durante todo o período estudado.

Para lograr atender esses questionamentos, a presente tese inicia-se com uma breve exposição sobre o estado da arte no campo da APE, ao mesmo tempo em que se apresentam alguns dos trabalhos que se debruçam especificamente sobre a problemática da política externa soviética, em diferentes momentos e com diversas abordagens metodológicas e de distintas agendas de pesquisa, e buscaremos defender a importância das análises multicausais ou multiníveis. Em seguida, nos capítulos 2 e 3, apresentaremos a evolução da política externa soviética, respectivamente, durante a Era Khrushchov (1953-1964) e a Era Brejnev-Andropov-Tchernenko (1964-1985). Em cada um dos capítulos, apresentaremos o panorama geral das relações internacionais no mundo de forma bastante sucinta, além de alguns comentários iniciais sobre a posição relativa da URSS. Em seguida, investiga-se os problemas de ordem doméstica do Estado soviético nesses dois períodos (capítulos 4 e 5)⁴. No início do capítulo 4, apresentaremos algumas considerações sobre o processo de tomada de decisão no país que se travava no Politburo, órgão supremo na hierarquia partidária e, também do governo, para assim, procedermos com a análise da evolução das disputas de poder na referida instituição durante o decênio e Khrushchov. Faremos uma breve exposição sobre o andamento e situação da economia e da sociedade soviética e também do setor militar no período. No capítulo seguinte, será feito um exame semelhante, desta vez em relação ao período de Brejnev-Andropov-Tchernenko. Na conclusão, além de oferecermos uma explanação para a política externa soviética do período, retomaremos algumas discussões

⁴ Uma expressão usada correntemente na literatura especializada e crítica ao realismo é *abertura da caixa preta do Estado*, ou, em sua versão original, *opening the state's black box*.

teóricas e buscaremos promover algumas observações e encaminhamentos para as teorias multicausais.

Esta tese, que se enquadra nas discussões de APE, valer-se-á tanto de fontes primárias como secundárias para embasar as análises e as conclusões. Apesar de ser um trabalho que se inclina sobre fatos ocorridos no tempo passado, não se trata de uma obra historiográfica, ainda que parte considerável das fontes sejam primárias. Entre os documentos de fonte primária, citamos publicações e dados estatísticos governamentais sobre economia, comércio e sociedade e tratados bilaterais da qual a URSS foi parte. Ademais, algumas publicações sobre a posição oficial dos partidos políticos, sobretudo as do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), também serão analisados. No entanto, boa parte dos documentos, sobretudo do período de Brejnev, ainda carece de digitalização, o que dificulta o acesso, o que também explica o menor número de análises históricas sobre o período. Ademais das fontes primárias, recorreremos a alguns trabalhos de historiadores, dentre os quais russos e estrangeiros, com ênfase nos primeiros, para informar nossa pesquisa. Cabe ressaltar, ainda, o uso de trabalhos e registros de alguns indivíduos que tiveram participação direta nos eventos de política externa, como no caso do compêndio produzido pelo ex-chanceler e membro do Politburo soviético Andrey Gromyko e do chefe do departamento internacional do Comitê Central da URSS, Boris Ponomarev, ou ainda de Boris Rakhmanin, diplomata e orientalista que ocupou cargos no referido departamento e na embaixada soviética em Pequim.

Importante frisar, também, que não será abordada aqui de forma central será a análise das políticas externas dos três países-interlocutores (EUA, RPC e Índia), mas algumas observações sobre a condução mais geral desses países serão necessárias para se entender o contexto em que se formula a política externa soviética. Assim, é relevante mencionarmos, por exemplo, que os EUA mantinham a posição mais resolutamente anticomunista até meados da década de 1950, mas nos é menos útil conhecer as razões e os fundamentos lógicos desse posicionamento geral norte-americano. A exceção mais óbvia reside nas relações entre a URSS e a RPC, em que o diálogo entre os partidos comunistas de ambas as nações mantiveram contato direto, influenciando as relações intergovernamentais.

2 ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA APLICADA AO CASO DA UNIÃO SOVIÉTICA: UMA REVISÃO SUCINTA DA LITERATURA

Neste capítulo, buscaremos apresentar, uma sucinta evolução da agenda de pesquisa em APE, mas não de forma tradicional, como já foi realizado satisfatoriamente na literatura especializada (ROSE, 1998; HUDSON, 2005; NOGUEIRA; MESSARI, 2005; JAKSON et al, 2013), e, na parte final, procuraremos avançar um modelo de explicação mais adequado ao questionamento apontado anteriormente. Ao longo desta apresentação, teremos o cuidado de aproximar cada vertente teórica para nosso objeto de estudos, a política externa da URSS, sobretudo durante o período da Guerra Fria (1947-1985).

No âmbito mais geral da APE, identificam-se quatro distintas correntes principais, cada qual busca estabelecer relações entre as dimensões da política no nível internacional e no doméstico: os enfoques do tipo *Innenpolitik* ou de política interna⁵, as teorias neorrealistas, os jogos de dois níveis, baseados nas leituras de Robert Putnam, e, finalmente, o realismo neoclássico. Também trataremos, ainda que à parte, a historiografia diplomática, que, apesar de se constituir em um campo correlato à APE e fornecer aportes empíricos de elevada monta, não se confunde com esta.

2.1 A HISTORIOGRAFIA DIPLOMÁTICA

A Historiografia diplomática é um campo que se distingue da Análise de Política Externa, ainda que ambas possam ser consideradas áreas correlatas ou com interesses convergentes. Apesar de se inserirem no grande campo da História, esse conjunto de obras demanda ser explorado por pelo menos três motivos. Primeiro, há trabalhos de suma pertinência que têm como objeto de estudos a política externa soviética – o mesmo da presente tese. Em segundo lugar, esses textos servem como fonte secundária para o desenvolvimento deste trabalho. Em terceiro lugar, acreditamos haver ainda espaço para diálogo e mútuo aproveitamento entre as duas subáreas, posição semelhante assumida por Elman e Elman (1997).

Deve-se ter em mente que a historiografia diplomática deve ser considerada um campo de estudos da própria História, na qual se adotam metodologias, objetivos e recortes analíticos oriundos ou característicos dessa disciplina. Os objetivos específicos dos historiadores

⁵ O termo vem do alemão, e significa política interna.

diplomáticos tendem a ser, em geral, coincidentes com os de historiadores de outras áreas, como por exemplo, o entendimento de fatos e processos históricos como fenômenos complexos, a construção de narrativas, entre outros. Há, contudo, uma grande e rica discussão a respeito do papel do historiador e qual deve ser seu comportamento não apenas observador ou mesmo analítico, mas também como transformador social. Essa dicotomia, como veremos, está presente em nossa apresentação (BLOCH, 2002).

Há um entendimento de que a historiografia diplomática permanece como um subcampo com presença mais sublinhada do positivismo e das narrativas oficialistas do que em outras áreas da História (ELMAN; ELMAN, 1997; SANTOS, 2011). Neste caso, ainda se produzem muitos estudos com preocupação fundamental de informar o soberano, ou de construir, legitimar ou fortalecer o viés oficial quanto à história das relações diplomáticas de dado país, e no caso soviético, como veremos a seguir, isso não foi diferente, tanto na historiografia soviética, como na norte-americana. Além das visões que compactuam com narrativas e versões oficiais, de acordo com o tempo e o espaço, tem havido um importante influxo de trabalhos historiográficos mais descoladas dos oficialismos⁶.

Cabe ressaltar que, apesar de o conhecimento sobre as relações entre diferentes entidades políticas tem seus primórdios na Antiguidade⁷, a historiografia diplomática somente ganhou propulsão a partir do século XIX, já sob influência do positivismo, doutrina que manteve força até meados do século seguinte.

Entende-se que, diante da predominância das visões pró-Ocidentais na academia internacional sobre a URSS brasileira como estrangeira a respeito do passado soviético, buscaremos resgatar a historiografia soviética e russa para embasar as informações da presente tese, não se desconsiderando, contudo, o trabalho de muitos pesquisadores e historiadores ocidentais não diretamente comprometidos com projetos políticos de poder de seus países de origem.

⁶ Cabe ressaltar que esse ponto não torna as visões desengajadas necessariamente menos confiáveis, ou com maior valor para pesquisa. Os pesquisadores devem ter em mente essas distinções de origem na condução de seus trabalhos.

⁷ No Ocidente, é convencional afirmar que *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides, inaugura a historiografia sobre a diplomacia, mas, em outras civilizações, como na Índia, na China, em Bizâncio e no mundo árabe identificam-se pensadores que elaboraram trabalhos sobre como proceder com a guerra e com a paz. Hamilton & Langhorne (2011) apresentam a evolução da diplomacia em cada uma dessas sociedades.

2.1.1 A historiografia diplomática soviética

Do lado soviético, a obra certamente mais marcante teve participação de Andréy A. Gromýko, Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS entre 1957 e 1985⁸, e Boris N. Ponomaryov, que por sua vez foi chefe do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da URSS, intitulado *História da Política Externa da URSS*⁹ (GROMYKO; PONOMARYOV, 1986). O trabalho, além de resgatar diversos eventos e informações sobre a política exterior soviética desde a Revolução de Outubro de 1917 até meados da década de 1980, sobre as atividades da diplomacia do referido país em todas as partes do globo, apresenta interpretações sobre acontecimentos e processos históricos, que se coadunam com a visão oficial do governo soviético por volta de meados da década de 1980¹⁰. Por esses motivos, em nossa opinião, sua leitura e consulta é crucial a todo pesquisador interessado no tema.

As demais publicações soviéticas sobre o tema, que foram consultadas para fins deste trabalho, apresentam visões mais aprofundadas e bastante ricas em termos de informações e dados ao analisar a política externa de maneira mais geral (FOKEYEV, 1987a; FOKEYEVb, 1987), seja em questões mais específicas, como as relações bilaterais com países específicos ou os regimes internacionais (PODLESNY, 1983; RAKHMANIN, 2002).

Com o advento da Perestroika, e principalmente, com a perda de influência do PCUS na própria academia, a historiografia diplomática na URSS e, mais tarde, na Rússia, detecta-se uma proliferação de estudos com cada vez menos influência de visões marxistas sobre a história diplomática nacional. A partir do final dos anos 1980 e ao longo da década seguinte, a nova historiografia russa passou a contar não apenas com outras metodologias de pesquisa, mas também com o acesso a uma grande quantidade de arquivos outrora confidenciais e, além da maior autonomia na interpretação dos fatos. Nessas abordagens novas, destacamos o trabalho de Vladimir M. Zubok (2007), que questiona as visões que enxergam pragmatismo ou racionalidade nas decisões sobre política externa soviética, ou que a concebem como fundamentalmente agressiva ou mesmo ofensiva. Ainda que as autoridades do Kremlin procurassem de fato aumentar o papel da URSS no cenário internacional e transformá-la em

⁸ Gromyko deixou o cargo de chefe da diplomacia para se tornar, até 1987, Presidente do Soviete Supremo. Já Borís N. Ponomaryov foi chefe do departamento internacional do Partido Comunista da URSS entre 1955 e 1986, o que ressalta o caráter oficial do referido documento. Ambos tiveram papel crucial na formulação da política exterior soviética, sobretudo a partir da década de 1970, como veremos no Capítulo 6. Apesar dessa informação, suas obras serão consideradas como fontes secundárias neste trabalho.

⁹ A obra foi traduzida para diversos idiomas, inclusive para o espanhol.

¹⁰ A obra conta com dois volumes: o primeiro, que contempla os acontecimentos entre 1917 e 1945; e o segundo, entre 1945 e 1980.

um poder global, segundo o autor, há de se considerar os fatores ideológicos e institucionais na formulação da política externa da superpotência comunista.

Outro trabalho relevante é o de Leonid Mlechin (2011), que abarca tanto o período de existência da URSS desde 1917, quanto após a dissolução desse Estado, contemplando a Federação Russa até a primeira década do século XXI. O livro apresenta a evolução do Ministério dos Negócios Estrangeiros¹¹, com enfoque na biografia dos indivíduos que ocuparam a chefia desta pasta.

Ademais, nota-se que o estudo das relações internacionais na URSS (e mesmo na Rússia contemporânea, mas em menor grau) teve grande influência da História como disciplina, o que explica a predominância de estudo sobre a política externa de outros países ou da história das relações bilaterais entre esses países e a URSS (LEBEDEVA 2004, 2013)¹².

Embora boa parte dos pesquisadores russos atuais se queixem das limitações impostas aos pesquisadores por parte do governo soviético, sobretudo quanto à metodologia a ser adotada, o marxismo-leninismo, vale reconhecer que o próprio campo de relações internacionais naquele país compartilhava de diversos pontos em comum com seus correspondentes em outros países, sobretudo ocidentais (LEBEDEVA, 2004; TYULIN, 2002; BOGATUROV, 2004; TSYGANKOV; TSYGANKOV, 2003). Um desses pontos era justamente a interdisciplinaridade, marcante nos anos iniciais, com influência não apenas da própria história diplomática, mas também do direito internacional e das ciências econômicas.

Além das contribuições aos debates em relações internacionais do líder revolucionário nacional, Vladimir I. Lenin, sobretudo quanto ao tema do imperialismo, que infelizmente ainda permanecem subestimadas mesmo nesse campo de estudos, em décadas posteriores a academia soviética produziu interessantes aportes e debates, que ainda aguardam um redescobrimto por parte dos internacionalistas.

Contrariamente ao senso comum predominante no Ocidente, houve, na própria URSS, a ocorrência de importantes debates e do florescimento de conceitos e abordagens sobre relações internacionais, a qual sempre se manteve a par dos desdobramentos dos debates nas

¹¹ Até 1946, Comissariado do Povo para Assuntos Estrangeiros; de 1946 a 1991, Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética.

¹² Podemos ressaltar os principais institutos especializados com enfoque em estudos internacionais da Academia Russa de Ciências (sucessora da Academia Soviética de Ciências), com sigla em russo e ano de fundação entre parênteses, ordenados em por ano de fundação: o Instituto de Estudos Orientais (IV-RAN, 1930); o Instituto de Estudos Eslavos (ISI-RAN, 1947); o Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais (IMEMO-RAN, 1956; substituiu o Instituto de Economia Mundial e Política Mundial, criado em 1927 e anexado ao Instituto de Economia em 1948); Instituto de África (IAf-RAN, 1959); o Instituto de América Latina (ILA-RAN, 1961); o Instituto de Extremo Oriente (IDV-RAN, 1966); o Instituto de Estudos sobre EUA e Canadá (ISK-RAN, 1967); o Instituto de Europa (IE-RAN, 1987); o Centro de Estudos sobre Conflito (TsK-RAN, 1991) e o Instituto de Problemas da Segurança Internacional (IPMB-RAN, 1999).

academias dos países ocidentais, inclusive a dos EUA. Lebedeva (2013) identifica a existência de duas grandes tendências na academia soviética de relações internacionais: uma mais próxima ao internacionalismo proletariado (que seria análogo ao transnacionalismo ou idealismo liberal nos Estados Unidos) e, por outro lado, um polo assemelhado ao realismo norte-americano em seu formato e em seus projetos epistemológicos. A segunda corrente, que para a autora se consagrou predominante na URSS após o fim da Segunda Guerra Mundial, representou uma simbiose entre o marxismo e o realismo. No âmbito do realismo soviético cabe ressaltar dois nomes relevantes (ainda que não possam ser enquadrados na APE): Pozdnyakov (1976), que apresentou uma teoria sistêmica para entender as relações internacionais, e Ermolenko (1977), que propunha uma observação dos problemas globais a partir da sociologia.

2.1.2 A historiografia em outros países: as versões *oficiais* e as revisões críticas

A historiografia sobre a política externa soviética fora da URSS conheceu um desenvolvimento bastante notável, sobretudo nos Estados Unidos, e em menor escala, em outros países. Neste país, inclusive, o tema foi encampado por um campo de estudos com forte influência na academia, a chamada *Sovietology* (ou *Kremlinology*). Iniciaremos nossa exposição, entretanto, com autores que, apesar de não se inclinarem sobre o estudo da política externa no período pós-Stálin, detiveram enorme influência sobre boa parte da literatura na posterioridade.

Um dos trabalhos pioneiros e mais influentes na academia americana sobre a URSS é o de George Kennan, *The Long Telegram*, publicado no periódico *Foreign Affairs* sob o pseudônimo X. Os estudos sobre o comportamento da URSS no sistema internacional eram considerados um tema de extrema relevância já no final da década de 1940, quando o referido país já despontava como o maior rival dos EUA na arena internacional. A importância de Kennan foi bem além da academia, uma vez que logrou a influenciar sobremaneira o conteúdo da chamada Doutrina Truman e a execução do Plano Marshall para a reconstrução da Europa no pós-guerra. Em suas publicações, Kennan ressalta o caráter expansivo da URSS, a qual deveria ser contida por meio da mobilização militar dos EUA e da Europa Ocidental; a propagação de revoluções socialistas em outros países serviria mais como um legitimador dessa expansão (X, 1947).

Imbuídos dessa linha de raciocínio, diversos autores podem ser enquadrados como *ortodoxia* norte-americana. Eles identificam a origem da Guerra Fria no suposto comportamento expansivo da liderança soviética no imediato pós-guerra (BAILEY, 1950; FEIS, 1957). Essa interpretação preponderou nos EUA na fase inicial da Guerra Fria, mas continuou bastante influente nas décadas posteriores não apenas no ambiente acadêmico, como também no discurso político e na opinião pública (COULHON, 2002).

A partir da década de 1960, e mais especificamente a partir da eclosão da Guerra do Vietnã, esse campo de estudos testemunhou o surgimento e a disseminação de abordagens menos alinhadas à visão oficial (COULHON, 2002). Essa comunidade epistemológica, por vezes chamada de *não-ortodoxa* ou *revisionista* (este último termo, com viés explicitamente pejorativo¹³), questionava e criticava o papel desempenhado pelo governo norte-americano nos assuntos globais. Muitos desses autores, inclusive, desafiavam o consenso daquele período de que a URSS teria sido responsável pelo desencadeamento da Guerra Fria. Destacase o trabalho de Williams (1962), que, ao mesmo tempo em que elaborava uma leitura crítica da invasão soviética à Hungria em 1956, adotava uma tonalidade semelhante quanto às atividades dos EUA no Sudeste Asiático e na América Latina nas décadas de 1950 e 1960. Esse trabalho inspirou e baseou um conjunto considerável de autores em períodos posteriores, que rebatiam a tese do expansionismo soviético como principal fator para as tensões internacionais durante a Guerra Fria (LAFEBER, 2008; ALPEROVITZ; TREE, 1995; KOLKO, 1994)¹⁴.

A evolução da historiografia reflexivista¹⁵ permitiu que os debates e as questões analisadas não mais se concentrassem apenas no esclarecimento sobre a responsabilidade de dado Estado ou indivíduo na elevação das tensões da rivalidade entre Leste e Oeste. As motivações e as questões em mente dos pesquisadores se diversificaram e se tornaram mais complexas, especialmente após o final da Guerra Fria. Deve-se apontar, também, que houve um considerável aumento do interesse sobre esse processo histórico em outros países, com a adesão de pesquisadores de diversas outras nacionalidades, tornando o debate mais global do que em décadas anteriores. A partir dos anos 1990, houve um crescimento dos trabalhos que buscam analisar o papel das superpotências e das antigas potências coloniais no

¹³ Por esse motivo, optou-se por fazer uso do termo reflexivista.

¹⁴ Contudo, nem todos os autores dessa linha tinham como objeto de estudos a União Soviética; na maior parte das vezes, o intuito era entender a política externa norte-americana.

¹⁵ Preferimos usar o termo reflexivista ou crítica, por julgarmos que o emprego dos termos *revisionismo* ou *não-ortodoxia* colocam essa corrente em uma posição secundária perante às visões tradicionalistas ou, mesmo, em uma situação de pseudo-História.

desencadeamento ou na exacerbação de conflitos na África, na América Latina, no Sul da Ásia¹⁶.

Deve-se reconhecer que são justamente os trabalhos sobre história diplomática da vertente reflexiva ou crítica os que têm permitido um maior diálogo com outras áreas que também têm como objeto a política externa, como veremos a seguir.

2.2 ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

A análise de política externa configura-se como um campo que tem preocupações, metodologias e discussões que a distinguem da historiografia diplomática, ainda que ambas as áreas se debruçam sobre a política externa de determinados países. No caso da APE, há um interesse mais evidente em sistematizar e compreender conhecimentos, identificar generalizações, padrões, regularidades ou mesmo desvios no comportamento dos agentes na política internacional (HUDSON; VORE, 1995). Esses agentes, na maior parte das vezes, são Estados nacionais, mas, como veremos, são não necessariamente os únicos, ou sequer os mais relevantes em determinadas análises¹⁷.

Ainda que historiadores diplomáticos e pesquisadores de APE se preocupem com o mesmo objeto de estudos, a política externa de forma abrangente, ambas as comunidades epistêmicas tendem a se distanciar quando no que se refere aos *objetivos* e às *metodologias* de pesquisa¹⁸. Cabe ressaltar que, devido a sua própria gênese, a APE faz uso, principalmente, de instrumentos mais comuns na Ciência Política e nas relações internacionais¹⁹, enquanto a historiografia diplomática inspira-se, na maior parte, das metodologias de pesquisa da História.

Nesta subseção, buscaremos apresentar as principais leituras de análise de política externa que procuram entender nosso tema de investigação. Cabe ressaltar que não se tem como intento, neste exercício, de apresentar todas as correntes de análise de política, ou

¹⁶ Não exaustivamente, citamos nessa linha trabalhos com diferentes recortes analíticos, que se debruçam sobre a posição de determinados países em períodos históricos específicos, como: Xia (2008); Visentini (1992, 2004), McMahon (1994), Chen (2001) e Leffer & Westad (2010).

¹⁷ Os recortes analíticos permitem, inclusive, a estudar analiticamente o comportamento de instituições dentro do Estado, e também a formulação de políticas externas a partir de grupos sociais, organizações da sociedade civil, empresas, partidos, entre outros.

¹⁸ O que não significa que sejam áreas necessariamente concorrentes; há espaço, inclusive, para cooperação e aprendizagem mútua entre ambas as áreas, conforme propõem Elman & Elman (1997).

¹⁹ Por vezes, outras grandes áreas são alvo de inspiração dos pesquisadores em APE, como a Sociologia, a Antropologia, ou mesmo a Psicologia.

tampouco a evolução desta²⁰, mas sim de apenas apresentar algumas das visões mais representativas ou influentes em APE sobre os processos na extinta União Soviética.

2.2.1 Innenpolitik: a Política externa como produto da política interna

Nesta seção, discorreremos sobre as teorias de política externa que têm como ponto em comum o dimensionamento do papel da política doméstica na moldagem da política externa. No entanto, elas diferem-se no que se refere à qual dimensão analítica *importa* ou *importa mais* na explicação dos fenômenos de política externa (classes sociais, ideias, instituições estatais, indivíduos, entre outras). Tem-se usado o termo *Innenpolitik*²¹ para designar esse vasto e multifacetado conjunto de teorias (ROSE, 1998).

2.2.1.1 Os modelos institucionais sobre o processo de tomada de decisão

Uma das propostas de pesquisa nesse ramo refere-se ao processo de tomada de decisão em política externa, que teve na obra de Snyder (1954) sua fonte de inspiração. A tomada de determinada decisão em matéria de política externa implicava o conhecimento de como operam as organizações, como se configura o fluxo de informações, bem como se formam os interesses dos atores que influenciam na decisão.

Boa parte da literatura que adentrou esse campo de pesquisa parte do pressuposto de que era no Politburo onde eram formadas e decididas as grandes ações de política externa da União Soviética. Assim, para esses autores, caberia entender o posicionamento de integrantes não apenas para compreender, mas também para antecipar as possíveis medidas que poderiam ser tomadas em Moscou.

Imbuído das conclusões de Snyder (1954), Allison (1971) desenvolveu um dos trabalhos mais estudados e debatidos no campo de APE. Esse livro, que discorria sobre a Crise dos Mísseis de 1962, investigou e acompanhou a gestão das lideranças norte-americana e soviética na condução do contencioso²². Partindo-se do pressuposto de que os Estados *não* são atores racionais e monolíticos, o autor propõe modelos para entender dada decisão de

²⁰ A apresentação da evolução das pesquisas em análise de política externa foi feita de forma bastante elucidativa e satisfatória por Vore & Hudson (1995) e por Gerner (1995).

²¹ No alemão, significa política interna.

²² A segunda edição do trabalho, publicada em 1999, foi enriquecida com informações empíricas tanto do lado americano, quanto do lado soviético.

política externa. Propõe-se o conceito de *política governamental* para entender a dinâmica do processo de tomada de decisão em casos concretos, focando-se no círculo de poder mais próximo ao chefe de Estado, incluindo-se alguns conselheiros e ministros. Interessante notar que o trabalho, em que pese ser considerado um dos expoentes da vertente institucional de APE, traz, ainda que de forma contingente, a questão psicológica dos líderes em questão (no caso, John Kennedy e Nikita Khrushchov). No entanto, o livro deixa uma questão importante não resolvida: não está claro se o aparato estatal se mostra apenas como uma força interveniente nos processos de tomada de decisão, ou se é, de fato, formador de interesses e de políticas.

O processo de tomada de decisão na URSS tem sido alvo de interesse de diversos pesquisadores norte-americanos em décadas posteriores. No entanto, durante boa parte da Guerra Fria, os estudos sobre esse tema específico apresentavam limitações significativas por duas grandes razões: primeiro, por sobrevalorizar apenas uma categoria analítica, empobrecendo e limitando o alcance das explicações (ALEXANDER, 1984). Em segundo lugar, muitas das pesquisas sobre o processo decisório detinham objetivos demasiadamente audaciosos, de antecipar o comportamento e as futuras decisões do governo soviético.

Stewart, Hermann e Hermann (1989) analisam o processo de tomada de decisão na cúpula do poder político soviético, o Politburo, durante a atuação da URSS no conflito árabe-israelense de 1973. Os autores identificam três dimensões analíticas distintas para a compreensão do processo de tomada de decisão:

- a) a natureza do regime político em vigor no país,
- b) as percepções e os estilos pessoais de cada um de seus integrantes,
- c) como são tomadas as principais decisões coletivas.

Em relação ao regime em vigor, os autores têm em mente não exatamente a clássica dicotomia entre totalitarismo e democracia, mas sim a posição em que se encontra a autoridade, a partir de dois critérios: nível de competição do poder no alto escalão (alto ou baixo) e concentração da autoridade política (dispersa ou concentrada). Ao longo do período de Khrushchov (1953-1964), por exemplo, havia uma alta concorrência pelo poder, e a autoridade estava moderadamente dispersa, ainda que tenha havido uma concentração na figura do líder no final da década de 1950. A partir de 1960, houve aumento da competição pelo poder do líder, até sua deposição em 1964. A chegada de Brejnev naquele ano provocou um arrefecimento tanto da competição pelo poder, quanto uma descentralização do poder na cúpula, pelo menos até sua morte em 1982, quando se observa uma retomada das disputas no

alto escalão. Os autores também analisam qualitativamente a posição dos indivíduos que ocupavam cargos no referido órgão, tendo-se em mente alguns critérios que julgam ser pertinentes, como por exemplo as percepções de cada um sobre o mundo e sobre a relevância do Oriente Médio para os fins da política externa soviética, se dado indivíduo apresentava uma trajetória do tipo *carreirista* (isto é, se havia concentrado suas atividades em torno de uma única instituição) ou *generalista* (se havia ocupado anteriormente cargos em diversas organizações). Os autores propõem, ainda, um esquema para a resolução de eventuais disputas entre os membros do Politburo.

Dawisha (1984) buscou formular e aplicar um modelo para entender a atuação da liderança soviética em momentos de crise. A autora pressupõe que, em momentos de grave crise, a capacidade de tomar decisões por parte dos agentes torna-se prejudicada. No caso específico soviético, a autora pondera que se deve levar em conta o papel das ideias e da linguagem política dominante na elite política, que tenderiam a tornar menos flexível as visões de mundo. Assim, a elite política soviética atingiria consensos de forma mais rápida do que no Ocidente, enquanto a possibilidade de contestações ou dissensos em reuniões, congressos seria bem menor do que em suas correspondentes no Ocidente.

No caso específico da crise tchecoslovaca, as três hipóteses da autora são avaliadas e testadas, a saber:

- a) quanto maior o stress, maior a rigidez conceitual, mais frequente o uso de estereótipos, e menor a capacidade de dar conta da complexidade do problema;
- b) quanto maior o stress, maior será a propensão por parte do tomador de decisão a valer-se de experiências passadas, a incorrer em analogias equivocadas e a fazer generalizações excessivas;
- c) quanto maior o stress, maior será a valorização de resultados imediatos ou de curto prazo, e menor a relevância dada a questões de longo prazo.

Ao aplica-las no caso concreto, a autora conclui que as duas primeiras apresentam validade. Quanto à primeira, o desdobramento da crise em 1968 diminuiu o interesse da liderança soviética em analisar com maior profundidade as consequências sociais e políticas da ação militar no país e a sobrevalorizar o papel do líder reformista tcheco, Alexander Dubček, como antissoviético ou mesmo antissocialista, incorrendo em um grave reducionismo que prejudicaria a posição da URSS. Quanto à segunda hipótese, as experiências (ou *lições*) relacionadas a quatro eventos anteriores (a Segunda Guerra Mundial, a cisão soviético-iugoslava de 1948, o Levante Húngaro e a Crise Polonesa, ambos de 1956)

eram usados não apenas como exemplos a serem evitados a todo custo pelas principais lideranças soviéticas, mas como repositório de conhecimento a ser extraído para a atuação no caso em pauta, ainda que a crise de 1968 resguardasse especificidades e diferenças em relação aos quatro eventos supracitados. Apenas a terceira hipótese não encontra respaldo empírico, uma vez que não havia evidências claras a respeito da perda dos interesses e dos objetivos de longo prazo por parte dos tomadores de decisão.

Nessa mesma corrente, Breslauer (2015)²³, ao buscar entender a estratégia soviética para o Oriente Médio, dispensa o uso das metodologias que enxergam o Estado como atores unitários e portadores de estratégias únicas, e passa a reconhecer a coexistência ou mesmo a disputa de visões sobre a política externa e sobre a estratégia de atuação internacional na própria elite intelectual soviética (*intelligentsia*). Ele seleciona e compara as visões de cinco autores bastante destacados naquele país, os quais, além de ocuparem cargos relevantes em institutos de pesquisa e em revistas altamente prestigiadas no país, apresentavam diversificadas conexões com membros do Politburo e de outras instituições da cúpula de poder. Esse trabalho, ainda que não tenha o mesmo enfoque institucionalista dos demais trabalhos nesta vertente, enumera a diversidade de visões estratégicas que estavam em disputa em Moscou, e que refletiram na execução política do país durante boa parte do período da Guerra Fria.

Como o leitor atento pode perceber, a literatura sobre processos institucionais tem sido bastante conveniente para entender determinadas decisões concretas com notável nível de sofisticação nas formulações e nas conclusões. No entanto, com algumas exceções, não chega a dar conta de fornecer respostas de por que estratégias de prazos mais longos são levadas a cabo, tampouco se preocupa com o que fornece direcionamento à política externa em espaço mais amplo de tempo. De forma mais sucinta, os modelos institucionais são relevantes para entender determinadas decisões limitadas no tempo e no espaço, mas tendem a deixar algumas lacunas quanto às grandes estratégias de política externa, de caráter mais geral e duradouro. Ademais, elas apresentam certa dificuldade para entender a dinâmica complexa das mudanças e das continuidades na evolução da política externa diante da preferência por estudos que abordam intervalos mais curtos e detrimento das periodizações mais longas.

Outro conjunto de problemas tem a ver com a própria estruturação metodológica dessa linha de pesquisa. Os membros dessa corrente viram-se em graves problemas para a consecução de seus trabalhos ao reconstituir, por exemplo, a realidade do grupo tomador de

²³ Neste caso, referimo-nos à segunda edição da referida obra, cuja primeira publicação ocorreu em 1990.

decisão. Evidentemente, os pesquisadores viam-se restringidos em função das limitações de acesso a informações classificadas (por razões de segurança nacional) sobre a comunicação interna desses grupos, a menos que o próprio autor tenha sido membro do grupo em questão. Ainda, no caso soviético, as limitações idiomáticas e a dificuldade em se organizar entrevistas ou pesquisas com os indivíduos diretamente ligados ao objeto em estudo apresentou (e apresenta) dificuldades adicionais na elaboração de teses sobre o problema.

Na realidade, a análise dos processos de tomada de decisão por parte na cúpula de poder na União Soviética manteve sua predominância durante muito tempo na academia americana, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, e até mesmo após a extinção do país em 1991 essa proposta analítica ainda permanece relevante. Veremos mais adiante o trabalho de Robert Putnam (1988), que apresenta muitos pontos em comum com a vertente aqui exposta, mas adiciona elementos interessantes e inovadores, os quais nos levam a categorizá-lo em uma corrente analítica à parte.

2.2.1.2 Contexto de política externa

Um segundo foco de abordagem sobre política externa em geral ocupa-se a entender a conjuntura em que essas decisões foram tomadas²⁴. Até o final da década de 1970, a maior parte dos trabalhos que buscavam entender ou determinar o contexto de política externa direcionavam suas atenções para os líderes nacionais. Trata-se do nível mais *micro* de análise, isto é, a estrutura cognitiva das lideranças responsáveis pela determinação da política externa, contemplando-se suas crenças, atitudes, valores, hábitos, ideologia, e entre outras categorias. As abordagens cognitivistas foram extensivamente aplicadas em estudos de política externa em geral, uma vez que o campo da psicologia, além de inspirar essas pesquisas, fornecia ferramentas de bastante consolidadas para entender dado problema. Em geral, essas análises partiam do pressuposto de que as características individuais dos líderes nacionais eram um atributo chave na compreensão da política externa, especialmente ao se analisarem os casos em que o líder detinha forte controle da política pelo líder nacional. Para os pesquisadores ocidentais influenciados pela leitura das teorias do autoritarismo, fazia sentido aplicar esse arcabouço teórico para entender a política externa da União Soviética e de outros regimes socialistas.

²⁴ Cabe citar que a obra de Harold e Margaret Sprout (1965) teve enorme impacto no estabelecimento dessa vertente de pesquisa, ao proporem a observação do meio (especialmente psicológico) tanto dos indivíduos-chave como das coletividades para entender determinada empreitada em política externa.

Hermann (1980) configura-se como um dos exemplos do cognitivismo aplicado ao estudo de política externa soviética. A autora parte da premissa de que o Politburo do PCUS manteve, durante todo seu período de existência, a centralidade em sua capacidade de tomar decisões referentes à política externa. Assim, propõe-se uma análise dos discursos e das declarações públicas, das entrevistas e das publicações escritas, para mensurar o caráter de cada um dos membros do referido órgão²⁵. Uma das revelações dessa pesquisa é a de que os membros mais entusiastas da estratégia da Détente eram justamente aqueles que mantinham maior senso de confiança em relação a si próprios e viam menores ameaças a partir de seus colegas no Politburo.

O tema das percepções dos líderes nacionais é levantado por Hermann (1985). De forma semelhante a outros autores cognitivistas, o autor parte do pressuposto de que os líderes nacionais são centrais na definição da política externa, para assim aplicar essa metodologia em diferentes contextos históricos durante a era Brejnev. A preocupação do estudo é entender qual a percepção que os líderes soviéticos faziam dos Estados Unidos, entre dois estereótipos: o primeiro como o de um inimigo e o segundo como o de um país degenerado. Entre as fases analisadas, durante as escaladas de tensão (final dos anos 1960 e final dos anos 1970), os estereótipos relacionados à imagem de inimigo se tornaram mais evidentes, enquanto que durante a fase da Détente (início da década de 1970) as imagens se tornaram mais complexas e menos estereotipadas.

No entanto, não foram poucos os trabalhos que se propunham analisar o contexto social da política externa, ou seja, ir além do enfoque psicológico ou cognitivista dos indivíduos tomadores de decisão. Dallin (1969) apresenta um dos trabalhos pioneiros de identificar como o meio doméstico influenciava a política externa da União Soviética. O trabalho, que pode ser enquadrado como pertencente à teoria da modernização, aponta a tendência de que, como o sistema político soviético estava em desenvolvimento, era natural de se esperar que houvesse um gradual aumento na inclusão de atores na participação em questões de política externa. Entretanto, essa tendência enfrentaria uma barreira fundamental que se reflete na estrutura centralizada de poder, sobretudo no que se refere à condução da política externa.

Como possível crítica, a ênfase desse tipo de perspectiva é, ao mesmo tempo sua fraqueza: o enfoque superdimensionado no indivíduo subestima significativamente o papel das instituições, do interesse dos grupos e, ademais, do próprio papel da política (tanto interna

²⁵ Entre os parâmetros propostos, citam-se: o nível de desconfiança em relação aos demais membros, a ambição por poder, a noção de capacidade de controlar eventos, autoconfiança, entre outras.

como externa). Essas teorias, ao se focarem no plano *micro* da política, apresentam grande valor para explicar decisões e atitudes específicas adotadas em política externa, mas não conseguem entender o fenômeno político em uma escala maior de tempo, padecendo do mesmo problema das pesquisas de processo decisório elencadas na seção anterior. Assim, valendo-se das teorias cognitivas, é possível obter uma razoável aproximação para entender a decisão final de enviar tropas para a Tchecoslováquia em 1968 e para o Afeganistão em 1979, mas dificilmente não explica por que a Détente com os Estados Unidos foi a grande estratégia perseguida durante toda a década de 1970, ou por que a tensão entre a URSS e a China se agravou continuamente ao longo da década de 1960.

Cientes dessas limitações, alguns teóricos buscaram ampliar o espectro das investigações sociais para além dos indivíduos-chave responsáveis pela condução e pela tomada de decisões em matéria de política externa. Especialmente a partir da década de 1980, houve uma revitalização dos trabalhos que observavam o meio social onde se formulavam e se executavam as ações de política externa. A partir desse período, começaram a ganhar maior respaldo os estudos sobre como a cultura influencia a política externa, se a mudança de regimes políticos impacta no comportamento do Estado, ou ainda, como as estruturas políticas domésticas influenciam na ação internacional dos Estados. Particularmente, observou-se a retomada e a releitura da chamada teoria da paz democrática, que procurava estabelecer uma relação positiva entre o advento de regimes democráticos e a redução dos conflitos no mundo.

Uma das proposições mais polêmicas em todo o subcampo do estudo da política externa soviética são as que buscam projetar a ideia de totalitarismo para o caso soviético.²⁶ Brzezinski, (1967: 393) um dos principais nomes nessa corrente, buscava entender como o marxismo-leninismo influenciava as relações *entre* os países de orientação marxista. Para o autor, “o interesse nacional soviético era [...] aumentar o poder e as potencialidades da União Soviética para promover o comunismo”. O autor entendia que as divergências de interpretação sobre as postulações de Lênin provocaram rupturas ou distanciamentos nas relações entre os países do bloco socialista. Nessa visão, a consolidação da liderança de Stalin entre 1947 e 1953 foi possível mediante a uniformização ideológica, ao passo que as divergências de interpretação sobre a teoria leninista teriam provocado atritos cada vez mais latentes entre o Partido Comunista da União Soviética e o da China após a morte do referido líder soviético, refletindo nas relações entre os dois estados. Essas divergências, segundo o autor, também explicariam as tensões entre a União Soviética e a Hungria em meados da

²⁶ A União Soviética foi classificada como um sistema totalitário por Hannah Arendt em *The Origins of Totalitarianism* (1979 [1951]), assim como a Alemanha Nazista e a Itália Fascista.

década de 1950, culminando na ação militar soviética que depôs o governo reformista de Nagy Imre. Odom (1976) aponta que não caberia questionar se o sistema político se concentra nas mãos do ditador, mas sim, o quão disperso se encontra o poder entre as instituições políticas relevantes. Para ele, a abordagem totalitária, apesar de algumas falhas em suas postulações iniciais, não deve ser descartada completamente, haja vista a permanência da centralização administrativa e política.

Essa abordagem aplicada ao caso soviético é refutada por Fernandes (2000), que elenca uma série de limites metodológicos e empíricos que elas incorrem. O principal argumento crítico é a dificuldade daquelas análises em captar as mudanças no sistema político ao longo do tempo nas sociedades de orientação marxista, como a Perestroika e as reformas econômicas na China a partir da década de 1970, ou mesmo as divergências de princípios entre Khrushchov e seus opositores, como veremos no Capítulo. Um questionamento bastante pertinente que o autor brasileiro expõe é a equalização que se promove nos marcos do totalitarismo entre a experiência histórica da URSS e de outros países socialistas com a da Alemanha nazista capitalista, tendo-se como parâmetro principal o domínio do Estado sobre a esfera privada, por meio de uma separação, por vezes forçada, entre as esferas social, política e econômica. Nesse caso, não se apreende que, no primeiro caso, o Estado detém o poder de decisão sobre as atividades produtivas de forma relativamente autônoma, enquanto no segundo caso, a produção permaneceu sob o controle direto de atores privados, mas com grande influência do Estado hitlerista.

Ademais, entendemos que a aplicação das teorias sobre o totalitarismo apresenta graves problemas no que concerne à sua sustentação empírica. Como veremos ao longo desta pesquisa, houve, de fato, um estranhamento entre a URSS e a RPC no âmbito interpartidário, mas que decorria não apenas de interpretações sobre o legado de Lênin e de Stálin, mas também (ou principalmente) de problemas e desconfianças de ordem prática, que remetiam a problemas políticos internos tanto na China como na URSS. Ainda assim, a ruptura política entre os dois países ocorreu cerca de dez anos após a publicização das divergências no nível interpartidário em 1956, decorrentes das denúncias de Khrushchov ao passado stalinista. Assim, caso a teoria do totalitarismo fosse adequada, essa ruptura no plano intergovernamental haveria de ocorrer com maior rapidez e sem instâncias intermediárias.

A teoria pluralista também se posiciona como uma crítica frontal à abordagem dos sistemas totalitários. Essas teorias passaram por notável progresso por volta das décadas de 1960 e 1970, como decorrência do processo de *destalinização* durante os anos de Khrushchov no poder e, também, reforçadas durante os anos de Brejnev, em que a figura de Stalin foi

reabilitada, em detrimento da imagem do próprio Khrushchov. Langsam e Paul (1971) advogam pela admissibilidade da *abordagem de grupos* no caso da URSS. Por um lado, a pluralidade de interesses é uma consequência da estrutura econômica bastante diversificada, como era o caso soviético. A outra parte da explicação tem a ver com o próprio tamanho do país e a diversidade cultural e nacional dentro da URSS, que não encontrava paralelos nos EUA ou mesmo em outras sociedades no Ocidente.

As teorias pluralistas, em que pese terem elaborado críticas relevantes ao totalitarismo, também apresentavam sérias limitações para entender o sistema soviético (neste caso, incluem-se também suas relações externas). A principal dessas limitações diz respeito à replicação dos padrões e dos conceitos ocidentais de grupo de interesse, instituições, partidos políticos e entre outros para o caso da URSS e de outras sociedades de orientação marxista, as quais careciam da noção clássica da separação entre as esferas pública e privada que permeia os fundamentos do pensamento liberal (ODOM, 1976; FERNANDES, 2000). Outra falha dessa perspectiva é subdimensionar o papel da autonomia do Estado perante a sociedade que o rodeia, o que, para Fernandes (2000: p. 40), mostra-se complicado inclusive para empregar na análise sobre as sociedades ocidentais, e se torna fatal quando introduzido no caso soviético.

Desde o final dos anos 1980, a APE, assim como as relações internacionais, passou pelo crivo dos autores que se posicionam como *construtivistas* ou *construtivistas sociais*. Esses autores, assim como nas RI de forma mais geral, defendem a necessidade de se entenderem as ideias e seu papel no processo de formulação de política externa. Em outras palavras, seria necessário ter-se em mente não apenas *o que os líderes pensam*, como a vertente cognitivista referida anteriormente propõe, mas o conteúdo das próprias políticas defendidas pelos estadistas e pelos diplomatas, que podem ser apreendidos via análise de discurso. A maior parte dessas pesquisas pode ser situada dentro da agenda de pesquisa que procura entender o contexto da formulação da política externa.

De acordo com essa filosofia, cada país apresenta e busca colocar em prática um conjunto de regras, costumes, ideias e visões de mundo que moldam as atitudes assumidas por seus líderes no plano internacional. De forma geral, a cultura política importa para os autores construtivistas. Por exemplo, o hábito da elite política russa atual em considerar a Ucrânia e a Belarus como países subalternos ou de valor simbólico e histórico (TSYGANKOV, 2013). Outros autores construtivistas vão ainda mais além: a cultura e a identidade de determinado país, que podem ser visualizados ao se observar os discursos, as narrativas e até mesmo a literatura, fornecem imagens e visões de mundo nos quais se formam os interesses nacionais.

Ted Hopf (2002), que também apresenta o caso russo para estudo, faz uma análise dos principais *best sellers* na cidade de Moscou em dois momentos, na década de 1950 e em 1999. A partir da análise dessas obras literárias altamente populares, o autor faz uma análise sobre a visão russa sobre o mundo e sobre suas relações com outros países. O construtivismo tem-se firmado como uma abordagem cada vez mais propalada em APE, a ponto de ser considerado *mainstream* na academia norte-americana e europeia, junto com o realismo e o liberalismo.

Apesar da inegável contribuição desse paradigma não apenas na APE, mas no campo mais abrangente das relações internacionais, é possível suscitar algumas ponderações. Se por um lado, o mundo material não existe sem as ideias construídas socialmente, a recíproca também é verdadeira, o que sugere uma interação muito mais complexa do que uma simples do que as do tipo *causa e consequência*. Mais incisivos ainda são os questionamentos, feitos tanto por realistas como por marxistas, sobre as mudanças que se podem observar nas normas, nas ideias e nos discursos ao longo do tempo. O motivo dessas mudanças em discursos, em imagens e outras categorias materiais dá-se, de acordo com realistas e a maior parte dos marxistas, por mudanças na correlação de forças internacionais e domésticas, que procurarão moldar a realidade em conformidade com suas visões e com seus interesses (políticos e econômicos).

2.2.1.3 A agenda de política externa comparada

Um dos trabalhos mais importantes dessa fase inicial foi o de James Roseneau (1966), considerado predecessor dos estudos de política externa comparada. Para ele, seria possível pensar em generalizações e características comuns que poderiam ser observadas em diferentes países (*cross-national generalizations*), e essas teorias deveriam ser alvo de estudos empíricos. Essa agenda de pesquisa sofreu influência da chamada virada behavioristas, que impactou fortemente a academia norte-americana e em outros países ocidentais, que buscou, entre outros objetivos, sistematizar a totalidade do conhecimento em ciências sociais. Apesar da importância do enfoque geral, Roseneau era partidário das chamadas teorias de *médio alcance* ou de *meio-termo*, isto é, que se levassem em conta as generalizações, mas sem se desvincular da análise e da complexidade dos estudos de caso.

Os estudos mais relevantes nessa subárea buscavam catalogar uma grande quantidade de dados ou eventos, geralmente entre diferentes países, como por exemplo, população, área, densidade, economia, sistemas de governo, e as correlacionam com os eventos de política externa. Para esses autores, seria possível traçar generalizações do tipo *cross-national*, as

quais poderiam ser, por sua vez, transformadas em teorias de política externa ou mesmo de relações internacionais (ROSENEAU, 1974; MCGOWAN; SHAPIRO, 1973; ANDRIOLE; WILKENFELD; HOPPLE, 1975).

Dentre as principais agendas de pesquisa em APE²⁷, a política comparada foi a que permaneceu menos desenvolvida no campo da *Sovietology*. Os principais problemas enfrentados nessa agenda de pesquisa, e especialmente ao se tratar da União Soviética e de outros estados com orientação marxista, são de natureza metodológica. Em primeiro lugar, citamos a dificuldade de se obter acesso a dados acerca dos países comunistas (alguns dos quais já extintos) e, em segundo, porém não menos relevante, a discrepância dos conceitos usados nos países dos dois blocos²⁸. Afora essas questões relacionadas ao nosso tema de pesquisa, o campo de política externa comparada não cumpriu o grande objetivo inicial de identificar generalizações teóricas, mesmo com o enorme esforço de catalogação e sistematização de dados (HUDSON; VORE, 1995). Além disso, diversos *eventos* (para usar uma terminologia amplamente empregado nessa vertente), tais como percepções, memórias, cultura e história não poderiam ser facilmente mensuráveis ou quantificados, o que restringia sua capacidade analítica. Esses são os principais motivos para o relativo parco avanço da agenda de política comparada quando aplicada à política externa soviética.

2.2.2 *Weltpolitik*: as teorias sistêmicas

Outras abordagens fazem uso do sistema internacional como ponto de partida para entender a política externa de determinados Estados. Ainda que a maior parte dos estudos que se valem dessa metodologia não tenham como objetivo central analisar a política externa particular de determinados atores, e sim entender o funcionamento da estrutura do sistema internacional, faz-se necessário mencioná-los, dado que, em muitos casos, o exemplo da ação externa da União Soviética foi usado para refutar ou comprovar teorias nas discussões, sobretudo em debates entre autores neorealistas. Identificamos duas correntes sistêmicas bastante influentes que buscam entender a URSS dentro de um contexto mais abrangente: o

²⁷ Na classificação presente em Hudson e Vore (1995), as três grandes agendas de pesquisa são: a) processo de tomada de decisão ou política institucionais; b) análise do contexto social de política externa e c) política externa comparada.

²⁸ Por exemplo, a contabilidade social e a mensuração do nível de atividade econômica davam-se de maneira divergente entre os países capitalistas e socialistas. Enquanto o conceito de renda nacional ou de produto interno bruto era difundido nos países ocidentais, na União Soviética, o conceito preterido era o de produto material líquido, que, entre outras diferenças metodológicas, não englobava boa parte do setor de serviços.

neorrealismo ou realismo estrutural e as teses sobre o sistema-mundo, defendidas sobretudo por Immanuel Wallerstein.

Na visão de Rose (1998), esses autores se contraporiam às análises do tipo *Innenpolitik*, que apresentamos no tópico anterior. Entretanto, o autor não chega a propor uma nomenclatura que as abarcasse em uma única categoria; assim, propomos o termo *Weltpolitik*²⁹.

Entre os autores comprometidos com o neorrealismo, existe uma tendência ao consenso de que, em virtude do caráter anárquico do sistema internacional, no qual inexistente uma autoridade central com capacidade de regular e solucionar os conflitos que emergem entre os agentes da estrutura, quais sejam, os Estados soberanos, estes, por sua vez, empreendem medidas para garantir sua autossuficiência e sua preservação. Por um lado, Waltz (1979) afirma que o comportamento dos Estados é *moldado* pelo sistema internacional vigente, sobretudo com relação à polaridade, mas também quanto à distribuição de poder entre os atores. Enquanto a bipolaridade persistiu no mundo, a política externa da União Soviética deve ser analisada como um dos polos desse jogo. A baixa interdependência econômica e militar entre os EUA e a URSS, se comparado a períodos anteriores, explica-se não apenas pelo tamanho territorial e pela alta concentração de poder entre eles, mas também pela polarização do poder. A complexificação da estrutura de distribuição do poder a partir da década de 1950, com o ressurgimento de forças como a França, o Japão e a China, poderia alterar profundamente a estrutura do poder nas relações internacionais e, também, no comportamento de seus agentes, incluindo-se os EUA e a própria URSS.

A visão mais radical do neorrealismo sistêmico ou estrutural aparece em Mearsheimer (2001), que traz a análise do realismo para as questões do desenvolvimento do poder militar. Em sua visão, a noção de paridade nuclear, ou mais exatamente, de superioridade nuclear, é fulcral para entender a política externa soviética durante a Guerra Fria, conceito que se vincula não ao número de ogivas em posse de determinada potência, mas sim na capacidade de dada potência militar em neutralizar um ataque nuclear perpetrado por uma força adversária. Nessa visão, além da questão da polaridade, as alterações ao longo do tempo não apenas em termos das quantidades dos arsenais nucleares, mas também quanto à melhoria na eficácia em se atingirem seus alvos, à capacidade e à rapidez de revidar um ataque nuclear ou de neutralizar o lançamento de mísseis seriam fundamentais para entender a política externa soviética ao longo de todo o período. Nessa visão, a Détente nas relações soviético-

²⁹ Política mundial, em alemão.

americanas por volta da década de 1960 foi possível graças ao estabelecimento da paridade estratégica (e da destruição mútua assegurada) entre ambos. Por outro lado, seu fim também estaria relacionado à busca pelo restabelecimento da superioridade nuclear por parte dos Estados Unidos no início da década de 1980.

Apesar da capacidade explanatória ser elevada exatamente onde as teorias da linha *Innenpolitik* experimentam maior dificuldade, ou seja, no exame das grandes estratégias nacionais, as visões realistas estruturais, por sua vez, tendem a subvalorizar os processos de ruptura política e social e apresentam dificuldades significativas para entender as nuances na própria trajetória histórica dos processos políticos. Por vezes, concede-se uma relevância exagerada a fatores de ordem militar, ao mesmo tempo em que se nota dificuldade em apreender processos, reviravoltas ou rupturas nas políticas externas, mesmo quando as correlações de força militar se mostram praticamente constantes.

Cabe levantar neste ponto a tese dos sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein (1975), ainda que o autor não tenha produzido uma análise mais detida sobre os processos sociais e econômicos na URSS e em sua órbita de influência. Em sua visão, a totalidade da Guerra Fria insere-se em uma etapa específica do sistema-mundo capitalista. Ademais, a URSS, ou de acordo com sua tipologia, o ‘governo-mundo socialista’ é integrante do próprio sistema-mundo capitalista, ainda que o primeiro se configure em um movimento antissistêmico *dentro* do segundo. Nessa visão, a URSS, ao mesmo tempo em que pretendia contestar o modelo capitalista, buscou incutir algumas vantagens, aumentando as trocas com países não-socialistas a partir da década de 1960. Na tipologia dessa corrente, a inserção soviética era semelhante a outros países semiperiféricos como o Brasil e o México: apresentava uma relação hegemônica com relação a países em sua órbita (no caso, os membros do Comecon) ao mesmo tempo em que apresentava uma relação econômica subordinada e exportadora de matérias primas para os países centrais.

Contudo, um exame mais nítido da estrutura comercial da URSS mesmo após a intensificação das trocas comerciais com os países ocidentais torna essa explanação parcialmente equivocada, já que o comércio com os países centrais era cada vez mais dominado por matérias primas tanto no lado das exportações como nas importações soviéticas. Essa análise não deve se basear principalmente com base na pauta comercial dos países, mas sim na própria estrutura em que essas transações e as operações financeiras se inseriam.

Uma proposição possivelmente mais profícua nessa linha pode partir da ideia da hierarquia das moedas no sistema internacional durante a Guerra Fria. Ao acatar as transações

comerciais denominadas em dólar norte-americano em quase todas as operações econômicas com países capitalistas, com inclusive papel fundamental na movimentação dos chamados eurodólares e dos petrodólares, a URSS ingressava na economia global em posição inferior aos EUA, ao mesmo tempo em que mantinha uma posição dominante nas relações econômicas com países aliados da Europa Oriental, ao estabelecer como moeda de troca o rublo convertível em todas as transações intrabloco. No entanto, nas negociações e nas ações que envolviam países e atores para além da Europa Oriental, o dólar norte-americano era transacionado.

2.2.3 Análises Multiníveis

A partir da década de 1980, e com mais preeminência nos anos 1990, a APE tem conhecido um desenvolvimento de abordagens do tipo multiníveis ou multidimensionais. Essa tendência colocou como crítica ao afã de se buscar generalizações, como havia sido feito nos trabalhos behavioristas e quantitativos das décadas de 1960 e 1970, e que não produziram resultados conclusivos nesse campo de estudos.

Assim, os estudos multidimensionais em APE buscam inspiração das diferentes escolas de relações internacionais, e mesmo de outras disciplinas sociais. Há um esforço interessante de fazer com que arcabouços analíticos de diferentes escolas façam sentido em um mesmo trabalho. Um caso típico é o do chamado realismo neoclássico que, sem abrir mão de algumas premissas realistas típicas, acrescenta fatores menos convencionais nessa tradição, incluindo-se aspectos não militares e mesmo não-materiais, como as disputas de política interna e de grupos de interesse, além da percepção dos tomadores de decisão. Salientamos duas agendas de pesquisa com notável desdobramento sobretudo a partir dos anos 1990, a saber: a teoria dos jogos de dois níveis e o realismo neoclássico, além da tipologia de Herman (1990) sobre mudanças na política externa, obra que fornece enorme contribuição para esta tese.

2.2.3.1 Jogos de dois níveis

O esquema analítico apresentado por Putnam (1988) permanece como uma das mais amplamente estudadas e aplicadas não apenas em análise de política externa, mas também nas relações internacionais de forma mais geral. A principal contribuição deste autor não foi

apenas de incorporar as disputas políticas domésticas como fatores para a política externa, mas também de propor um modelo que abarcasse com maior profundidade o processo pelos quais os âmbitos interno e externo se influenciam reciprocamente³⁰.

De forma sucinta, o autor critica as teorias realistas mais tradicionais, que enxergariam o estado como um ator unitário, detentor de um único interesse (ou política) nacional, e que dão pouca relevância ao papel dos atores domésticos na política exterior. Estes, na verdade, buscam ampliar sua influência no governo para promover seus interesses específicos. A definição dos contornos da política externa de determinado país, de acordo com Putnam (1988), passa por uma complexa interação, que ganha na referida obra a metáfora de jogo, que ocorre entre os agentes dos dois níveis em questão, o ‘tabuleiro’ interno (grupos setoriais, ou de interesse) e o ‘tabuleiro’ externo (estados soberanos); o elo entre esses níveis não é o Estado como um todo, mas apenas uma parcela do poder Executivo.

Nessa visão, os Estados promovem negociações entre si no plano internacional. O resultado dessas negociações – os acordos – devem ser submetidos à aprovação dos diversos agentes domésticos. Neste caso, essa aprovação vai bem além do mero consentimento do Legislativo, previsto em lei. É necessário, também, o apoio da base política governamental, inclusive de grupos privados, facções do partido ou da coalizão governante, de empresas, entre outros. O apoio pode ocorrer expressa ou tacitamente. Caso sejam rejeitados ou modificados internamente, esses acordos devem ser novamente submetidos a uma nova rodada de negociações no plano externo.

Para a celebração de determinado acordo internacional entre dois ou mais Estados, deve haver uma coincidência entre eles de conjuntos de vitória, isto é, de resultados que sejam aceitos por suas respectivas bases de apoio domésticas. Neste modelo, os dados da conjuntura doméstica propiciam a informação fundamental para que o acordo internacional seja alcançado. Assim, quanto maiores os conjuntos de vitória de determinado país, maior o número de acordos que o diplomata ou negociador pode assinar com seu interlocutor estrangeiro. De forma oposta, se os grupos domésticos aceitarem um conjunto de vitórias restrito, a margem de manobra para o negociador na arena internacional deverá ser igualmente estreita.

Ao se analisar o caso soviético, nota-se a existência de alguns trabalhos já fizeram uso do esquema desenvolvido por Putnam, ou que dele tiraram inspiração. Aimaq (2000) elabora

³⁰ O trabalho de Putnam, apesar de se inspirar na agenda de pesquisa sobre o contexto da política externa, agrega outras questões que o aproximam da agenda de processo decisório. Por esse motivo, classificamo-lo como uma abordagem multinível.

uma análise que combina questões domésticas e internacionais para entender a política soviética em relação à França durante o período de Khrushchov, o qual, em 1956, ameaçou a usar seu arsenal nuclear contra Paris para fazer valer seus interesses durante a chamada Crise de Suez. Dez anos mais tarde, entretanto, os dois países procuraram colocar em prática a política de *rapprochement*, isto é, de aproximação política, culminando na visita do presidente francês, Charles de Gaulle, a Moscou, em junho de 1966. Segundo a autora, ao mesmo tempo em que se desenvolve as relações no âmbito interestatal, faz-se necessário levar em conta as diferentes visões e estratégias de atuação entre facções e indivíduos em disputa no âmbito doméstico de dado país. Assim, as políticas soviéticas para com a França naquele período refletem não apenas a interação entre as grandes potências, mas também as disputas internas pelo controle dos processos políticos na União Soviética após a morte de Josef Stálin, em 1953. Ao ameaçar nuclearmente Paris, Khrushchov teria buscado não apenas demonstrar a política de dissuasão da União Soviética frente aos países ocidentais, como, também, de fortalecer sua liderança no plano doméstico, que à época era fortemente contestada por Gueórguiy M. Malenkóv e por Vyacheslav M. Mólotov³¹. Para a autora, a posição firme de Khrushchov em relação à França durante a crise de Suez, promovia a reputação de Khrushchov no alto escalão soviético, sobretudo diante dos dirigentes da chamada *linha-dura*.

Aimaq aponta que, ao longo dos anos 1960, houve uma melhora contínua das relações entre Moscou e Paris. No plano externo, a URSS buscou explorar as divergências cada vez mais visíveis entre os países ocidentais naquele período, sobretudo entre a própria França e os Estados Unidos³². Ao mesmo tempo, no plano interno, o apoio do alto escalão soviético a Khrushchov se desmantelava, diante do malogro de uma série de políticas, como a da *Tseliná* (expansão das fronteiras agrícolas, sobretudo na Ásia Central e na Sibéria) e das crescentes dificuldades econômicas no país, e a política de defesa, que passou por cortes de verba naquele momento. A aproximação com Paris, nos cálculos do líder soviético, poderia minguar as pressões na agricultura, com a introdução de inovações técnicas que os franceses dominavam, e promover a própria posição soviética na Europa Ocidental. No entanto, a deposição de Khrushchov em outubro de 1964 expôs os erros de cálculo do referido líder soviético, dada sua perda de apoio interno.

³¹ Lavrénty Béria era outro adversário de Khrushchov, mas apenas até o final de 1953, quando foi assassinado. Béria e Molotov eram mais próximos a Stálin que Khrushchov e Malenkov.

³² Em março de 1966, De Gaulle decide retirar seu país do comando integrado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A França estava interessada em neutralizar eventual oposição soviética ao desenvolvimento de seu próprio programa nuclear, e não exatamente uma aliança abrangente e profunda contrária aos Estados Unidos.

Na mesma direção, Zubok (2000)³³ apresenta a coexistência de pelo menos quatro níveis para a atuação soviética no que tangia à chamada questão alemã também durante a fase de Khrushchov, entre os anos de 1953 e 1964. A política exterior encontra seus fundamentos não apenas nesses quatro níveis de forma estanque, mas também na interação entre eles: a) o papel da liderança soviética, ou o aspecto cognitivo; b) as disputas e as questões interinstitucionais, com especial atenção ao alto escalão (o Politburo e o Partido Comunista), c) a relação com os demais países comunistas, tanto no interior dos arranjos do Pacto de Varsóvia, como na interação com os partidos comunistas estrangeiros, sobretudo o Partido Comunista Chinês; d) a relação com as demais grandes potências, em especial os EUA, a Grã Bretanha e a França.

O autor defende que tanto os fatores externos como os domésticos explicam o fato de Khrushchov não ter levado a cabo o plano de reunificação das Alemanhas nas décadas de 1950 e 1960. Em todos os níveis observados pelo autor, é possível identificar motivos que justificam o apoio da União Soviética à existência da Alemanha Oriental.

O modelo proposto por Putnam, ainda que tenha sido em geral positivamente aclamado nos círculos acadêmicos, não se encontra imune a alguns questionamentos. Um deles, de viés realista, assume que não se dá a devida ênfase o papel das diferenças de poder entre os Estados, o que, para os realistas, influenciaria diretamente nas negociações entre os países, e seria o principal aspecto que determina não apenas a possibilidade de se alcançarem (ou mesmo se imporem) acordos, como o conteúdo destes. Como veremos, alguns autores realistas passaram a incluir a política doméstica como nexos causal relevante, mas sem abrir mão do postulado de que a balança de poder internacional funciona como principal elemento explicativo.

Outra crítica é a possibilidade de determinado Estado estrangeiro influenciar na política doméstica e, para usar a terminologia proposta pelo autor, alterar os conjuntos de vitória que podem ser aceitos pelos grupos domésticos. Assim, o Estado estrangeiro não apenas busca se informar da situação política no país, como também pode negociar ou interagir diretamente com os grupos políticos internos, de forma a alterar suas preferências. Neste caso, tem-se a formação de uma coalizão transnacional no sentido diagonal, que muitas vezes compromete a posição do negociador externo. De fato, essa é uma situação bem longe de ser rara na realidade, e que a APE deve levar em consideração.

³³ Cabe ressaltar que, embora o texto promova uma análise multinível e combine as dimensões doméstica e a externa, o autor não chega a aplicar a metodologia de Putnam.

2.2.3.2 A política externa em mudança: a multicausalidade de Hermann

Antes de prosseguirmos com o exame da evolução da política externa soviética para três de suas mais relevantes direções, faz-se necessário discutir a noção de mudança em política externa, um termo largamente usado, mas raramente aprofundado em seus significados e em suas distintas possibilidades de gradação. Sem dúvida, um dos trabalhos mais discutidos e aplicados no entendimento de políticas externas em geral, e que norteará o rumo do debate aqui exposto é o de Hermann (1990), em que se propõem distintos níveis para a mudança de política externa de dado Estado.

No texto, não basta a apenas o questionamento se dada orientação de política externa foi alterada, mas sim, ‘quanto’ mudou, ou ainda, em ‘qual’ nível se situa a nova política externa em relação a dado período anterior. O primeiro nível, a mudança de ajuste, refere-se a alterações na intensidade dos esforços ou na alocação de recursos em determinada atividade na política externa. É uma mudança que responde ao questionamento a ‘quanto’, ao passo que ‘como é’ e ‘qual o objetivo’ permanecem inalterados. O segundo nível, a mudança de programa, é caracterizado pela adoção de novos meios (ou pelo abandono de meios preexistentes), sem que o objetivo seja revisto. Trata-se de uma alteração tática, e não estratégica. O terceiro nível, a mudança de problema ou de objetivo, acarreta a revisão de dado equacionamento referente a um problema de política externa. Mais do que uma mudança de tática, refere-se a uma alteração de dada estratégia em curso. O quarto e último nível, o da reorientação da política externa, ocorre quando se observa uma mudança consistente em diversas estratégias ou objetivos de política externa, e, via de regra, decorre de uma ressignificação da visão e da identidade nacional no sistema internacional por parte das elites governantes. Neste caso, a pergunta em questão deve ser ‘quem sou eu’ ou ‘como me enquadro no mundo’.

Após delimitar os distintos graus das mudanças, volta-se para suas forças-motrizes ou fontes. A primeira delas pode ser produzida pelo próprio *líder nacional*, geralmente o próprio chefe-de-Estado, mas pode ser também o chefe do serviço diplomático, que impõe e executa sua visão ou seu propósito em política externa. O *ativismo institucional* pode-se colocar como relevante origem de mudanças, seja por meio da defesa de políticas, seja pela resistência à execução de determinadas agendas, tornando-se um dificultador ou mesmo uma barreira à livre ação do líder nacional na política externa. A reestruturação das disputas domésticas pode ser um fator relevante para câmbios na inserção externa de determinado país. A incorporação

de grupos e forças sociais detentores de interesses particulares em matéria de política externa também pode repercutir em mudanças significativas na ação do Estado em determinadas questões. Por outro lado, a perda de apoio interno pode fragilizar ou deslegitimar a ação estatal em dado problema. Em casos extremos, a ingerência de grupos internos poderosos pode vir a produzir casos extremos de reorientação na política externa. Finalmente, os choques externos, que são eventos no plano internacional eivados de imensa repercussão, ou se configuram como causa para determinadas mudanças de postura. No entanto, seu impacto sobre a política externa é necessariamente indireto, e depende da forma pela qual esses fatos são interpretados pelo líder nacional e/ ou pelas elites políticas que o apoiam, e pela resposta que esse líder (ou outro formulador de política externa) oferecerá.

2.2.3.3 Realismo neoclássico

A partir do final da década de 1980, e especialmente nos anos 1990 e 2000, surgiram estudos que buscaram estabelecer as correlações entre a política externa e interna, mas partindo-se da premissa clássica em relações internacionais, de que as relações internacionais são fundadas basicamente em relações de força, sobretudo militar, e que seus protagonistas, os Estados, buscam, em última instância, ampliar seu poder perante as demais unidades do sistema.

Entretanto, esses pesquisadores, ao mesmo tempo, reconheciam as limitações no próprio realismo e reconheciam que tratar os Estados como unidades monolíticas e uniformes no cenário internacional, desconsiderando-se a influência dos processos domésticos, era um passo equivocado por parte de muitos realistas. Um dos trabalhos dentro do realismo mais alvejados por esses autores tem sido o de Kenneth Waltz (1979), *Theory on International Politics*, que permanece como um dos mais estudados na disciplina de relações internacionais. Os realistas neoclássicos enfatizam que esse trabalho, considerado um expoente do chamado neorealismo, havia sido desenhado para a interpretação das relações internacionais de forma sistêmica, e não para a análise do comportamento de cada uma das unidades que compunham essa estrutura (os Estados). Em um artigo mais recente, Waltz reconhece exatamente que sua obra clássica não tinha como intuito servir como base para analisar as políticas externas de determinados países, mas sim para entender o funcionamento da estrutura da política internacional como um todo (WALTZ, 1996).

Esses autores buscou desenvolver uma teoria que conseguisse de explicar a política externa dos atores do sistema internacional, incorporando as contingências das questões de ordem doméstica, mas sem abdicar das considerações fulcrais da tradição realista de relações internacionais. Esse grupo propôs a autodenominou-se como realismo neoclássico, uma vez que buscam resgatar algumas das considerações do chamado realismo clássico³⁴, mas incorporando algumas das inovações no campo das relações internacionais e até mesmo muitas das críticas endereçadas ao realismo.

Em linhas gerais, os neoclássicos partem do pressuposto comum às demais correntes do realismo de que, em última instância, as relações internacionais são um produto das relações de poder entre seus principais atores, os Estados. Admite-se que as noções de balanço de poder (sobretudo em termos bélicos) de fato norteiam relações de cooperação e competição entre as potências, o que os afastam de boa parte das visões de política externa apresentadas ao longo deste capítulo. Porém, esses autores vão além dessa premissa, e preconizam que, para entender o comportamento desses atores de forma individualizada, é necessário levar-se em conta outros fatores, sobretudo aquilo que se desenrola no âmbito doméstico. Assim, a influência da distribuição do poder no sistema internacional influencia *indiretamente* a política externa de seus atores.

A principal diferença dos neoclássicos em relação ao neorealismo presente em Waltz (1979) não é exatamente teórica, mas sim em relação ao objeto de estudos. Se, por um lado, os neorealistas se preocupam com questões como a estabilidade do sistema, bem como sua polaridade, os neoclássicos debruçam-se sobre o comportamento dos agentes nesse sistema, ou seja, buscam elaborar propriamente teorias de política externa. No entanto, isso não significa que persistam significativas divergências ideacionais e metodológicas, sobretudo quanto ao mecanismo de transmissão da influência do sistema internacional na atuação dos Estados. Enquanto os neorealistas inferem que a anarquia inerente ao SI impele os Estados a adotarem medidas para maximizar sua segurança e sua sobrevivência, os neoclássicos apontam que a influência dessa anarquia é incerta e obscura, o que leva os Estados com semelhantes recursos de poder a agirem de formas diferentes a um mesmo estímulo externo ou, *a contrariori*, responderem de forma semelhante a diferentes impactos no SI. Essas diferenças, segundo a maior parte dos neoclássicos, ocorrem em função das diferentes configurações de poder no plano doméstico encontradas pelos líderes nacionais ou pelas agências que respondem pela formulação da política externa.

³⁴ Os nomes mais citados nessa categoria geralmente são: Morgenthau (2003), Carr (1981), Aron (2002), mas é possível acrescentar Bull (2002) e Wright (2002).

Em relação aos realistas clássicos, as diferenças são mais sutis, ainda que bastante relevantes. Uma delas tem a ver com a própria concepção de poder como ferramenta de análise: enquanto os clássicos tendem a entender que o poder é uma categoria relacional, complexa e não facilmente mensurável, cujo conteúdo varia conforme o tempo e o espaço³⁵, os neoclássicos tendem a adotar a concepção absoluta sobre o poder, geralmente selecionando alguns critérios mensuráveis e comparáveis, e conferindo prioridade a determinados aspectos, como população, economia, geografia, forças armadas, entre outros. Outra diferença entre esses dois grupos é, na realidade, aquilo que aproxima os neorealistas dos neorealistas clássicos, qual seja, a preocupação em elaborar e incorporar toda uma discussão a respeito da estrutura e a dinâmica do sistema internacional. Por sua vez, essa distinção entre estrutura e agência não aparece de forma evidente, ou não é uma preocupação central, nos trabalhos que são enquadrados no realismo clássico, diferentemente do neorealismo e do realismo neoclássico.

Não há propriamente um consenso entre os realistas neoclássicos sobre como exatamente a política doméstica influencia a política externa, e em cada trabalho é analisado ou priorizado determinado aspecto ou ‘variável interveniente’, terminologia largamente empregada nesses estudos. Há aqueles que enfatizam aspectos percepçionais como uma categoria que intervém ou interfere no resultado da política externa (WOHLFORTH, 1993). Uma segunda corrente explora o argumento da capacidade de extração de recursos da sociedade por parte do Estado, avançando-se a distinção entre o conceito de poder nacional e poder do Estado (ZAKARIA, 1998). Por último, e não menos relevante, enfatiza-se a ingerência de grupos e facções internas na condução da política externa³⁶. Não se defende que uma das três correntes apresente maior poder explicativo ou tenha maior utilidade acadêmica. Ao contrário, essas subcorrentes coexistem e, em muitos casos, se dialogam e, mesmo, complementam, dado que não são mutuamente excludentes, mas apenas ferramentas de análise que, em determinados casos, podem ter maior ou menor capacidade explanatória.

A abordagem neoclássica tem sido mais largamente empregada para a análise do período do pós-Guerra Fria no caso da política externa russa e, apenas marginalmente, tem sido aplicada ao estudo da política externa soviética. A principal exceção neste caso é o

³⁵ Ver a *Parte Três* de Morgenthau (2003: 199-320), em que se explicitam os elementos que constituem o Poder Nacional. Morgenthau afirma que as tentativas de definir o poder, com base em apenas uma categoria, são inúteis, ao explicitar o exemplo do poder militar francês no período entreguerras (1919-1939), que era, em quase todas as comparações absolutas e materiais, superior ao poderio alemão, o qual, no entanto, se demonstrou superior nas condições específicas da Segunda Guerra Mundial.

³⁶ Vale lembrar que o tema da interferência de grupos domésticos na política externa é, de fato, amplamente tratado em diversas outras vertentes de análise de política externa que vimos anteriormente. Os neoclássicos enxergam os grupos internos não como formuladores, mas sim como influenciadores da política externa.

trabalho de Wohlforth (1993), em que se abordou a política externa soviética a partir de uma perspectiva neoclássica, com ênfase no aspecto *percepcional*. O autor defende que o poder real, ou mais exatamente, a variação das capacidades militares em poder de determinado estado e a subsequente correlação de forças no sistema internacional, pode ser percebidas e percebidas pelos estadistas de formas diferentes. Muitas das visões realistas clássicas e neorealistas, para o autor, seriam insuficientes e pouco elucidativas³⁷, e podem perder o sentido diante de uma análise mais detalhada de eventos de política externa.

Não encontramos trabalhos neoclássicos que adotem a metodologia dos grupos e das facções domésticas, tampouco a da força do Estado para entender a política externa soviética, o que nos permite afirmar a existência, até o momento, de uma notável lacuna. É possível que a ausência desse tipo de trabalho seja explicada pela audiência sublinhada na academia das teorias do totalitarismo, as quais, a despeito de terem entrado em decadência por volta das décadas de 1960, voltaram ao centro dos debates no início dos anos 1980, com o recrudescimento da Guerra Fria durante a presidência de Reagan e, também, após o colapso dessas sociedades na década de 1990 (FERNANDES, 2000). A nosso ver, caso determinada análise neoclássica enfatize esses dois argumentos, ela deverá fornecer argumentos que contrastem com os pressupostos das teorias totalitárias, visto que a aquela parte do pressuposto de que o Estado não controla todos os recursos de poder existentes no interior das fronteiras nacionais e, ademais, precisa lidar com eventuais divergências e dissidências de grupos e facções no âmbito da sociedade e, eventualmente, em escalões do próprio aparato estatal.

É neste ponto que alguns autores acrescentam um raciocínio bastante comum entre os realistas neoclássicos: o da capacidade de o Estado extrair recursos para usá-los na política externa. Zakaria (1998), neste caso, contrasta o poder nacional (o conjunto de todos os atributos de poder dentro de determinado território, inclusive econômico e demográfico) do poder estatal (aquilo que está sob controle do Estado, como as forças armadas), e sobre essas

³⁷ O autor promove os seguintes questionamentos a algumas visões realistas, como se pode notar: “Na prática, a distinção entre a estratégia de buscar o equilíbrio (*balance*) ou de seguir o mais forte (*bandwagoning*) parece ser algo extremamente complexo. Considere um diplomata soviético ponderando essa questão em Paris em algum ponto da década de 1950. A França está firmemente no campo americano. Mas a França está seguindo o mais forte tendo em vista as capacidades esmagadoras dos EUA ou buscando o equilíbrio contra a URSS? No primeiro caso, o aumento de poder dos soviéticos pode enfraquecer as ligações francesas com Washington; se a última é verdadeira, espera-se o resultado oposto. Se os Estados Unidos se tornarem mais fracos em relação à França, esta buscará mais independência ou se aconchegarão ainda mais com os americanos? A hegemonia americana em última análise é uma fonte de estabilidade ou de instabilidade? A oferta dos franceses de melhores relações com Moscou reflete um genuíno desejo de reduzir a dependência a Washington, ou eles estão meramente valendo-se de barganha para conseguir mais do rico tio americano? Quais grupos na França são mais favoráveis a uma política pró-soviética e quais ações [...] poderiam fortalecê-los?” (WOHLFORTH, 1993: 27, tradução nossa)

categorias, afirma que “a política externa é feita não pela nação como um todo, mas por seu governo. Consequentemente, o que importa é o poder do Estado, não o poder nacional” (ZAKARIA, 1998, p. 9, tradução nossa). Em sua análise, propõe que, muito embora os EUA tivessem uma economia pujante e mesmo uma significativa capacidade militar em comparação com as demais potências no final do século XIX, questões internas, como a relativa fraqueza do Executivo federal, o qual não detinha um controle de fato sobre as forças armadas, acabou retardando a ascensão americana como potência mundial.

Finalmente, os grupos domésticos são também considerados por alguns autores realistas, mas suas análises têm diferenças marcadas em relação a Putnam (1988). Para muitos realistas neoclássicos, a influência dos grupos domésticos, assim como aquilo que eles denominam ‘variáveis intervenientes’, opera como um alienador em relação à política externa esperada em dado contexto. Ripsman (2009), por exemplo, reconhece que a política externa sofre influências variadas por uma gama de atores domésticos, incluindo-se o Legislativo, grupos privados relevantes, mas sua formulação e implementação é realizada por alguns membros do poder Executivo, e não meramente por uma somatória de interesses domésticos. Sugere-se, além disso, que a influência dos atores internos é maior “quando a situação de ameaça internacional é baixa, quando a liderança no poder é fraca e quando o executivo de segurança nacional carece de autonomia estrutural” (RIPSMAN, 2009, p. 192, tradução nossa).

2.3 A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA: PONTOS FORTES, LACUNAS E DESAFIOS

Após um forte ímpeto início nas décadas de 1950 e 1960, com a criação e o desenvolvimento das três agendas de pesquisa, a APE adentrou um certo marasmo nas décadas seguintes, diante sobretudo da limitação dos resultados obtidos nessas pesquisas e, também, das dificuldades de estabelecer contato entre elas. Como consequência, a APE, que prometia ser também uma articulação entre determinadas teorias de RI com outros campos das ciências humanas, como a Ciência Política, a Sociologia e até mesmo com a Psicologia, obteve resultados bastante aquém do esperado.

A relativa fraqueza da APE pode ser inclusive demonstrada em trabalhos sobre a política externa de determinados Estados. Ao invés de recorrer aos trabalhos desenvolvidos na APE, a vasta maioria dessas produções valem-se das teorias de RI e, em menor escala, das metodologias criadas na Ciência Política ou da própria História. Os trabalhos, em geral, além de não se valerem das discussões emanadas da própria APE, sequer se preocupam em se

situar entre as três grandes agendas de pesquisa. Em nossa avaliação, esse problema não pode ser atribuído a eventuais descuidos ou à carência de leitura por parte dos que realizam o exame da política externa de Estados específicos, mas sim, pelas dificuldades em se promover teorias e métodos mais robustos na própria APE, e de posicioná-los de forma mais central nos debates de RI.

Esses insucessos não nos permitem, contudo, abandonar completamente todas as discussões desenvolvidas ao longo das décadas passadas na área, ou sequer arruinar as esperanças quanto às promessas da geração mais recente de APE. É salutar, ao mesmo tempo desafiador, o anseio em se construir teorias multiníveis, que não enfatizam ou superestimam apenas uma única classe de fatores para explicar fenômenos de política externa. Um dos objetivos desse trabalho é justamente valorizar essas análises e apontar para possíveis melhorias ou refinamentos nesses estudos.

De fato, tanto as teorias de Putnam (1988), consideramos que as proposições de Hermann (1990), como as do realismo neoclássico representaram uma grande inovação para os estudos de APE. Como marca desse notável processo, o realismo neoclássico, em períodos recentes, tem gozado de crescente prestígio em trabalhos sobre política externa e, o que é mais impressionante, os conceitos analíticos têm sido apoderados em trabalhos acadêmicos de autores não-americanos sobre casos e processos políticos para além dos EUA e dos países europeus³⁸.

Há, ainda, desafios a serem superados pelos teóricos da nova geração. A consecução de teorias mais sólidas nesse subcampo dependerá, em grande medida, do estabelecimento de pontes não apenas entre as RI e a Ciência Política, entre essas e a Economia Política Internacional. Em primeiro lugar, no caso do realismo neoclássico, cabe resgatar o esquema analítico proposto por Rose (1998), Wohlforth (1993), que apresentam alto grau de complementariedade com as visões de Putnam. No entanto, alguns excessos observados em alguns trabalhos mais recentes, que aparentam aproximar essa corrente em direção às visões mais extremadas e simplificadas do realismo, e reduzir o papel da política doméstica na política externa apenas como uma espécie de desvio em relação à continuidade da preservação do interesse nacional, definido vagamente como um meio de maximização do poder nacional.

³⁸ Citamos, a título de exemplificação, o trabalho de Romanova (2012) que discute a aplicabilidade dos conceitos dos neoclássicos no caso da própria política externa russa, o de Lai (2008) e Sørensen (2013) que efetivamente aplicam esses conceitos na política externa chinesa. A dissertação de mestrado do autor da presente tese, ao analisar a política externa brasileira para a Rússia, também se valeu dos constructos teóricos da referida teoria.

Em nossa proposta de estudos, entendemos a necessidade de se promover a análise inicial da conjuntura internacional em que dada política externa se insere. Nesse aspecto, conceitos como polaridade, o poder relativo ou a distribuição de poder entre os principais atores do sistema e sua tendência com o decorrer do tempo são algumas das questões que fornecem um panorama inicial, algo que a contribuição dos neorrealistas, em especial, é bastante salutar. No entanto, a resultante – a política externa – não será entendida sem o segundo passo, que deve ser dado observando-se a estrutura do poder interno. Em nossa visão, é necessário identificar o órgão ou instância fundamental que formula e decide o direcionamento das políticas para todo o Estado, inclusive para política externa, bem como sua relação com as instituições ou ministérios especializados, e buscar conhecer quais as decisões ficam sob competência do órgão de cúpula e do órgão especializado. Em seguida, é necessário entender as disputas no âmbito da sociedade: quais os grupos sustentam a fórmula do poder vigente em cada período e quais seus interesses específicos em matéria de política externa, se houver. Entendemos que esse formato de análise, que não apenas combina elementos internos e externos, mas que busca entendê-los a partir de uma mesma matriz, o órgão decisório de cúpula. Este, por sua vez, não define todas as políticas do Estado, mas é certamente responsável pela decisão das questões mais relevantes, bem como pelo direcionamento da política externa e, mesmo, das políticas internas.

No caso da União Soviética durante o período em análise, verificaremos que a instituição que responde a essa questionamento é, certamente, o Politburo, e é necessário, no caso específico, observar a evolução das disputas políticas travadas no órgão, e procurar entender a relação com os órgãos especializados em política externa, que no caso são dois (ainda que sua relevância tenha se alterado conforme o período): o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MID) e o Departamento Internacional do Comitê Central do PCUS. Para que a análise seja mais abrangente, é necessário investigar quais os mecanismos e transmissão entre a variação do poder nacional no sistema internacional (ou vis-à-vis as outras potências) e a política externa resultante.

3 A URSS SOB KHRUSHCHOV: A ESTRATÉGIA DO DEGELO NA CONFORMAÇÃO DE UMA ORDEM BIPOLAR.

Apesar de a Guerra Fria ter sido um momento bastante complexo para a União Soviética, com imensas implicações não apenas para a política externa, como também para as disputas internas, em geral, o período pós-Stálin, sobretudo entre os períodos de Khrushchov (1953-1964) e especialmente o de Brejnev (1964-1982) recebem pouca atenção por parte dos pesquisadores em geral, como atestam diversos historiadores russos consultados (MUNTCHAYEV, USTINOV, 2014; VDOVIN, 2014).

A morte de Stálin, ocorrida em 3 de março de 1953, trouxe implicações diretas para a política doméstica soviética e, de forma mais indireta, para a atividade do país na política mundial. Neste capítulo, exploraremos a situação da URSS no plano internacional durante a era Khrushchov, com base em três eixos de atuação, considerados centrais durante todo o período pós-stalinista: as relações com os EUA e a busca pela obtenção da paridade militar, econômica e ideológica; em segundo lugar, as relações com a China, que passaram por uma deterioração relativamente rápida e radical e, em terceiro lugar, as relações com a Índia, um parceiro que despontou no período, ainda que sua relevância para a posição estratégica da URSS tenha passado relativamente despercebida nas discussões acadêmicas.

Nesta seção, iniciaremos nossa análise a partir de uma breve exposição sobre a conjuntura mundial e a posição da URSS nesse quadro quando do falecimento de Stálin, em 1953. Buscaremos apresentar alguns dados sobre a distribuição relativa de poder entre as duas superpotências, tendo-se como pano de fundo o questionamento das análises mais reducionistas dentro do realismo, que enxerga haver um forte nexos entre a distribuição material do poder no plano internacional e a política externa.

3.1 A SITUAÇÃO INTERNACIONAL EM 1953: AS CONDIÇÕES PARA O DEGELO (OTTEPEL')

Nos anos derradeiros da liderança de Stálin, a Guerra Fria encontrava-se em um de seus momentos mais agudos, em virtude da polarização entre URSS e EUA e da disputa entre essas duas potências por influência, controle de determinados governos e hegemonia sobre algumas regiões. A delimitação das áreas de influência e das linhas ideológicas, processo iniciado ainda durante as fases finais da Segunda Guerra Mundial, não se encerrou após o

término desta; essas disputas passaram a engolfar teatros e países para além do continente europeu, transformando a Guerra Fria em uma confrontação genuinamente global.

A realização de conferências entre as grandes potências aliadas em Teerã (1943), Dumbarton Oaks (1944), Ialta (1945) e Potsdam (1945) não evitara o deterioramento das relações entre os vitoriosos, isto é, entre a URSS e as maiores potências ocidentais (EUA e Grã-Bretanha), ainda em 1945. Essa delimitação das esferas de influência consolidou-se no final da década de 1940, com a implantação de regimes de orientação genuinamente *soviética*³⁹ em alguns países da Europa Oriental⁴⁰, ao mesmo tempo em que os partidos comunistas foram barrados das coalisões governamentais na França, na Itália e na Finlândia. No entanto, a principal fonte de discórdia entre os ex-aliados na Segunda Guerra era a chamada questão alemã, bem como o destino das tropas estrangeiras que se encontravam naquele país desde 1945, e a definição do papel de um possível Estado alemão reunificado no cenário europeu e internacional. Diante da persistência das divergências de objetivos, a formação da República Federativa Alemã (RFA) foi criada em 1949, sob orientação capitalista e com autonomia limitada, e, algumas semanas depois, a da República Democrática Alemã (RDA), sob influência decisiva de Moscou e com sistema socialista à semelhança da URSS naquele período. A criação de estruturas internacionais naquele mesmo ano sinalizava na mesma direção: no campo socialista, em janeiro de 1949, foi criado o Conselho de Ajuda Mútua (Comecon), para promover a assistência econômica entre seus membros; meses mais tarde, os EUA e seus aliados criaram a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), com a inclusão, mais tarde, da RFA.

No entanto, após a morte de Stálin, observou-se um momento de relativa atenuação das tensões entre os EUA e a URSS, que se estenderia até por volta do final daquela década, período por vezes chamado de ‘Degelo’. De fato, as tensões interblocos no continente europeu diminuíram, enquanto o conflito na Coreia (1950-53) cessou-se, dividindo a península em dois estados, de forma parcialmente semelhante à fórmula alemã.

³⁹ Como explica Vdovin (2014), até por volta fins de 1946, esses países da Europa Oriental apresentavam governos que almejavam a implantação de sistema socialista, mas pela via evolutiva ou até mesmo pela participação de diversas classes sociais e de partidos não-marxistas. Com o recrudescimento da Guerra Fria, no entanto, essa fórmula foi abandonada a favor de soluções mais duras, com a implantação nesses países de modelos à semelhança do *modelo soviético*. As frentes nacionais foram abandonadas e, em seu lugar, partidos comunistas assumiram o protagonismo político, como na Bulgária (novembro de 1946), na Polônia (janeiro de 1947), na Hungria (agosto de 1947), na Romênia (dezembro de 1947), e na Tchecoslováquia (fevereiro de 1948).

⁴⁰ Os países da Europa do Leste com movimento comunista mais autônomo e ‘orgânico’, sobretudo Iugoslávia e Albânia, que assistiram ao surgimento e a atuação de organizações comunistas a partir da luta de guerrilhas durante a II Guerra, não passaram pelo mesmo processo dos países supramencionados. Estes países caracterizaram-se pela relativa autonomia na política externa frente à URSS, ao mesmo tempo em que testemunharam a edificação de modelos socialistas com características específicas.

Outros fatos atestavam para a redução das tensões internacionais, sobretudo no continente europeu: a reaproximação entre a URSS e a Iugoslávia em 1953, após a ruptura entre seus líderes máximos, Stálin e Tito, em 1948; a adesão da URSS à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1954; e, no ano seguinte, o restabelecimento da soberania formal do Estado austríaco reunificado, o qual deveria, em contrapartida, observar a neutralidade no cenário europeu e não ingressar em nenhum dos dois blocos antagônicos. No mesmo ano, a URSS reconheceu a RFA e, em 1956, reatou com o Japão⁴¹. Ainda em relação ao Extremo Oriente, as hostilidades da Guerra da Coreia terminaram com uma solução de compromisso entre as partes beligerantes, culminando na consolidação de dois estados coreanos portadores de modelos sócio-políticos divergentes.

Se as disputas internacionais diminuíram sensivelmente na Europa e na Ásia Oriental, o mesmo não pode ser dito em outras partes do globo. Os conflitos entre as potências coloniais (sobretudo a França e, em menor escala, o Reino Unido) e diversos movimentos de emancipação política atingiram seu ápice nesse período, como no caso da Primeira Guerra da Indochina (1946-54), a Guerra da Argélia (1954-62), a luta pela independência da Tunísia (1952-56) e do Quênia (1952-59). Nesse período se registram, também, importantes conflitos que opunham o interesse de jovens nações com as suas ex-metrópoles, como no caso da Crise de Suez (1956), ou de rebeliões armadas locais contra dada hegemonia regional. Neste último caso, podemos enquadrar diversos episódios, como o da crise de Berlim Oriental (1953) e do Levante Húngaro (1956) contra a União Soviética; da Revolução Cubana (1959) contra os EUA, entre outros.

Ademais dessas crises, nesse período se registram alguns movimentos de ruptura e de contestação no interior dos dois blocos antagônicos em relação aos centros hegemônicos. A ascensão de Charles de Gaulle na França no final dos anos 1950, que buscou para seu país uma posição de maior autonomia perante Washington e um desengajamento em relação à OTAN, ao mesmo tempo em que a China se distanciava cada vez mais da União Soviética, provocando uma enorme cisão no campo socialista global, são os exemplos mais evidentes desse fenômeno. A bipolaridade passou a ser questionada, também, no Terceiro Mundo: a realização da Conferência de Bandung (Indonésia) em 1955, da qual participaram países africanos e asiáticos, muitos dos quais recém-emancipados, foi o marco do surgimento do chamado Movimento dos Países Não-Alinhados. Apesar de o nome desse grupo sugerir uma

⁴¹ Neste caso, contudo, não houve propriamente a assinatura de um tratado de paz, e as divergências territoriais jamais seriam sanadas mesmo após a extinção da URSS em 1991.

crítica à hegemonia tanto dos EUA como a da URSS, bem como a formação de blocos militares antagônicos, na prática, as maiores preocupações eram a oposição ao colonialismo europeu e a superação do subdesenvolvimento econômico.

A década de 1950 foi marcada pelo forte crescimento econômico em regiões devastadas pela Segunda Guerra, em ambos os blocos. O nível de produção em diversos países da Europa Ocidental recuperou os índices do período pré-guerra ainda por volta do início da referida década (HOBSBAWN, 2016, p. 254). O sólido e contínuo crescimento econômico continuou nas décadas de 1950 e atingiu seu auge na década seguinte, quando a taxa de desemprego nas economias dos países capitalistas avançados atingiu 1,5%, em média (HOBSBAWN, 2016, p. 254-255). No bloco socialista, a tendência de recuperação e de crescimento foi ainda mais sublinhada do que nos países capitalistas ocidentais, medida em crescimento da produção agrícola e sobretudo industrial, pelo menos ao longo da década de 1950 (HOBSBAWN, 2016, p. 255).

3.2 A UNIÃO SOVIÉTICA EM 1953: O FORTALECIMENTO DA CONCEPÇÃO DE COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Apesar de ser largamente empregada para descrever o período da liderança da Nikita Khrushchov à frente da União Soviética, a expressão ‘coexistência pacífica’ de maneira alguma se colocava como inédita no discurso soviético sobre política mundial. Ainda sob Lênin, a diplomacia da jovem república soviética, a qual se encontrava bastante arruinada após a I Guerra Mundial (1914-18) e a Guerra Civil Russa (1918-22), passou a se valer do referido conceito para dirimir o isolamento internacional que lhe impuseram as grandes potências da época, e para incitar a cooperação (sobretudo econômica) com estas (VDOVIN, 2014, p. 90). Mesmo sob Stálin, especialmente imediatamente antes da eclosão da II Guerra Mundial em 1939, esse discurso apareceu em diferentes situações, seja como forma de buscar a aproximação com o bloco das democracias ocidentais (França e Grã-Bretanha) para se contrapor à Alemanha nazista (até março de 1939), seja para a assinatura de um pacto de não-agressão com esta última, a fim de auferir tempo necessário de preparar-se econômica e militarmente para a conflagração bélica que se tornava cada vez mais plausível. Mesmo no período pós-Guerra, algumas das decisões tomadas por Stálin em seus anos derradeiros e por alguns de seus ministros não contradiriam a ideia de normalizar as relações com o mundo ocidental, como a organização da Conferência Mundial de Economia, em Moscou, em 1952,

como forma de restabelecer contatos e reanimar o comércio com países ocidentais (PYJIKOV, 2002).

Assim, a partir de 1953, a reverberação da ideia de coexistência pacífica no bojo retórico na política externa soviética não causava grande surpresa, tanto na própria URSS e como para além de suas fronteiras. Entretanto, sinalizava algumas mudanças no posicionamento do país em diversas questões internacionais, na aceitação de alguns compromissos, ou na maior predisposição a dialogar com governos hostis no Ocidente. O país estava à beira de uma *reorientação* em sua inserção na política global e especialmente nas relações com os EUA, com consequências importantes, também, para as relações com a China e com a Índia, como veremos a seguir. Essa reorientação, contudo, não se transcorreu de forma abrupta como se imagina à primeira vista, e iniciou-se logo a seguir ao falecimento de Stálin, e tornou-se mais evidente em 1956, com a publicação dos discursos críticos ao finado líder por parte de Khrushchev, em um notório discurso durante a 20ª Congresso do PCUS, que trazia consigo implicações não apenas para a condução dos negócios internos do país, mas também na relação do país com as principais forças no cenário internacional.

Na verdade, a ideia de coexistência pacífica pode ser interpretada como um desdobramento de alguns princípios e práticas relativamente estáveis na política externa soviética durante toda a existência do país: o da paz mundial e o da não-interferência nos assuntos internos de outros países. Ainda na seção inicial da Constituição da URSS de 1924, afirmava-se em relação ao princípio da paz mundial sob a égide do socialismo:

Apenas no campo dos soviets, apenas nas condições da ditadura do proletariado, a qual uniu em torno de si a maioria da população, foi possível destruir fundamentalmente a opressão nacional, criar uma conjuntura de confiança recíproca e estabelecer as bases da cooperação fraternal dos povos. (KONSTITUTSIYA SSSR, 1924, tradução nossa)⁴²

No Terceiro Programa do PCUS⁴³, de 1961, e na Constituição de 1977, esses princípios aparecem consagrados como fundamentos da política externa soviética, a despeito das profundas alterações na própria visão dos governantes acerca do país. Não obstante as mudanças fundamentais no direcionamento geral a partir da morte de Stalin, algumas práticas

⁴² No original, em russo: “Только в лагере советов, только в условиях диктатуры пролетариата, сплотившей вокруг себя большинство населения, оказалось возможным уничтожить в корне национальный гнет, создать обстановку взаимного доверия и заложить основы братского сотрудничества народов.”

⁴³ O tema do Terceiro Programa é abordado com mais detalhes na seção 5.3 desta tese.

(sobretudo discursivas) permaneceram praticamente incólumes durante todo o período analisado.

3.2.1 As relações URSS-EUA

Até 1953, a política externa soviética para os EUA constituía-se na resposta à chamada Doutrina Truman, que visava a contenção do comunismo em escala global. Naquela altura, como resposta ao Longo Telegrama, de George Kennan (ver Capítulo 2), o Estado soviético fez circular ainda em alguns grupos restritos uma resposta a esse documento, redigida por Nikolai V. Novikov, que trazia uma análise da orientação antissoviética da política americana no pós-Guerra Fria⁴⁴.

A fase entre 1953 e 1964 foi bastante contraditória e ambígua nas relações bilaterais. Apesar das tentativas de buscar uma solução de compromisso para a continuada corrida armamentista e para as rivalidades ideológicas interblocos, propiciando-se de fato uma aproximação com os EUA e, inclusive, o florescimento de uma cooperação em âmbitos específicos entre as superpotências durante a fase do Degelo, a abrupta eclosão de árduas disputas no continente europeu e no Caribe quase concomitantemente congelou esses esforços iniciais de redução das tensões. Nos anos derradeiros de Khrushchov, contudo, registrou-se uma nova tentativa de buscar uma articulação com Washington e estancar a corrida armamentista, que estava prestes a alcançar a chamada paridade estratégica.

O falecimento de Stálin não provocou uma imediata melhora das relações entre as superpotências. Algumas leis estadunidenses que visavam limitar qualquer tipo de vantagem que a URSS pudesse eventualmente usar a seu favor continuaram a vigorar durante o período. A primeira delas, a lei de controle de exportações à URSS, aprovada pelo Congresso norte-americano ainda em 1949, dificultava a venda de produtos que os EUA julgavam ser instrumentalizados no fortalecimento do poderio bélico soviético, incluindo-se não apenas máquinas e ferramentas, mas também gomas de mascar, clipes de papel e até botões. Em 1951, foi aprovada a *Battle Bill*, segundo a qual os EUA interromperiam a assistência financeira a países capitalistas que mantivessem relações comerciais com a URSS (PODLESNY, 1983, p. 41).

⁴⁴ O texto, escrito originalmente em 1946, foi tornado público apenas após a Glasnost. O texto foi publicado pela revista *Mezhdunarodnyy Zhizn'*, e é possível acessar uma versão em inglês no seguinte link, mantido pelo Wilson Center:
<<http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/110808.pdf?v=eb42597fe9e7d84fdaebd7e590c9f57d>>

Mesmo a maior predisposição para o diálogo não produziu efeitos significativos, ao menos nos anos imediatamente posteriores a 1953. Em julho de 1955, em Genebra, na Suíça, os líderes dos EUA e da URSS, juntamente com os da Grã-Bretanha e da França, realizaram um encontro em que se abordou a segurança europeia (FOKEYEV, 1987a). Apesar das expectativas iniciais, o evento trouxe resultados limitados, mas serviu para reduzir sensivelmente o distanciamento da diplomacia soviética em relação a seus interlocutores ocidentais (KHODYAKOV, 2015, p. 378). Assim, em menos de três meses, o chanceler da RFA, Konrad Adenauer, visitou a URSS, e conseguiu a libertação e a repatriação de prisioneiros alemães capturados por ocasião da II Guerra Mundial, e que ainda se encontravam encarcerados em território soviético. Em abril de 1956, Khrushchov e Bulganin visitaram a Grã-Bretanha, embora nenhum resultado relevante tenha sido alcançado na ocasião. Na visão realista de Vdovin (2014), outro fator marcante para a diminuição das tensões soviético-americanas nesse período para além da morte de Stálin (e do enfraquecimento de seus apoiadores na alta cúpula do governo) foi a explosão da primeira bomba de hidrogênio por parte dos soviéticos, em 12 de agosto de 1953⁴⁵, o que efetivamente implicou o fim do monopólio dos EUA nesse segmento.

Por outro lado, em 1954, a RFA foi admitida a participar da OTAN, o que desagradou profundamente os soviéticos que, até aquele momento, ainda insistiam na manutenção da neutralidade de um eventual estado unificado alemão, à semelhança do que ocorreria com a Áustria no ano seguinte (VDOVIN, 2014). Como represália, a URSS tomou a iniciativa de criar, em 1955, o Pacto de Varsóvia, organização de defesa comum entre os países socialistas e aliados à URSS na Europa Oriental, que pretendia se contrapor à OTAN⁴⁶.

Em meados de 1956, a decisão do líder egípcio Gamal A. Nasser de nacionalizar o Canal de Suez provocou a crítica imediata de França, Grã-Bretanha, Israel e Estados Unidos. O aumento das tensões ensejou a realização de diversas conferências internacionais, com a participação de diversas outras partes interessadas (ou que faziam uso do canal para transporte) com intuito de resolver o imbróglio; enquanto os EUA patrocinaram uma proposta que cedia o controle do canal a uma autoridade internacional; a Índia, apoiada pela URSS e pelo próprio Egito, defendeu a proposta que reconhecia a soberania egípcia sobre a região,

⁴⁵ Sob a denominação de RD2-1, a primeira bomba de hidrogênio explodida pelos soviéticos tinha o impacto destrutivo de 400 kiloton de TNT, ou a vinte bombas de Hiroshima. A sigla RDS (reaktivny dvigatel' spetsialny), que designa um conjunto de armamentos estratégicos, pode ser traduzida como Motor Reativo Especial, era jocosamente conhecida no país como *Rossíya délayet samá* ou *a Rússia faz sozinha*, em alusão ao desenvolvimento praticamente autônomo do programa nuclear soviético.

⁴⁶ O Pacto de Varsóvia teve os seguintes países fundadores: Albânia (que se retirou em 1968), Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, União Soviética e Tchecoslováquia. A Iugoslávia, não obstante a orientação socialista, recusou-se a fazer parte da organização.

que se provou vitoriosa. Inconformados com o andamento das negociações, França, Grã-Bretanha e Israel planejaram e executaram uma ação militar conjunta contra o país árabe em outubro daquele ano. Como resposta, a URSS ameaçou empregar seu arsenal nuclear contra os três países em caso de continuidade dos ataques bélicos, ao passo que os EUA, receosos em perder um país relevante do Oriente Médio para o campo socialista, não apenas retirou o apoio a seus aliados ocidentais, como ameaçou dificultar-lhes o acesso a créditos financeiros (VDOVIN, 2014, p. 413-414). A oposição de ambas superpotências à ação militar anti-egípcia, ainda que devido a motivações divergentes, contribuiu não apenas ao fim das hostilidades, como também acelerou o declínio dos impérios coloniais europeus e intensificou a luta emancipatória de diversos povos na Ásia e sobretudo na África.

A URSS, que testemunhou o aumento de seu prestígio internacional durante e após a crise de Suez, em particular no mundo árabe, viu-se ainda mais vitoriosa com as importantes façanhas no campo científico naquele mesmo período, com o lançamento do primeiro satélite espacial⁴⁷. Além da corrida espacial, na qual a URSS assumia inicialmente a dianteira, a corrida armamentista, sobretudo no que tangia aos arsenais nucleares, manteve-se ao longo da década de 1950, injetando confiança entre os dirigentes soviéticos. Apesar do incremento do poderio soviético nesse segmento período, os EUA ainda desfrutavam de grande vantagem quanto ao número de ogivas nucleares em cerca de oito vezes o total do arsenal soviético por volta do fim daquela década, como se pode observar na tabela 1.

⁴⁷ O programa espacial soviético Sputnik, na verdade, constituiu-se em uma série de lançamentos de veículos espaciais não-tripulados, entre 1957 e 1961.

Tabela 1 – Ogivas nucleares de EUA e URSS (1945-1964)

Ano	EUA	URSS	Razão EUA: URSS*	Ano	EUA	URSS	Razão EUA: URSS*
1945	2	0	-	1955	2.422	200	12,11
1946	9	0	-	1956	3.692	426	8,67
1947	13	0	-	1957	5.543	660	8,40
1948	50	0	-	1958	7.345	869	8,45
1949	170	1	170,00	1959	12.298	1.060	11,60
1950	299	5	59,80	1960	18.638	1.605	11,61
1951	438	25	17,52	1961	22.229	2.471	9,00
1952	841	50	16,82	1962	25.540	3.322	7,69
1953	1.169	120	9,74	1963	28.133	4.238	6,64
1954	1.703	150	11,35	1964	29.463	5.221	5,64

Fonte: adaptado de Norris e Kristensen (2010).

Nota: valor obtido com a proporção de unidades atômicas dos EUA em relação às da URSS.

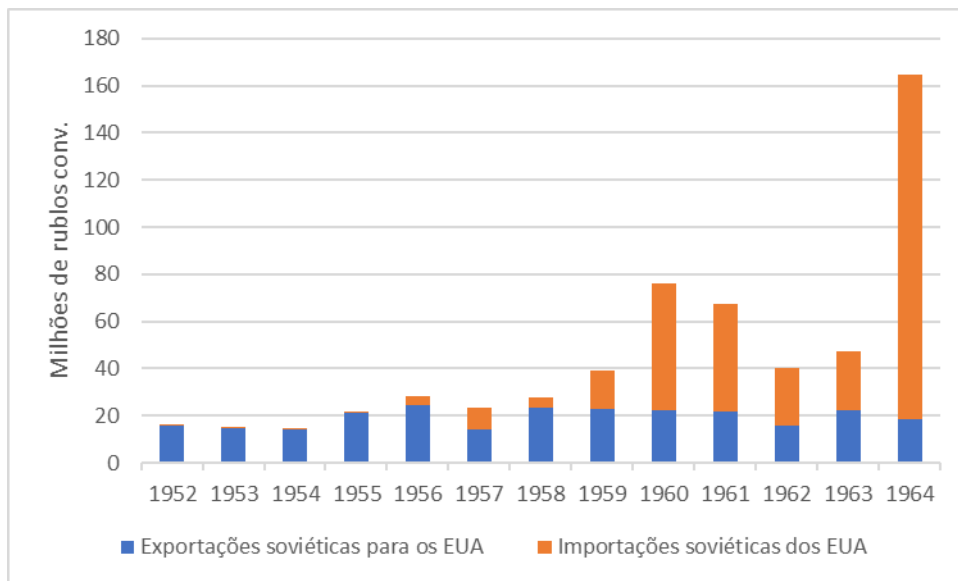
No entanto, apenas por volta de 1957 o discurso do Degelo⁴⁸ foi efetivamente colocado em prática, com o gradual adensamento dos contatos bilaterais, os quais passaram a contemplar, também, temas para além do eixo político-securitário. Se, em janeiro de 1956, os EUA haviam se recusado a assinar um tratado de amizade com a URSS, em janeiro de 1958, ambos os países assinaram um acordo sobre cooperação técnico-científica, educacional e cultural, com prazo renovável a cada dois anos. Em 1959, foi realizada uma exposição sobre tecnologias norte-americanas em Moscou, e uma análoga da URSS em Washington, as primeiras do gênero desde a II Guerra Mundial. Os encontros de alto nível tornaram-se mais frequentes, com a ida do então vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, em 1959, e, logo em seguida, com a visita de Khrushchov a Camp David, nos EUA. Nessa conjuntura, os dois países, em conjunto com outras nações do campo ocidental, concordaram em assinar o Tratado Antártico, em que se estipulavam regras para a exploração econômica e proibia-se a construção de bases militares no continente.

No caso específico soviético-americano, o comércio, e, mais especificamente, as transações de produtos da URSS para os EUA são um indicativo bastante interessante para auferir as relações bilaterais, em virtude do controle incisivo dos fluxos por parte dos EUA,

⁴⁸ O processo do Degelo, tratado neste capítulo, refere-se à diminuição das tensões entre EUA e URSS no final da década de 1950 durante a Era Khrushchov, e não se confunde com a *Détente*, que se refere a outro período histórico, e será abordada no próximo capítulo.

como relatamos anteriormente. Apesar de o comércio bilateral entre EUA e URSS ter sido pouco significativo quanto às economias nacionais e mesmo ao comércio exterior geral de ambos, nos anos finais da década de 1950, bem como nos anos iniciais da década seguinte, registra-se uma notável ativação das aquisições soviéticas de produtos norte-americanos, como pode ser visto na Figura 1. Esse é um dos indicativos mais evidentes da era do degelo no período⁴⁹.

Gráfico 1 - Fluxo de comércio soviético com os EUA (1952-1964)



Fonte: Dados brutos de União Soviética (1967). Elaboração própria (2016)

Apesar dos passos iniciais para a redução das tensões no final da década de 1950, o clima de desconfiança mútua entre as superpotências permaneceu. A intrusão de um avião espião estadunidense U-2 em primeiro de maio de 1960 provocou uma ríspida reação dos soviéticos, os quais boicotaram uma conferência quadripartite com lideranças dos EUA, França e Grã-Bretanha que ocorreria naquele ano. O início da presidência de John Kennedy, em 1961, não alterou profundamente a essência das relações bilaterais, que permaneceram contraditórias, ora pontuada de tensões, ora enriquecida por algumas iniciativas práticas de cooperação. Essas contradições refletiram-se parcialmente no fluxo das importações soviéticas dos EUA, que entre 1961 e 1962 registraram uma significativa queda (Figura 1).

A primeira grande confrontação no período entre as duas superpotências ocorreu com os eventos que se sucederam na Alemanha ao longo do ano de 1961, e mais especificamente

⁴⁹ Em relação às exportações soviéticas para os EUA, cabe destacar que, após 1946, o valor em rublos conversíveis manteve-se praticamente estável até 1964.

na cidade de Berlim, em outubro. A decisão do governo da RDA em erguer um muro entre as zonas ocidental e oriental da cidade fundamentava-se na dificuldade de controle sobre a circulação cada vez mais intensa de indivíduos e, também, de produtos, com prejuízos significativos à referida república (FOKEYEV, 1987a). Os EUA reagiram rapidamente, enviando efetivos para a Berlim Ocidental, ação reciprocada pela URSS; tanques de ambos os exércitos se posicionaram frente a frente em um dos setores da fronteira na cidade. Apesar da gravidade da crise, Washington e Moscou lograram mitigar a conflitualidade de forma relativamente rápida, com o entendimento mútuo sobre a necessidade de se respeitarem as fronteiras intragermânicas, ainda que EUA e URSS ainda não tivessem alcançado um acordo para o estabelecimento de relações diplomáticas com a RDA e com a RFA, respectivamente, nessa fase.

O alívio das tensões na Alemanha não evitou que as diplomacias soviética e norte-americana se vissem em um choque ainda mais grave. Em outubro do ano seguinte, ocorreu um dos eventos mais marcantes e estudados da Guerra Fria, a Crise dos Mísseis⁵⁰, que gerou um celeuma na política externa e doméstica americana, e como veremos posteriormente, acirrou as disputas internas também no alto escalão soviético, que culminaria na deposição de Khrushchev em 1964. A URSS, como resposta a um pedido de assistência do governo cubano para sufocar uma insurreição interna coordenada pelo governo dos EUA, organizou a chamada ‘Operação Anadyr’, que consistia no envio à ilha caribenha: militares (cerca de 43 mil), armamentos, material de construção e de abastecimento, além de 42 mísseis de médio alcance e 164 ogivas atômicas. A medida tinha como intuito, também, de oferecer uma resposta à alocação de armas atômicas americanas em solo turco, direcionadas a diferentes cidades soviéticas. No entanto, como frisa Vdovin (2014), o erro de cálculo de Khrushchov foi de não proceder com essa operação de forma aberta, assim como os EUA haviam feito na Turquia, o que contribuiu para o agravamento da crise. Após árduas e bem documentadas negociações entre ambos os chefes-de-Estado, a crise foi solucionada com a retirada dos armamentos nucleares soviéticos e americanos, respectivamente, em Cuba e na Turquia, e com a manutenção de apenas uma divisão motorizada da URSS na ilha caribenha.

Após a crise, viabilizou-se o restabelecimento de uma fase de maior cooperação entre Moscou e Washington, durante os anos finais da era Khrushchov. Um dos desdobramentos da crise foi a criação de um sistema de comunicação direta entre ambos os líderes, apelidada de *hotline* no Ocidente (*goryátchaya líniya*, na URSS), via memorando de entendimento, em

⁵⁰ O evento é conhecido na Rússia como *A crise do Caribe*.

junho de 1963. Além disso, os dois países, juntamente com a Grã-Bretanha, terceira potência nuclear desde 1952, concordaram em proibir a realização de testes nucleares submarinos e no espaço sideral, e redigiram o Tratado sobre proibição parcial de testes nucleares. O texto foi concluído e assinado na capital soviética, em agosto de 1963, e logo em seguida aberto a adesões de outros países. Como reflexo daquele *momentum*, que desaguardaria na chamada Détente (ver Capítulo 4), as vendas norte-americanas para a URSS aumentaram substancialmente entre 1963 e 1964 (Figura 1).

3.2.2 As relações sino-soviéticas

No início de 1953, o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua entre a URSS e a República Popular da China (RPC) completava seu terceiro ano de vigência. O acordo obrigava cada parte a prestar assistência caso a outra fosse alvo de agressão por parte do Japão, ainda que o alvo tácito fossem os Estados Unidos, então a potência marinha mais poderosa na Ásia Oriental, que já se posicionava como principal aliada dos nipônicos. Além das concessões soviéticas à China⁵¹, o lado soviético concordou em oferecer ao governo chinês uma assistência financeira no valor de US\$ 300 milhões, com juros anuais de 1%, a qual poderia ser quitada mediante produtos chineses (RAKHMANIN, 2002). Mao, em troca, reconheceu a independência da Mongólia Exterior⁵². Ademais, a URSS concordou em enviar à China um conjunto de especialistas em diversas áreas, inclusive militar, e em promover a transferência de tecnologias. Àquela altura, já existiam as divergências geopolíticas entre as duas nações, tanto em relação às fronteiras como no posicionamento frente ao imperialismo norte-americano e aos demais atores na Ásia Oriental, mas o lado soviético buscou limitá-las, por meio da valorização da proximidade ideológica. Era o auge da “época de amizade” (VOSKRESSENSKY, 1999, p. 230).

Mesmo ainda sob Stálin, apesar da atmosfera favorável, as relações entre os dois países não apresentavam uma sintonia completa. Assim, no início da Guerra da Coreia, Mao Tse-Tung além enviar soldados voluntários para apoiar a Coreia do Norte, solicitou a seu colega soviético o fornecimento de transporte aéreo para o deslocamento dessas forças em

⁵¹ Entre outros pontos do tratado, vale mencionar que a URSS cedia à China a posse da base militar de Port Arthur (Lushunkou), em Dalian, e o uso e a administração da Ferrovia Transmanchuriana. Além disso, a URSS se obrigou a transferir para os chineses todo o material japonês confiscado na região da Manchúria durante o conflito soviético-japonês, no final da Segunda Guerra Mundial.

⁵² O território do país, que pertencia ao antigo Império Chinês, proclamou sua independência na década de 1920, com apoio de Moscou.

direção à península coreana. Stálin, inicialmente contrário à intervenção de seu país na região por temer um confronto direto com os EUA, fez objeção à proposta de Mao.

Além disso, o acordo de 1950 não tangenciava a questão das disputas territoriais, cuja discussão, ao longo daquela década, foi evitada por ambas as partes. No caso chinês, havia um descontentamento com a disposição das fronteiras setentrionais, que, em sua visão, eram injustas, dado que haviam sido impostas de maneira unilateral pelo Império Russo na segunda metade do século XIX ao então decadente e enfraquecido Império Chinês (GALENOVICH, 2001). No lado soviético, por sua vez, detectava-se veleidades até o final da década de 1940 na formação de estados-tampão entre a URSS e a China, ainda comandada pelo nacionalista Chiang Kai-Shek. A existência da Mongólia Exterior formalmente soberana serviria a este propósito, assim como a criação de uma república independente no extremo norte do país (Manchúria) e no Oeste (Turquestão Oriental) conferiu um norte na ação política da URSS entre as décadas de 1930 e 1940 (FEDORENKO, 1990 apud VOSKRESSENSKY, 1999; LÜTHI, 2010, p. 11)⁵³. A vitória do lado comunista na Guerra Civil Chinesa, com o forte controle desses territórios por parte de uma liderança bastante nacionalista obrigou uma mudança estratégica por parte de Stálin, que teve que aceitar a consumação do fato do fortalecimento do poder central na China, a qual passou a ter contato direto com o território soviético tanto no Extremo Oriente, como na Ásia Central.

Para Voskressensky (1999, p. 235), a relação entre a URSS e a China em todo o período ocorreria em três níveis justapostos, com relevância variável no decorrer do tempo. O primeiro deles dava-se no nível individual, qual seja, entre os chefes-de-Estado; o segundo, entre os partidos no âmbito do movimento comunista mundial; o terceiro, entre os Estados, suas instituições formais e seus ministérios. Durante os anos de Stálin, o autor reconhece que o aspecto individual teve maior preponderância para a manutenção da cordialidade. Porém, no âmbito interpartidário, as diferenças eram significativas. A chegada de Mao ao poder elevou as pretensões do Partido Comunista Chinês (PCCh) em buscar uma posição de destaque no movimento comunista global ao lado do PCUS, que cumpria uma função de liderança até então, e uma posição central nas questões que envolvessem a Ásia Oriental. Outra questão era a dicotomia entre o princípio de soberania nacional e o internacionalismo socialista. Se o primeiro princípio deveria ser observado por todos os Estados na ordem global, o segundo deveria ser não apenas um aspecto adicional nas relações entre os países com orientação

⁵³ Voskressensky (1999) aventa ainda a possibilidade de Stálin ter desejado a formação de duas Chinas, à semelhança de duas Coreias e duas Alemanhas.

socialista, mas também um elemento principal. No caso de ocorrer uma contradição entre ambos os princípios, o segundo deveria se sobrepor ao primeiro.

A ascensão de Khrushchov ao poder colocou as relações entre as duas potências comunistas em uma situação paradoxal. Por um lado, a URSS continuava a manter uma posição mais relevante no sistema internacional, como a única força capaz de fazer frente ao poderio norte-americano no que se referia à corrida armamentista, visto que, naquele momento, esses dois países eram os únicos a deterem arsenais nucleares, embora os EUA mantivessem a superioridade quantitativa, como vimos anteriormente. Por outro lado, Mao considerava que o novo líder soviético, diferentemente de Stálin, carecia das qualidades que detinha o próprio líder chinês, seja por conta da experiência de liderança política, seja pelo regozijo de um invejável carisma frente às massas e ao movimento comunista global, ou ainda na experiência no preparo e na condução de conflitos armados.

Apesar dos problemas de fundo, as perspectivas para as relações bilaterais ainda eram bastante positivas naquele período, denominado por Lüthi (2010, p. 20) como os “anos de ouro”. No plano regional, a China convenceu a URSS a reconhecer a República Democrática do Vietnã em 1954, e, também, os dois países trabalharam para persuadir a liderança norte-vietnamita a aceitar a divisão do país (LÜTHI, 2010). Em 1953, a China iniciou seu primeiro plano quinquenal (1953-1957), cujo aspecto central era promover a industrialização do país. Nesse esforço, a URSS era considerada um parceiro vital: ainda naquele ano foi firmado um acordo em que a URSS assistiria na construção de quinze unidades industriais e no aumento da capacidade de geração de energia elétrica em território chinês (RAKHMANNIN, 2002, p. 20). Em outubro do ano seguinte, Khrushchov visitou Pequim, onde foram assinados acordos de cooperação em diversas áreas. Foram acertados alguns detalhes a respeito da imediata cessão da base de Lushunkou, controlada pela URSS desde a fase final da II Guerra Mundial, com a retirada das tropas soviéticas que ali permaneciam, além do alinhamento dos dois países em relação a diversas questões da ordem global e regional, sobretudo quanto às relações de ambos países com o Japão. Ademais, os governos concordaram na construção de uma ferrovia entre Lanzhou (província de Gansu, China) e Alma-Ata (Cazaquistão, URSS), e outra entre Jinin (província de Shandong) e Ulan-Bator (Mongólia). Na mesma ocasião, a URSS concedeu à RPC um crédito de 520 milhões de rublos para a aquisição de equipamentos e bens de capital⁵⁴.

⁵⁴ De acordo com o Banco Central da Rússia, entre 1950 e 1960, um dólar norte-americano equivalia a quatro rublos soviéticos (TSENTRAL'NOY BANK ROSSII.).

Por volta de meados da década de 1950, a cooperação bilateral atingiu seu ápice. Os intercâmbios também ocorriam no âmbito social, em especial no que dizia respeito à formação de quadros de especialistas chineses em instituições educacionais soviéticas. Segundo Rakhmanin (2002), apenas em 1956, 1800 estudantes chineses ingressaram em instituições soviéticas de ensino superior.

A questão das fronteiras nacionais, que ainda carecia de definição e demarcação em diversos segmentos, não testemunhou encaminhamentos no período, não obstante a conjuntura geral positiva. Enquanto predominavam os elementos amistosos, o problema foi considerado por ambos os lados como insignificante ou secundário ao longo da década de 1950, pelo menos em encontros bilaterais. Porém, como vimos anteriormente, as pretensões territoriais permaneceram no período apenas congeladas, diante da ausência de avanços substanciais nas conversações sobre sua definição, etapa necessária para a demarcação. O lado soviético chegou a adiar um encontro sobre esse tema em 1956, ao alegar que a crise húngara acometia a atenção das autoridades do país e que qualquer discussão sobre fronteiras naquele momento poderia ser explorada pelos inimigos de ambos os países no sentido aumentar as contradições entre a URSS e a RPC (GALENOVICH, 2001, p. 24).

A enunciação da tese de Khrushchov em relação às repressões e aos expurgos cometidos durante o governo de Stálin, bem como o *culto à personalidade* em relação ao finado líder soviético, a incitação à coexistência pacífica entre os blocos antagônicos mundiais e o reconhecimento da possibilidade de transição ao socialismo por vias não revolucionárias, por ocasião do XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, produziu reações contraditórias entre os diversos partidos comunistas nacionais. O PCCh esteve entre os que discordaram de forma frontal das enunciações de Khrushchov, juntamente com o Partido do Trabalho da Albânia. No entanto, mesmo antes de 1956, as divergências entre ambos os partidos eram consideráveis, sobretudo em temas da geopolítica regional asiática. Como vimos na seção anterior, em 1955, como resposta à OTAN, foi criada a OPV entre a URSS e as demais repúblicas populares no Leste Europeu (exceto a Iugoslávia), mas a conjuntura na Ásia Oriental pareceu ser mais complicada para Moscou. A China, assim como o PCCh, receava em ver sua autonomia limitada frente à URSS e ao PCUS, respectivamente, e declinou a oferta de criar uma organização militar análoga na região (SHIH, 1993; LÜTHI, 2008). A partir de então as relações começaram a gradualmente se deteriorar. A Primeira Crise no estreito de Taiwan (1954-55) provocou uma reação ambígua da URSS, que interpretou como uma tentativa de provocar um conflito entre Moscou e Washington.

Para Lüthi (2010), o desconforto da liderança chinesa em relação ao discurso de Khrushchov tem razões no âmbito doméstico, já que Mao via na destalinização uma ameaça a sua própria autoridade na China e dentro do próprio PCCh⁵⁵. O aceno favorável ao Degelo nas relações com os EUA também acendeu o sinal de alerta em Pequim, que começou a duvidar da racionalidade em manter a aliança sino-soviética, a qual, mesmo antes de 1956, já havia conhecido alguns limites importantes. As divergências exprimiam-se, inclusive, na interpretação dos eventos daquele ano no Leste Europeu, sobretudo na Polônia e na Hungria. Uma publicação do PCCh alegava que a URSS agiu desproporcionalmente na manifestação “antissoviética” da Polônia, ao mesmo tempo em que buscou não intervir inicialmente no levante húngaro “contrarrevolucionário” (LÜTHI, 2010, p. 44-45). No final de 1957, durante um encontro internacional dos partidos de orientação socialista em Moscou, as divergências entre o PCUS e o PCCh foram bastante notáveis, em que pese o esforço dos delegados presentes de minimizá-las.

Apesar do estranhamento no âmbito ideológico entre os dois partidos comunistas sobretudo após 1956, a cooperação bilateral no *nível interestatal* continuou a florescer por mais alguns anos em um passo bastante razoável, inclusive na esfera científica-militar. Já em outubro de 1957, a URSS concordou em assistir os chineses a produzir seu próprio arsenal atômico, “por meio do fornecimento de exemplares de bombas atômicas e documentações técnicas para sua produção” (RAKHMANIN, 2002, p. 21). Boa parte das demandas e dos apelos dos chineses nesse período específico foram atendidas pelo lado soviético. Conforme constatou Lüthi (2010, p. 46-47, tradução nossa), “a RPC desejava particularmente um melhor intercâmbio de informações e mais contatos interpessoais entre líderes soviéticos e chineses”⁵⁶. De forma mais genérica, os chineses estavam mais contentes de manter o conjunto de especialistas técnicos soviéticos, ao mesmo tempo em que se sentiam desconfortáveis com os “conselheiros políticos”⁵⁷ (LÜTHI, 2010). Em agosto de 1958, a URSS concordou em prestar auxílio técnica na construção e na ampliação de 47 unidades industriais chinesas. Em fevereiro do ano seguinte, houve um novo acordo em que se previu a assistência soviética

⁵⁵ O autor comenta que, no momento em que o discurso de Khrushchov era proferido, Mao empreendia políticas econômicas que resguardavam algumas semelhanças com as de Stálin durante as décadas de 1920 e de 1930, ambas caracterizadas pela tentativa de se promover a industrialização de forma acelerada e centralizada. No entanto, algumas figuras no alto escalão chinês eram favoráveis a outras abordagens para a política econômica, seja por meio de crescimento com mais equilibrado e gradual (Liu Shaoqin, então vice-presidente da RPC), ou mesmo via comando descentralizado, com a introdução de mecanismos de mercado (Zhou Enlai). No cálculo de Mao, as críticas a Stálin na URSS poderiam alimentar as críticas dentro do próprio PCCh. Portanto, esse seria o principal motivo para o descontentamento chinês com Khrushchov.

⁵⁶ No original, em inglês: “The PRC in particular wished for better foreign policy coordination, an improved exchange of information, and more personal contacts between Soviet and Chinese leaders.”

⁵⁷ No original, em inglês: *political advisers*.

para a construção de 78 grandes plantas industriais chinesas, no valor de cinco bilhões de rublos (RAKHMANIN, 2000). Por volta de 1960, 6.695 militares soviéticos encontravam-se na China alocados em diversas funções, sobretudo treinamento e formação de quadros, enquanto a RPC havia enviado à URSS, até aquele ano, cerca de quinze mil militares para formação e aperfeiçoamento (LÜTHI, 2010, p. 17-18). A URSS não era apenas um aliado que fornecia à RPC apoio diplomático e securitário, haja vista a recusa dos países ocidentais em reconhecer o novo governo chinês, mas era também um elemento central na reconstrução e no fortalecimento das capacidades produtivas e militares da RPC.

A Segunda Crise do Estreito de Taiwan (meados de 1958) teve um papel importante no agravamento das relações intergovernamentais sino-soviéticas. Inicialmente, a liderança soviética, por meio de um editorial no periódico *Pravda*, em 31 de agosto de 1958, anunciou que um eventual ataque dos EUA ao território da RPC seria considerado um ataque à própria URSS (LÜTHI, 2010, p. 77). No entanto, Mao decidiu pelo bombardeio de artilharia à ilha de Jinmen, então ocupada por forças taiwanesas, sem notificar a URSS. Surpreendido, e temendo uma retaliação nuclear por parte dos EUA, o governo soviético decidiu enviar um de seus diplomatas mais renomados para interceder no conflito e sondar as intenções do governo chinês quanto ao ato bélico. O lado soviético reforçou seu apoio à defesa da RPC, exceto sob a via de um conflito nuclear (LÜTHI, 2010, p. 84). Diante das ameaças nucleares por parte de Washington, Moscou ofereceu à China destacamentos antiaéreos, contanto que mantivessem sob comando de militares soviéticos. A oferta foi rechaçada pela China, que almejava o controle de toda força militar que estivesse em seu território. Diante dos desentendimentos cada vez mais incontornáveis, alguns projetos de cooperação bilateral sofreram atrasos ou mesmo cancelamentos, como explica Lüthi (2010, p. 85, tradução nossa):

A facilidade com que Pequim em quase forçar Moscou a se comprometer com uma guerra nuclear aborreceu o Kremlin. A crise e as conversações soviético-americanas sobre o desarmamento nuclear eram fatores na decisão soviética de rescindir sua promessa de outubro de 1957 de entregar um modelo de bomba atômica em junho de 1959. Embora um cíclotron que a União Soviética estava construindo na China desde o começo de 1958 tenha sido colocado em uso no final de setembro, o governo chinês percebeu no outono que os soviéticos estavam retardando novas transferências de tecnologia nuclear.⁵⁸

⁵⁸ No original, em inglês: “The ease with which Beijing had nearly forced Moscow to commit itself to nuclear war troubled the Kremlin. The crisis and Soviet-American nuclear disarmament talks were both factors in the Soviet decision to rescind its October 1957 promise to deliver a model A-bomb in June 1959. Although a cyclotron the Soviet Union had been building in China since early 1958 was put to use in late September, the Chinese government realized in the fall that the Soviets were procrastinating over further nuclear technology transfers”.

O lançamento da nova diretriz econômica na China, conhecida como *Grande Salto para Frente*, ofereceu um novo desafio à URSS. A política foi alvo de importantes debates na URSS e também de críticas por parte dos especialistas e dos técnicos soviéticos. Ainda que se predominasse o viés crítico no governo soviético, este se esquivou de emitir opiniões públicas a respeito do tema, para não desgastar seu relacionamento com os dirigentes chineses. Khrushchov, em suas memórias, afirmava que os chineses estavam repetindo os mesmos equívocos e insucessos da política econômica soviética no início da era stalinista. Apesar do ceticismo, os soviéticos mantiveram a execução de projetos de desenvolvimento de plantas industriais na China, acordados anteriormente, até por volta de 1959.

As visitas bilaterais de alto nível continuaram a ocorrer até aquele ano. Uma delegação chinesa capitaneada por Mao e por outras figuras do alto escalão do país visitou Moscou para a celebração do 40º aniversário da Revolução Russa, em novembro. Apesar do teor comemorativo, alguns estranhamentos foram notados em declarações sobre a condução das relações com o Ocidente, sobretudo com os EUA. Enquanto a URSS passava a defender a tese da coexistência pacífica entre os sistemas socialista e capitalista, a liderança chinesa apostava no conflito inevitável com o Ocidente (RAKHMANNIN, 2002).

As divergências tornaram-se explícitas a partir de 1959. Dois fatores na política internacional explicam essa trajetória: (1) a deterioração da disputa fronteiriça entre a RPC e a Índia; (2) a ida de Khrushchov aos EUA ainda em 1959 e o intento declarado de reduzir as tensões com Washington, provocando uma reação ríspida dos chineses, que classificaram o movimento como uma “traição” (VOSKRESSENSKY, 1999, p. 238). Na mesma conjuntura, em junho de 1959, a recusa da URSS em continuar a honrar o acordo sobre cooperação atômica com a RPC contribuiu para essa tendência. Para Goncharenko (1998), uma possível explicação para essa atitude pode estar ligada à evolução da Segunda Crise do Estreito de Taiwan, no ano anterior, em que a URSS foi forçada a se arriscar em um conflito militar diante de uma crise específica e regional, sem grandes ameaças diretas a Moscou. Como resume Lüthi (2010, p. 119-120):

A explicação oficial soviética [para a descontinuidade do projeto de construção de armas atômicas] era a de que a elaboração de uma bomba pela China ‘poderia estragar’ as [...] ‘negociações sobre a limitação de armamentos nucleares’, que os armamentos nucleares seriam muito dispendiosos para a economia chinesa, e que as armas soviéticas protegeriam a totalidade do campo soviético’. De fato, a URSS temia que a entrega de um modelo de bomba atômica criasse um precedente para os Estados Unidos

armarem a Alemanha Ocidental, sua nêemese na Europa, com armas nucleares.⁵⁹

De certa maneira, não é inválido afirmar que, não obstante as bravatas e o tom por vezes belicoso em seus discursos, Khrushchov não estava disposto em retroceder nas negociações sobre desarmamento e redução das tensões com os EUA, seu principal adversário estratégico, a se aproximar de um país cuja liderança despertava dúvidas e estranhamentos no Kremlin. Por outro lado, a RPC, dado seu peso político, demonstrava algum interesse de assumir um protagonismo no campo socialista e de obter autonomia crescente em face à URSS, rejeitando a condição de sócio *júnior* na contraposição ao mundo imperialista. Nesse momento, o fator relações URSS-EUA tornou-se um agravante⁶⁰.

A crise tibetana em 1959 não produziu efeitos diretos nas relações entre a URSS e a RPC. A primeira, inclusive, chegou a fornecer informações e inteligência à segunda para combater os rebeldes locais. No entanto, a crise comprometeu as relações entre a Índia – cada vez mais próxima a Moscou, como veremos a seguir – e a China. Enquanto a primeira temia o reforço de tropas chinesas próximas a sua fronteira, a segunda acusava Nova Délhi de apoiar os rebeldes. Entretanto, a crescente amizade indo-soviética ao longo da década de 1950 colocava o Kremlin em uma posição cada vez mais delicada, decidindo não tomar partido de forma explícita (LÜTHI, pp 122-123). Ao mesmo tempo em que se apoiava o pleito chinês sobre o Tibete, a diplomacia soviética tampouco corroborava o argumento de Pequim de que a Índia alimentava a revolta tibetana. A erupção de choques entre forças chinesas e indianas na região de Aksai Chin, que coincidiu com a ida de Khrushchov aos EUA, ocasionou uma real preocupação da diplomacia soviética, que à época carecia de informações sobre o teatro de operações e sobre as intenções de ambos os países em conflito.

A percepção dominante em Moscou em relação ao breve conflito sino-indiano de 1959 foi a de que os chineses teriam iniciado os confrontos. Brezhnev (1998) pondera que, haja vista o crescimento da propaganda anti-indiana na China nos meses anteriores e, não menos relevante, a atuação da liderança chinesa, no ano anterior, de buscar ampliar as tensões com Taiwan e forçar a tomada de uma posição bastante arriscada por parte da URSS, não seria

⁵⁹ No original, em inglês: “The official Soviet explanation was that the assembly of a bomb by China ‘could spoil’ ongoing ‘international negotiations on the limitations of nuclear weapons,’ that nuclear weapons were too expensive for the Chinese economy, and that Soviet weapons would protect the entire socialist camp. 206 In fact, the USSR feared that delivering a model A-bomb would set the precedent for the United States to arm West Germany, its nemesis in Europe, with nuclear weapons.”

⁶⁰ Entretanto, Lüthi (2010, p.117) afirma que o objetivo de distanciar a URSS da China estava presente na estratégia norte-americana mesmo antes da proclamação da RPC, em 1949. Até 1959, entretanto, poucas crises internacionais precipitaram a exploração dessa via por parte de Washington.

forçoso entender a escalada das tensões na Ásia meridional como uma estratégica devidamente calculada por parte de Pequim. A URSS, segundo o autor, interpretou que a RPC havia violado pela segunda vez o tratado de aliança de 1950, que obrigava proceder com a consulta mútua, e, como represália, decidiu pela neutralidade no litígio territorial sino-indiano. Para agravar ainda mais as relações com Pequim, a URSS anunciou uma assistência creditícia à Índia, dias após o início das hostilidades fronteiriças.

Os insucessos do Grande Salto, sobretudo em razão do agravamento do desabastecimento de alimentos, aliados à intensificação do problema da fome em regiões rurais no país a partir de 1959, enfraqueceram sensivelmente a posição chinesa, levando-a à moderação em seu diálogo com a URSS, durante o XXI Congresso do PCUS, em fevereiro de 1959⁶¹. A redução da conflitualidade foi recíproca pelo lado soviético, que se esforçou em manter um ambiente mais conciliatório⁶². No entanto, a diplomacia soviética durante algum tempo carecia de informações sobre a real dimensão do colapso na economia chinesa (BREZHNEV, 1998).

Logo após visitar os EUA, Khrushchov foi a Pequim por ocasião das comemorações dos dez anos de existência da RPC. Como descreve Lüthi (2010, p. 130-131), a recepção por parte dos anfitriões foi claramente “fria”, sem grandes avanços na cooperação bilateral, ou sequer alguma solução para os impasses que se avolumavam.

Em 1960, nem mesmo o incidente com o avião-espião norte americano U2, que foi abatido na URSS, provocando uma súbita deterioração nas relações entre Moscou e Washington, colaborou para a diminuição dos desentendimentos entre as duas potências comunistas. Em pelo menos dois encontros internacionais entre partidos comunistas e sindicatos, as divergências entre as delegações soviética e chinesa ficaram latentes.

A primeira delas, por ocasião da Federação Sindical Mundial (FSM), em Bucareste (Romênia), entre maio e junho daquele ano, expôs as fraturas no movimento comunista internacional. A URSS, representada pelo PCUS, buscou garantir o predomínio de suas visões na declaração final acerca das relações internacionais (sobretudo na questão da coexistência pacífica), mas foi desafiada pelos representantes chineses. Lüthi (2010) afirma que a posição do PCUS encontrou apoio quase unânime entre as mais de 50 delegações presentes, enquanto a China logrou apenas o apoio explícito dos albaneses. O segundo momento ocorreu durante o

⁶¹ Lüthi (2010, p. 100-101) aponta que, àquela altura, a liderança chinesa cessou de propagandar que a RPC seria a primeira nação a atingir o comunismo, e a reconhecer que a URSS ocupava uma posição primordial no movimento socialista global.

⁶² Khrushchov, em resposta à delegação chinesa, afirmou que todos os países socialistas se tornariam comunistas simultaneamente.

Encontro dos Partidos Comunistas e dos Trabalhadores, em Moscou, em novembro de 1960, no qual essas divisões foram apenas reforçadas.

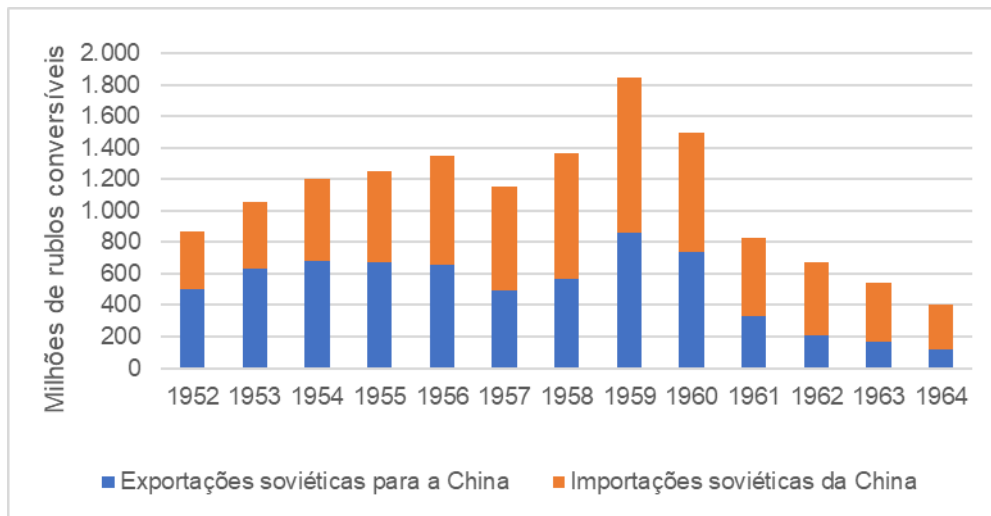
A partir de julho de 1960, a URSS tomou a iniciativa de descontinuar diversos projetos bilaterais. O país informou a retirada de aproximadamente 1.400 especialistas e técnicos soviéticos que se encontravam em território chinês; no mesmo período, foram convocados de volta, também, os militares. A diplomacia soviética alegava que as autoridades chinesas teriam transformado praticamente impossível o desempenho das atribuições por parte dos funcionários soviéticos⁶³. Brezhnev (1998) explica que o fator que desencadeou a atitude soviética teria sido a tentativa dos chineses de propagar suas teses críticas ao revisionismo de Khrushchov aos militares e técnicos soviéticos⁶⁴.

Ainda em 1960, a medida de Khrushchov provocou dificuldades adicionais para a cooperação econômica entre ambos os países. Em 1959, o comércio envolveu 7,38 bilhões de rublos conversíveis (aumento de 20% em relação ao ano anterior); em 1960, planejava-se um aumento de 10% (ou aproximadamente 8,1 bilhões de rublos), mas a cifra atingida foi apenas 5,9 bilhões de rublos, ou 20% a menos do que no ano anterior, com saldo desfavorável à RPC em cerca de dois bilhões de rublos. Por ocasião da retirada dos especialistas soviéticos, a dívida chinesa, que era de 1,52 bilhão de rublos, foi parcialmente quitada (0,72 bilhão de rublos); o restante foi compensado via entrega de produtos chineses à URSS. Assim como no caso da Índia, que será visto na seção adiante, a corrente de comércio entre a URSS e a RPC refletiu com bastante nitidez a trajetória do estado das relações bilaterais entre os dois países, como pode ser visto na Figura 2. A tendência de queda se manteria até por volta de meados da década de 1970, como será visto no próximo capítulo.

⁶³ De fato, as condições de trabalho não apenas para os técnicos soviéticos, mas também para os de outras nacionalidades haviam significativamente se deteriorado desde o lançamento da política do Grande Salto Para a Frente.

⁶⁴ Além disso, as evidências, segundo o autor, apontam para a relativa autonomia frente o próprio PCUS, apesar das críticas do próprio embaixador soviético estacionado em Pequim, Stepan V. Chervonenko.

Gráfico 2 - Evolução do fluxo comercial entre URSS e RPC (1952-1964)



Fonte: dados brutos de União Soviética (1967). Elaboração própria (2016).

A partir de 1960, recrudesceram-se sensivelmente os desentendimentos fronteiriços entre a URSS e a RPC, com o aumento de casos de incidentes de incursões territoriais, sobretudo promovidas por parte de cidadãos chineses. A China, por sua vez, já havia resolvido as pendências com quase todos seus vizinhos via entendimentos mútuos⁶⁵, mas os litígios com seus dois maiores vizinhos, a URSS e a Índia, não apenas permaneceram, como se acirraram significativamente. Dois episódios particularmente graves naquele momento são relatados por Galenovitch (2001), ocorridos tanto no setor ocidental, como no oriental da fronteira sino-soviética. No caso do lado ocidental (GALENOVICH, 2001, p. 25, tradução nossa):

De agosto a setembro de 1960, ambos os lados trocaram três extensas notas e duas declarações orais sobre a questão fronteiriça do Passo de Buz-Aygyr, no Quirguistão. O tema da primeira nota soviética foi a incursão em território soviético de um grupo de cidadãos chineses, que pastoreavam um rebanho de ovelhas. Os cidadãos chineses (de nacionalidade quirguiz), em resposta às exigências das autoridades policiais soviéticas de abandonar o território soviético, disseram que se encontravam naquela região por determinação de seus superiores, e que aquele era território chinês, e não soviético. A discussão continuou até outubro, quando os pastores chineses se retiraram da área devido à chegada do frio. Nas notas e nas declarações orais, os lados soviético e chinês nessa ocasião tornaram públicas por meios diplomáticos as diferenças de entendimento sobre a posse da área em questão. O lado soviético concordou em proceder com as consultas sobre a questão da posse da região em disputa.⁶⁶

⁶⁵ Exceto as fronteiras marítimas com o Vietnã, a Coreia do Sul, as Filipinas e o Japão.

⁶⁶ No original, em russo: “С августа по сентябрь 1960 г. по вопросу об участке границы в районе перевала Буз-Айгыр в Киргизии стороны направили друг другу три пространные ноты и сделали два устных заявления. Предметом первой советской ноты был выход на советскую территорию группы китайских граждан, выпасавших отару овец. Китайские граждане (по национальности киргизы) в ответ на

No setor oriental da fronteira sino-soviética, praticamente ao mesmo tempo em que ocorriam as consultas (GALENOVICH, 2001, tradução nossa):

[...] começaram as incursões de cidadãos chineses em ilhas soviéticas ao longo dos rios Amur e Ussuri, os quais declararam aos guardas de fronteira que se encontravam em território chinês e praticavam atividades de caráter econômico. Esses fatos também se constituíram em objeto das correspondências diplomáticas e das declarações orais⁶⁷.

Diante da posição de defesa do status quo sobre as fronteiras e da percepção de que a demarcação pudesse trazer consequências políticas nefastas, o governo soviético inicialmente limitou-se a colher e a ordenar informações geográficas e jurídicas sobre a condição das fronteiras, e a esperar eventuais passos a serem dados pelos diplomatas chineses. No entanto, os incidentes de incursões chineses pelo território soviético intensificaram-se no decorrer dos anos seguintes, chegando a mais de quatro mil incidentes apenas no ano de 1963 (GALENOVICH, 2001, p. 27). A partir desses eventos, a URSS aceitou em discutir a definição de algumas partes das fronteiras, com objetivo de reverter a escalada das tensões com a China naquele momento.

Apesar das tendências negativas, ainda em 1960, registram-se algumas tentativas de remediar o estremecimento das relações, com destaque para a tentativa de intermediação por parte da liderança norte-vietnamita de Ho Chi Minh, o que de fato produziu uma espécie de cessar-fogo por pouco tempo, até por volta de 1962⁶⁸. No entanto, essa trégua, além de momentânea, não abarcava os principais aspectos que tencionavam as relações entre os dois países e seus dois partidos governantes⁶⁹. Assim, em 1961, a conjuntura foi de um certo relaxamento nas relações, mas sem que as principais divergências fossem tolhidas. Por um

требования советских пограничников покинуть советскую территорию заявили, что они находятся в этом районе по указанию своего руководства и что это не советская, а китайская территория. Спор продолжался до октября, когда китайские скотоводы покинули этот участок в связи с наступившими холодами. В указанных выше нотах и устных заявлениях советская и китайская стороны на этот раз на официальном дипломатическом уровне обнаружили различие в понимании территориальной принадлежности упомянутого участка. Советская сторона согласилась тогда провести консультации по вопросу о принадлежности этого района.”

⁶⁷ No original, em russo: “[...]начались выходы китайских граждан на советские острова на реках Амур и Уссури, причем китайцы заявляли пограничникам, что они находятся на китайской территории и ведут там хозяйственную деятельность. Эти факты также стали предметом дипломатической переписки и устных заявлений.”

⁶⁸ O PCCh teve que conceder com uma resolução no encontro de Moscou em que se apoiava o conteúdo do discurso de Khrushchov de 1956 e com a destalinização, e se cessariam todas as propagandas negativas mútuas entre o PCCh e o PCUS.

⁶⁹ Lüthi (2010) considera que outro aspecto não menos relevante para a redução das tensões entre os dois países nesses anos foi a redução do papel do líder chinês em seu próprio partido, que passou a sofrer mais divisões internas, provocando uma atenuação da radicalização política no país.

lado, a URSS ofereceu ao lado chinês o modelo de montagem do caça MiG-21, com transferência de tecnologia. Por outro, a RPC manteve o apoio à Albânia, que mantinha uma linha crítica a Moscou, e não se mostrou disposta a reduzir as tensões com a Índia. Nesse mesmo espírito, Khrushchov chegou a oferecer em janeiro de 1961 um milhão de toneladas de grãos e outras 500 mil toneladas de açúcar cubano à RPC, ainda sob influência da epidemia de fome ocasionada pela política do Grande Salto⁷⁰. No mês seguinte, o líder soviético concordou em estabelecer o pagamento da dívida chinesa sem a cobrança de juros por um período de cinco anos

No entanto, as dificuldades econômicas na China impediram que a conjuntura a de redução das tensões pudesse se reproduzir no aumento ou na recuperação dos encadeamentos econômicos. O país viu-se impossibilitado de continuar a importar equipamentos soviéticos, e uma série de projetos bilaterais foram cancelados ou suspensos com aquiescência de ambas as partes.

Por volta do final de 1961 e início de 1962, três questões concorreram para uma nova deterioração do diálogo entre os dois países. Em primeiro lugar, veio à tona as disputas ideológicas entre a URSS e a Albânia, que já mantinha certa afinidade com Pequim e, também, receava a orientação antistalinista mantida por Khrushchov. Como consequência dessa disputa, o país balcânico foi expulso das reuniões do Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon) e do Pacto de Varsóvia. Em segundo lugar, o XXII Congresso do PCUS no final de 1961 não apenas confirmou a continuidade da política soviética iniciada em 1956, como também se criticou explicitamente o comando albanês. Segundo Lüthi (2010), o PCCh via nas declarações anti-albanesas uma forma indireta de criticar a própria orientação da RPC.

O terceiro fator para a cizânia foi o agravamento do quadro de instabilidade social na província de Xinjiang, localizada no extremo oeste da RPC, e povoada por diversas etnias túrquicas. Antes da fundação da RPC em 1949, a URSS, por intermédio de consulados e escritórios na região, ofereceu cidadania a habitantes locais, inclusive a alguns russos étnicos e a indivíduos das demais etnias centro-asiáticas. Essa prática foi abandonada após 1949, mas restabelecida em 1962, como forma de facilitar a emigração de populações que se encontravam em situação bastante vulnerável diante das intempéries econômicas e sociais no país vizinho. Contudo, essa medida foi executada de forma unilateral, sem consulta ou

⁷⁰ Entretanto, naquela mesma época, a própria URSS enfrentava problemas de abastecimento por conta da exaustão das terras abertas para cultivo dentro da política de expansão das fronteiras agrícolas, lançada no final da década anterior.

notificação às autoridades chinesas, o que iniciou um imbróglio curto, mas que repercutiria decisivamente na esfera das relações intergovernamentais. A eclosão da rebelião local e a concessão de passaporte soviético a cerca de 67 mil pessoas provocou uma escalada no tom das acusações entre os dois lados. As tensões sociais na província arrefeceram-se por volta de meados de 1962, reduzindo-se o fluxo de refugiados em direção à fronteira soviética. Contudo, a resolução do conflito, longe de remediar as relações entre as duas potências, apenas gerou efeitos agravantes. A RPC, certa de que a URSS estava ativa na promoção de insurreições e de instabilidade social em seu território, denunciou um acordo consular com a última, que na prática encerrou as atividades de todos os consulados e instituições oficiais da URSS em território chinês; apenas a embaixada em Pequim manteve seu funcionamento, por volta de fins de 1962 (LÜTHI, 2010).

Nessa época, duas crises internacionais levariam a Mao a convencer-se de forma inequívoca de sua tese do suposto *revisionismo* soviético. A primeira delas foi a Crise dos Mísseis, na qual as divergências eram menos por conta das posições políticas das superpotências em litígios, e mais pela forma como se superou a crise. Apesar de a China ter apoiado a posição da URSS e duramente criticado a contrarrevolução em Cuba planejada e perpetrada pelos EUA, não se furtou a questionar o modo de atuação do líder soviético. Se, no movimento comunista internacional as críticas eram em geral a respeito da inconsequência de Khrushchov em colocar o mundo à beira de um conflito nuclear, aumentando-se os questionamentos tanto em outros países de orientação marxista, como também no plano doméstico, o PCCh, por sua vez, alegou que a ação de Khrushchov era humilhante não por ter colocado em risco a segurança global, mas por a ver-se, no final da crise, a retirar os Mísseis Balísticos Intercontinentais (MBIC) da ilha de Cuba.

Quase simultaneamente à Crise no Caribe, desencadeou-se um breve, porém grave conflito envolvendo novamente a Índia e a RPC⁷¹. Assim como em 1959, Moscou se posicionou como força neutra, mas teve participação significativa, seja instando ambos os lados a cessarem o conflito e a superar as desavenças pela via diplomática, seja, também, questionando as atitudes e as pretensões territoriais tanto de Pequim como de Nova Délhi. No entanto, Lüthi (2010) destaca que os contatos de alto escalão entre Moscou e Nova Délhi foram mais frequentes do que os entre Moscou e Pequim ao longo da crise, o que sugere uma

⁷¹ O conflito se desdobrou em duas frentes: no setor ocidental da fronteira binacional, em Aksai Chin (como é chamado na Índia) ou região sul da província de Xinjiang (como se refere na China); e, também, em Aruanachal Pradesh (nome indiano, atualmente um estado federado subordinado a Nova Délhi) / sul do Tibete (na versão chinesa).

maior sintonia e um intercâmbio mais intenso de informações entre a URSS e a Índia do que entre as duas nações comunistas.

No final de 1962, as divergências sino-soviéticas chegaram a uma condição em que a normalização das relações praticamente implicaria em um jogo de soma zero. Naquele período, registrou-se uma série de encontros promovidos pelas direções dos partidos comunistas de países europeus, tanto os governistas (na Europa Oriental), como os oposicionistas (no Ocidente). Em todas as reuniões, observou-se uma forte cisão entre as posições dos representantes do PCCh e os do PCUS. Ademais, a maioria das lideranças partidárias dos países europeus inclinavam-se a apoiar o pleito de Moscou em detrimento de Pequim, a qual contava com apoio mais incisivo da Albânia e, de forma mais comedida, dos norte-coreanos. O reatamento das relações entre a Iugoslávia e a URSS aprofundou as desavenças ideológica entre os partidos supramencionados.

Para Lüthi (2010), apesar de Moscou e, mais precisamente, Khrushchov carregarem significativa parcela da responsabilidade para o cisma sino-soviético, Mao não demonstrava claro interesse em medir esforços para manter a aliança com o vizinho setentrional, uma vez que o desentendimento com o PCUS era instrumental na luta política interna na própria China contra a facção reformista representada por Deng Xiaoping e Liu Shaoqi. Em uma carta publicada em junho de 1963, a liderança chinesa alvejava aquilo que se interpretava como revisionismo, tanto externa como internamente, e condenava explicitamente a Iugoslávia, que alegadamente se encontrava dominada por uma “clique revisionista”, e, por isso, havia cessado de ser um Estado socialista. Os autores do texto insinuavam, também, que a própria direção soviética havia abandonado os princípios do marxismo-leninismo, tornando implícita a alegação de que a própria URSS havia deixado de ser um Estado socialista (COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS, 1963)⁷².

O andamento das negociações entre a URSS, os EUA e a Grã-Bretanha sobre a limitação dos testes nucleares e, relacionado a isso, a questão da proliferação da tecnologia de fabricação de armamentos nucleares foi um fator adicional, senão decisivo, no distanciamento

⁷² Lüthi (2010, p. 244), defende que a maior responsabilidade pela cisão está no lado chinês: “Apesar da evidência documental ser limitada, os eventos entre o final do verão de 1962 e a primavera de 1963 sugerem que Mao instigou a deterioração das relações sino-soviéticas com objetivos domésticos em sua mente. Por volta de 1959, Mao já havia decidido que a China não mais necessitava da aliança sino-soviética. Os desdobramentos políticos após sua reaparição no final do verão de 1962 sugerem que uma ruptura bem controlada da parceria seria de maior valor do que a renovação do relacionamento com Moscou”. No original, em inglês: “Although documentary evidence is limited, the events from late summer of 1962 to the spring of 1963 suggest that Mao instigated the deterioration of Sino-Soviet relations precisely with domestic aims in mind. By 1959 Mao had already decided that China did not need the Sino-Soviet alliance anymore. The political developments after his resurgence in the late summer of 1962 suggested that a well-managed collapse of the partnership would be of much greater use than the renewal of the relationship with Moscow.”

político entre Moscou e Pequim. Ademais, após a crise dos mísseis de 1962, a própria diplomacia norte-americana buscou explorar esse tema para subverter a aliança sino-soviética (LÜTHI, 2010). De acordo com a historiografia consultada, a principal preocupação do Kremlin naquele momento não era propriamente a nuclearização da RPC, mas que qualquer tipo de assistência a Pequim pudesse ser colocado como pretexto por parte de Washington para garantir acesso a esse tipo de armamento para a Alemanha Ocidental (LÜTHI, 2010, p. 239).

Por volta de 1963, os incidentes fronteiriços se acentuaram de forma notável. O lado soviético, em diversas ocasiões, acusava a ocorrência de intrusões em seu território de pescadores, agricultores e até oficiais de fronteira chineses (RAKHMANNIN, 2002). A RPC passou a questionar a própria origem da configuração das fronteiras entre os dois países, que na visão chinesa, eram produto dos tratados desiguais firmados ao longo do século XIX entre o antigo e já decadente Império Chinês e as potências estrangeiras, dentre as quais se situava o Império Russo. Apesar dos desentendimentos crescentes entre as nações comunistas e das veleidades territoriais chinesas, demonstradas durante as negociações entre fins de 1963 e início de 1964, ambas as partes conseguiram estabelecer, naquela conjuntura, a linha geral de fronteira, com exceção da Ilha de Damansky⁷³ e de outras ilhas fluviais. No entanto, após ter reconhecido a independência da Mongólia em 1949 e, também, assinado com esta um tratado sobre fronteiras em 1962, a RPC, em julho de 1964, reabriu a discussão sobre a própria existência do Estado mongol⁷⁴.

3.2.3 As relações URSS-Índia

Durante o período sob Stálin, a URSS não chegou a tecer vínculos mais estreitos com a Índia, apesar de as relações diplomáticas e políticas se iniciarem antes mesmo da proclamação da independência do país da Ásia Meridional, em agosto de 1947. No ano anterior, o líder da diplomacia soviética na Assembleia da ONU de 1946, Vyacheslav M. Molotov, declarou publicamente o apoio de seu país ao processo de independência liderado

⁷³ O nome chinês para o local é Zhenbao. A região é notória por ter sido palco de um conflito aberto entre os dois países, em 1969.

⁷⁴ Em reunião com socialistas japoneses, o líder chinês expressou que as Ilhas Kurilas deveriam retornar ao Japão, e que a URSS ocupava uma série de territórios na Europa Oriental que pertenciam a outras nações, e que “eles haviam recortado todos os territórios possíveis de serem recortados” (INTERVIEW..., 1964, online).

por Javāharlāl Nehrū⁷⁵. Em abril de 1947, os dois países criaram missões diplomáticas de forma recíproca; com efeito, a primeira embaixada indiana no exterior foi criada em Moscou. Vale ressaltar, entretanto, que a chefia da missão diplomática soviética, K. V. Novikov, em Nova Délhi não se equiparava ao destaque que Pandit apresentava na diplomacia indiana.

Apesar das suspeitas de Stálin que o país asiático agisse a reboque de sua antiga metrópole colonizadora, a Grã-Bretanha⁷⁶ e do limitado progresso na cooperação bilateral, a União Soviética concedeu apoio político à Índia em diversas ocasiões, de forma explícita ou não, entre fins da década de 1940 e o início da de 1950, destacando-se os conflitos com o Paquistão. Ainda em 1947, a União Soviética vetou uma resolução no Conselho de Segurança da ONU (CS-ONU), na qual se previa a realização de plebiscito nas regiões disputadas. Em 1950, Stálin se reuniu com o então embaixador indiano, Sarvepalli Radhakrishnan, uma das raras ocasiões em que o líder soviético se encontrou com representantes estrangeiros; em 1953, no penúltimo mês de sua vida, houve um segundo encontro, desta vez com Kumara Menon. No entanto, a percepção dominante na URSS no período era a de que a neutralidade indiana favorecia os desígnios ocidentais na Ásia Meridional; daí o relativo distanciamento político entre Nova Délhi e Moscou nesse período (YURLOV, YURLOVA, 2010).

A Índia, não obstante a manutenção do diálogo cordial com Moscou e dos desentendimentos crescentes com os Estados Unidos, sobretudo após a visita de Nehru a Washington ainda em 1949, desde seus primórdios, não pretendia alinhar-se a nenhum dos dois blocos rivais da Guerra Fria. Os indianos apenas consideravam viável cooperar com a União Soviética em áreas específicas, mas com a maior cautela possível, de forma a não despertar reações adversas adicionais por parte dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha (YURLOV & YURLOVA, 2010). Entretanto, a defesa indiana da unificação da Coreia, já em conflito, e da inclusão da RPC à ONU em substituição à ROC gerou fortes descontentamentos nas capitais ocidentais, ao mesmo tempo em que se vislumbrava, em Moscou, a possibilidade de aventar relações mais estreitas com Nova Délhi.

A morte de Stálin em 1953 propiciou um avanço nas relações entre os dois países. Malenkov, na qualidade de Premiê da URSS desde março daquele ano, declarou que a Índia era um elemento-chave na promoção da paz no Oriente, e elogiou a posição do governo do

⁷⁵ Ainda em 1945, duas delegações indianas estiveram em Nova Iorque: a primeira, apoiada pelos colonizadores britânicos, representada pelo Governador-Geral da Índia, e uma segunda, chefiada pela irmã de Nehru. Esta, apesar de ter sido convidada pelo então presidente norte-americano Theodore Roosevelt, não ganhou o status de oficial, mas não passou despercebida na AGNU: Molotov expressou que a delegação de Vijaya Lakshmi Pandit “representava o povo indiano, enquanto que os delegados oficiais eram apenas porta-vozes britânicos e não cabia leva-los a sério.” (YURLOV, YURLOVA, 2010, p. 610-611, tradução nossa). A referida diplomata se tornaria, dois anos mais tarde, embaixadora da Índia na URSS.

⁷⁶ O então líder soviético nunca se reuniu com a representante indiana (YURLOV, YURLOVA, 2010).

país em relação ao conflito coreano, e expôs sua esperança em assistir à evolução do diálogo. Em dezembro, foi assinado o primeiro acordo comercial entre a URSS e a Índia e, também, registrou-se a viagem em caráter não-oficial a Moscou da filha de Nehru e futura Primeira-Ministra, Indira Gandhi.

Por volta de 1955, nota-se uma sensível aproximação entre os dois países, com a visita de Nehru à União Soviética em junho daquele ano, com grande repercussão mundial. Apesar das cordialidades nos discursos⁷⁷, os indianos rejeitaram a proposta soviética de um pacto de não-agressão, por considerarem-no uma “aliança militar negativa”. (YURLOV & YURLOVA, 2010, p. 619). Como retribuição, Khrushchov visitou o país sul-asiático em novembro. Na ocasião, que repetiu a fórmula dos encontros diretos entre o líder estrangeiro e uma enorme massa de espectadores, a URSS endossou os pleitos indianos sobre a Caxemira (em detrimento do Paquistão) e sobre as possessões portuguesas no subcontinente indiano. Em troca, a Índia recusou-se a votar a favor de uma resolução nas Nações Unidas que condenava a repressão soviética contra a revolta popular na Hungria, em 1956, o que repercutiu muito bem em Moscou (MASTNY, 2010).

A tese da coexistência pacífica entre os países de diferentes sistemas sócio-políticos, anunciada em 1956 por ocasião da XX Congresso do PCUS, repercutiu de forma mais positiva na Índia do que na RPC, pois viabilizava e legitimava a gestação de vínculos com Moscou. Essa oportunidade se mostrava ainda mais evidente no caso específico dos países não-alinhados, sobretudo a própria Índia, a Indonésia e o Egito, países que gozavam de forte protagonismo no referido movimento, efetivado na Conferência de Bandung dois anos antes. Nessa época, inclusive, a URSS detinha relações ainda mais arrojadas com o Egito e a Indonésia do que a própria Índia (MASTNY, 2010).

A Crise de Suez, em 1956, exerceu um papel considerável na aproximação entre os dois países. A diplomacia indiana, com respaldo egípcio e soviético, propôs o reconhecimento da soberania do Egito sobre o canal, e com a redação de relatórios anuais à ONU por parte do governo egípcio, além da criação de uma associação de países-usuários do canal que arbitraria eventuais disputas acerca do uso do canal.

A crise húngara, que ocorreu de forma simultânea aos eventos em Suez, também evidenciou a sintonia entre Moscou e Nova Délhi. Após a incursão de tropas soviéticas no território húngaro para combater a insurreição, percebida em Moscou como uma contrarrevolução armada apoiada pelo Ocidente, os EUA inseriram um projeto de resolução

⁷⁷ Um dos quais foi proferido por Nehru, dirigido diretamente ao público que lotava um estádio em Moscou.

na ONU, em que se criticava a atuação dos militares soviéticos. A Índia absteve-se na votação, atitude bem-recebida em Moscou. Esta, por sua vez, se absteve em uma resolução que desagradava a diplomacia indiana a respeito da questão caxemira, um mês mais tarde.

Diferentemente do final da década de 1940, quando estava empenhada em reconstruir sua economia devastada pela II Guerra, a União Soviética, após a segunda metade dos anos 1950, encontrava-se em condições de promover assistência econômica a outros países. A Índia, de forma semelhante a outros grandes países em desenvolvimento naquele período como a Argentina, o Brasil e o México, buscava o desenvolvimento de sua economia de forma autônoma, por meio da industrialização. Mas, ao contrário das três nações latino-americanas citadas, a Índia buscou cooperação com a União Soviética, e não apenas com os Estados Unidos, para promover seu processo de industrialização, de forma a reduzir a dependência econômica e tecnológica em relação ao Ocidente.

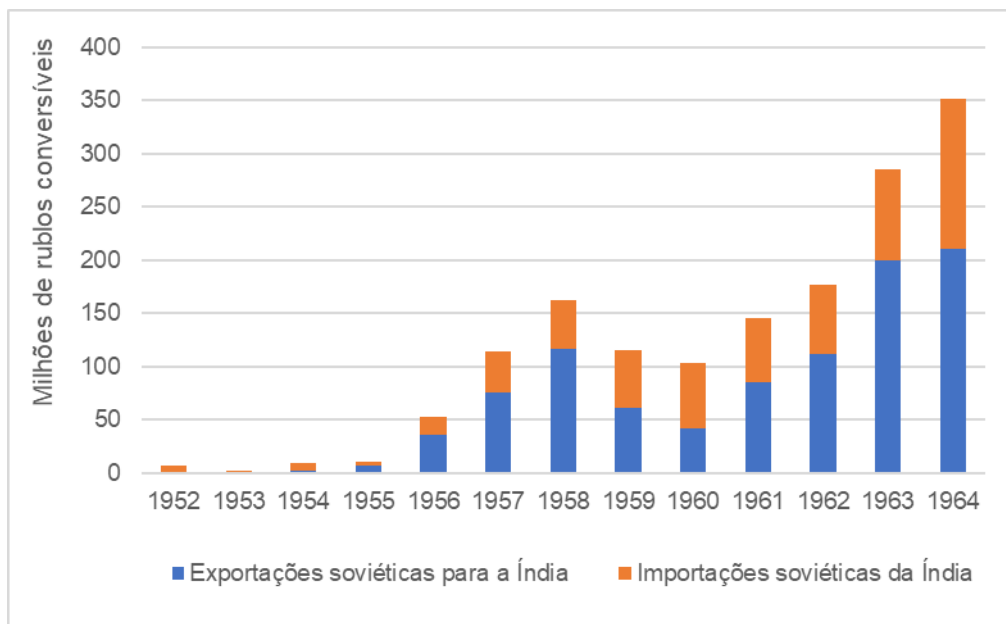
De acordo com Yurlov & Yurlova (2010), a URSS ofereceu condições mais favoráveis à Índia em comparação com países ocidentais no que se referia à construção de uma importante usina metalúrgica em Bhilai, localizada no estado indiano de Chhattisgarh. De acordo com a proposta soviética, os indianos poderiam pagar todas as dívidas em até 12 anos após o término da construção da usina, com juros de 2,5% ao ano, e com o uso, inclusive, de rúpias indianas ou mesmo de produtos fabricados no país. Os governos ocidentais, por outro lado, exigiam o pagamento em um período mais curto, com taxa de juros entre 4,5% e 6,3% ao ano, que poderia ser arrolado apenas com moedas conversíveis (que, na época, era apenas o dólar norte-americano). Ademais, a URSS, de forma oposta aos governos ocidentais, preferia estabelecer parcerias com empresas e entidades estatais para a consecução dos projetos, o que agradava a liderança indiana. Diante dessas condições, ainda em 1955, Nova Délhi e Moscou iniciaram a construção da usina.

Como decorrência da nascente cooperação técnica e econômica, o comércio entre os dois países cresceu exponencialmente durante a década de 1950. Se, em 1953, o fluxo de comércio entre os dois países⁷⁸ era apenas 1,7 milhão de rublos conversíveis, em apenas seis anos, esse número alcançou a marca de 160 milhões de rublos, representando um aumento de quase 100 vezes (ver Figura 3). No final do período analisado, a Índia, nessa época, tornava-se o principal parceiro comercial da URSS fora do bloco socialista: em 1965, a URSS correspondia a 11,5 % dos destinos das exportações indianas, e a 6% das origens das importações. Registrou-se, nesse período, a diversificação da pauta comercial em ambos os

⁷⁸ Somando-se os fluxos em ambos sentidos.

sentidos: a URSS deixou de importar da Índia apenas insumos tradicionais, como chá, couros e têxteis, e passou a adquirir, também, bens industrializados, semimanufaturados, químicos e insumos (YURLOV, YURLOVA, 2010). As transações eram contabilizadas em rúpias, o que favoreceria sobremaneira o lado indiano, que àquela altura encontrava dificuldades em adquirir itens em outros mercados, devido à escassez de moedas conversíveis. Ao mesmo tempo, ocasionavam-se dificuldades adicionais à URSS, que, diante dos sucessivos superávits comerciais, acumulava uma quantidade considerável de rúpias, transacionáveis apenas no mercado indiano.

Gráfico 3 - Fluxo comercial da URSS com a Índia (1952-1964)



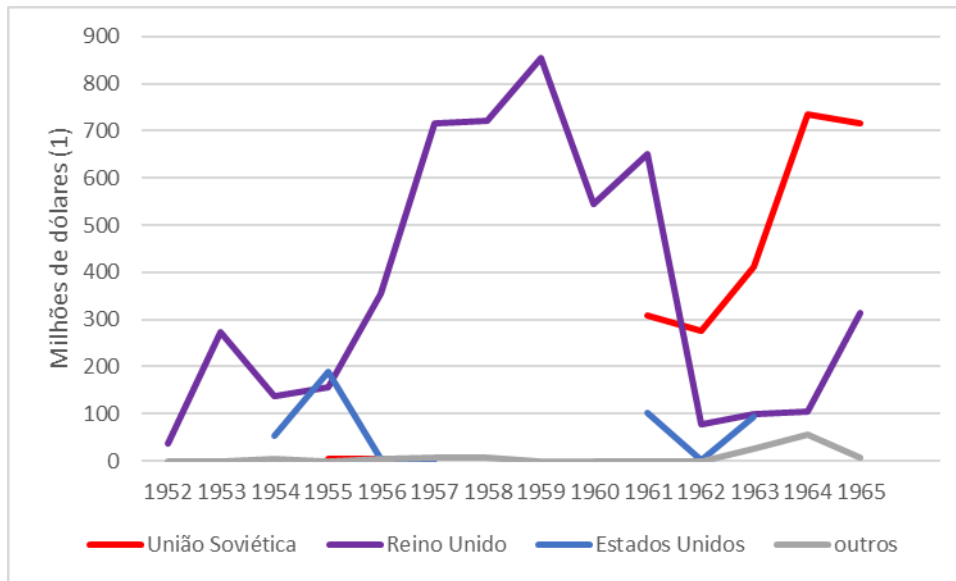
Fonte: Dados brutos de União Soviética (1967). Elaboração própria (2016)

A questão dos enclaves portugueses na costa indiana, que persistiam sob controle da metrópole europeia, agudizou-se após 1960, quando diversos países africanos conseguiram sua emancipação política. Os indianos, dispostos a controlar esses territórios e a eliminar os últimos bastiões coloniais europeus no subcontinente, invadiram e anexaram os territórios de Goa, Damão e Diu, por meio da Operação Vijai. A ação indiana dividiu a comunidade internacional: a URSS, a própria RPC, e outros Estados do Movimento dos Não-Alinhados, saudaram a atitude indiana, enquanto os EUA, o Reino Unido, o Paquistão e inclusive o Brasil saíram em defesa dos portugueses (INTERNATIONAL..., 2006). O conflito e as reações internacionais contribuíram para aproximar a Índia da URSS. Coincidentemente, Brejnev, ainda na condição de chefe do Soviete Supremo, realizava uma visita à Índia durante o

evento, e expressou apoio resolutivo aos pleitos indianos; logo em seguida, Khrushchov enviou um telegrama de solidariedade a Nehru.

Durante o conflito sino-indiano de 1962, a URSS, apesar de ter-se declarado neutra, continuou a prestar assistência econômica aos indianos, ao mesmo tempo em que se desenrolava a ruptura sino-soviética. Para Mastny (2010), as relações entre a URSS e a Índia se estreitavam na mesma velocidade em que se deterioravam as relações dos dois países com a RPC. Além da convergência política cada vez mais estreita, pode-se mencionar, também, a cooperação em áreas consideradas estratégicas, especialmente no âmbito de defesa. Até o início da década de 1960, os países ocidentais, e mais especificamente o Reino Unido, gozavam da condição de fornecedor quase exclusivo para as forças armadas indianas. Diante das inconveniências em termos de manutenção e de dificuldade em obter transferência tecnológica dos países ocidentais os quais, além das conhecidas e constantes dificuldades quanto à propriedade intelectual, temiam aumentar o desequilíbrio regional em detrimento do Paquistão, Nova Délhi, como resposta, sondava fabricantes soviéticos, que já se mostravam mais inclinados a aceitar as demandas dos militares indianos nesse quesito. As primeiras aquisições de equipamento militar soviético pela Índia aconteceram em 1960, com a compra de 24 aviões de transporte Ilyushin-21. Para Mehrtotra (1990), o principal elemento para a aquisição do material bélico soviético era a possibilidade de transferência de tecnologia a favor do país comprador. Nos anos seguintes, os indianos não apenas comprariam caças MiG 21, mas conseguiriam obter aval soviético para a construção de unidades de produção dessas armas. Apenas durante a década de 1960, a Índia comprou cerca de US\$ 700 milhões em armamentos soviéticos (YURLOV & YURLOVA, 2010). A escala dessas aquisições transformou a URSS no principal fornecedor de equipamentos militares para a Índia ainda no ano de 1962, desbancando de forma abrupta o Reino Unido.

Gráfico 4 - Evolução do comércio bélico da Índia (1952-1965)



Fonte: Dados brutos de SIPRI (2016). Elaboração própria (2016)

Nota (1): Em preços constantes, equivalente ao valor do dólar dos EUA de 1990.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA SOB KHRUSHCHOV: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS

Durante o período analisado, pode-se afirmar que a reorientação da política externa soviética, iniciada logo após a morte de Stálin e confirmada em 1956, com a consagração da política de coexistência pacífica entre os dois blocos e do reconhecimento da possibilidade de transição do capitalismo para o socialismo por diferentes vias, alterou profundamente a relação da URSS com os três países aqui analisados.

No entanto, o impacto dessa alteração, bem como a evolução das relações não foram uniformes, e em alguns casos levaram algum tempo para acarretar mudanças reais. As relações com os EUA testemunharam importantes avanços, posto que limitados em escopo e profundidade, e intercalados por momentos de agudas tensões. A reorientação da inserção internacional da URSS a partir de 1953 habilitou o estabelecimento da estratégia de reduzir tensões e obter acordos com os EUA. A explosão da primeira bomba de hidrogênio em 1953, a criação do Pacto de Varsóvia em 1955 e a participação firme na crise de Suez em 1956 podem ser interpretadas como uma tentativa de fortalecer a posição de barganha da URSS perante os EUA; em outras palavras, a estratégia manteve-se inalterada, ao passo que os meios para alcançá-la foram diversificados. Entre 1957 e 1960, essas tendências mantiveram-se, com a incorporação de novos temas, como a promoção do comércio, a cooperação técnico-científica e a assinatura de tratados relevantes (a exemplo do Acordo Antártico). Nesse

período, registra-se um ajuste no comércio, com a ampliação significativa das trocas, e no aprofundamento da cooperação técnica nos anos finais desse período.

Entre 1960 e 1962, a estratégia de avançar na conciliação foi temporariamente suspensa após a revelação da espionagem praticada pelos EUA em sobrevoos em território soviético. A URSS reagiu com a adoção da estratégia de demonstrar sua força política e militar e explorar os limites da ação de seus rivais no Ocidente. Com isso, emergiram-se duas graves crises internacionais (na Alemanha e em Cuba), nas quais a própria posição da URSS saiu-se bastante prejudicada, sobretudo na crise caribenha. À Crise dos Mísseis de 1962 seguiu-se o retorno da estratégia de composição política com os EUA, e como exemplo aponta-se a retirada de mísseis nucleares inimigos de regiões adjacentes ao território de ambas superpotências, e do estabelecimento de um mecanismo de comunicação direta entre os líderes nacionais.

A reorientação da política externa soviética de reconhecer a possibilidade de coexistência e cooperação entre os blocos socialista e capitalista colocou as relações com a RPC em uma situação crescentemente paradoxal. A tentativa de melhorar as relações com o mundo ocidental e com os EUA, como fruto da tese da coexistência pacífica, certamente impactou negativamente as relações entre a URSS e a RPC, e, também, entre os partidos os partidos comunistas dessas nações, mas a *linha de transmissão* entre esses dois eventos não foi direta e levou alguns anos para ser processada.

Por um lado, a URSS buscou manter a estratégia levada a cabo nos anos derradeiros de Stálin, de manter e, no que fosse possível, de ampliar a amizade sino-soviética, a fim de fazer frente à aliança estadunidense-nipônica na região do Pacífico. Assim, as agendas que pudessem levantar contradições entre os dois países foram evitadas ou mesmo postergadas para momentos mais oportunos, especialmente no que tangia às disputas fronteiriças. Se essa agenda foi evitada, o mesmo não pode ser dito quanto à cooperação econômica, técnica e mesmo na área militar. Para além do simples aumento do valor do comércio, passou-se a contemplar a consecução de projetos bilaterais de construção de unidades industriais na China com assistência soviética, além da formação de técnicos e especialistas chineses na URSS. Os estadistas soviéticos buscaram, de maneira muitas vezes inconsistente e ambígua, dificultar a ampliação das divergências ideológicas, sobretudo após o discurso de Khrushchov de 1956 e a execução do Grande Salto Para a Frente, na China. A recusa da URSS em avançar a cooperação na esfera nuclear com a RPC, sob a justificativa de um revés nos acordos com os EUA e na nuclearização da Alemanha Ocidental explicitou os limites da relação entre as duas grandes nações socialistas eurásianas.

Por volta de 1960, a URSS modificou o conteúdo dessa estratégia ao desistir da ideia de manter a relação com a RPC a qualquer custo, e ao reconhecer a dificuldade em manter a aura de amizade e de otimismo que predominara na década anterior, não escondendo seu descontentamento com as polêmicas cada vez mais explícitas e, por vezes, adotando medidas de caráter retaliatório. Assim, os soviéticos descontinuaram uma série de projetos de assistência econômica, o que gerou uma saliente redução do comércio bilateral. Cabe ressaltar o efêmero degelo entre 1961 e 1962, interpretados neste ponto não exatamente como um produto da retomada das contendas entre URSS e EUA, mas sim do enfraquecimento da posição da RPC diante dos insucessos econômicos do Grande Salto. Nesse período, foram reativados alguns projetos pontuais, inclusive no âmbito militar, ainda que as polêmicas ideológicas não tivessem cessado. A posição ambígua da URSS no conflito sino-indiano em 1962 e, também, a retomada das negociações entre Moscou e Washington após a crise dos mísseis em Cuba acirrou novamente as tensões entre a RPC e a URSS. A partir de então, as relações entre esses países adentrariam em uma espiral cada vez mais negativa, e a estratégia da URSS passou a tratar a RPC, cada vez mais como um adversário estratégico e, inclusive, ideológico.

As relações com a Índia foram, em geral, mais estáveis em comparação com os outros dois casos relatados. A reorientação política da URSS na primeira metade da década de 1950 também ecoou no eixo Nova Délhi-Moscou. Se, nos anos de Stálin, a URSS enxergava o gigante sul-asiático como uma espécie de delegado dos interesses de sua antiga metrópole, a Grã-Bretanha, e desenvolvia uma estratégia destinada a manter a cordialidade, sem aprofundar o relacionamento, a ascensão de Khrushchov, por sua vez, resultou no início de uma importante mudança estratégica. A URSS passou a considerar as vantagens de aprofundar o diálogo com um país com importante peso regional, que despontava a ocupar uma posição de destaque entre as nações do Terceiro Mundo e do Movimento dos Não-Alinhados. O desenvolvimento das relações com um país capitalista, mas com posições mais claramente anti-imperialistas no cenário internacional, coroaria a tese da possibilidade da coexistência e da cooperação entre países portadores de modelos socioeconômicos divergentes.

Ao vislumbrar uma relação mais próxima com a Índia, a URSS buscou colocar em prática, já nos anos 1950, de uma série de *programas* em diferentes campos. Essa ação foi bem recebida em Nova Délhi, diante das crescentes divergências geopolíticas com o Reino Unido e, mesmo, com os Estados Unidos. A crise de Suez em 1956, em que foi notável a coincidência das posições indiana e soviética na defesa dos direitos do Egito sobre o referido

canal, apenas reforçou essa tendência, já observável nos anos imediatamente anteriores. Nesse mesmo período, os diplomatas indianos animavam-se também com o apoio dado pelos soviéticos nas disputas territoriais com o Paquistão. No final da década, ambos os países concordaram em iniciar um audacioso programa de cooperação econômica e técnica, que previa a construção de unidades fabris e a formação de um quadro técnico qualificado na Índia, que respondiam aos anseios de industrialização do governo sul-asiático. No início da década seguinte, a cooperação passou a englobar o comércio de equipamentos militares, enquanto a corrente comercial como um todo conheceu uma importante ativação no período. Em suma, após rever seu posicionamento geral no sistema internacional, a URSS sob Khrushchov desenvolveu uma estratégia consistente e duradoura de aproximação com a Índia, que passou pela diversificação de agendas políticas, complementadas com a contínua intensificação dos esforços em praticamente todos os programas verificados no período.

Durante o período em questão, nota-se um interessante compasso entre os três casos analisados, ainda que alguns processos tenham levado maior tempo para surtirem efeito. Assim, as relações com a RPC mantiveram-se cordiais e, mesmo, prósperas enquanto o Degelo com os EUA permanecia no plano retórico, como uma declaração de intenções, e o diálogo com entre a URSS e Índia fosse ainda incipiente, engendrado durante as crises internacionais de meados da década de 1950. Por outro lado, a obtenção dos primeiros efeitos práticos nas conversações com os EUA por volta de 1958 acendeu o sinal de alerta em Pequim, produzindo as primeiras importantes fricções entre os governos das duas nações comunistas (no âmbito partidário, as diferenças eram evidentes desde o XX Encontro do PCUS em 1956). As crises internacionais no início da década de 1960 impactaram diretamente nas relações com os EUA, mas não impediram a retomada do diálogo e do estabelecimento de negociações bastante abrangentes sobre não proliferação nuclear já por volta do final de 1962. Essa constatação, somada ao aprofundamento e à intensificação das relações entre a URSS e a Índia, prejudicou de forma quase irreparável as relações com a RPC.

Como veremos no próximo capítulo, a principal novidade após a derrubada de Khrushchov em 1964 foi apenas na aceleração dessas tendências gerais observadas em seus anos derradeiros desse líder no poder. Não obstante as intenções declaradas de reatar com a RPC (e com o PCCh), a estratégia perseguida por Brejnev em relação a esses três vetores passou praticamente incólume, com apenas a incorporação de novas táticas em relação aos EUA, e alguns ajustes de intensidade com a RPC e com a Índia.

4 A POLÍTICA EXTERNA DA URSS DURANTE A ERA BREJNEV (1964-1985): NOVAS TÁTICAS, NOVAS AGENDAS

A destituição de Nikita Khrushchov em outubro de 1964 de suas atribuições como Primeiro-Secretário do PCUS e, por ora, como o principal líder nacional, e sua imediata substituição por Leonid Brejnev inauguram uma nova fase na evolução histórica da União Soviética. Como veremos ao longo deste capítulo, esse período é marcado por algumas alterações na condução dos negócios com os três atores externos. Entretanto, para uma elucidação mais ponderada, convém observar inicialmente o estado das relações internacionais no mundo naquela conjuntura, em que se assistia ao advento da *Détente*⁷⁹, ao mesmo tempo em que alguns polos alternativos de poder pareciam desafiar a preponderância das duas grandes superpotências. A seguir, inclinaremos ao exame da política exterior da URSS para cada um dos países. O presente capítulo 4 apresenta-se, na verdade, como uma continuidade temporal em relação capítulo 3.

Apesar da mudança de governo, os padrões observados nos anos derradeiros da era Khrushchov que vimos no capítulo anterior mantiveram-se praticamente inalterados, com algumas mudanças de ajuste ou mesmo no plano tático, ao menos nos anos iniciais da chamada era Brejnev. Caberá, neste espaço, destacar quais foram essas mudanças e contrastá-las com as permanências observadas. Na seção final deste capítulo, levantaremos alguns raciocínios que buscam imprimir uma lógica mais clara a esses processos e contrastá-los com a era Khrushchov.

4.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM MEADOS DA DÉCADA DE 1960

A segunda metade da década de 1960 é comumente conhecida como o início da *Détente* da Guerra Fria, que prenunciava a redução nas tensões entre as duas superpotências. Esse termo é aplicado para entender a frutificação de diversos acordos em áreas sensíveis às questões de segurança, sobretudo acerca das limitações quanto à posse e ao uso de armas nucleares, mas não significou a completa pacificação entre ambas as potências, ou sequer a eliminação das disputas por influência política e ideológica.

Por um lado, o relaxamento das tensões pode ser interpretado como um produto da paridade estratégica, à qual se associava sobretudo no jargão dos estudos de segurança a

⁷⁹ Termo em francês que significa relaxamento ou distensão.

expressão *Mutually Assured Destruction* (MAD⁸⁰) por volta do fim da década de 1960. De acordo com essa concepção, nenhum dos lados conseguiria obter uma vantagem estratégica inicial ao lançar um ataque preventivo. As armas atômicas, assim, passaram a assumir uma função de promover a alavancagem política e diplomática de dado país, sobretudo para dissuadir inimigos (ou mesmo aliados), ao mesmo tempo em que sua relevância no âmbito militar se via restringida, diante das perdas incomensuráveis que dado conflito pudesse causar.

Por um lado, as disputas entre as superpotências em geral se arrefeceram no continente europeu e em pontos da Ásia Oriental, com o aumento do diálogo direto entre países dos dois blocos, da qual é exemplar a chamada *Ostpolitik*⁸¹, estratégia perseguida pelo primeiro-ministro da RFA de estabelecimento do diálogo com a URSS e, em seguida, diretamente com países do bloco comunista, inclusive com a RDA. Por outro, em outras regiões, sobretudo no continente africano e no sudeste asiático, as tensões elevaram-se a patamares sem precedentes, evidenciadas pelo agravamento da Guerra do Vietnã, e pelos conflitos na região do Chifre da África e na África Meridional. A Guerra Fria tornou-se, nesse período, uma disputa de alcance verdadeiramente global.

Outro aspecto altamente relevante da conjuntura global naquele período foi a complexificação dos processos regionais, com a continuidade do fortalecimento de forças regionais que, direta ou indiretamente, desafiavam não apenas os EUA ou a URSS, mas a própria ordem bipolar. A RPC certamente é o exemplo mais bem-acabado dessa força anti-hegemônica, ao se colocar como um contraponto tanto aos EUA, como à URSS, pelo menos até meados da década de 1970, quando a liderança do país procedeu com uma composição política com Washington e contrária a Moscou. Após a humilhação na crise de Suez e a perda de grande parte de suas colônias, a França sob De Gaulle passou a desafiar Washington mais claramente a partir de 1960, buscando uma inserção global mais autônoma, inclusive com a construção de um diálogo mais robusto com Moscou, ao mesmo tempo em que se desvincilhou do comando militar da OTAN, sem, contudo, se desligar formalmente da organização. Para além dos centros tradicionais de poder, países de médio porte no chamado Terceiro Mundo, como o México, o Egito, a Índia e mesmo o Brasil, passaram a assumir um protagonismo sem precedentes em determinadas agendas globais. Cabe ressaltar que, a partir da década de 1970, a Índia passou a fazer parte do restrito clube das potências nucleares, que significou não apenas uma mudança na distribuição de poder no Sul e no Sudeste da Ásia,

⁸⁰ Destruição mútua assegurada. Em inglês, a sigla corresponde, também, ao adjetivo *louco*.

⁸¹ Do alemão, Política para o Leste.

mas na própria relevância de agrupamentos informais de países do chamado *Sul*, como o Movimento dos Não Alinhados e o Grupo dos 77.

Ao mesmo tempo, as duas superpotências viam-se diante de novos desafios e ameaças, que dificultavam sua liberdade de ação no cenário internacional. No caso dos EUA, o gradual envolvimento no Vietnã trouxe perdas militares e enormes dificuldades econômicas que levariam seus adversários a interpretar, erroneamente, que a nação mais poderosa do globo se encontrasse em estágio de declínio. A URSS, por sua vez, não obstante o apoio conquistado dentre algumas jovens nações africanas e sul-asiáticas, sofria dificuldades cada vez maiores em seu entorno. No espaço europeu, esse período é lembrado especialmente pela grave crise tchecoslovaca de 1968, mas também devem ser incluídas as crescentes dificuldades econômicas na Polônia na segunda metade da década de 1970, que colocaram o país à beira de um conflito civil interno, e as veleidades autonomistas da Romênia, que, não raro, ofereceu posições desafiadoras à URSS dentro do próprio Comecon. Nas fronteiras orientais, a situação era ainda mais crítica, diante do recrudescimento da inimizade com a RPC, que levou a um conflito armado aberto de baixa escala entre os dois países, no final da década de 1960. Em 1979, a URSS foi tragada, ainda, para um conflito no Afeganistão que, à semelhança do Vietnã para os EUA, trouxe dificuldades adicionais para sua posição internacional, com a formação do flanco geopolítico meridional de conflitos, para onde uma relevante parte dos esforços do Estado soviético foi direcionada ao longo da década de 1980, limitando significativamente sua capacidade de ação perante problemas no continente europeu e, também, no extremo oriente.

4.2 A POLÍTICA EXTERNA DA URSS SOB BREJNEV

A ascensão de Brejnev e de seu círculo de apoiadores ao poder⁸² não significou uma alteração profunda na condução da política externa em relação aos três nexos. Faz-se necessário, assim, diferenciar as continuidades das alterações em relação ao período anterior. No caso das últimas, buscaremos, também, enquadrá-las em dado nível de mudança conforme a tipologia proposta por Herman (1990), em consonância com a proposta de pesquisa.

⁸² Para uma análise mais aprofundada de como ocorreu esse processo, ver capítulos 5 e 6 desta tese.

4.2.1 As Relações com os Estados Unidos: da *Détente* à *Segunda Guerra Fria*

O estabelecimento da paridade estratégica entre os EUA e a URSS por volta da segunda metade da década de 1960 esteve ligado à consolidação da *Détente* entre os dois países e suas respectivas estruturas de alianças de defesa (OTAN e Pacto de Varsóvia). Como visto no capítulo anterior, a tendência geral observada no diálogo Leste-Oeste nos anos finais da era Khrushchov foi a redução das tensões e o estabelecimento de mecanismos de comunicação direta entre os chefes-de-Estado de ambas as superpotências.

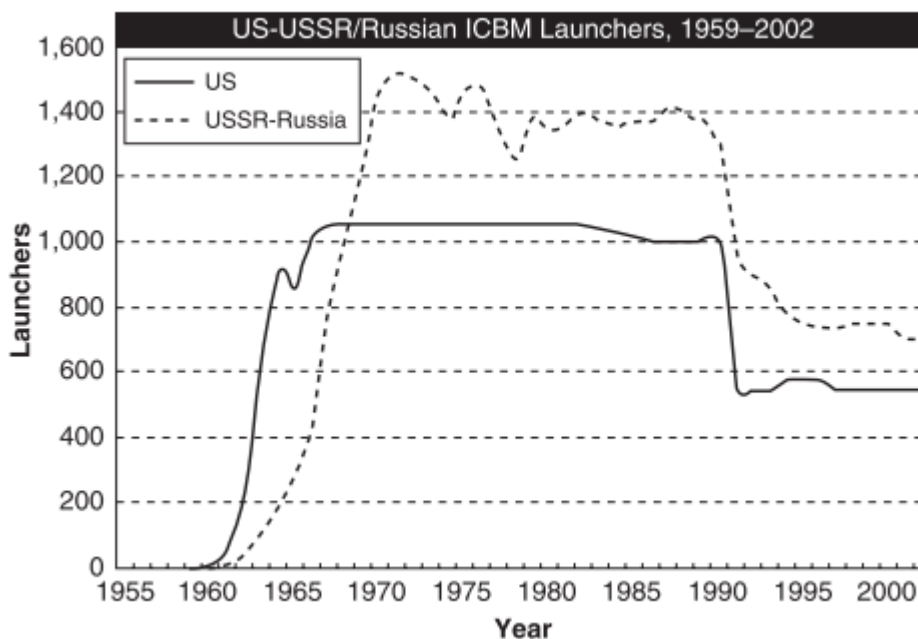
Se, por um lado, é bastante evidente a coincidência entre a paridade estratégica e a melhoria na qualidade do diálogo entre as superpotências, por outro, a determinação do vetor causal é uma tarefa mais complicada. Em uma versão realista pura, seria possível inferir que a obtenção da paridade estratégica, cuja definição envolve a capacidade de destruição assegurada, e não apenas a redução das diferenças nas quantidades de cada um dos arsenais nucleares, teria gerado incentivos para que ambos os lados buscassem soluções de compromisso em matéria de segurança. De fato, logo após a crise dos mísseis, a URSS movimentou-se para criar e acumular um arsenal nuclear que contivesse como mola-mestre os mísseis balísticos intercontinentais (MBIC), para fazer frente à contraparte norte-americana, formada não apenas de MBIC, mas também de mísseis balísticos lançados de submarino (SLBM⁸³) e dos Mísseis de Reentrada Múltipla Independentemente Direcionados (MIRV⁸⁴).

A paridade estratégica foi alcançada especialmente no âmbito dos MBIC (Figura 5), ainda que em termos de aviões de bombardeio estratégico a correlação de forças permaneceu fortemente favorável aos EUA durante quase toda a Guerra Fria (Figura 6). A corrida armamentista também ocorria no que dizia respeito ao poderio das forças militares convencionais, sobretudo no teatro europeu. Por volta do ano de 1970, enquanto os países do Pacto de Varsóvia gozavam de superioridade numérica em termos de quantidade de tropas e de armamentos pesados, sobretudo os de infantaria motorizada e de tanques de batalha, o material bélico em poder da OTAN era considerado de melhor qualidade e precisão (BLUTH, 2004)

⁸³ Sigla em inglês para *submarine-launched ballistic missiles*.

⁸⁴ Sigla em inglês para *multiple independently targetable re-entry vehicles*.

Gráfico 5 - Evolução dos estoques de MBIC de EUA e URSS (e Rússia), 1955-2002



Fonte: Burr e Rosenberg (2010, p. 101).

Gráfico 6 - Evolução do número de aviões de bombardeio estratégico de EUA e URSS (Rússia), 1945-2002



Fonte: Burr e Rosenberg (2010, p. 101).

Além da paridade estratégica, a ideia de executar um ataque preventivo aos arsenais nucleares da potência rival para inutiliza-los e, assim, auferir vantagem estratégica inicial,

esvaiu-se por volta desse período, aumentando-se a atratividade estratégica da Détente para Washington, pelo menos naquele momento.

A chegada de Brejnev ao poder não alterou os rumos do diálogo soviético-americano, iniciado na fase final da era Khrushchov (ver capítulo 3). A questão da não proliferação nuclear, do tolhimento da realização de determinados tipos de testes nucleares e, também, a da limitação quantitativa dos arsenais dominaram as conversações até o início da década seguinte. O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), cujas primeiras negociações datavam do início da década de 1960, teve o texto final foi concluído em 1968, e rapidamente alcançou a inclusão de grande parte dos países membros da ONU, mas com notáveis exceções⁸⁵. O TNP, ao lado do Tratado sobre proibição parcial de testes nucleares, de 1963, constituem-se nos dois pilares do regime internacional multilateral de não-proliferação, do qual ambas as superpotências se colocavam como principais patrocinadoras e promotoras, o que explica sua ampla abrangência geográfica já em seus anos iniciais.

Nessa fase foi assinado o Tratado sobre Exploração e Uso do Espaço Cósmico, de janeiro de 1967, durante a visita do primeiro-ministro soviético Alexei N. Kosygin aos EUA. Na ocasião, além das negociações sobre o TNP e a limitação dos armamentos nucleares, foi oficializada a cooperação científica entre os programas espaciais dos dois países, o Apollo, operado pela National Aeronautics and Space Administration (NASA) e o Soyuz, mantido pelo Programa Espacial Soviético (FOKEYEV, 1987a). Com o intuito de formar quadros especializados para apoiar as relações com os EUA, o governo soviético criou em 1967 o Instituto de Estados Unidos e Canadá no âmbito da Academia Soviética de Ciências (ISK-AN, na sigla em russo; desde 1992, ISK-RAN), que funcionam como *think-tanks*, dedicados a investigar problemas sociais, econômicos e políticos nesses países. Essa instituição assumiria um papel relevante na formação de importantes quadros para o desempenho de atribuições no serviço diplomático soviético e mesmo após a dissolução do referido país em 1991.

Em 1968, os dois países acertaram uma convenção consular, na qual se criou uma linha aérea direta entre Nova Iorque e Moscou e, também, estabeleceram as bases para a cooperação e para as trocas científicas, culturais e esportivas. A crise na Tchecoslováquia em 1968 e a intensificação da presença norte-americana no Vietnã apenas retardou por alguns

⁸⁵ Entre os países mais críticos ao tratado no momento em que foi colocado para a assinatura, citamos a China (ratificou em 1992), a França (ratificou em 1992), ambas reconhecidas como potências nucleares por apresentarem armas nucleares anteriormente à conclusão do tratado, além da África do Sul (ratificação em 1991), da Argentina (1995), do Brasil (1998) e do Chile (1995). No início da segunda década do século XXI, alguns países relevantes do sistema internacional permanecem alheios ao TNP, como a Índia, Israel, e o Paquistão.

meses a continuidade das conversações, mas não chegou a gerar entraves para a continuidade da Détente, ou sequer uma redução em sua desejabilidade (BURR; ROSENBERG, 2010).

Em 1971, no âmbito das discussões acerca do controle de armamentos, foi concluído o Acordo sobre medidas de redução do risco de guerra nuclear entre a URSS e os EUA. Em maio do ano seguinte, Richard Nixon realizou uma visita a Moscou, a primeira de um chefe-de-Estado norte-americano à URSS em toda a história das relações bilaterais. O evento foi marcado pela assinatura de uma diversidade de documentos relevantes, sobretudo na área do desarmamento, como o Acordo sobre Mísseis Balísticos (em inglês, ABMT), além das Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas (em inglês, SALT-1), o Acordo sobre as bases das relações entre os EUA e a URSS⁸⁶, e o Acordo sobre a pesquisa e o uso do espaço sideral para fins pacíficos (estendido em 1977).

Interessante frisar que o acordo sobre as bases das relações bilaterais serviria oferecia parâmetros não apenas sobre a limitação de armamentos, como também sobre as transações econômicas e eventual cooperação técnico-científica, além de fixar o princípio da coexistência pacífica como norteador das relações bilaterais.

O acordo SALT-1, diferentemente do ABMT, cuja vigência era perpétua, prescrevia um prazo de cinco anos para a execução de todas as medidas estipuladas. No caso do ABMT, proibia-se a ambas as partes de desenvolver um sistema de defesa que abarcasse todo seu território, apenas permitindo duas regiões passíveis de proteção, com raio de 150 km: uma delas circunscreveria a capital nacional, enquanto a outra envolveria uma base de mísseis intercontinentais; os demais sistemas de defesa estratégica deveriam ser liquidados (FOKEYEV, 1987b). A ideia de promover o ABMT era bastante controversa tanto nos EUA como na URSS, sobretudo quanto a sua eficácia em neutralizar eventual ataque nuclear e, também, a seu elevado custo de desenvolvimento e implementação (BURR, ROSENBERG, 2010).

No caso do SALT-1, previa-se o congelamento por cinco anos na quantidade existente, tanto no arsenal soviético como no americano de armamentos intercontinentais em bases terrestres, e também de mísseis balísticos lançáveis a partir de submarinos. Enquanto a URSS conservou sua superioridade em termos de quantidade de MBIC (1618 contra 1054), os EUA garantiam proeminência no que tangia os MIRV. Quanto aos SLBM, os EUA mantiveram a quantidade de 656 mísseis e 44 submarinos, permitindo-se um número significativamente

⁸⁶ Outros acordos temáticos foram assinados nessa mesma ocasião: o acordo sobre a cooperação na esfera de preservação ambiental; o acordo intergovernamental sobre a cooperação na área da medicina e da saúde; o acordo de cooperação técnico-científica, estendido em 1977; e o acordo sobre a prevenção de acidentes em mares abertos e no espaço aéreo sobre eles.

maior aos soviéticos (950 e 62, respectivamente), contanto que os últimos eliminassem 200 unidades mais antigas de MBIC (ZUBOK, 2007).

Também em 1971, na capital norte-americana, uma série de instrumentos reguladores do fluxo comercial foram estabelecidos⁸⁷, nos quais os EUA concederiam à URSS o princípio de nação mais favorecida, que na prática eliminaria as discriminações comerciais vigentes até então contra os produtos soviéticos. A URSS também se obrigaria a pagar aos EUA 722 milhões de dólares para compensação parcial das apropriações até o ano de 2000, sem juros; no entanto, como será visto a seguir, esses acordos foram inviabilizados pelo Legislativo norte-americano.

Em junho do ano seguinte, Brejnev retribuiu Nixon com uma visita a Washington, onde assinou oito instrumentos jurídicos, nas esferas militar, científica e comercial. O mais relevante foi o documento sobre os princípios básicos para a negociação sobre futuras limitações de armamentos de ataque, segundo os quais as eventuais reduções deveriam envolver não apenas a quantidade absoluta dos arsenais, como também o aspecto qualitativo de cada tipo de armamento envolvido. Além disso, estipulava-se o princípio da segurança equitativa, e cada parte se abdicaria de incorrer em vantagens unilaterais sobre a outra, além de um acordo de prevenção da guerra nuclear. Meses mais tarde foram abertos o consulado-geral soviético em São Francisco (EUA) e o norte-americano em Leningrado (atualmente São Petersburgo, Rússia). Outro instrumento alcançado durante a ocasião foi o Acordo especial sobre prevenção da guerra nuclear, segundo o qual EUA e URSS evitariam de aplicar a ameaça nuclear um contra o outro ou contra terceiros países. Em outubro, na cidade de Viena (Áustria), iniciaram-se as negociações sobre a redução dos contingentes militares de ambos os países estacionados na Europa Central.

Durante a segunda visita oficial de Nixon a Moscou, em meados de 1974, foi acertado o Acordo sobre a limitação dos testes nucleares subterrâneos, e um protocolo adicional ao Acordo ABM. Outros tratados previam a cooperação em energia, construção civil, e na medicina⁸⁸. No final daquele ano, durante um encontro entre Brejnev e o recém-empossado presidente dos EUA, Gerald Ford, em Vladivostok (extremo oriente da URSS), foi publicada uma declaração, segundo a qual os dois países se comprometiam a assinar um novo tratado de

⁸⁷ A saber, o acordo comercial entre os governos da URSS e dos EUA, o Acordo entre os governos da URSS e dos EUA sobre a regulamentação do Lend-Lease (que se referia aos equipamentos de guerra tomados como empréstimo dos EUA pelas forças soviéticas no combate à Alemanha Nazista, ainda na Segunda Guerra Mundial), da assistência recíproca, e reclamações. Interessante frisar é que, a partir de então, surgem nos mercados soviéticos produtos norte-americanos, como os refrigerantes de cola produzidos pela empresa Pepsico Inc. (KHRONOLOGIYA ..., 2014).

⁸⁸ Mais especificamente, no desenvolvimento de corações artificiais.

limitação de armamentos, que viria a ser o SALT-II, até 1985. Na ocasião, consagrou-se o princípio da equidade agregada nos arsenais nucleares, que visava limitar o afã de ambos os lados em obter vantagens unilaterais específicas. Nessas tratativas, foi estipulado um teto para a quantidade de mísseis balísticos (1320 unidades), tanto terrestres quanto marítimos, e também de aviões de bombardeio estratégico (2400 unidades). A implementação desses acordos nos anos seguinte foi mais complicada, diante da insistência norte-americana em alocar livremente seus mísseis de cruzeiro, sobretudo na Europa. Ademais, o arrastamento das negociações sobre o tratado SALT-2 entre 1972 e 1979 revelava os limites da Détente nas relações internacionais daquele período.

A assinatura dos acordos de Helsinki entre junho e julho de 1975 é por vezes considerado o auge da Détente nas relações internacionais da Guerra Fria. Para o bloco socialista, os principais aspectos desses dispositivos eram: em primeiro lugar, a consolidação do traçado das fronteiras europeias do pós-guerra, que passaram a ser reconhecidas por ambos os grupos rivais; o comprometimento em não intervir nos assuntos internos de outros países (de blocos distintos); e, finalmente, a promoção da cooperação multissetorial entre países de diferentes sistemas socioeconômicos. Já as questões humanitárias foram objeto de longas negociações, que haviam tomado por pelo menos dois anos, e levantaram algumas suspeitas no alto escalão soviético (ver seção 6.2)

Nesse contexto, a URSS concordou em adquirir trigo norte-americano durante o período de cinco anos, que se tornaria, em poucos anos, no principal item transacionado entre as duas superpotências. Em 1976, os dois países concordaram em vedar a realização de testes nucleares subterrâneos com potência acima de 150 kiloton, e, nos casos permitidos, as atividades deveriam ser realizadas em polígonos predeterminados. Em fevereiro de 1978, representantes de ambos os países iniciaram conversações em Genebra (Suíça) sobre a proibição de novos tipos de armamentos de destruição em massa, inclusive radiológicos. Em 1979, ocorreu um encontro entre Brejnev e o presidente norte-americano, Jimmy Carter, em Viena (Áustria), em que se concluiu o SALT-2 e um protocolo adicional, e, ademais, assinou-se uma declaração de princípios sobre as futuras negociações no regime de limitação e controle de armamentos estratégicos.

Um aspecto quase sempre subestimado nas relações entre as superpotências foi o comercial e econômico. Até o início da era Brejnev, a corrente de comércio manteve-se pouco significativa devido, em grande parte, às medidas restritivas impostas pelo lado americano desde os anos 1940, seja por meio das cotas de importação (ou restrição quantitativa) aos produtos fabricados na URSS, ou mesmo por meio da proibição total de venda de produtos

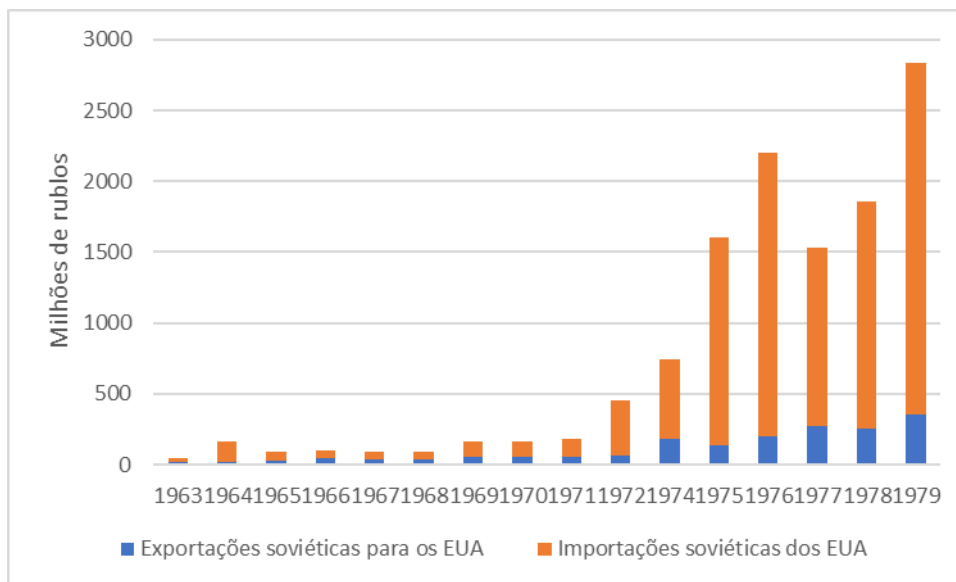
considerados sensíveis ou estratégicos que pudessem ser usados em prol do fortalecimento das capacidades da potência arquirrival. A redução das tensões, processo com início ainda nos anos derradeiros de Khrushchov no poder, possibilitou o desenvolvimento consistente dos fluxos de comércio até o final da década de 1970, como pode ser visto da Tabela 1. Se, em 1955, o fluxo somava apenas 22 milhões de rublos conversíveis, em 1970, a cifra atingiu 161 milhões de rublos. No final daquela década, o índice saltou para quase três bilhões de rublos, testemunhando a relevância do processo político entre as duas superpotências.

Importante frisar que esse intercâmbio era amplamente dominado pelas importações soviéticas dos EUA, ocasionando sucessivos déficits para a URSS, não obstante a permanência das restrições unilaterais impostas pelos EUA, as quais dificultavam não apenas a expansão das trocas, como também sua diversificação. Em 1975, os principais itens exportados pela URSS eram oriundos do complexo petrolífero, além de minerais e determinados produtos químicos, enquanto as importações consistiam em automóveis, meios de transporte, bens de capital para indústria automobilística, equipamentos de fundição e escavadeiras, mas a maior parte do valor transacionado foi de grãos (principalmente trigo e milho) (UNIÃO SOVIÉTICA, 1976). O crescimento em valor manteve-se firme até o final da década, a ponto de os EUA tornarem-se o segundo principal parceiro comercial da URSS no mundo capitalista desenvolvido, atrás apenas da RFA sem, contudo, haver mudanças significativas na estrutura do comércio (UNIÃO SOVIÉTICA, 1980).

Enquanto a Détente persistia, as relações econômicas da URSS com os EUA e com países capitalistas desenvolvidos floresciam. A URSS tornava-se, também, cada vez mais ativa no comércio com diversos países europeus: as crises do petróleo beneficiaram sobremaneira a posição da URSS, que passou a acumular importantes reservas de moedas transacionáveis na economia global, sobretudo o dólar norte-americano, além do fato de alguns países europeus preterirem o insumo soviético pela facilidade no escoamento em comparação com o produto extraído no Golfo Pérsico. Não surpreende que uma parte bastante considerável dos chamados *eurodólares* naquela época estivesse alocada em bancos controlados direta ou indiretamente pelo governo soviético. Essas divisas eram usadas como meio de troca para a obtenção de diversos produtos nos mercados capitalistas globais, sobretudo bens de capital (equipamentos e máquinas), que eram utilizados na modernização das plantas industriais soviéticas, mas também para a aquisição de matérias primas, inclusive de grãos, como trigo e milho, produzidos em países como os EUA, o Canadá e a Argentina. Apesar do notável crescimento da atividade comercial com países capitalistas avançados, as transações comerciais com outras nações socialistas, sobretudo com aquelas pertencentes ao

Comecon, mantiveram-se na dianteira durante todo o período analisado, inclusive no auge da Détente, em 1974, tanto no lado das exportações, como no das importações (Figura 8).

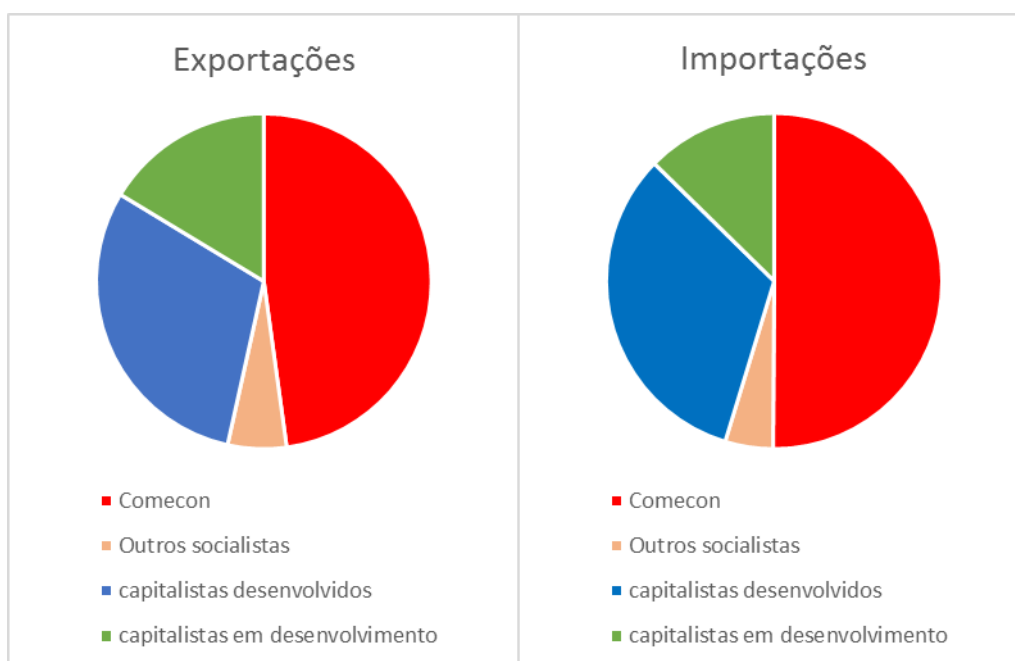
Gráfico 7 -Corrente comercial da URSS com os EUA (1963-1979) (1)



Fontes: Dados brutos de União Soviética (1967; 1969; 1971; 1972; 1976; 1982). Elaboração própria (2016)

Nota (1): Não há dados disponíveis para o ano de 1973.

Gráfico 8 - Composição das exportações e das importações soviéticas, por grupo de países (1974)



Fonte: Dados brutos de União Soviética (1976). Elaboração própria (2016).

Apesar da tendência predominante em direção à Détente, o Congresso dos EUA, desafiando ao mesmo tempo a URSS e o próprio presidente Nixon, aprovou a Emenda Jackson-Vanik⁸⁹, a qual, na prática, obstruía a execução dos acordos comerciais e econômicos assinados em 1972. Segundo esse dispositivo, os EUA se eximiam de aplicar o princípio comercial da nação mais favorecida a países que, de acordo com critérios estabelecidos pelos próprios norte-americanos, restringiam a liberdade de migração e desrespeitavam determinados aspectos dos direitos humanos. O governo soviético repudiou a medida por meio de uma declaração da TASS, ainda em dezembro de 1974, qualificando como “interferência nos assuntos internos da União Soviética” e como “perda de senso de realidade por parte dos legisladores americanos” (FOKEYEV, 1987b, p. 117, tradução nossa). A medida, no entanto, não logrou reduzir o comércio até o final dos anos 1970 (Figura 7).

A ativação dos laços econômicos continuou, a despeito da referida emenda Jackson-Vanik e da ausência de ratificação pelos EUA do acordo dos créditos financeiros. Registrou-se a abertura mútua de escritórios de representação e de promoção da atividade comercial por parte de ambas superpotências. Essa ação habilitou o crescimento do comércio bilateral, que atingiu US\$ 22, bilhões em 1976. Os EUA tornaram-se o segundo maior parceiro comercial soviético entre as economias ocidentais, superados apenas pela RFA. Dentre os itens transacionados, sublinhava-se os bens de capital, equipamentos e máquinas, além de produtos agrícolas. Fokeyev (1987b, p. 111, tradução nossa), destacava que havia interesse por parte de determinadas empresas privadas norte-americanas em se levar a cooperação bilateral a novos patamares:

O representante de uma das maiores corporações americanas, a “General Electric”, L. Steel expressou a opinião de muitos empresários americanos, ao declarar que os recursos técnico-científicos da União Soviética são bastante grandes, e que se desenvolvem na União Soviética pesquisas em grande escala e bastante eficazes em muitos setores da metalurgia, e que a URSS obteve grandes conquistas nesse aspecto. A “General Electric” demonstrou grande interesse no desenvolvimento da cooperação mutualmente benéfica com a URSS. Além da “General Electric”, acordos de cooperação com a URSS foram assinados pelas empresas “Hewlett Packard”, “Kaiser Industries”, “Singer”, “International Telephon and Telegraph” e muitas outras.⁹⁰

⁸⁹ Cabe lembrar que, naquele momento, já se desenrolava o notório processo de Watergate, que custaria a Nixon sua permanência na presidência americana.

⁹⁰ No original, em russo: “Представитель одной из крупнейших американских корпораций «Дженерал электрик» Л. Стил выразил мнение многих американских бизнесменов, заявив, что научно-технические ресурсы Советского Союза очень велики, что в Советском Союзе ведутся масштабные и весьма эффективные исследования во многих перспективных областях металлургии, что СССР достиг в них больших успехов. «Дженерал электрик» проявила большую заинтересованность в развитии взаимовыгодного сотрудничества с СССР. Наряду с «Дженерал электрик» соглашения о

Na esteira técnico-científica, vale citar alguns avanços no setor de energia nuclear para fins pacíficos, medicina, agricultura, proteção do meio-ambiente, oceanos e espacial. Nessa conjuntura, foi possível a combinação de esforços dos programas espaciais nacionais dos dois países, com a consecução exitosa do acoplamento em pleno espaço sideral das naves Apollo (EUA) e Soyuz (URSS), em 1975. Registram-se, também a realização de diversas exposições científicas entre os dois países, com a visita de delegações e a realização de intercâmbios de especialistas e pesquisadores (FOKEYEV, 1987b). No âmbito do *soft power*, os dois governos realizaram trocas culturais, inclusive com apresentação e turnês de artistas, e de exposição de acervos entre diferentes museus de ambos os países, além da realização dos primeiros intercâmbios estudantis e acadêmicos a partir de 1974.

4.2.1.1 A Nova Guerra Fria

A primeira metade da década de 1980 é genericamente considerada uma fase de escalada das tensões políticas e militares entre os Estados Unidos e a União Soviética, a ponto de ser denominada como a *Segunda Guerra Fria*. No senso comum, atribuiu-se a esse fato a ascensão à presidência dos EUA do candidato republicano Ronald Reagan; alguns estudiosos, contudo, apontam alguns elementos que sinalizavam o aumento das tensões desde meados da década de 1970. Fokeyev (1987) coloca o ano de 1978 como divisor de águas, ao salientar o aumento da influência de setores antissoviéticos no governo americano, sobretudo militares. Shubin (2000) aponta três fatores que contribuíram para a nova escalada das disputas americano-soviéticas: os crescentes desentendimentos no regime de controle e redução de armamentos nucleares, a invasão soviética ao Afeganistão e a crise polonesa (1980-1981).

O processo político do Détente, para esses autores, já se encontrava em decadência ainda em meados da década de 1970, quando os países do bloco ocidental buscaram recuperar o espaço de influência global que, aparentemente, havia sido reduzido. Ainda que em alguns países-chave a influência soviética tivesse se reduzido nesse período, como no caso do Egito⁹¹, o Chile⁹², revoluções de orientação marxista haviam triunfado nos países africanos recém-libertos do jugo português, e no próprio Vietnã, cujo governo logrou resistir à investida

сотрудничестве с советскими учреждениями подписали компании «Хьюлетт-Паккард», «Кайзер индатриз», «Зингер», «Интернэшнл телефон энд телеграф» и многие другие.”

⁹¹ Diante da deposição de Nasser e da ascensão de Sadat, em 1970.

⁹² Após o Golpe de Estado de 1973 derrubou o governo de Salvador Allende, de orientação socialista, e promoveu o início da Era Pinochet, com intensa colaboração com os EUA e com outros países do Ocidente.

militar norte-americana e consolidar a reunificação do país, que permitiu a instalação de base militar soviética e o desenvolvimento de uma relação bastante próxima com a URSS⁹³ (SHUBIN, 2000). Apesar dessas vitórias, os diplomatas soviéticos até o final da década buscaram manter e ampliar o processo político da Détente, e passaram a investir nas negociações sobre limitação e redução de armamentos estratégicos com os EUA. Para Zubok (2010), o cálculo dos estadistas soviéticos tinha como fundamento a atenuação das tensões no continente europeu e nas relações diretas com os EUA, para destravar a atuação dos agentes tanto das forças militares como as da KGB e aumentar a influência do país em determinadas partes da África Subsaariana (sobretudo na região do Chifre da África e nas porções meridionais do continente) e, em menor escala, no Sul e no Sudeste Asiático, e em alguns países latino-americanos.

Por outro lado, vimos que a Détente era bastante atraente do ponto de vista econômico e comercial à URSS, viabilizando o acúmulo de importantes reservas denominadas em moedas conversíveis, que financiavam uma série de políticas, tanto externas como internas. Esse cálculo conferiu certo dinamismo aos soviéticos no curto e no médio prazo, mas, como veremos adiante, seria também responsável por limitar a capacidade de ação externa devido os rendimentos decrescentes diante da diminuição do preço internacional do petróleo. Ademais, a diminuição das tensões no âmbito da Europa permitia aos estadistas soviéticos a concentrarem suas forças militares e outros recursos de poder ao longo da perturbada fronteira com a RPC, que naquele momento se colocava como uma ameaça latente ao território soviético, como veremos na próxima seção. Assim, a Détente não era apenas um discurso para promover no mundo a ideia de que a URSS era uma força amante da paz (o que de fato ocorria), mas também era bastante oportuna em sua inserção externa nas décadas de 1960 e 1970.

Antes mesmo da eleição de Reagan no início de 1981, era possível identificar alguns indícios do enrijecimento da política externa americana durante a presidência de Carter, a qual continha diversos indivíduos críticos à concertação política com a URSS e à Détente de forma geral⁹⁴. Ademais, a elevação da defesa dos direitos humanos como um parâmetro para a ação externa norte-americana especificamente durante sua presidência visava, em última instância, atingir os soviéticos e seus aliados. Se, ao longo da década de 1970, a conjuntura política da

⁹³ Como veremos adiante, o Vietnã foi um grave ponto de discórdia não apenas entre EUA e URSS, mas também entre a URSS e a RPC.

⁹⁴ Um dos nomes centrais na formulação da política externa americana durante a administração Carter (1977-1981) foi seu assessor para segurança nacional, Zbigniew Brzezinski, que era bastante crítico à Détente e a qualquer tipo de compromisso ou de negociações com a União Soviética, e estava disposto a promover uma agenda global de combate à ameaça socialista.

Détente havia permitido um notável avanço no regime internacional de controle de armamentos nucleares, por meio do SALT-1 e do SALT-2, respectivamente em 1972 e em 1979, a década seguinte iniciou-se com forte impasse, o qual se devia, em parte, a algumas lacunas relevantes no texto desses dispositivos. Por exemplo, o tratado de 1979 não previa a localização geográfica dos armamentos estratégicos, tampouco vinculava os arsenais do Reino Unido e da França. Enquanto os EUA se recusavam a discutir a redução de armamentos que não estivessem sob seu controle direto, a URSS desejava incluí-los nas negociações.

A ausência de limitações geográficas à localização dos armamentos embasou a decisão da OTAN, no final de 1979, de posicionar 108 mísseis Pershing II e 464 mísseis de cruzeiro Tomahawk na Europa Ocidental. A URSS, em contrapartida, declarou a manutenção de seus arsenais no continente europeu, e passou a estabelecer como condição para futuras negociações a revisão dessa medida da OTAN. No cálculo dos militares soviéticos, a ideia era manter a paridade estratégica não apenas no nível global (por intermédio dos MBIC), mas também no nível regional, sobretudo no continente europeu, do qual faziam parte os mísseis RDS-10 (conhecidos no Ocidente como SS-20), de médio alcance, que fariam a dissuasão frente os mísseis norte-americanos e, também, aos arsenais nucleares do Reino Unido e da França (RYBAS, 2011).

Nos dias derradeiros de 1979, após uma titubeação na cúpula soviética, a intervenção militar do País no Afeganistão foi concretizada⁹⁵. Essa ação provocou uma série de reações negativas por parte dos países da OTAN. O Senado dos EUA recusou-se a ratificar o SALT-2, iniciando um impasse nas negociações sobre desarmamento. Outra reação foi a recusa em participar dos Jogos Olímpicos de 1980 em Moscou por parte dos países membros da OTAN e de outros rivais, inclusive a RPC.

Quase simultaneamente, a grave crise política e social que acometia o governo comunista da Polônia desde meados da década de 1970 gerou polêmicas adicionais às relações Leste-Oeste. Diante da greve de trabalhadores, no qual ganhou destaque o movimento político Solidariedade, o governo polonês, liderado por Henryk Jabłoński e sob pressão da URSS e dos demais membros do Pacto de Varsóvia, decretou lei marcial, que vigeu no país até 1983. Como resposta à crise polonesa e, ao mesmo tempo, às manobras militares da OTAN, a URSS liderou, em conjunto com os demais membros do Pacto de

⁹⁵ Até outubro de 1979, a posição dominante no Politburo, corroborada por Brejnev, era a da não intervenção, ao passo que líderes do denominado complexo militar-industrial, e até mesmo Gromyko e Andropov, colocavam-se favoráveis à ação. A viragem ocorreu após a morte do revolucionário e líder afegão e Nur Mohammad Taraki por um membro de seu próprio governo, Hafizullah Amin e o temor da instalação de um regime pró-EUA com acesso direto ao território soviético (SHUBIN, 2000; ZUBOK, 2010).

Varsóvia, o exercício militar mais abrangente desde o final da Segunda Guerra Mundial, intitulado Zapad-81⁹⁶. Como o nome indicava, essa operação, realizada nas regiões ocidentais da URSS (Báltico, Ucrânia e Bielorrússia) consistia-se em uma resposta ao revigoramento da organização militar ocidental, e, provavelmente, às atividades dos rebeldes poloneses. Como represália, o governo americano tentou impor sanções econômicas à URSS e barrar as negociações sobre a construção de gasodutos que conectariam as regiões extrativas na própria URSS em direção aos países consumidores da Europa Ocidental, mas essa política foi prejudicada diante da disposição dos principais países europeus, especialmente RFA, França, Itália e Reino Unido, de obter acesso aos imensos recursos energéticos oferecidos pela cooperação econômica com a União Soviética.

A Nova Guerra Fria foi incitada pela disposição da administração de Reagan em tolher os avanços soviéticos. O governo americano lançou mão da chamada Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE) em 1983, que previa aumentar o orçamento nacional em pesquisas nos setores de eletrônica e engenharia genética, provocando o apogeu das tensões entre setembro e dezembro de 1983, quando do abatimento de um avião comercial sul-coreano pelo sistema de defesa antiaérea soviético, na ilha de Sacalina, no extremo oriente⁹⁷. O incidente foi usado como pretexto para acelerar o deslocamento de armas estratégicas na Europa Ocidental, com base na decisão da OTAN de 1980.

Ainda que um painel interministerial da URSS concluísse que a IDE não requeresse a tomada de decisões mais drásticas, a reação soviética às ações dos EUA foi bastante categórica, no intuito de preservar a paridade estratégica na Europa (FOKEYEV, 1987). Os soviéticos abandonaram as conversações de Genebra sobre as limitações dos mísseis de médio alcance, cancelaram a remoção de armamentos nucleares no continente europeu, e emitiram declarações sobre o desenvolvimento de novos mísseis de longo alcance e sobre o deslocamento de meios de lançamento de mísseis nucleares baseados em mar em direção à costa americana (SHUBIN, 2010)⁹⁸. A invasão norte-americana à ilha de Granada, naquela conjuntura, apenas deu alento à noção já predominante no gabinete de Andropov acerca das intenções agressivas dos EUA (ZUBOK, 2010).

Como esperado, a exacerbação das tensões Leste-Oeste nos primeiros anos da década de 1980 repercutiu no comércio, ainda que a queda não tenha sido intensa e duradoura, como

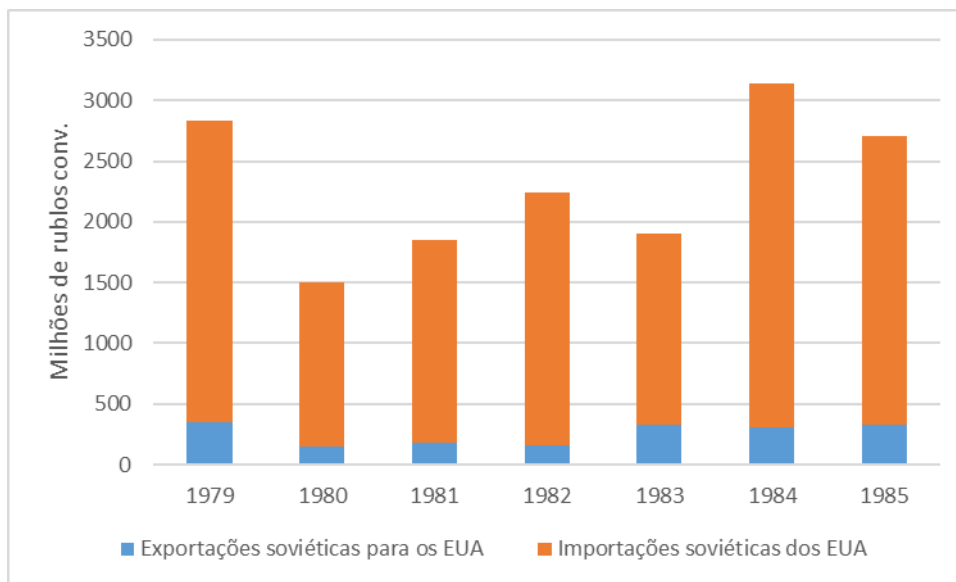
⁹⁶ Em russo, *zapad* (запад) significa *oeste*, e, quando grafado *Zapad* (Запад) significa *o Ocidente*.

⁹⁷ Inicialmente, os militares soviéticos pensavam em se tratar de um avião espião da OTAN. A ação soviética foi alvo de pesadas críticas nos países ocidentais, sobretudo pelo presidente americano.

⁹⁸ Naquele contexto, os soviéticos ainda declarariam a decisão de não participar dos Jogos Olímpicos de 1984, na cidade de Los Angeles (EUA).

havia ocorrido no imediato pós-guerra. Nesse aspecto, a “Segunda Guerra Fria” foi menos acirrada que sua primeira versão.

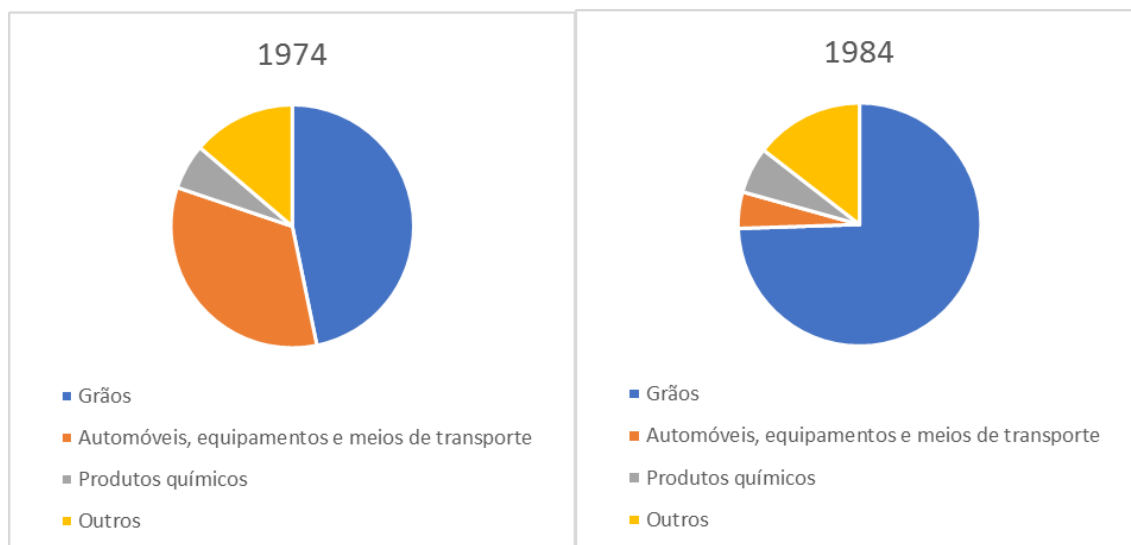
Gráfico 9 - Comércio da URSS com os EUA (1979-1985)



Fonte: Dados brutos de União Soviética (1982; 1984; 1986). Elaboração própria (2016).

Após esses incidentes, o nível de confrontação retrocedeu consideravelmente mesmo antes da chegada ao poder de M. Gorbachev. Parte da literatura consultada atribui ao fato uma mudança na própria política americana a partir de 1984, à qual a URSS respondeu com ceticismo, exigindo-se não apenas declarações de "boa vontade" em retomar as negociações sobre desarmamento, mas também "proceder com ações concretas" (FOKEYEV, p. 169-170). Por outro lado, o comércio bilateral recuperou-se rapidamente nesse breve intervalo, com poucas alterações nos padrões verificados ao longo da década anterior: enquanto as vendas soviéticas continuaram a limitar-se a alguns produtos químicos e fertilizantes, os EUA passaram a fornecer cada vez mais produtos agrícolas, sobretudo grãos (trigo e milho, principalmente), reduzindo-se a participação de insumos de maior valor agregado, tais como automóveis, bens de capital e equipamentos. É bastante provável que a aplicação da Emenda Jackson-Vanik tenha limitado a expansão das aquisições de bens de valor agregado mais elevado.

Gráfico 10 - Composição das importações soviéticas em dois períodos (1974 e 1984)



Fonte: Dados brutos de União Soviética (1975; 1986). Elaboração própria (2016)

No final de 1984, a diplomacia soviética propôs ao governo dos EUA a continuidade das negociações sobre desarmamento e o início do diálogo sobre a proibição da militarização do espaço. Apesar do recuo inicial, os EUA aceitaram o convite, e, no início de 1985, ambos os países concluíram uma declaração, na qual se explicitava a intenção dos dois países em reduzir os armamentos nucleares e em abster-se da corrida armamentista no espaço, pouco tempo antes da ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder. Diversas iniciativas nesse período seriam concluídas apenas após a morte de Tchernenko na segunda metade da década de 1980, já sob Gorbatchov.

4.2.2 As relações URSS-RPC: deterioração, congelamento, e difícil normalização

Logo após o afastamento de Khrushchov, a liderança soviética tomou algumas medidas iniciais, cujo objetivo era a normalização das relações bilaterais, por meio da unidade em ações práticas no cenário internacional, e o desenvolvimento de laços na esfera intergovernamental. Como lembram Muntchayev e Ustinov (2014), uma das razões explícitas para a deposição do referido líder pelo *Prezidium* da URSS era seu papel na deterioração das relações com a China durante o período em que esteve no poder, e em sua inabilidade em conseguir superar as polêmicas com o PCCh.

Apesar de Khrushchov ter sido alvo de reiteradas críticas por parte de Mao e do PCCh como agente ‘revisionista’ e promotor da coexistência pacífica com as forças imperialistas, o afastamento do primeiro em 1964 não levou à melhoria das relações entre chineses e

soviéticos. Pelo contrário, as tensões foram-se agravando continuamente durante o início da era Brejnev, não obstante as decisões iniciais no sentido de resgatar ou reabilitar antigos quadros pró-Stálin e a reversão de algumas das reformas econômicas e sociais de Khrushchov⁹⁹. Na visão Lüthi (2010), a ruptura entre a URSS e a China, em março de 1966, foi instigada pela última, e como desdobramento sobretudo da conjuntura das disputas políticas domésticas e internas ao próprio PCCh.

Por motivação dos comitês centrais dos PCs, convidou-se a delegação chinesa, liderada por Zhou Enlai, para comemorar os 47 anos da Revolução Russa de Outubro. Nessa ocasião, a parte chinesa instou os soviéticos a mudarem sua “política equivocada” (RAKHMANIN, 2000, p. 29). No entanto, uma parte das novas lideranças soviéticas, sobretudo Kosygin, estavam dispostos a reduzir as tensões via discussões “tranquilas” e frutíferas nos pontos primordiais da disputa, de cessar a polêmica aberta, de discutir passos conjuntos (que poderiam fortalecer a frente anti-imperialista), bem como de trocar opiniões sobre temas internacionais e cooperação intergovernamental. Andropov era mais cético quanto à possibilidade de reatamento, enquanto Brejnev se colocava em uma posição intermediária (LÜTHI, 2010).

No início de 1965, o lado soviético mais uma vez propôs medidas para conter a deterioração dos contatos bilaterais entre os dois países. Enquanto retornava de uma visita ao Vietnã, Kosygin fez uma parada em Pequim, onde se encontrou com Zhou Enlai e Mao Zedong. Apesar de alguns entendimentos específicos terem sido alcançados durante o encontro com Zhou Enlai, a sessão com o líder supremo chinês apenas serviu para tornar a querela ainda mais nítida, tanto do ponto de vista ideológico, quanto nas questões sobre a política global e sobre a melhor forma de lidar com as forças imperialistas (RADCHENKO, 2010). O dirigente chinês também recusou uma proposta em março de 1965 de declaração conjunta entre a República Democrática do Vietnã (RDV), a Coreia do Norte, a RPC e a URSS que condenasse a não-observação do acordo de Genebra de 1954 por parte dos EUA¹⁰⁰, que naquele momento iniciavam sua intervenção militar no Vietnã. A China, inclusive, opôs-se à proposta de deslocar tropas soviéticas para guarnecer a defesa vietnamita contra os ataques dos EUA (RAKHMANIN, 2000).

Em 29 de novembro de 1965, o Comitê Central do PCUS enviou uma proposta ao Comitê Central do PCCh, na qual se propunha discutir a cooperação econômica, mas

⁹⁹ Como veremos no capítulo seguinte, nem todas as políticas de Khrushchov foram revertidas nos primeiros anos de Brejnev.

¹⁰⁰ No referido acordo, reconhecia-se a soberania da República Democrática do Vietnã e a retirada de tropas estrangeiras da Indochina.

tangenciava-se o problema das divergências ideológicas. O PCCh respondeu que entre os partidos, existe apenas o que os divergia, e não o que os unia, fazendo-se referência a uma fala na direção inversa proferida em um documento do próprio PCUS, quando da visita de Zhou Enlai à URSS no ano anterior (RAKHMANIN, 2000).

Apesar de o engajamento militar norte-americano no Vietnã e o subsequente agravamento da crise naquela região a partir do final de 1964 terem criado uma oportunidade de cooperação entre chineses e soviéticos de se anteporem a Washington, na prática, acabou sendo apenas mais um capítulo para a deterioração das relações. Nota-se, a partir de 1964, e mais especificamente após a deposição de Khrushchov, a URSS reviu sua estratégia política para a atuação no Sudeste Asiático, ao abrir mão da postura discreta e até pouco atenta aos problemas locais, para se tornar um ator influente e decidido a reduzir a ingerência norte-americana.

A nova liderança soviética, assim, estava mais inclinada a prestar assistência aos vietnamitas, com o envio de especialistas, conselheiros, além da ajuda econômica e militar. Apesar disso, o que se notou foi uma disputa entre o PCCh e o PCUS pela lealdade do Partido dos Trabalhadores do Vietnã (PTV), então no poder na RDV. O envio de material bélico da URSS à RDV por intermédio do território chinês também suscitou discórdias adicionais entre Moscou e Pequim. Os representantes chineses temiam que eventuais sobrevoos de aeronaves soviéticas pelo território da RPC para munir o esforço de guerra dos vietnamitas fossem usados, também, um mecanismo de espionagem contra a própria China (LÜTHI, 2010). Para contornar o impasse, o transporte dos carregamentos ocorreu por meio do sistema ferroviário chinês. Outro aspecto, ainda mais controverso, foi a proposta soviética de envio de tropas de defesa antiaérea para resguardar a RDV, o uso de uma base aérea próxima a Kunming¹⁰¹ para o aportar aviões MiG-21, além da designação de 500 funcionários soviéticos para desempenhar essas funções. Todas essas propostas foram rejeitadas pelo lado chinês. Uma contraoferta soviética de promover um encontro trilateral entre representantes de URSS, RPC e RDV também foi refutada pela RPC, que preferia arranjos bilaterais entre esses países (RADCHENKO, 2010).

Nas fases iniciais do conflito com os EUA, a liderança da RDV viu-se cada vez mais pressionada a escolher um dos aliados socialistas para prestar-lhe assistência no esforço de guerra. Diante da inclinação de Moscou a aumentar a colaboração com Hanói e da posição pouco construtiva de Pequim (sobretudo diante das dificuldades impostas à entrega do

¹⁰¹ Cidade localizada no sul da China e capital da província de Yunnan.

material para o esforço de guerra), o PTV encontrava-se cada vez mais desapontado com o PCCh, e mais inclinado a trabalhar com os soviéticos, especialmente a partir do início de 1966. O partido vietnamita, diferentemente do PCCh, enviou representantes no 23ª Reunião do PCUS, em março daquele ano. Como salienta Lüthi (2010), nesse evento, Brejnev buscou dirimir as rugas com o PCCh, ao não se referir diretamente aos dirigentes chineses em seu relatório sobre o apoio soviético às lutas de libertação nacional. Ainda assim, o conflito vietnamita, ao invés de unificar a posição das duas potências comunistas para combater um inimigo em comum, os EUA, acabou tendo o efeito contrário ao vislumbrado, tornando-se um fator adicional para o desentendimento das relações entre a URSS e a RPC.

Em março de 1966, o PCCh enviou uma carta, na qual, diante da profundidade das divergências ideológicas e políticas, o diálogo com o PCUS era impraticável. Assim, a recusa em participar da 23ª Reunião do PCUS no dia 22 de março daquele ano em Moscou funcionou, na prática, como o momento de ruptura entre os dois partidos, ainda que, no plano intergovernamental, as relações se mantivessem, mas em um nível extremamente reduzido (RAKHMANNIN, 2000). Vale ressaltar, também, que, a partir daquele momento, iniciava-se o processo histórico da Revolução Cultural na RPC, durante o qual as relações entre o referido país e os demais que mantinham representações oficiais em Pequim foram bastante prejudicadas, não obstante a continuidade da existência formal das relações diplomáticas com alguns países, inclusive com a URSS e os aliados desta.¹⁰²

Durante a vigência da Revolução Cultural, as relações com a URSS conheceram seu momento mais crítico. Em 1967, a embaixada soviética seguiu os exemplos de outras nações e retirou seu embaixador então designado na capital chinesa, Serguei Grigorievitch Lapin; apenas em 1970 o posto foi novamente ocupado, por Vassiliy Sergueievitch Tolstikov, ato reciprocado pela RPC. Durante esse hiato, a URSS ficou representada em Pequim apenas por um encarregado de negócios. Apesar de os slogans da Revolução Cultural associarem a União Soviética com o revisionismo e com a ameaça de restauração capitalista na própria China, os dirigentes soviéticos não participaram ativamente das disputas políticas no país vizinho, carecendo de contatos sólidos com as dissidências políticas a Mao, ou sequer detinham uma estratégia clara de como lidar com a evolução dos processos políticos na China (LÜTHI, 010). O problema chinês perdeu sua relevância para URSS a partir de 1965, quando os dirigentes soviéticos de fato desistiram de esforçar-se em obter a normalização das relações, ao mesmo

¹⁰² A política antissoviética foi aprovada em diversos documentos do PCCh no final da década, inclusive na 9ª (abril de 1969) e 10ª reuniões (agosto de 1973).

tempo em que a preocupação com o guarnecimento de suas fronteiras aumentava paulatinamente (RADCHENKO, 2010).

Após a ruptura entre os partidos em 1966, a questão mongol e as tensões territoriais sino-soviéticas rapidamente se escalaram, com os registros cada vez mais recorrentes de incursões de civis e militares chineses em algumas ilhas dos rios fronteiriços Ussuri e Amur. Nesse período, observou-se em ambos os lados da fronteira um significativo reforço das tropas e do poderio bélico. A URSS escalonou suas forças tanto na divisão do Extremo Oriente, como no Cazaquistão, ao mesmo tempo em que a embaixada soviética em Pequim era sitiada pelas chamadas Guardas Vermelhas¹⁰³. A Mongólia, inclusive, concordou com a alocação de tropas soviéticas adicionais em seu próprio território a partir de fevereiro de 1967. No entanto, como descreve Radchenko (2010, p. 367), a ação, ao invés de dissuadir os chineses, gerou tensões adicionais:

Quanto mais forças a União Soviética deslocava ao longo da fronteira com a China, mais os líderes chineses ficavam convencidos das intenções agressivas soviéticas. Em resposta à percepção de uma ameaça soviética, os militares chineses adotaram a estratégia de ‘defesa ativa’, que implicava a demonstração de força para dissuadir o oponente de uma ação hostil. A defesa ativa também ajudou Mao a mobilizar a população chinesa em prol de sua agenda doméstica – renovar a estrutura de poder após o caos da Revolução Cultural. No inverno entre 1968-69, a Comissão Central Militar aprovou um plano de criar um incidente fronteiriço [...]¹⁰⁴.

As tensões fronteiriças rapidamente se intensificaram, com a ocorrência de conflitos abertos entre as duas forças. O caso mais grave ocorreu em março de 1969, em que uma incursão executada por militares chineses na ilha de Damansky buscou encerrar patrulhas de fronteira da URSS, gerando vítimas no lado soviético. Após alguns dias, militares soviéticos revidaram, adentrando em território chinês e entrando em conflito com forças locais, com fatalidades para ambos os lados. A guerra não-declarada ocorreu, inclusive, no setor ocidental da fronteira em agosto daquele ano, na região limítrofe entre a província autônoma de Xinjiang e a República Soviética do Cazaquistão. Nessa conjuntura, a URSS chegou a ameaçar a RPC com ataques nucleares (RADCHENKO, 2010).

¹⁰³ Tratava-se de um movimento estudantil, de caráter paramilitar, patrocinado e instigado pela liderança chinesa, durante a Revolução Cultural.

¹⁰⁴ No original, em inglês: “The more forces the Soviet Union stationed along the frontier with China, the more Chinese leaders became convinced of aggressive Soviet intentions. The Soviet invasion of Czechoslovakia in August 1968 deepened Beijing’s concerns. In response to the perceived Soviet threat, the Chinese military adopted the strategy of active defense that entailed a show of force to dissuade the opponent from hostile action. Active defense also helped Mao mobilize the Chinese population for his domestic agenda – revamping the power structure in the aftermath of the chaos of the Cultural Revolution. In the winter of 1968–69, the Central Military Commission approved a plan to create a border incident [...]”

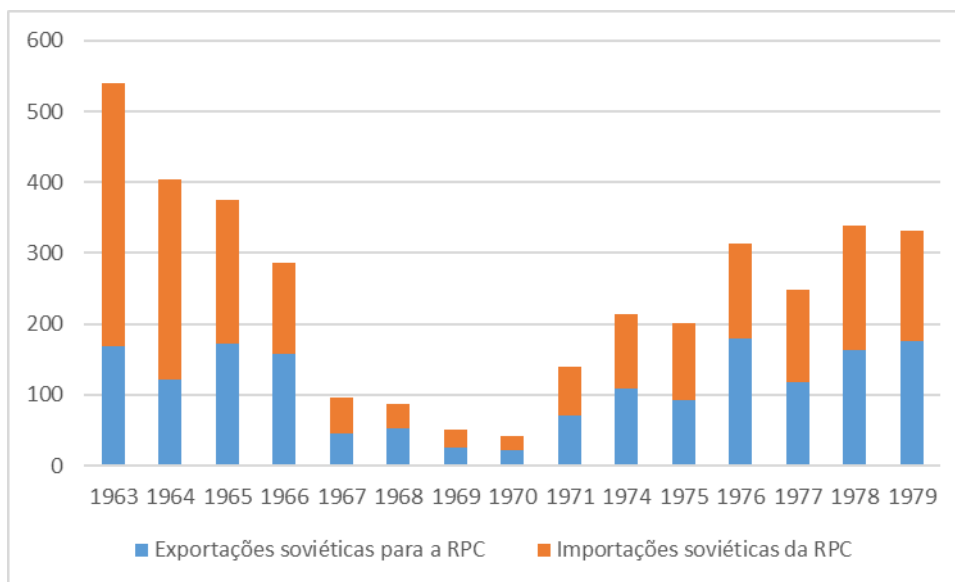
Apesar do conflito aberto e das mortes, as relações diplomáticas, que se encontravam reduzidas, não foram rompidas. Assim, ainda em setembro de 1969, foi realizado em Pequim, por iniciativa soviética, um encontro entre Kosygin, então Presidente do Conselho de Ministros da URSS, e o Premier do Conselho Estatal da RPC, Zhou Enlai, que decidiram retomar o diálogo sobre a situação nas fronteiras a partir do mês seguinte. Um dos principais resultados foi a ocupação e o controle pela RPC da ilha de Damansky, epicentro das tensões daquele ano. No entanto, os chineses impuseram como condição para a continuidade das negociações o reconhecimento por parte da URSS de que o tratado fronteiriço então vigente deveria ser encarado como desigual, ou seja, seria passível de anulação, além da retirada das tropas estacionadas nas regiões disputadas. De fato, o Tratado de Pequim de 1860, que dispunha sobre as fronteiras orientais entre os antigos Império Russo e o Império Ming, delimitava como a margem direita do rio Amur, e a margem esquerda do rio Ussuri como linha divisória, e o ponto médio do rio (quando não navegável) ou pelo talvegue¹⁰⁵ (quando navegável). Para a diplomacia soviética, esse princípio, consagrado nas conferências de paz após a Primeira Guerra Mundial, não poderiam ser aplicados a tratados firmados previamente. Assim, ambas as condições foram consideradas “inaceitáveis” pela liderança soviética (GALENOVICH, 2001, p. 33). A partir desse impasse, as negociações congelaram-se durante todo o decênio seguinte.

No âmbito interno da URSS, houve a tentativa de não azedar ainda mais as relações bilaterais. Por exemplo, a Comunidade de Amizade Soviético-Chinesa, uma organização com status intergovernamental, permaneceu com suas atividades (OSKD, da sigla russa), com a realização de eventos culturais ao longo do ano de 1969. Em virtude das relações quase estagnadas, o comércio entre as duas nações permaneceu reduzido: em 1970, o valor registrado foi treze vezes menor do que em 1959, que havia registrado seu ápice até então. De forma gradual, a corrente comercial foi-se incrementando ao longo da década de 1970, sem, contudo, recuperar os níveis registrados até 1964 (Figura 7). A reorientação da inserção global da RPC no período não foi apenas política, como também econômica: embora as relações diplomáticas com os EUA terem sido estabelecidas apenas em 1979, o volume de negócios com a superpotência capitalista e, principalmente, com o tradicional rival geopolítico regional, o Japão, incrementou-se sobremaneira no período, antes mesmo da implementação das reformas econômicas de Deng Xiaoping, iniciadas apenas em 1978. Foram colocados em prática 26 projetos nacionais de modernização de plantas industriais, os quais previam a

¹⁰⁵ Linha que compreende à parte mais profunda ao longo de um curso fluvial.

incorporação de maquinário importado de diversos países capitalistas avançados (sobretudo o próprio Japão) no valor de US\$ 4,4 bilhões (CHEN, 2010, p. 186).

Gráfico 11 – Evolução do comércio da URSS com a RPC (1963-1979) (1)



Fonte: Dados brutos de União Soviética (1967; 1969; 1971; 1972; 1976; 1982). Elaboração própria (2016)

Nota (1): Não há dados disponíveis para os anos de 1972 e 1973.

No início da década de 1970, ao mesmo tempo em que se reatavam as relações sino-americanas e a RPC engendrava uma reorientação em sua atuação global (CHEN, 2010), as relações sino-soviéticas permaneciam distantes, com avanços pouco significativos, com a permanência das desconfianças. O dado mais relevante foi a normalização das atividades diplomáticas, com a nomeação de Tolstikov como embaixador soviético, e de Liu Xinquan como representante da RPC em Moscou. Nos documentos do 24^a Congresso do PCUS de abril de 1971, afirmava-se o intento de normalizar as relações com a China e de restabelecer as relações baseadas no princípio de boa vizinhança. No mesmo ano, houve comemorações na URSS do aniversário da criação do PCCh e da RPC.

Porém, as desconfianças recíprocas mantiveram-se, o que desautoriza a qualificação do período como tendente à normalização. A URSS continuou a reforçar militarmente suas fronteiras com a China e manteve o efetivo estacionado no território da Mongólia, embora se dispusesse a continuar as negociações diplomáticas. Três propostas que limitavam as ações inamistosas foram apresentadas por Moscou, no período. Em julho de 1970, propôs-se um acordo de não-agressão, que também limitaria a preparação para a guerra, bem como toda a ação propagandística contrária à outra parte. Em 15 de janeiro de 1971, apresentou-se uma

proposta de tratado que vedava o uso e a ameaça de força, tanto convencional, como nuclear. Em julho de 1973, a URSS mais uma vez propôs um tratado de não-agressão. A grande maioria das propostas soviéticas foi ou rejeitada, ou simplesmente deixada sem resposta oficial (FOKEYEV, 1987).

O falecimento de Mao em 1976 e a perseguição de integrantes centrais de seu governo, conhecidos como o *Bando dos Quatro*, ocasionou uma mudança nas expectativas da liderança soviética quanto à normalização das relações (RAKHMANNIN, 2000). Em 27 de novembro de 1976, o vice-ministro de Estado L. Ilíchev esteve na China para dar continuidade às negociações de fronteira, na qual foram reapresentadas as propostas de não-agressão, além de fomentar o comércio bilateral e o diálogo em setores específicos. A partir de agosto de 1976, a imprensa soviética cessou de publicar artigos críticos à China.

Em 1977, após o PCCh declarar oficialmente o fim da Revolução Cultural (ainda que mantivesse muitas das plataformas ideológicas anteriores) e reabilitar alguns opositores de Mao, o Kremlin tomou várias iniciativas. O Presidium do Soviète Supremo da URSS declarou sua disposição em superar a fase de relações anormais e em cessar o acirramento das disputas. Propôs, ademais, uma declaração de princípios sobre as relações bilaterais, o que foi qualificado pelos chineses, entretanto, como carente de propostas concretas (RAKHMANNIN, 2000).

Apesar das expectativas iniciais levemente otimistas, diversas questões centrais ainda não resolvidas opunham as diplomacias soviética e chinesa. No final da década de 1970, os dois países ainda mantinham sérias desavenças quanto à geopolítica no Sudeste Asiático. Enquanto a URSS considerava a RPV como um aliado altamente estratégico, onde se dispunha de uma importante base naval na região da Baía de Cahn Ram, a China apoiava o arquirrival regional dos vietnamitas, o Camboja, então governado pelo regime do Khmer Vermelho. A manutenção das tropas vietnamitas no Camboja instou os chineses a defender seus aliados regionais, ocasionando um novo conflito regional. No conflito armado entre a China e o Vietnã de 1979, a URSS, por sua vez, apoiou o segundo, com o qual havia assinado no ano anterior um acordo de amizade e assistência recíproca. Diante desse novo agravamento nas relações bilaterais, a China declarou em abril de 1979 que não estava interessada em estender o mandato do tratado de amizade, assinado em 1950, e que expiraria em 1980. O início da invasão soviética ao Afeganistão no final de 1979 apenas gerou hostilidades adicionais entre Moscou e Pequim: assim como os EUA, os chineses ofereceram apoio aos guerrilheiros islâmicos afegãos contra as forças soviéticas (CHEN, 2010). Ademais, nessa época a aproximação entre os EUA e a RPC, iniciada ainda no início da década de 1970,

culminou na abertura recíprocas de embaixadas em 1979, além de uma maior sintonia entre ambos em deter a influência soviética no Sudeste Asiático e no Afeganistão. Outra movimentação de grande relevância foi a assinatura do tratado de amizade entre a RPC e o Japão, em 1978, que consolidou as bases jurídicas da interação econômica entre os dois países, que já ocorria de forma significativa ainda durante a fase final da Era Mao. Em maio de 1980, o Politburo soviético chegou a enviar uma importante diretiva, intitulada “Sobre a instrução aos embaixadores da URSS em países em desenvolvimento acerca do trabalho de revelação da política pró-imperialista de Pequim”¹⁰⁶, e um segundo documento “sobre a realização do trabalho complementar com o intuito de combater a cooperação militar sino-americana”¹⁰⁷.

No início da década de 1980, o aumento da vulnerabilidade externa da URSS, diante do acirramento de diversos conflitos em praticamente todas frentes de maneira simultânea entre 1979 e 1980 – unilateralismo de Reagan, crise social na Polônia, dificuldades no Afeganistão e manutenção das disputas territoriais no Extremo Oriente – gerou incentivos para a busca pela melhoria nas relações com Pequim. Para a consecução desse passo, contudo, a RPC impunha condições para a continuidade do processo de normalização das relações, que acabou criando impasses e retardando a normalização das relações entre os dois países. Entre as condições, situavam-se: a retirada das tropas soviéticas da Mongólia, bem como a redução de suas atividades no Afeganistão, e, também, o fim do apoio militar ao Vietnã (cujas tropas, por sua vez, deveriam se retirar do Camboja). A URSS rejeitou todas essas condições, consideradas unilaterais (RAKHMANIN, 2000).

Do ponto de vista ideológico, as polêmicas, tão comuns na década de 1960 e 1970, reduziram-se drasticamente a partir de 1982. Naquele ano, os pronunciamentos antichineses na URSS cessaram-se, corroborados com os discursos de Brejnev em Tashkent e Baku (RAKHMANIN, 2000). Nas declarações, afirmava-se que a URSS via a China como um país socialista e estava preparada para entrar em acordo para melhorar as relações bilaterais, ao mesmo tempo em que denunciava os Estados Unidos como inimigo estratégico e ideológico, e, para tanto, fazia-se necessário quebrar o conluio entre Washington e Pequim. A intensidade das críticas à URSS na RPC também se reduziu substancialmente naquele ano, diante da decisão tomada no 12º Congresso do PCCh, de não qualificar a URSS como agente do *imperialismo social*, e desacreditar outras teses críticas a Moscou.

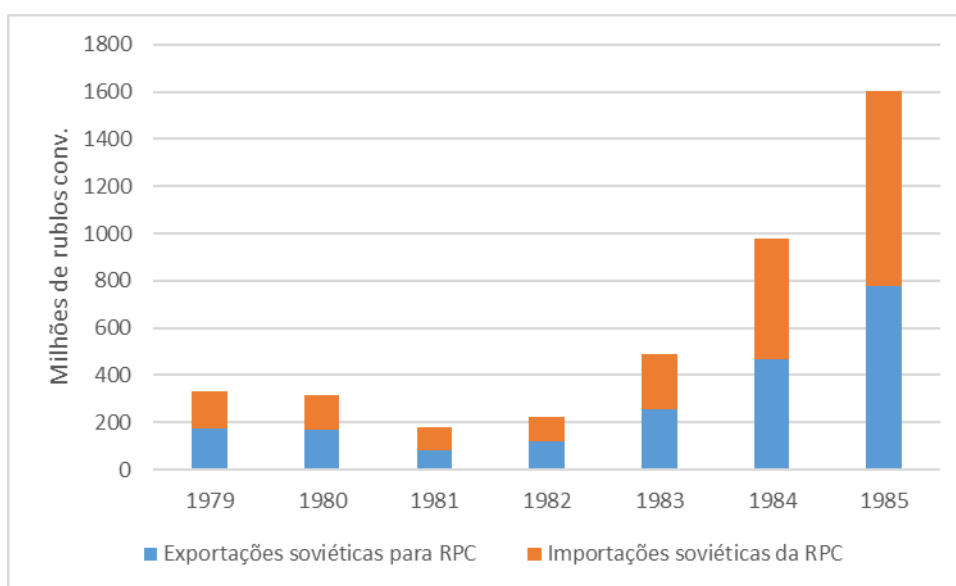
¹⁰⁶ O documento original intitula-se *Об указании послам СССР в развивающихся странах о работе по разоблачению проимпериалистического курса Пекина*.

¹⁰⁷ No original, *О проведении дополнительной работы в целях противодействия американо-китайскому военному сотрудничеству*.

A URSS promovia a ideia de aumentar a confiança recíproca nas regiões de fronteira, por meio da notificação à outra parte da realização de eventuais exercícios militares, enquanto a China defendia que, para tanto, era necessária a redução das tropas nessas regiões (GALENOVICH, 2001).

Apesar da persistência das tensões fronteiriças e das profundas desconfianças mútuas, o maior avanço do período foi, certamente, a realização de forma regular das reuniões de consulta política entre representantes do governo de ambos os países, a partir de 1981. As relações políticas melhoravam ano após ano, embora de forma bastante lenta, sem que as principais fontes de divergência (a ação soviética no Afeganistão, a animosidade entre a China e o Vietnã, a continuidade da presença de tropas soviéticas na Mongólia e as discordâncias quanto a linha de fronteira) fossem resolvidas. Em contraste, as relações econômicas registraram uma rápida guinada nesses anos, com o avivamento do comércio (Figura 7). Além disso, os contatos culturais, técnico-científicos, educacionais e até turísticos foram retomados no período, com a reanimação da relevância da OSKD. Nesse espírito, em 1984 foi criada a comissão intergovernamental de comércio e cooperação técnico-científica, destinada a explorar oportunidades e complementariedades de interesse mútuo. Como resultado, o comércio prosperou significativamente já a partir daquele ano (Figura 12), e foram previstos programas de intercâmbio entre estudantes e acadêmicos de ambos os países (RAKHMANIN, 2000).

Gráfico 12 – Evolução do comércio da URSS com a RPC (1979-1985)



Fonte: Dados brutos de União Soviética (1982; 1984; 1986). Elaboração própria (2016)

A ascensão de Andropov ao poder em 1982 não alterou a disposição dos soviéticos em promover a normalização das relações. Na reunião de Moscou em 1983 de líderes de países comunistas, destaca-se o pedido à China para se juntar à luta contra a *cruzada anticomunista* de Washington. O governo Andropov lançou algumas iniciativas à parte chinesa, que reagiu com certa distância em relação a todas elas, mas sem expor claramente sua contrariedade. Entre as propostas, destacam-se: o projeto de congelamento nas quantidades dos arsenais nucleares dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); a convergência entre diplomatas soviéticos e chineses na elaboração de um plano de paz mundial, ao mesmo tempo em que se criticavam os exercícios militares conjuntos entre EUA, Japão e Coreia do Sul; a realização de consultas regulares entre os ministérios dos negócios estrangeiros sobre questões internacionais; e, não menos relevante, a ampliação da confiança mútua nas regiões de fronteira.

Por volta de 1985, as tensões haviam se reduzido substancialmente em comparação com o início da década, diante da reativação diálogo político, da intensificação do comércio e da consecução de projetos bilaterais em setores específicos. Porém, diversas questões fulcrais, sobretudo no que tangia à geopolítica regional do Leste e do Sudeste Asiático e às questões de segurança nas faixas fronteiriças, passaram praticamente incólumes e carentes de avanços substanciais. Esses graves entraves só seriam superados nos anos derradeiros da era Gorbachev (e da própria União Soviética), com a retirada de suas tropas do Afeganistão e da redução do ativismo de Moscou na Mongólia e no Vietnã, em virtude dos problemas internos que culminariam na dissolução do país em 1991.

4.2.3 As relações URSS-Índia: a construção de uma aliança do Segundo com o Terceiro Mundo

Comparativamente, as relações entre a URSS e a Índia foram bem mais estáveis do que na dinâmica URSS-EUA e na URSS-RPC. As tendências de aproximação entre Moscou e Nova Délhi observadas a partir dos anos finais da era Khrushchov tornaram-se mais evidentes, com a inclusão de agendas na cooperação bilateral e a intensificação nos esforços de aproximação, com algumas diferenças em termos de intensidade e de nuances.

No início da era Brejnev, em 1965, emergiu a segunda guerra entre a Índia e o Paquistão¹⁰⁸ pelo controle de regiões disputadas na região da Caxemira e do Jammu. Um dos

¹⁰⁸ A primeira guerra havia ocorrido em 1947, que se sucedeu à criação dos dois Estados.

principais aspectos não se referia às mudanças no controle de fato dos territórios em disputa entre as partes beligerantes, mas sim aos desdobramentos político-diplomáticos no subcontinente indiano. Em função de as relações entre a RPC manterem-se deterioradas desde o final da década de 1950, culminando em uma guerra entre esses países em 1962, o Paquistão e a RPC encaminhavam suas disputas territoriais já em 1963, com a assinatura de um tratado bilateral que desenhava a geografia regional em consonância com os pontos de vista de Pequim e de Islamabad¹⁰⁹, além de iniciarem a construção de uma via terrestre que conectaria os dois países, a Estrada de Karakorum. O conflito não opôs de forma clara as diplomacias norte-americana e soviética, as quais permaneceram oficialmente neutras, diferentemente do Reino Unido e da própria RPC, que expressaram apoio mais incisivo ao Paquistão. Diante da posição de neutralidade no conflito, a URSS organizou uma conferência de paz na cidade de Tashkent (RSS do Uzbequistão) com os países em litígio, os quais se comprometeram a não usar a força para fazer valer suas pretensões territoriais (FOKEYEV, 1987).

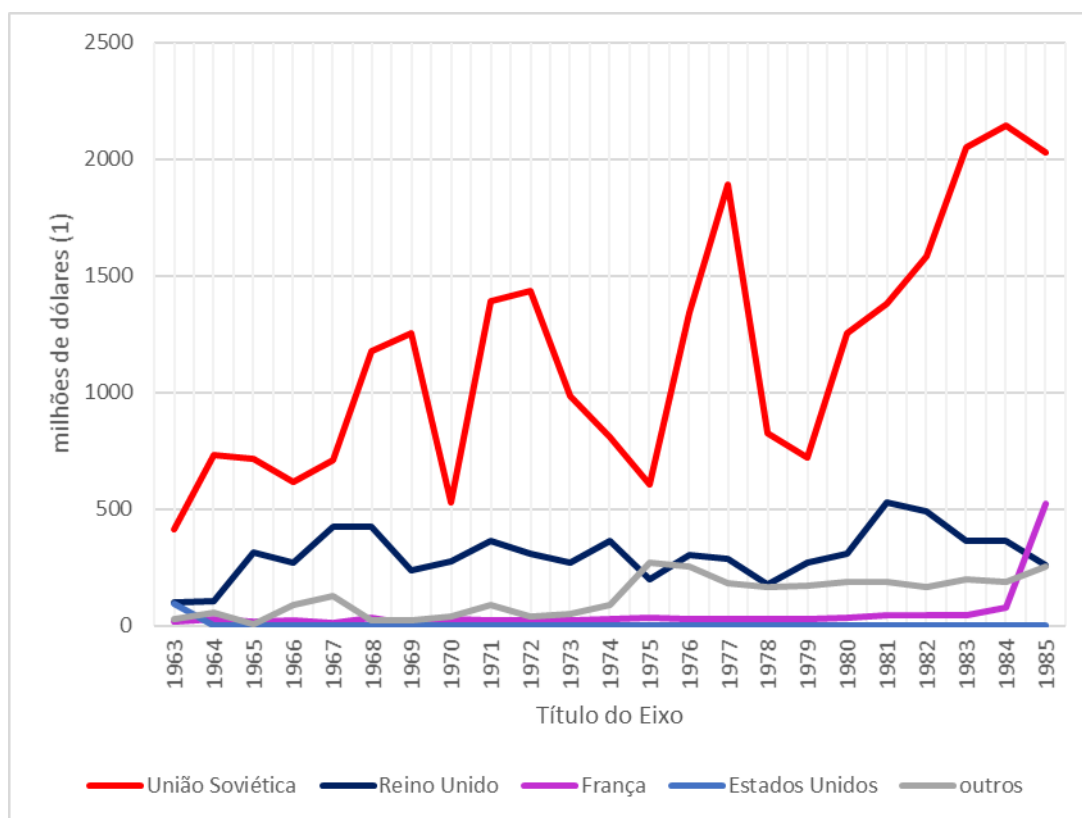
Após o cessar-fogo, os EUA impuseram um embargo à venda de armamentos para os dois países, e pressionaram seus aliados a seguirem o exemplo, inclusive o Reino Unido. A Índia, que antes do conflito já encontrava dificuldades no que tangia à transferência de tecnologia e ao custo de aquisição e manutenção do material militar fabricado no Ocidente, passou a buscar com mais ênfase a assistência soviética para satisfazer sua imensa demanda por segurança, alimentada pelo contínuo fortalecimento do eixo Paquistão-RPC, sobretudo após 1965.

Ademais, o conflito contribuiu para o esfriamento das relações entre a Índia e os EUA. No início da década de 1960, as relações entre os dois países eram bastante promissoras, diante da oposição comum à RPC e, também, do interesse indiano em reduzir a dependência da Grã-Bretanha em sua economia e no fornecimento de material bélico. Os EUA haviam concordado em oferecer à Índia, em maio de 1964, cerca de US\$ 500 milhões em assistência militar, sendo que metade desse valor ocorreria via empréstimo, e a outra, em doação (MEHROTRA, 1990). Após a eclosão do conflito com o Paquistão no ano seguinte, a Casa Branca cancelou esse projeto e pressionou seus aliados a fazerem o mesmo, o que instou os indianos a procurarem novas parcerias para além da área de influência da OTAN.

¹⁰⁹ O Tratado Fronteiriço Sino-Paquistanês jamais foi reconhecido pela Índia, que permanece com reivindicações territoriais na área negociada. Em 1968, as conversações começaram a adentrar no âmbito da demarcação territorial.

A União Soviética, que já se apresentava como a principal fornecedora de armamentos, estava disposta a aceitar as exigências indianas quanto à transferência de tecnologia e à oferta de equipamentos menos custosos, em condições facilitadas para pagamento. Outra questão que favoreceu a URSS foi sua predisposição em instalar parte da cadeia produtiva de equipamentos e materiais militares no território indiano, o que ia ao encontro dos desígnios dos dirigentes indianos de promover a industrialização do país, sobretudo em setores considerados estratégicos. Com efeito, a URSS manteve-se como a principal parceira da Índia no comércio de equipamentos bélicos em todos anos do período analisado (Figura 13).

Gráfico 13 - Evolução do comércio bélico da Índia (1963-1985)



Fonte: Dados brutos de SIPRI (2016). Elaboração própria (2016)

Nota (1): Em preços constantes, equivalente ao valor do dólar dos EUA de 1990

Um importante marco nas relações entre Moscou e Nova Délhi foi a assinatura do Tratado Indo-Soviético de Amizade e Cooperação em agosto de 1971, que na prática estabelecia uma aliança entre os dois países. O documento foi amplamente difundido pelos diplomatas soviéticos como um exemplo da possibilidade de cooperação mutuamente benéfica entre países portadores de diferentes sistemas socioeconômicos e pertencentes a

distintos estágios de desenvolvimento. Esse acordo pode ser entendido, ainda, como uma resposta de ambos os países ao crescente diálogo entre os EUA e a RPC desde o ano anterior, fato que ocasionava fortes apreensões tanto entre os soviéticos como os indianos. Outra fundamentação para a elevação da amizade indo-soviética a um patamar mais elevado tem a ver com a construção de uma importante base militar dos EUA no atol de Diego Garcia, localizado no Arquipélago de Chagos¹¹⁰, a pouco menos de 1800 quilômetros a sudoeste da costa indiana.

O tratado de 1971 não chegava a consolidar uma aliança clássica, qual seja, um instrumento que prevísse a formação de uma defesa comum em caso de ataque por uma terceira força. No texto do tratado, as partes apenas se comprometiam a cessar qualquer forma de assistência à terceira parte que atacasse uma das signatárias, sem obrigá-las a entrar diretamente no eventual conflito. Na prática, funcionava como anteparo a eventuais conflitos da Índia tanto com a RPC quanto com o Paquistão, ao mesmo tempo em que desobrigava a URSS a entrar em guerra com esses dois países (ÍNDIA, 2016).

Esse acordo foi assinado em meio a uma conjuntura regional cada vez mais tensa e polarizada, diante da sublevação popular que ocorria no território do então Paquistão Oriental (atualmente Bangladesh), e da conseqüente repressão por parte do governo de Islamabad. A Índia, que tinha interesse na partilha e de seu arquirrival, apoiava a causa dos bengalis. O conflito aberto desenrolou-se em dezembro de 1971, e provocou importantes reações internacionais. Os EUA, não obstante a posição oficialmente neutra, apoiavam tacitamente os paquistaneses, com a retomada do comércio de armamentos com esse país a partir do ano de 1970, ao mesmo tempo em que mantinham o embargo militar à Índia. Cabe lembrar que o Paquistão, diferentemente da Índia, era membro de dois organismos de segurança capitaneados pelos EUA, a Organização do Tratado Central (CENTO) ou Pacto de Bagdá¹¹¹ e a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO)¹¹². O apoio mais cristalino ao Paquistão, contudo, veio da RPC, que já prestava uma considerável assistência econômica a Islamabad equivalente a 200 milhões de dólares. No ano do conflito, os chineses ainda remeteram ao aliado regional equipamentos de guerra, além de instrutores para capacitar os militares paquistaneses. Com o início das hostilidades, Zhou Enlai enviou uma mensagem ao

¹¹⁰ Apesar de fazer parte dos Territórios Britânicos do Oceano Índico (BIOT, na sigla inglês), o atol de Diego Garcia foi colocado à disposição dos EUA para a construção de uma base, por meio de uma troca de notas ainda em 1966 entre EUA e Reino Unido.

¹¹¹ O CENTO foi uma organização militar composta por Iraque, Irã, Paquistão, Turquia e Reino Unido, fundada em 1955, e extinta em 1979.

¹¹² O SEATO foi uma organização militar composta por Austrália, Estados Unidos, França, Nova Zelândia, Paquistão, Reino Unido, Paquistão e Tailândia, criada em 1954, e extinta em 1977.

presidente paquistanês, que considerava como “justas” as ações de Islamabad na defesa de sua integridade territorial e a denunciava a “ingerência indiana em seus assuntos internos” (FOKEYEV, 1987b, p. 309).

Em virtude da vigência do tratado assinado havia poucos meses, a URSS saiu em defesa da Índia e dos rebeldes bengalis, ao mesmo tempo em que assegurava aos indianos a execução de medidas retaliatórias em caso de intervenção direta chinesa ou americana no conflito (YURLOV, YURLOVA, 2010). Ao longo do conflito, foram realizadas consultas diárias entre representantes indianos e soviéticos, e a URSS chegou a vetar uma resolução no Conselho de Segurança em que se criticava a posição indiana (FOKEYEV, 1987b).

A ideia de criação de uma zona de paz, trazida a público ainda em 1970 durante o Terceiro Encontro de Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados realizado em Lusaka (Zâmbia), ganhou relevo ao longo daquela década, e contribuiu para aproximar as percepções das diplomacias soviética e indiana. Essa ideia foi consubstanciada em uma resolução da AGNU no ano seguinte sobre o tema, inclusive prevendo o cerramento das bases militares de potências exógenas. Essa resolução encontrou respaldo das diplomacias indiana e soviética, garantindo o fundamento geopolítico de suas relações especiais.

Entretanto, as motivações da oposição indiana e soviética quanto à manutenção das bases militares dos EUA no Oceano Índico eram significativamente distintas, já que, enquanto a URSS enxergava essas forças como uma parte da luta global contra o imperialismo dos EUA, a Índia as interpretava como mecanismo de obtenção de autonomia política e econômica e como fortalecimento dos Estados pós-coloniais, sem, contudo, almejar o enfraquecimento dos países centrais. A estratégia soviética, na visão de Yurlov e Yurlova (2010, p. 635, tradução nossa), respondia a um movimento mais abrangente em sua inserção global naquele período:

A União Soviética, ao desenvolver as relações com a Índia, consolidou-se como uma potência asiática e global. As boas relações com a Índia, como um dos líderes do Movimento dos Não-Alinhados, eram relevantes para o desenvolvimento de laços com outros participantes desse agrupamento e com o mundo em desenvolvimento de uma forma em geral. Ademais, a cooperação mutuamente benéfica com a Índia foi significativa para a União Soviética porque demonstrou ao mundo a real possibilidade de uma cooperação entre países pertencentes a diferentes sistemas políticos.¹¹³

¹¹³ No original, em russo: “Развивая отношения с Индией, Советский Союз утверждал себя в Азиатском регионе, что способствовало укреплению его статуса в качестве азиатской и мировой державы. Добрые отношения с Индией, как одним из лидеров Движения неприсоединения, были важны для развития связей с другими участниками этого движения и развивающимся миром в целом. Взаимовыгодное сотрудничество с Индией имело значение для Советского Союза и потому, что

A estratégia indiana, na visão desses autores, era significativamente distante, ainda que não exatamente oposta ou mesmo conflitiva em relação à da URSS (YURLOV; YURLOVA, 2010):

A Índia, por sua vez, estava interessada no desenvolvimento das relações com a União Soviética com vistas a consolidar sua independência e a fortalecer sua posição no diálogo político com os países do Ocidente. A cooperação com a URSS promoveu a segurança [da Índia] no Sul da Ásia, no Oceano Índico, e especialmente nas relações com o Paquistão e com a China. O desenvolvimento da cooperação econômico-comercial e técnico-científica com a União Soviética respondia à tarefa de criação de uma base econômica independente do país.¹¹⁴

Em novembro de 1973, Brejnev realizou uma visita a Nova Délhi, durante a qual a URSS propôs a ideia de construção de um sistema de segurança coletiva na Ásia. Apesar da cordialidade entre as duas delegações, os indianos reagiram com pouca receptividade, diante da conotação abertamente antichinesa da proposta, visto que, naquela conjuntura, os líderes indianos já nutriam esperanças de regenerar os laços com a RPC (YURLOV, YURLOVA, 2010). Apesar das evidentes convergências entre Nova Délhi e Moscou, sobretudo quanto ao potencial de ameaça representado pelos chineses e pelos americanos, além da aceitação por parte dos indianos de uma maior presença das forças navais soviéticas no Oceano Índico como contraponto ao predomínio dos EUA e do Reino Unido, o principal objetivo da estratégia da Índia era tornar-se, ela mesma, a força dominante na região e não exatamente substituir a supremacia dos EUA pela soviética (MEHROTRA, 1990). Por outro lado, os indianos, em franco contraste com os chineses, eram aderentes à concepção de Détente que se desenrolava entre EUA e URSS e de coexistência pacífica entre os blocos capitalista e socialista.

Na mesma ocasião, a cooperação econômica e tecnológica foi amplificada, com a assinatura de instrumentos jurídicos para além da simples troca de bens. Foram previstos projetos conjuntos em adição àqueles que já haviam sido executados na era Khrushchov na

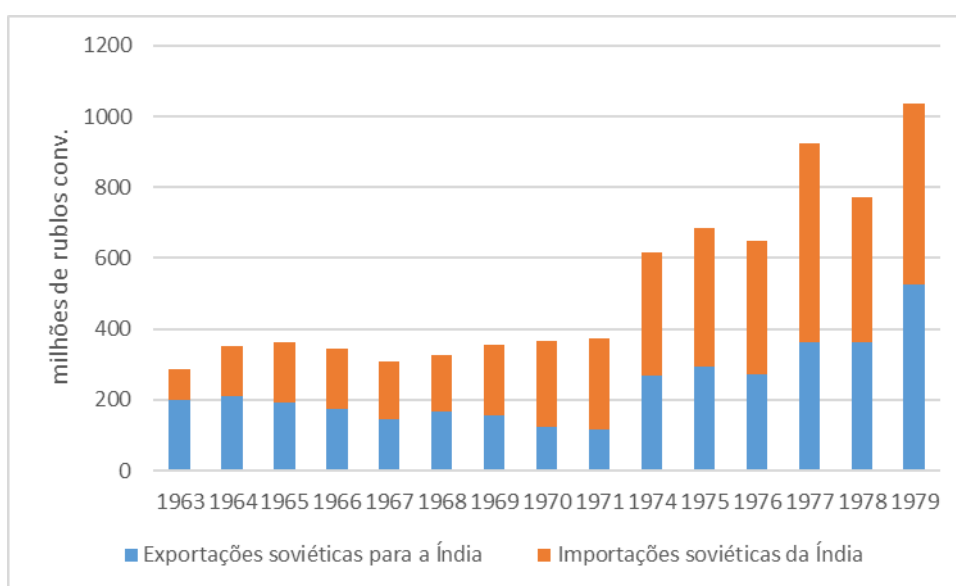
demonstrou ao mundo a real possibilidade de uma cooperação estreita entre países, pertencentes a diferentes sistemas políticos.

¹¹⁴ No original, em russo: “В свою очередь, Индия была заинтересована в развитии отношений с Советским Союзом в целях укрепления ее независимости, усиления ее позиций в политическом диалоге со странами Запада. Сотрудничество с СССР повышало ее безопасность в Южной Азии, Индийском океане и особенно в отношениях с Пакистаном и Китаем. Развитие торгово-экономического и научно-технического сотрудничества с Советским Союзом отвечало задачам создания независимой экономической базы страны.”

área de geração de energia elétrica, construção de usinas metalúrgicas, produção de automóveis e de outros meios de transporte, e de refino de petróleo.

O fim da Détente e a escalada das tensões no Afeganistão, país próximo ao território indiano, não impactou na continuidade ou mesmo no adensamento dos projetos bilaterais. Ainda em 1979, foi estabelecido um programa de cooperação de longo prazo, que tinha como um dos aspectos mais relevantes o aumento da capacidade de produção de carvão, de extração de petróleo e de geração de energia elétrica, além da construção de uma nova usina metalúrgica em solo indiano e da expansão das unidades localizadas em Bhilai e Bokaro (FOKEYEV, 1987b). Por volta do início da década de 1980, encontravam-se em execução cerca de 55 projetos conjuntos, além de outros vinte que se encontravam em estágio de planejamento. A cooperação indo-soviética era não apenas significativa, mas também fundamental para a própria economia indiana: os projetos indo-soviéticos produziam cerca de 10% da energia elétrica produzida na Índia, 38% do aço e do alumínio, 40% do petróleo refinado, e 78% dos equipamentos metalúrgicos. Outro aspecto não menos relevante era a cooperação na área de formação e de aperfeiçoamento de técnicos: entre 1965 e 1985 mais de 100 mil indianos receberam algum tipo de instrução em diferentes instituições de ensino soviéticas (YURLOV, YURLOVA, 2010). Graças aos instrumentos jurídicos e à ampliação desses projetos, a corrente comercial entre os dois países aumentou-se consideravelmente ao longo da década de 1970 (Figura 14).

Gráfico 14 - Evolução do comércio da URSS com a Índia (1963-1979) (1)



Fonte: Dados brutos de União Soviética (1967; 1969; 1971; 1972; 1976; 1982). Elaboração própria (2016)

Nota (1): *Não há dados disponíveis para os anos de 1972 e 1973.

Mesmo com as reservas indianas em se adensar a cooperação no âmbito securitário, a URSS demonstrou bastante paciência com relação aos desdobramentos da estratégia militar indiana, que, em maio de 1974, testou com êxito seu primeiro armamento nuclear. Se a reação de outros governos em relação a esse evento foi amplamente negativa (sobretudo por parte dos dois principais rivais regionais, o Paquistão e a RPC), a URSS, que era a grande patrocinadora do regime global de não-proliferação nuclear ao lado dos EUA, expressou sua preocupação com os riscos à segurança na Ásia Meridional, mas se esquivou em externalizar uma crítica mais incisiva aos aliados indianos.

Ao longo daquela década as tensões na Ásia Meridional abrandaram-se substantivamente, embora as desavenças, sobretudo territoriais, se mantivessem: em abril de 1976, a embaixada indiana na RPC foi reaberta (e vice-e-versa), e, no mês seguinte, a Índia e o Paquistão restabeleceram os laços diplomáticos. A primeira-ministra indiana Indira Gandhi visitou a capital soviética em junho daquele ano, que foi relevante para a continuidade da aliança entre os dois países. A URSS apoiou publicamente os esforços de indianos e paquistaneses em restabelecer as relações, mas a declaração final do evento omitiu uma nota de apoio à normalização das relações entre a Índia e a RPC, por pressão soviética (YURLOV, YURLOVA, 2010).

A ascensão do Partido Janata ao poder em 1977, interrompendo quase vinte anos de governo de seu rival, o Partido do Congresso Nacional Indiano (PCNI), provocou inicialmente algumas dúvidas a respeito da continuidade da aliança com a URSS, já que durante a campanha eleitoral de Morarji Desai, defendia-se que a Índia deveria trilhar pelo caminho do não-alinhamento a nenhum dos blocos oponentes da Guerra Fria. A visita do chefe da diplomacia soviética Andrey Gromyko logo após as eleições serviu para obter esclarecimentos da nova liderança indiana acerca da manutenção dos laços e das obrigações contraídas ao longo dos anos imediatamente anteriores, em especial as do tratado de 1971. Mas a política externa indiana sofreu algumas alterações relevantes nesse interregno, entre as quais a busca em pacificar as relações com a China e com o Paquistão foi um dos exemplos mais claros¹¹⁵. Cabe ressaltar que essa mudança pontual não influenciou no andamento das relações com a URSS naquele período.

Superadas as desconfianças iniciais, foi firmado um novo acordo comercial, com consentimento de Desai, que previa a ampliação das trocas e o oferecimento de uma linha de

¹¹⁵ No entanto, as principais divergências entre os dois países, sobretudo quanto à linha de fronteira, não seriam superadas no momento.

crédito por parte da URSS à Índia equivalente a 340 milhões de dólares, a uma taxa de juros anual de 2,5%, para a aquisição de equipamentos e melhorias para usinas metalúrgicas e minas de carvão. Essa fórmula, na verdade, era baseada no tipo de assistência econômica que a URSS prestava a outros países em desenvolvimento (GROMYKO, PONOMAREV, 1987, p. 300):

A URSS oferece assistência financeira em condições tarifárias preferenciais, com o cálculo de taxa de juros entre 2 a 2,5% anuais, com prazo de solvência geralmente no período de doze anos. As condições de pagamento de crédito são também facilitadas. O pagamento pode ser feito como produtos tradicionais de exportação (ou com o uso de moeda local).¹¹⁶

Na mesma conjuntura, registraram-se relevantes aquisições de material militar soviético por parte da Índia, com destaque para dois contratorpedeiros, cinco helicópteros e 70 tanques T-72, além da possibilidade de produção de 600 unidades dessa linha de tanques em território indiano (YURLOV, YURLOVA, 2010). Desai fez sua primeira visita à URSS em outubro de 1977, antes de realizar a primeira aos EUA, em que se confirmou a continuidade da amizade soviético-indiana e a disposição da URSS em promover a autonomia econômica e a industrialização da Índia.

O premiê indiano realizou ainda uma segunda ida a Moscou em setembro de 1978, durante a qual a URSS ofereceu um projeto de modernização para os caças MiG-21, que já se encontravam em posse dos indianos. No entanto, a meta da diplomacia indiana naquela conjuntura era a diversificação de suas parcerias, sobretudo militares, evitando a dependência de um só fornecedor. Com essa estratégia em mente, o governo do país decidiu adquirir 40 aviões de combate britânicos Jaguar¹¹⁷. Outro aspecto que colocava alguns limites a esse diálogo foi a recusa indiana à proposta de se criarem bases militares soviéticas em seu próprio território, apesar do consentimento em relação à realização de exercícios navais da marinha daquele país no Oceano Índico (MASTNY, 2010).

O estabelecimento das relações diplomáticas entre os EUA e a RPC em janeiro de 1979 repercutiu nas relações indo-soviéticas. Enquanto a Índia expressou com um tom mais positivo, esperançosa de reduzir as tensões internacionais, Moscou tomava nota desse acontecimento com cautela e apreensão, diante da possibilidade da criação de uma aliança

¹¹⁶ No original, em russo: “Финансовую помощь СССР оказывает на весьма льготных условиях — из расчета 2—2,5% годовых со сроком погашения обычно в течение 12 лет. Облегчены и условия оплаты кредита. Оплата производится традиционными экспортными товарами (или местной валютой).”

¹¹⁷ Esse modelo de aeronave permitia a realização de pousos e decolagens na vertical, o que favoreceria seu uso em conjunto com o porta-aviões do país, o Vikrant.

Pequim-Washington que poderia lhe custar um conflito com duas grandes potências em duas frentes (ver seção anterior). O otimismo indiano, contudo, minguou-se rapidamente com o início do conflito entre a RPC e a RPV, fevereiro daquele ano; a Índia, naquele período, seguia um curso semelhante ao da URSS, e mantinha relações bastante amigáveis com Hanói. No mês seguinte, Kosygin visitou a Índia, quando novos acordos sobre cooperação econômica, científica e técnica foram assinados. Entre outros aspectos, previa-se o crescimento da movimentação comercial entre 50% a 100% entre 1981 e 1985, além da venda de dois milhões de toneladas de petróleo soviético à Índia. Em julho de 1979 o premiê Desai, não obstante a grave crise política doméstica, esteve pela terceira vez em Moscou, onde foi projetada a cooperação espacial entre os dois países, em que se vislumbrava a construção do primeiro satélite indiano. O governo de Desai terminou em 1980, e significou a tentativa de resgatar o papel da Índia como um ator não-alinhado, gerando uma certa desaceleração nas relações entre Nova Délhi e Moscou, mas sem provocar desavenças que comprometessem a continuidade dessas relações bastante estreitadas.

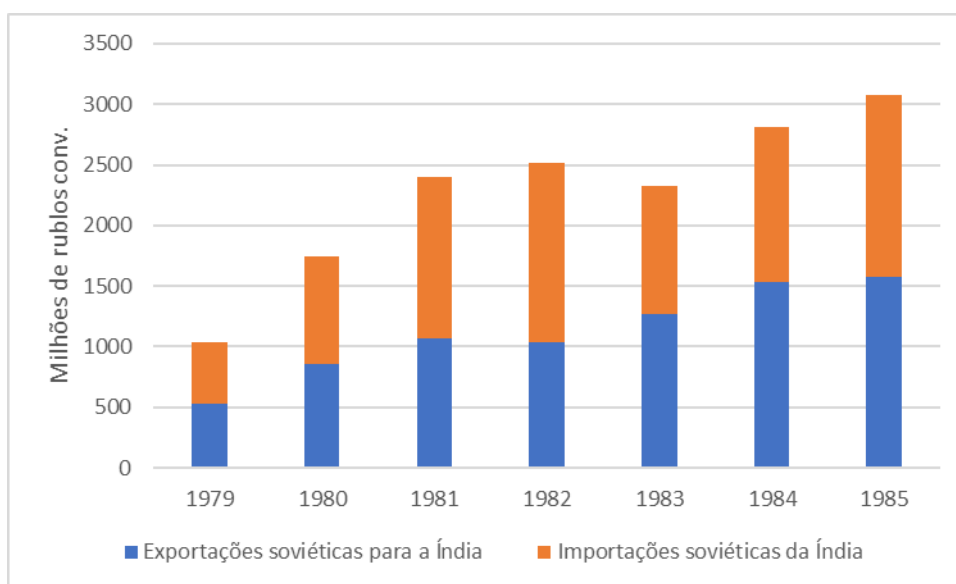
Ao longo da primeira metade da década de 1980, as relações entre os dois países continuaram a prosperar de maneira notável, diante da oposição conjunta ao colonialismo e da posição favorável aos movimentos de libertação nacional ao redor do mundo. O retorno do PCNI ao poder em Nova Délhi em janeiro de 1980 foi positivamente saudado pelos líderes soviéticos, e ocorreu quase concomitantemente ao início das operações militares soviéticas no Afeganistão, país que a Índia considerava como limítrofe¹¹⁸. Indira Gandhi, novamente na qualidade de Primeira-Ministra, defendia que a presença dos militares soviéticos no país centro-asiático deveria ser o mais breve possível, sem se esquivar de denunciar contundentemente os EUA, o Paquistão e a RPC. Na visão indiana, que coincidia com a soviética, estes países muniam rebeldes afegãos com armamentos e assistência financeira no intuito de desestabilizar e, no fim, derrubar o governo da República Democrática Popular do Afeganistão, já sob a liderança de Babrak Karmal (1979-1986) (MEHROTRA, 1990). Em uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) acerca da crise afegã e da invasão soviética (ES-6/2), aprovada em uma reunião extraordinária em janeiro de 1980, aprovada pela maioria dos países, a Índia, assim como outras dezessete nações, absteve-se.

¹¹⁸ Cabe ressaltar que a Índia, ao reivindicar o controle da totalidade da região da Caxemira, considera compartilhar uma breve faixa fronteiriça com o Afeganistão, negando, conseqüentemente, a comunicação terrestre direta entre o Paquistão e a RPC. A URSS, desde pelo menos a assinatura do Tratado de 1971, colocava-se na condição de quasi-aliada da Índia, e, assim, apoiava o pleito desta no conflito com o Paquistão e com a RPC. Assim, os mapas soviéticos oficiais confeccionados a partir daquele ano passaram a incluir toda a Caxemira no território da Índia (Ver Anexo B). A dissolução da URSS em 1991 não ocasionou modificações nessa questão, e os mapas oficiais publicados na Federação Russa atual continuam a delimitar o território da Índia de forma distinta aos mapas produzidos no Ocidente.

O recém-empossado ministro das relações exteriores indiano Narasimha Rao visitou a capital soviética em junho de 1980, onde travou conversações sobre o problema afgão, o qual, conforme suas palavras, "não permitia lançar sequer uma a menor das sombras sobre as relações bilaterais", as quais "cresceram e se fortaleceram nos últimos cinco meses depois da chegada de Indira Gandhi ao poder" (YURLOV, YURLOVA, 2010, p. 634). Em dezembro daquele ano, Brejnev realizou uma visita a Nova Délhi, durante a qual, ademais de terem sido reafirmadas as obrigações do Tratado de 1971, ambas as partes expressaram seu desejo de construir uma zona de paz no Oceano Índico, que implicaria na liquidação de todas as bases militares de potências exógenas à região. Essa declaração tinha como alvo a base norte-americana de Diego Garcia, localizada a pouco menos de 1800 quilômetros a sudoeste da costa da Índia. Ademais, a URSS concordou em fornecer adicionalmente à Índia um milhão de toneladas de petróleo diante da interrupção do comércio do referido material originário tanto do Irã como do Iraque, após o início da guerra entre esses dois países.

Em virtude da execução dos acordos, além da maturação das diversas iniciativas de cooperação econômica, sobretudo no que dizia respeito à assistência técnica soviética na implantação de unidades industriais na Índia, as relações comerciais continuaram a progredir ao longo da primeira metade da década de 1980 (Figura 15).

Gráfico 15 – Evolução do comércio da URSS com a Índia (1979-1985)



Fonte: Dados brutos de União Soviética (1982; 1984; 1986). Elaboração própria (2016)

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: A CONSOLIDAÇÃO DA NOVA INSERÇÃO EXTERNA DA URSS

Os anos de Brejnev e de seus dois sucessores, Andropov e Tchernenko, foram marcados por mudanças substanciais na condução da política externa soviética. É possível identificar duas fases com características bastante distintas: a primeira, entre 1964 e 1978, caracterizada pelo aprofundamento da *Détente* entre EUA e URSS, sobretudo no continente europeu, ao mesmo tempo em que se processava a *periferização* das disputas ideológicas entre os dois campos. O segundo período, que pode ser designado como a Segunda Guerra Fria, abarcou o final da década de 1970 e se estendeu até 1985, quando da ascensão de Gorbachev.

A *Détente* pode ser vista como a execução da estratégia soviética de reduzir as tensões com os EUA, com ênfase na questão nuclear. Essa estratégia consistia no aprofundamento da teoria da coexistência pacífica entre ambos os blocos sócio-políticos. Para se alcançar esse objetivo, uma série de mecanismos foram intensificados (sobretudo o comércio bilateral e, também, os espaços de comunicação entre as lideranças), ou simplesmente criados, como a cooperação técnico-científica (inclusive espacial) e as conversações sobre limitação de armamentos nucleares, que viabilizaram, nesse período, o surgimento do regime internacional de não-proliferação. Em meados daquela década, essas tendências culminaram na assinatura dos Acordos de Helsinki (1975), os quais apenas refletiam todos os entendimentos acumulados ao longo do decênio anterior entre as superpotências. Se as disputas políticas e ideológicas se mitigaram nos teatros tradicionais – no continente europeu e no Leste Asiático –, o mesmo não pode ser dito nas periferias do sistema internacional, sobretudo na região do Chifre da África (como no conflito de Ogaden) e na África Meridional (na Guerra Civil Angolana). Evidentemente que não se pode afirmar o início de uma fase de franco entendimento entre ambas as superpotências; porém, do ponto de vista da evolução histórica, é inegável que, nos treze primeiros anos da Era Brejnev, as relações tenham sido bem menos conflitivas do que no início da década de 1960.

Esse cenário mudou consideravelmente e de forma paulatina ao longo da segunda metade da década, com o fortalecimento da percepção entre os dirigentes norte-americanos de que o campo ocidental estaria acumulando derrotas estratégicas para o lado socialista no terceiro Mundo, diante dos insucessos da campanha militar norte-americana no Vietnã e do triunfo de movimentos e revoltas de orientação marxista em alguns países recém-descolonizados na África e na Ásia. Os EUA passaram a adotar uma posição mais assertiva à URSS, desafiando-a, inclusive, no próprio continente europeu. A URSS, de forma reativa,

buscou responder àquilo que considerava como ameaças diretas, como no caso da invasão ao Afeganistão, em fins de 1979. A alocação de armamentos nucleares de médio alcance pelos EUA na Europa Ocidental e, logo em seguida, a enunciação da chamada Iniciativa de Defesa Estratégica pretendiam neutralizar qualquer míssil nuclear oriundo da URSS. Assim, os soviéticos tiveram que promover uma releitura do significado da coexistência pacífica, cuja centralidade não mais se basearia na obtenção de acordos e entendimentos com Washington, mas sim na manutenção de um nível de tensão e de competição estratégica, sem que desaguasse em um conflito direto e potencialmente destruidor para ambos os lados. Entre os programas adotados no período, podemos citar o reposicionamento de seus arsenais nos países do Pacto de Varsóvia, além do congelamento das negociações sobre limitações de armamentos.

As relações com a RPC assistiram a uma evolução quase oposta. Se, enquanto a Détente com os EUA avançava, o diálogo com Pequim tornava-se cada vez mais acirrado, com a ruptura no diálogo interpartidário, da contínua redução da corrente comercial, além do agravamento das tensões fronteiriças. Enquanto a nova liderança soviética buscavam um alívio nas tensões por meio da promoção do diálogo, os chineses, insatisfeitos com a continuidade da ideia de coexistência pacífica, com a aproximação entre a URSS e a Índia e com a indisposição soviética em apoiar seu próprio programa nuclear, não estavam inclinados a reatar com seu vizinho setentrional. Após uma série de encontros pouco eficazes entre representantes dos dois países, a estratégia da URSS para a RPC consistia na desistência de uma solução negociada para superar as desavenças e no fortalecimento da ideia de dissuasão, com o guarnecimento das regiões de fronteira e do território da Mongólia. Os crescentes atritos provocaram a eclosão de um breve confronto aberto em alguns setores da fronteira em 1969, equacionado com um cessar-fogo no mesmo ano. Após o conflito, a estratégia soviética praticamente não se alterou, ao manter os níveis de prontidão elevados em suas tropas localizadas ao longo da fronteira, diante da carência de compromissos nas relações bilaterais, somada a uma das principais novidades da década de 1970, o reatamento das conversações entre Washington e Pequim.

O objetivo de normalizar as relações e melhorar a confiança recíproca, aventados logo após a morte de Mao em 1976, só foi efetivamente colocado em prática a partir de 1980, diante dos insucessos da operação militar chinesa contra o Vietnã no ano anterior. Essa normalização não visava o restabelecimento da aliança observada na década de 1950, mas apenas um reescalonamento das tensões fronteiriças. Para esses fins, alguns programas foram propostos, como a retomada da cooperação técnico-científica, a coordenação de ambas

diplomacias em fóruns internacionais e a redução dos contingentes militares em ambos os lados, além do ajuste nas relações comerciais. O primeiro programa foi colocado em prática; o segundo, apenas parcialmente, diante da manutenção da configuração geopolítica na Ásia; o terceiro, por sua vez, não teve encaminhamentos. O ajuste comercial, por sua vez, foi bem-sucedido no período.

De 1964 até por volta do final da década, a estratégia soviética para a Índia foi basicamente a mesma em relação ao período de Khrushchov. Por meio dessas relações amigáveis, a URSS buscava legitimar-se como uma força parceira do mundo em desenvolvimento, na qual as relações com a Índia funcionavam como uma vitrine, também para a possibilidade de coexistência entre países que trilhavam por sistemas sócio-políticos distintos. No período, apenas identificamos um aumento da intensidade dos programas estabelecidos nos anos finais da era Khrushchov, tanto na assistência à modernização econômica da Índia, como no comércio de equipamentos militares.

Essa estratégia é sutilmente alterada por volta de 1970, quando a URSS passou a encarar a Índia não apenas como uma parceira, mas sim como aliada regional que contrabalanceasse a RPC. Nesse espírito, enquadra-se o Tratado de 1971, que, por um lado, aprofunda os compromissos já em curso anteriormente. Interessante ressaltar que, nesse caso, a mudança na visão estratégica soviética não chegou a repercutir na criação de canais de cooperação entre os dois países, implicando apenas alguns ajustes de intensidade, tanto na cooperação militar, quanto na econômica. Em relação à primeira metade da década de 1980, o recrudescimento das relações Leste-Oeste e o *degelo* nas relações entre a URSS e RPC não chegaram a alterar esse panorama de forma significativa, visto que, para a Índia, o apoio de Moscou ainda era fulcral em suas disputas regionais e, no caso soviético, um eventual apoio logístico indiano a suas operações no Afeganistão contribuía para a relevância estratégica do gigante sul asiático.

5 A EVOLUÇÃO POLÍTICA INTERNA DA URSS SOB KHRUSHCHOV

No presente capítulo, abordaremos a evolução da política doméstica da URSS durante a Era Khrushchov. Apesar de relativamente curto em relação aos demais períodos, trata-se de um período bastante relevante para a história do país, que traria consequências fundamentais para os períodos subsequentes. Diante da alta complexidade, o exame aqui exposto tem como intuito delimitar os possíveis mecanismos de interação entre as políticas externa e interna.

Em primeiro lugar, faz-se o estudo do processo de tomada de decisão em política externa (e também, em política interna), mapeando-se as principais instâncias decisórias. Percebe-se que o processo decisório registrou importantes alterações conforme o tempo e conforme as disputas políticas na cúpula do poder. Com efeito, a evolução dessas disputas políticas no Politburo (e, eventualmente, em outras instâncias) correspondem ao objeto de análise da segunda seção deste capítulo. Boa parte dessas disputas dizia a respeito do conteúdo e da forma de condução dos processos políticos a serem adotados para o país.

Assim, a terceira parte inclina-se ao exame dos debates em pauta sobre os processos econômicos e políticos a serem adotados para a União Soviética, que acabaram por imprimir na adoção de uma nova visão de governo para o país, abandonando-se a ideia de ditadura do proletariado em prol do governo popular. A seguir apresenta-se brevemente o panorama do poder nacional na URSS, incluindo-se a evolução geral da economia e da sociedade, e também do poderio bélico em poder do Estado soviético. Na parte final, avançaremos alguns raciocínios e buscaremos complementar e refinar as explicações oferecidas no capítulo 3, que lida com a política exterior para este período.

5.1 O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NA URSS: O PAPEL DO POLITBURO (*PREZIDIUM*)

Conhecido como Politburo, o Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética era o órgão mais relevante da estrutura partidária no processo decisório das questões mais relevantes do país, tanto de política interna como externa. Não é inválido afirmar que sua evolução refletiu a própria história do Estado soviético durante toda sua existência. No entanto, faz-se necessário ressaltar que o órgão não era uma estrutura do governo da União Soviética, mas sim do único partido legal do país, conforme disposto na Constituição de 1936 e na de 1977. A relação entre o partido e o governo era qualificada no

nível constitucional. No Artigo 126 da Constituição de 1936, ressaltava-se que o referido partido era o “cerne dominante” dos trabalhadores, tanto em organizações sociais, como governamentais (UNIÃO SOVIÉTICA, 1936). Na Constituição de 1977, em seu Artigo 6, essa disposição, em linhas gerais, foi mantida, e o PCUS foi reconhecido como “a força governante e diretora da sociedade soviética” (UNIÃO SOVIÉTICA, 1977).

Por volta da Revolução de Outubro de 1917¹¹⁹, o principal órgão político-decisório da jovem república soviética era o Soviete (ou Conselho) dos Deputados dos Operários e dos Soldados (ou Soviete de Petrogrado)¹²⁰. Porém, em função da Guerra Civil que acometeu a Rússia entre 1918 e 1922, vários de seus integrantes viram-se obrigados a participar diretamente do fronte, inviabilizando cada vez mais suas reuniões, e, já em 1919, não se registrou qualquer encontro oficial. Na prática, o órgão que operacionalizou as decisões, quase todas canalizadas para o esforço de guerra contra o chamado Movimento Branco¹²¹, foi seu *Prezidium*, criado ainda em novembro de 1917, cujo número de componentes deveria ser um décimo do total dos integrantes do Soviete (MUNTCHAYEV, USTINOV, 2014). Ademais, a própria Guerra Civil teve papel na selagem da estruturação do Estado soviético, que sofreu grande centralização decisória e, finalmente, o domínio completo por parte dos bolcheviques em detrimento de outras forças também socialistas (social-revolucionários, mencheviques, entre outros). A constituição de uma sociedade unipartidária de fato, por volta de 1918, acentuou de forma sem precedentes a relevância dos órgãos de cúpula do então Partido Comunista da Rússia Bolchevique (na sigla em russo, VKP (b)).

No âmbito do então Partido Russo Social-Democrata dos Trabalhadores, do qual participavam os bolcheviques, em 23 de outubro de 1917, pouco antes da tomada do poder em Petrogrado que conflagraria a chamada Revolução de Outubro, foi criado o *Gabinete Político* ou *Politburo*, para a discussão e para a ação política entre seus membros. A partir de 1919, o referido órgão passou a apresentar caráter permanente, com a previsão de membros postulantes à participação plena (*kandidaty*) (SOVYETSKAYA ISTORITCHESKAYA ENTSIKLOPEDIYA, 1968).

¹¹⁹ Para fins de determinação de data, faremos uso do calendário gregoriano, usado na atualidade em todas as partes do mundo, e adotado na Rússia a partir de 1918. Quando necessário, usaremos as datas em parênteses para referenciar o calendário juliano, em vigor naquele país até então. Cabe ressaltar, contudo, que a Revolução de Outubro ocorreu na verdade em novembro de 1917, assim como a Revolução de Fevereiro ocorrera em março de 1917.

¹²⁰ Durante a existência do Governo Provisório entre março e novembro de 1917, o Soviete de Petrogrado funcionou como foco oposicionista.

¹²¹ Tratava-se do conjunto de forças políticas, algumas das quais leais à monarquia e ao czar, outras favoráveis ao regime republicano instaurado em fevereiro de 1917, com apoio direto de forças estrangeiras em território russo. A composição das forças beligerantes alterou-se conforme o andamento do conflito.

Com a vigência da Constituição da URSS de 1924, o órgão formal mais relevante do país era o Comitê Executivo Central (CEC)¹²², que deveria se reunir três vezes ao ano; a cada ano, o CEC deveria ser renovado anualmente pelo Congresso dos Sovietes. Para o desempenho das atividades entre as sessões, o CEC elegeria os membros do Prezidium da URSS¹²³. De acordo com a Constituição daquele ano, esses órgãos de cúpula deveriam tomar decisões que envolvessem o conjunto das repúblicas, inclusive suas relações internacionais, a regulação do comércio externo, a organização e o controle das forças armadas, a direção geral da política e o planejamento econômico central, a alocação de recursos públicos e a criação de leis. Na prática, porém, o Congresso e o CEC foram perdendo relevância com o passar dos anos. As reuniões não ocorreram na periodicidade prevista pela Carta máxima do país: entre 1922 e 1938 ocorreram oito reuniões do Congresso, e 24 do CEC.

Paulatinamente, as principais decisões passaram a ser discutidas e tomadas nas organizações do partido, ao passo que as instâncias governamentais supramencionadas passavam a desempenhar uma função cada vez mais “ritualística” do que efetiva, e, por volta da década de 1930, passaram apenas a endossar as decisões tomadas no âmbito do VKP (b). Ademais, o próprio Comitê Político passou a tratar com exclusividade certas questões, como anistia, concessão e perda de cidadania, entre outras, além de exercer o controle direto sobre mais de 100 organizações, jornais, escolas e até mesmo instituições de pesquisa (KHODYAKOV, 2015, p. 218).

De acordo com o Estatuto do então VPK (b), a principal instância eram os Congressos (*S'yezdy*), que deveriam se reunir “não menos que uma vez a cada três anos”, conforme o Artigo 27 do Estatuto do VKP (b). A estes cabiam a direção geral do partido, a aprovação dos informes e dos relatórios de outras organizações centrais, além da capacidade de alterar seu Estatuto e seu Programa (PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO, 1934). Durante os Congressos, definia-se, também, a composição do Comitê Central (CC) e do Secretariado. O Comitê Central reunia-se por meio de suas plenárias (*Plenumy*), as quais, por sua vez, deveriam acontecer de forma regular pelo menos a cada quatro meses, e eram responsáveis pela nomeação do Politburo, cujas atividades, diferentemente do CC e das Reuniões, eram contínuas (PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO, 1934). O CC respondia formalmente pelo partido entre as Reuniões, e era o canal principal na representação do PCUS frente a partidos

¹²² Esta era construída por duas instâncias: o Conselho (ou Soviete) da União, com representantes em termos proporcionais ao tamanho da população de cada uma das repúblicas, e o Conselho (ou Soviete) das Nacionalidades, representado por indivíduos não apenas das repúblicas soviéticas, mas também das regiões autônomas, das províncias e de outros tipos de divisões administrativas territoriais.

¹²³ O Prezidium do Comitê Executivo Central (órgão de governo) com o Prezidium (ou Politburo) do Partido Comunista (entidade partidária) eram agências distintas, ainda que ambas fossem instâncias de cúpula.

e organizações comunistas de outros países, entre outras funções. Essa instância contava, ainda, com diversas subdivisões temáticas, às quais cabia coletar e analisar informações, e transmiti-las a agências e ministérios pertinentes.

Na prática, porém, as modificações na composição dos membros do Politburo, a qual se manteve em boa parte das Plenárias, refletiam as disputas intrapartidárias e, por ora, da própria evolução da política interna da URSS. A título de curiosidade, entre as principais alterações na década de 1920 pode ser citada a destituição de Grigóriy Evséivitch Zinóv'ev, Lev Davídovitch Trótsky e Lev Borísovitch Kámenev, todos em 1926, e Nikoláy Ivánovitch Bukhárin, em 1929 (ISTORITCHESKAYA..., 1968).

Durante a XIX Reunião, em 1952, foi alterada a tipologia de algumas instituições. O Politburo passou a ser oficialmente designado como Prezidium, e o partido passou a se chamar Partido Comunista da União Soviética (PCUS), enquanto que as regras de escolha dos membros do Politburo e do CC foram em geral mantidas. O Politburo mantinha-se como o órgão de cúpula do PCUS e, por ora, da própria URSS e, como tal, tratava do processo decisório das principais questões políticas da URSS, tanto em matéria doméstica como externa. Na prática, o Comitê Central acatava as decisões tomadas pelo Politburo (KHODYAKOV, 2015).

A composição do Politburo variou quantitativamente ao longo dos anos, chegando a ter apenas oito integrantes em seus primórdios, e até 25 em meados da década de 1970. Em termos qualitativos, era comum a participação do Secretário-Geral do Partido, além do Presidente do Conselho de Ministros, do Chefe do Prezidium do Soviete Supremo, do chefe da KGB, dos Ministros da Defesa, dos Negócios Estrangeiros, do Primeiro-Secretário do Partido Comunista das seções da Federação Russa, da Ucrânia, de Moscou e de Leningrado.

É um tanto equivocada a noção de que as disputas políticas no Politburo se desenvolvessem conforme um Parlamento típico, onde diferentes forças ideológicas digladiam por influência sobre a condução da política. No caso do Politburo, ainda que as visões de seus membros fossem importantes e a condução da política também era alvo de importantes contendas, o número de indivíduos fosse determinante, é necessário ter-se em mente algumas especificidades, como bem aponta Shubin (2000, p. 291):

As referências à composição numérica de favoráveis e opositores dos “conservadores” e dos “liberais” no Politburo não são de forma geral convincentes, pois o conclave dos “cardeais” comunistas não é um parlamento. Ali tudo se definia não pela maioria dos votos, mas sim pela força das ligações interpessoais dos membros do Politburo. As relações de Tchernenko, Gromyko, e Tikhonov [membros no início da década de 1980]

poderiam pesar mais do que qualquer votação. Apenas nos casos de contraposição entre forças equivalentes, a questão da correlação quantitativa entre apoiadores e opositores é que esse ponto de vista dos números poderia ser colocado em jogo.¹²⁴

5.2 A EVOLUÇÃO POLÍTICA NO ALTO ESCALÃO POLÍTICO DA URSS

A morte de Stálin em 5 de março de 1953 tornou obscura a quem caberia a liderança do então segundo país mais poderoso do mundo, iniciando-se uma árdua disputa pelo controle do partido e do país até por volta de agosto daquele ano. Alguns elementos dessa disputa já se manifestavam presentes quando Stálin ainda estava vivo, com a formação dos grupos políticos em disputa. A ascensão de Khrushchov após a morte de Stálin deu-se de forma progressiva, e especialmente após a morte de Béria, ainda em dezembro de 1953. No caso de Malenkov, que liderava o grupo chamado *antipartido*, manteve-se com amplo poder até pelo menos 1956, quando o primeiro perderia seu posto de controle do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e selaria o predomínio de Khrushchov.

5.2.1 As disputas pós-Stálin no Politburo

É possível destacar três centros de poder, que orbitavam em torno desses três nomes, que por sua vez se constituíam no núcleo mais próximo ao *vojd'* (líder) Stálin. Apesar da intenção inicial em se promover a chamada liderança coletiva entre os principais seguidores de Stalin no momento de sua morte, Lavrêntii Pávlovitch Béria (Ministro do Interior), Geórguiy Maksimiliánovitch Malenkóv (presidente do Conselho de Ministros e, também, do Secretariado do Comitê Central do PCUS) e Nikita Serguêyevitch Khrushchov, na prática, iniciou-se uma árdua disputa pelo controle da situação política do país entre os três e suas respectivas bases de apoio. O poder de Béria era oriundo das agências de segurança do Estado e de espionagem, cujos membros eram designados informalmente na URSS como *siloviki*¹²⁵. Malenkov valia-se do apoio das instituições centrais do governo soviético, sobretudo o

¹²⁴ No original, em russo: “Ссылки на численное соотношение сторонников и противников «консерваторов» и «либералов» в Политбюро вовсе не убедительны — конклав коммунистических «кардиналов» — это не парламент. Там все определялось не большинством голосов, а силой кадровых связей членов Политбюро. Связи Черненко, Громыко и Тихонова могли перевесить любое голосование. Только противостояние равносильных с этой точки зрения фигур могло поставить в повестку дня вопрос о численном соотношении сторонников и противников.”

¹²⁵ O termo *silovik* (no plural, *siloviki*), largamente usado no idioma russo, advém da palavra *sila*, que significa *força*. O termo resguarda correspondência com a expressão *agente de segurança*.

conjunto dos Ministérios. Khrushchov, por sua vez, nutria-se do apoio dentro dos quadros do PCUS, em especial as seções regionais e de várias repúblicas soviéticas.

Dos três nomes, Khrushchov encontrava-se em uma posição inicialmente desvantajosa e com menor influência, visto que ocupava apenas os postos de Primeiro Secretário do PCUS da cidade e do Oblast' de Moscou, e, também, era ainda um novato na capital soviética, com laços ainda pouco desenvolvidos nos órgãos centrais do partido e em sua própria base, se comparado a seus dois adversários (KHODYAKOV, 2015). Apesar de Khrushchev ter ascendido rapidamente nos anos finais da era Stálin¹²⁶, ele apresentava uma classificação menor do que a de seus oponentes, se considerarmos que, naquele momento, a relevância do chefe do Conselho de Ministros e da KGB (e do próprio Ministério do Interior) era maior do que a do Secretário-geral do partido. Como ressalva Vdovin (2010), o PCUS, naquele momento, detinha menor poder relativo às outras forças em disputa¹²⁷. Outras figuras da geração mais antiga também disputavam o poder, ainda que com bases ainda mais limitadas, como Kliment Efrémovitch Voroshílov, Vyachesláv Mikháilovitch Mólotov e Lázar' Mosiéyevitch Kaganóvitch; em muitos casos, essas figuras acabariam endossando a posição de um dos três competidores.

Imediatamente após a morte de Stálin, mais da metade dos então integrantes do Politburo foram afastados¹²⁸, mantendo-se apenas nove integrantes. Essa ação foi executada já em seis de março de 1953, a que Khodyakov (2015, p. 357) discute a possibilidade de se conceber o fenômeno como um “golpe de Estado”, iniciando um interregno tenso, “tempos de problemas” (KHODYAKOV (2015, p. 356). A escolha dos novos membros deu-se não apenas pelo Comitê Central (como era a praxe), mas por uma sessão conjunta entre o referido órgão, e também o Prezidium do CEC e do Conselho de Ministros. Não surpreende o fato de que, na nova configuração do Prezidium do Partido, todos os membros eram do Conselho de Ministros, com a exceção de Khrushchov, que era um integrante *carreirista*, ou seja, tinha sua experiência profissional em órgãos do partido, e, por esse motivo, era considerado uma

¹²⁶ Entre 1951 e 1953, Khrushchov era o terceiro integrante que mais havia se reunido com Stálin, atrás apenas de Malenkov e de Beria, nessa ordem (PYJIKOV, 2002).

¹²⁷ Um dos critérios possíveis para identificar as forças em poder, na visão do autor, era o salário recebido pelo chefe da segurança no nível local ser cerca de quatro vezes o valor recebido pelo chefe local do partido (VDOVIN, 2014, p. 343).

¹²⁸ Em 5 de março, 24 indivíduos compunham o órgão, inclusive Stalin; naquele dia, além do finado líder, foram afastados catorze integrantes (Vasliy Mikhailovitch Andrianov, Averkiy Borisovitch Aristov, Semyon Denisovitch Ignat'yev, Dem'yan Sergeyevitch Korotchenko, Vasiliy Vasil'yevitch Kuznetsov, Otto Vil'gel'movitch Kuusinen, Vyacheslav Aleksandrovitch Malyshev, Leonid Georgeyevitch Mel'nikov, Nikolay Aleksandrovitch Mikhaylov, Panteleymon Kondrat'evitch Ponomarenko, Mikhail Andreyevitch Suslov, Dmitry Ivanovitch Tchesnokov, Nikolay Mikhailovitch Shernik e Matvyey Fyodorovitch Shkiryatov).

espécie de porta-voz do próprio PCUS. Ao ocupar o cargo máximo do governo soviético, o reformista Malenkov emergia oficialmente como o líder do país, mas era de notável conhecimento de que o indivíduo mais influente no país era Beria (VDOVIN, 2014). Apesar das veleidades reformistas entre os três novos dirigentes, os quais, naquele momento, careciam de um plano bem fundamentado para a promoção de mudanças, o novo governo soviético emergia, naquela conjuntura, ainda indefinido, com a composição com as *intenções* conservadoras mais claramente alinhadas com a manutenção da linha política trilhada sob Stálin desde o final da Segunda Guerra Mundial no próprio Politburo. Apesar da predominância da opinião favorável ao status quo, cada dirigente admitia, em maior ou menor profundidade, a necessidade de reformas no Estado soviético. No final, prevaleceria o líder que melhor conseguisse acobertar suas veleidades reformistas por mais tempo, para conquistar o apoio da maior parte dos integrantes da cúpula do poder e, assim, acumular uma proeminência quase incontestável.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética (doravante MID, de acordo com a sigla em russo), uma instituição ligada à estrutura do governo central soviético, reteve certa relevância no período, com a nomeação, ainda em março de 1953, de um nome interno do Politburo à sua chefia. Molotov, que havia sido afastado desse cargo ainda em 1949, recuperou sua posição, apoiado pela correlação de forças que emergiu no período imediatamente após a morte do *vojd'*, mantendo uma relação mais próxima com o grupo de Malenkov e contrária a Khrushchov, o que lhe custaria o cargo três anos mais tarde.

Apesar das indefinições naquele momento, já a partir de março de 1953, já se notava alguns indícios de que o novo governo soviético, então assentado sob um frágil e incerto equilíbrio entre as intenções reformistas e conservadoras, imprimiria um rumo diverso ao do período anterior, tanto na política doméstica como na política externa. Apenas cinco dias após o falecimento de Stálin, foi publicado um artigo no influente *Pravda*, em que se denunciava o suposto *culto à personalidade* ao antigo líder. Nessa mesma época foi fabricada a notória foto em que o reformista Malenkov aparecia entre Stálin e Mao em 1950.

Quadro 1 - Composição do Politburo no dia posterior à morte de Stálin em 6 de março de 1953

Nome (ano de nascimento - ano de falecimento)	Data de ingresso ao Politburo	Data de saída do Politburo
Kliment Efrémovitch Voroshílov (1881—1969)	1 de janeiro de 1926	16 de julho de 1960
Vyacheslav Mikháilovitch Mólotov (1890—1986)	1 de janeiro de 1926	29 de junho de 1957
Lázar' Moiséyevitch Kaganóvitch (1893—1991)	13 de julho de 1930	29 de junho de 1957
Anastás Ivánovitch Mikoyán (1895—1978)	1 de fevereiro de 1935	8 de abril de 1966
Nikíta Serguéyevitch Khrushchóv (1894—1971)	22 de março de 1939	14 de outubro de 1964
Lavréntiy Pávlovitch Béria (1899—1953)	18 de março de 1946	7 de julho de 1953
Gueórgiy Maksimiliánovitch Malenkóv (1902—1988)	18 de março de 1946	29 de junho de 1957
Nikoláy Aleksándrovitch Bulgánin (1895—1975)	18 de fevereiro de 1948	5 de setembro de 1958
Mikhail Georgeyevitch Perkhunin (1904—1978)	16 de outubro de 1952	29 de junho de 1957
Maksím Zakhárovitch Sabúrov (1900—1977)	16 de outubro de 1952	29 de junho de 1957

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rossiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017).

Porém, a evidência mais clara de mudanças ocorreu ainda em março, com a decisão tomada por parte de Beria de conceder anistia a indivíduos que se encontravam presos em campos e colônias penais por questões de dívidas, crimes econômicos e mesmo algumas infrações militares, com enfoque especial para mulheres, idosos e menores de idade. Entretanto, quase a totalidade dos chamados presos políticos (ou, de acordo com o termo usado oficialmente, criminosos que representavam periculosidade especial ao Estado, incluindo-se trotskistas, social-revolucionários (SR), nacionalistas, entre outros) permaneceram encarcerados como anteriormente. Essa revisão de política beneficiou mais de um 1,2 milhão de pessoas, ou seja, por volta de um terço do total de pessoas que se encontravam emprisoadas em colônias penais pelo território do país¹²⁹. Enquanto detinha bastante força no governo, Beria chegou a redigir um projeto que extinguiria o notório sistema soviético de prisões, o GULAG¹³⁰. Malenkoy, assim como outros integrantes da cúpula soviética, opôs-se a essas mudanças, por temer a perda de legitimidade diante do provável aumento do questionamento interno ao sistema, com a desclassificação ao público sobre os excessos nos procedimentos de enclausuramento ainda vigentes. Essa decisão, levada a cabo

¹²⁹ Como frisa Khodyakov (2015), apenas uma pequena parte das pessoas passíveis de reabilitação foram de fato libertadas naquele momento. Apenas após o XX Congresso do PCUS em 1956 iniciou-se a concessão de liberdade em grande escala.

¹³⁰ Gulag é uma abreviação em russo para *Administração Geral dos Campos*.

por Béria, ilustra as dubiedades de boa parte dos integrantes do Politburo soviético em 1953. Se, por um lado, o referido comandante, oriundo da região do Cáucaso¹³¹, considerado *linha-dura* e próximo a Stálin (ao menos durante a vida deste último), por outro lado, patrocinou a reversão de diversas políticas do finado líder, ainda que apenas em um breve período.

Béria tomou a dianteira inicial na disputa pelo poder imediatamente após a morte de Stálin. Além de buscar reverter as políticas de repressão e de soltura de uma grande quantidade de presos, promoveu alterações no comando dos ministérios do interior de cada uma das quinze repúblicas, de doze regiões autônomas, de seis *krai* e de 49 *oblasti*. Essas mudanças, em seu cálculo, trariam ao poder indivíduos que lhe seriam fieis na defesa de suas aspirações e na consolidação de sua influência e de sua própria *vertikal'* (autoridade) de poder (KHODYAKOV, 2015). Outro fator que lhe concedia enorme vantagem inicial era o poder dos serviços de informação e das estruturas militares, que apresentavam não apenas uma grande influência na sociedade, mas também, em muitos casos, forneciam a visão decisiva na discussão de muitos assuntos em questões atinentes ao partido, ao governo, à economia e à própria diplomacia (PYJIKOV, 2002).

No entanto, outras decisões tomadas por Béria não favoreceram a manutenção de sua influência no cerne da política nacional. Ele buscou reduzir drasticamente a atividade dos serviços secretos soviéticos na Alemanha Oriental, e, ainda, propôs reunificar a Alemanha em bases capitalistas. Como expõe Khodyakov (2015), a razão dada pelo dirigente era a de que uma Alemanha unificada e pujante poderia ser uma parceira econômica atraente para a URSS, ao mesmo tempo em que poderia se constituir em um grande foco de resistência à hegemonia norte-americana na Europa Ocidental. A grande revolta de trabalhadores na RDA, ocorrida ainda em junho de 1953, enfraqueceu em questão de meses a posição de Béria no Politburo e ensejou o processo de seu isolamento político (VDOVIN, 2014). No processo de perseguição a Béria, que culminaria em sua deposição do cargo de ministro do interior e no cancelamento de todas as condecorações e títulos governamentais, Malenkov angariou influência, seguido por Khrushchov.

O desligamento de Béria de suas atribuições como Ministro do Interior em junho de 1953, e sua execução em dezembro daquele ano em Moscou por motivo de alegada traição à Pátria, bem como a sensível redução do poder relativo dos órgãos de informação e das forças militares agradavam tanto à base de Khrushchov, como à de Malenkov, o qual emergia como a principal força (PYDIJIN, 2002). Após o afastamento e a execução de Béria, tornou-se clara

¹³¹ Mais especificamente, Béria era um mingreliano, uma etnia que habita regiões da atual Geórgia, Abecásia e Rússia (Cáucaso).

a disputa entre o ascendente Khrushchov e Malenkov, e suas respectivas bases, as organizações partidárias e as governamentais, respectivamente. Estas últimas, apesar de manter grande poder, encontravam resistências cada vez maiores.

Malenkov, durante uma sessão do Soviete Supremo em agosto de 1953, propôs uma série de reformas na economia nacional, de forma a aumentar o investimento e a produção em setores da indústria leve e do consumo, além de reduzir algumas tarifas aplicadas a serviços governamentais, mas com aumento de preços de itens básicos. Apesar de obter significativa ressonância em diversos segmentos do governo, boa parte dessas mudanças eram vistas com cautela por integrantes mais conservadores, os quais passaram a aumentar seu apoio a Khrushchov, que ainda era associado a uma postura mais conservadora (KHODYAKOV, 2015). Assim, foi criado em setembro de 1953 o cargo de primeiro-secretário do PCUS, que se configurava, na prática, como a liderança do partido. Para essa posição, designou-se Khrushchov, com apoio do aparato do Partido. Nas sessões do partido, Malenkov advogava uma espécie de refundação de todo o quadro partidário, supostamente ainda atrelado às gerações anteriores e pouco propenso a mudanças. Khrushchov, por sua vez, contestava esse argumento ao afirmar que o aparato partidário era “*opóra*” (em russo, *pilar*) (VDOVIN, 2010, p. 349), e que o principal problema para o avanço da economia soviética era justamente o excessivo *burocratismo* nos órgãos do governo, que prejudicavam a eficiência de determinados setores, sobretudo a agricultura, para onde se voltava grande parte de suas críticas. Nessa conjuntura, no início de 1954, o Politburo decidiu pela transferência do território do oblast’ da Crimeia da Federação Russa para a Ucrânia. Para Muntchayev e Ustinov (2014), a ação teria sido orquestrada por Khrushchov, já na condição de secretário-geral do partido, como forma de angariar simpatia dos comunistas ucranianos, que detinham relativa força no Comitê Central, sob o pretexto de comemorar os 300 anos da união entre a Rússia e a Ucrânia¹³².

Nessa disputa, Khrushchov foi mais eficiente que seu adversário no direcionamento e no grau de assertividade ao vociferar suas opiniões. Na Plenária do Partido em janeiro de 1955, Khrushchov conseguiu fazer avançar sua tese perante o PCUS sobre o excesso de *burocracia* governamental, que seria a grande causa para diversos problemas na economia do país. Ademais, foram propagandeados, naquela conjuntura, alguns indícios que Malenkov mantinha proximidade política com Beria (PYJIKOV, 2002). Ao *vencer* o debate,

¹³² Referência ao Tratado de Pereyaslav, de 1654.

Khrushchov conseguiu obter da Plenária do PCUS, ainda, o afastamento de Malenkov das funções de Chefe do Conselho de Ministros.

Após o ostracismo de Malenkov, Khrushchov ainda encontrava importantes resistências em bastiões mais duros no Politburo, representados por Molotov. Ao longo de 1955, o primeiro-secretário tomou decisões que contrariavam as opiniões do chefe da diplomacia, sobretudo no que tangia à retirada de tropas soviéticas da Áustria, consentindo-se com a unificação e com a neutralidade desse país que, desde o final da Segunda Guerra, encontrava-se ocupado e dividido pelas forças das quatro potências vencedoras. Na mesma fase, foi acertada a normalização das relações com a Iugoslávia, rompidas desde 1948. Khrushchov, que iniciara a disputa pelo poder em março de 1953 em uma posição bastante desvantajosa, logrou acumular poder rapidamente, isolando seus principais adversários, e assumindo a dianteira por volta do início de 1955, mas ainda não controlava completamente o Politburo. Esse passo, como veremos adiante, só ocorreria em 1957, com o afastamento de todos seus inimigos no referido órgão.

5.2.2 O XX Congresso do PCUS: Khrushchov consolida sua influência e enfraquece oponentes

O XX Congresso foi relevante não apenas por conta de seus notáveis desdobramentos para a própria URSS e para o movimento comunista internacional, mas também por fortalecer a posição de Khrushchov no âmbito do partido e do governo. Nas eleições do Congresso para a composição do comitê Central, grande parte dos indivíduos agraciados eram membros carreiristas do partido, os quais estavam interessados no fortalecimento do papel das organizações partidárias no governo e em todas esferas sociais na União Soviética, o que consolidou sobremaneira Khrushchov em sua luta contra o *burocratismo* do governo.

Como afirmado anteriormente, Khrushchov buscou apoio dos quadros do PCUS para promover sua posição frente a seus principais adversários que se mantinham no Prezidium naquele período: Molotov, Kaganovitch, Voroshilov e Malenkov, além do então secretário do Comitê Central do PCUS, Dmitriy Trofimovitch Shepilov¹³³. Este último substituiu Molotov na chefia do MID em 1956, e o órgão responsável pela implementação da política externa passou a não apresentar um representante direto na composição do Politburo naquele

¹³³ Conforme descreve Mlechin (2011), Shepilov, a quem Khrushchov depositava alta confiança, era uma das figuras centrais na defesa da política de destalinização da URSS. Shepilov teve grande responsabilidade, também, na elaboração do relatório que embasaria a denúncia de Khrushchov a Stalin, durante o XX Congresso do PCUS.

momento, evidenciando sua queda de prestígio do referido ministério na estrutura do poder. Ao nomear um nome que lhe era bastante próximo, Khrushchov calculava que conseguiria deter controle direto sobre o curso da política externa, ao mesmo tempo em que acumulava mais influência no governo da URSS como um todo. De fato, no breve intervalo em que ocupou o cargo (cerca de oito meses), a política externa da URSS alterou-se sensivelmente, com destaque para a aproximação com os regimes nacionalistas árabes e na normalização das relações com a Iugoslávia.

Tendo-se em mente o desconforto de importantes quadros do partido com o papel de Stalin, Khrushchov iniciou uma campanha de crítica ao finado líder, sobretudo quanto ao papel secundário reservado ao PCUS nos negócios do Estado. Inicialmente, essas críticas foram realizadas de forma secreta, sem conhecimento do público em geral, o que de certa forma era tolerado pela ala mais conservadora, que já desconfiava de suas intenções. Assim, o discurso de Khrushchov no XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, proferido para um público mais abrangente, surpreendeu a muitos dos que participaram do evento. Além da questão do rebaixamento do partido, foi denunciado o *culto à personalidade* a Stálin, bem como as detenções e os fuzilamentos em massa, carentes de fundamentos e de procedimento jurídico adequado. Além disso, esse pronunciamento foi vazado para o público em geral do país, e para os meios de comunicação ocidental em poucos dias, ocasionando convulsões sociais de forma relativamente rápida dentro da própria URSS e em outros países socialistas europeus, com destaque para a Polônia e especialmente para a Hungria, onde emergiria um governo abertamente reformista e contrário à manutenção do país nas estruturas de poder da Europa Oriental capitaneadas pela URSS.

Evidentemente que, ao buscar uma cisão entre seus oponentes, Khrushchov despertou a reação entre aqueles elementos que o enxergavam como uma ameaça ao posto que ocupavam no Politburo, como à influência que mantinham no governo e na sociedade. Em maio de 1957, seus opositores buscaram retirá-lo do poder, ao tentarem impor a supressão do cargo de primeiro-secretário do PCUS, além da reorganização dos quadros no que tangia à direção de alguns ministérios, de forma a substituir os apoiadores de Khrushchov por indivíduos com tendências menos reformistas. De fato, até em meados de 1957, Khrushchov, apesar de reter o cargo mais relevante nacionalmente e de gozar de forte apoio na estrutura do partido e, sobretudo, no próprio Comitê Central, detinha uma posição minoritária dentro do Politburo, o que certamente encorajou a resistência de seus oponentes.

Entre os opositores de Khrushchov, situavam-se: Molotov, Malenkov, Kaganovitch, Bulganin, Voroshilov, Pervukhin e Saburov, além de Shepilov, que até fevereiro de 1957 era

chefe do MID e, após aquele mês, passou a ser secretário do Comitê Central do PCUS, mas não ocupava uma cadeira no Politburo¹³⁴. Entre os apoiadores do líder nacional no referido órgão, filiavam apenas Mikoyan, Suslov e Kirichenko. Com essa balança de poder no Politburo, já era possível afastar Khrushchov, tema que chegou a ser tratado à sua revelia no referido órgão naquele momento, mas a titubeação de alguns quadros opositores, sobretudo Bulganin, propiciou mais tempo para a defesa do primeiro-secretário, que angariou apoio entre antigos membros do Politburo em Moscou, como Jukov (então ministro da defesa), Serov (chefe da KGB), Dudorov e Furtseva. A questão sobre a remoção de Khrushchov foi transferida do Politburo para a Plenária do Partido em 22 de junho de 1957. Nesta instância, o dirigente, como o esperado, logrou obter o apoio da grande maioria dos presentes, não apenas do próprio aparato do CC do partido, mas também das organizações outrora sob influência de Beria, o Exército e a KGB (KHODYAKOV, 2015). Em contraposição, seus oponentes no Politburo apontavam a razão de sua discórdia quanto ao estilo abrupto e enérgico característico do Primeiro-Secretário, bem como a irrealidade de suas algumas políticas, tais como o afã de superar os EUA em produção de determinados itens de consumo e a tentativa praticar o conceito de coexistência pacífica nas relações internacionais. No final daquele mês, a composição do Politburo foi, finalmente, alterada a favor de Khrushchov, com a queda de boa parte de seus opositores¹³⁵, o aumento do número de membros (de nove para 15), e a adesão de apoiadores, dentre os quais se situavam Brejnev, Jukov, Kozlov, Furtseva, Shvernik, além do retorno de alguns elementos que haviam sido afastados ainda em 1953.

Shepilov não escapou ileso da reação de Khrushchov, e foi demovido de todos os cargos que ocupava no alto escalão do partido e do governo. Em seu lugar no MID foi nomeado Andrey Gromyko, que, apesar de ter tido uma carreira no serviço diplomático não apenas próxima, mas tributária em relação a Molotov, logrou manter-se estrategicamente afastado da trama anti-Khrushchov (MLECHIN, 2011).

¹³⁴ Diante da recorrência de conflitos entre Khrushchov e Shepilov, sobretudo em debates sobre a área econômica, o segundo rompeu com o primeiro-secretário, ainda que tenha se mantido fiel às ideias do XX Congresso, de oposição ao culto à personalidade (no caso, à de Khrushchov).

¹³⁵ Perderam o cargo na cúpula do país os seguintes nomes: Molotov, Malenkov, Kaganovitch, Perkhunin e Saburov. Os três primeiros foram excluídos do partido e passaram a receber aposentadoria comum. Shepilov, por sua vez, foi encarregado de comandar o Instituto de Economia da República do Quirguistão e, anos mais tarde, foi excluído do partido.

Quadro 2 - Composição do Politburo em 30 de junho de 1957

Nome (ano de nascimento – ano de falecimento)	Data de ingresso ao Politburo	Data de saída do Politburo
Kliment Efrémovitch Voroshílov (1881—1969)	1 de janeiro de 1926	16 de julho de 1960
Anastás Ivánovitch Mikoyán (1895—1978)	1 de fevereiro de 1935	8 de abril de 1966
Nikíta Serguéyevitch Khrushchóv (1894—1971)	22 de março de 1939	14 de outubro de 1964
Nicoláy Aleksándrovitch Bulgánin (1895—1975)	18 de fevereiro de 1948	5 de setembro de 1958
Alekséy Illariónovitch Kiritchénko (1908—1975)	12 de julho de 1955	4 de maio de 1960
Mikhaíl Andréyevitch Súslov (1902—1982)	12 de julho de 1955	25 de janeiro de 1982
Avrékiy Borísovitch Áristov (1903—1973)	29 de junho de 1957	31 de outubro de 1961
Nicoláy Il'ítch Belyáyev (1903—1966)	29 de junho de 1957	4 de maio de 1960
Leoníd Il'ítch Bréjnev (1906—1982)	29 de junho de 1957	10 de novembro de 1982
Gueórgiy Konstantínovitch Júkov (1896—1974)	29 de junho de 1957	29 de outubro de 1957
Nicoláy Grigór'evitch Ignátov (1901—1966)	29 de junho de 1957	31 de outubro de 1961
Frol Románovitch Kozlów (1908—1965)	29 de junho de 1957	16 de novembro de 1964
Ótto Vil'gémovitch Kúusinen (1881—1964)	29 de junho de 1957	17 de maio de 1964
Ekaterína Alekséyevna Fúrtseva (1910—1974)	29 de junho de 1957	31 de outubro de 1961
Nicoláy Mikháilovitch Shvernik (1888—1970)	29 de junho de 1957	8 de abril 1966

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rossiyskaya Entsiklopediya. Elaboração própria (2017).

O papel do MID, nesse quadro, seria apenas executar as decisões tomadas pelo primeiro-secretário, o qual deveria se ocupar do trabalho cotidiano, como relata Mlechin (2011, p. 742-743, tradução nossa):

Khrushchov enfatizava os contatos pessoais com os líderes de outros países. [...] Ele considerava o ministro dos negócios estrangeiros apenas como um funcionário público, o qual não deveria deter um papel autônomo. [...]. Khrushchov detinha um poderoso conjunto de assessores. Gromyko foi relegado a um papel de especialista: era convidado quando era necessária uma formulação, conselho ou informação. O papel de primeiro violonista na formulação de políticas era desempenhado pelo grupo de Khrushchov. O trabalho de rotina, de menor interesse profissional, ficou com Gromyko.¹³⁶

¹³⁶ No original, em russo: “Хрущев делал упор на личные контакты с руководителями других государств. [...] Министра иностранных дел он считал просто чиновником и самостоятельной роли для него не видел. [...] У Хрущева была мощная команда помощников. Громыко низвели до роли эксперта – приглашали, когда нужна была формулировка, совет, справка. Первую скрипку в выработке политики играло окружение Никиты Сергеевича. Громыко оставалась рутинная работа, малоинтересная для профессионала.”

No auge de seu poder, Khrushchov promoveu uma importante atualização dos quadros partidários, os quais, em sua maioria eram mais jovens e haviam ascendido ao partido já durante a existência da União Soviética. Esse segmento era bastante visível no âmbito do Comitê Central, e, em menor escala, no Secretariado. A *jovem guarda* passou a contar com Suslov, Brejnev (ambos já no Politburo a partir de 1957), além de nomes como Kirilenko, Patolichev, Kosygin e Ustinov. Assim, no entendimento de Pyjikov (2002, p. 68, tradução nossa):

No final da década de 1950, os interesses de Khrushchov e dos “novos quadros” eram convergentes. Consistiam no estabelecimento de fato, por meio do Prezidium e do Secretariado do CC PCUS, de um controle de todas as esferas da sociedade soviética. A administração da economia e o sistema de aplicação de lei tornaram-se um privilégio exclusivo do partido. Em seguida, havia as forças armadas do país, comandadas pelo ministro da defesa G. K. Jukov. É necessário notar que seu papel foi crucial na manutenção de Khrushchov no posto de Primeiro-Secretário do CC em junho de 1957.¹³⁷

Com a liderança fortalecida após a tentativa de deposição em junho de 1957, Khrushchov passou a alvejar outras figuras que considerava potencialmente ameaçadoras. A principal delas seguramente foi a do Marechal Jukov, veterano e herói nacional da II Guerra Mundial, a quem o primeiro-secretário nutria desconfianças devido a seu enorme prestígio no público soviético, não obstante a posição comum entre ambos em relação ao conflito com Beria em 1953, e com o grupo antipartido naquele mês (KHODYAKOV, 2015). Jukov chegou a propor uma reestruturação na relação entre as forças armadas e o próprio partido, e a supressão do Alto Conselho Militar, o qual reunia todos os comandantes das divisões e frotas militares e os próprios membros do Prezidium, reduzindo-se o contato entre os líderes político-partidários e os militares. A ideia foi rejeitada por Khrushchov e pelo novo Prezidium, receosos de perder influência sobre as forças militares do país (PYJIKOV, 2002).

Com apoio de alguns líderes militares, como o Marechal R. Y. Malinovskiy, Jukov foi alienado do cargo que ocupava no Politburo, por meio de uma decisão do CC de outubro de 1957, da qual participaram, inclusive, os chefes das divisões e das frotas militares¹³⁸. A decisão do comitê fazia a seguinte conclusão (KPSS, 1986 apud PYJIKOV, 2002, p. 72): “a

¹³⁷ No original, em russo: “В конце 50-х годов интересы Хрущева и «новых кадров» совпадали. Они заключались в реальном установлении Президиумом и Секретариатом ЦК КПСС контроля за всеми сферами советского общества. Руководство народным хозяйством, правоохранительной системой уже стало исключительно партийной привилегией. На очереди стояли Вооруженные Силы страны, возглавляемые министром обороны Г. К. Жуковым. Необходимо заметить — его роль была одной из ключевых в сохранении Хрущевым поста первого секретаря ЦК в июне 1957 г.”

¹³⁸ A decisão de removê-lo foi realizada enquanto o próprio Jukov se encontrava em uma visita oficial no exterior, em sua revelia.

principal fonte de poderio do nosso exército e da nossa frota é o fato de que seu organizador, seu comando e seu instrutor é o Partido Comunista, que é a força direcionadora e orientadora da sociedade soviética”. De fato, após 1957, as organizações do partido, incluindo-se os sindicatos e as organizações da juventude (os *Komsomoly*) passaram a exercer uma grande predominância nos negócios do Estado e na própria sociedade. Por exemplo, V. Grishin, então presidente do Komsomol, passou a ocupar uma vaga de aspirante (*kandidat*) ao Prezidium, enquanto o primeiro-secretário dessa organização social, A. Shelepin, passou a comandar nada menos que a KGB.

Ainda no final da década, outras duas eminências que haviam participado do complô contra Khrushchov foram afastadas, Bulganin e Voroshilov (ver tabela 2). Interessante notar é que as formas pelas quais os oponentes à nova direção foram perseguidos e, em alguns casos, executados, guardavam semelhanças com os métodos aplicados durante os anos mais repressivos do período stalinista, não obstante a crítica pública de Khrushchov aos abusos cometidos pelo líder anterior. Em todas as vezes em que dado membro do Prezidium foi afastado durante a segunda metade da década de 1950, o cargo era ocupado por algum membro do Partido, seja do Secretariado, do Comitê Central, ou da chefia de alguma seção regional.

5.2.3 O crescimento da oposição à figura de Khrushchov e sua derrocada em 1964

O XXII Encontro do PCUS, realizado em 1961, teve grande relevância menos por conta de seus efeitos práticos, e mais pela enunciação do novo Programa do Partido, no qual a diretriz crítica ao passado stalinista não apenas foi mantida, como também efetivamente realizada. O novo direcionamento geral da política externa foi consolidado com a reverberação do princípio da coexistência pacífica entre os blocos antagônicos e com o entendimento de que a guerra contra o imperialismo norte-americano significaria o fim da humanidade, dado que ambas superpotências mantinham em seus arsenais um enorme estoque de bombas atômicas e de armas de destruição em massa.

Ademais, a disputa com os stalinistas passou a envolver inclusive o aspecto simbólico, como pode ser observado na decisão de renomear a cidade de Stalingrado para Volgograd, além da remoção do corpo do antigo líder do Mausoléu de Lênin, na Praça Vermelha de Moscou, bem como a retirada de monumentos que o homenageavam em diversos pontos do país. Em relação às mudanças administrativas e políticas, o aspecto que mais chamou atenção

no novo programa do PCUS era a pretensão de se redigir uma nova constituição nacional, cuja discussão seria supervisionada por alguns membros do Politburo¹³⁹.

Essas mudanças residiam na própria mudança na concepção de Estado nos quadros dirigentes soviéticos, para os quais o país deveria deixar de ser uma *ditadura do proletariado*, e se transformar em um *governo popular*¹⁴⁰, a realização de discussões abrangentes à sociedade sobre projetos de lei relevantes, a possibilidade de realização de referendums, e a inclusão de procedimentos para saída de dada república da União Soviética. A transformação em governo popular já trazia consigo reverberações para o conjunto da política externa do país pelo menos desde 1958, mas apenas neste momento obteve uma sistematização mais complexa do ponto de vista da formulação das ideias (ver seção seguinte).

Por volta de 1962 a posição de Khrushchov no comando do país enfraqueceu-se, dado o fortalecimento das movimentações oposicionistas no próprio Politburo. Como aponta Pyjikov (2002), um dos principais bastiões de oposição estava nas forças armadas, onde se nutria um elevado ressentimento desde pelo menos a partir do afastamento de Jukov em 1957. Esse sentimento ampliou-se nos anos posteriores com a redução do ritmo dos investimentos bélicos, inclusive nos repasses referentes a salários e aposentadorias de veteranos de guerra, diante do advento da coexistência pacífica com os EUA. Além disso, a tentativa de reduzir o orçamento militar geral e de desmilitarizar a economia, por meio da alienação de dadas atribuições produtivas que permaneciam sob controle dos complexos industriais e militares, enfraqueceria sua influência econômica e política, o que prejudicou a reputação de Khrushchov perante os *siloviki*. Sua ação frente às crises internacionais do período – a de Berlim e a do Caribe, além da geração de tensões nas relações com a China –, a ineficácia e a inconstância do reformismo econômico e social foram elementos adicionais que contribuíram decisivamente para o desgaste na popularidade de Khrushchov, também, e em apoio em meio à cúpula do governo e do próprio partido.

A oposição a Khrushchov, que havia aparentava haver sido praticamente extirpada do alto escalão do partido e do governo até por volta de 1960, ganhou impulso com a adesão de novos membros no Politburo, e mesmo entre alguns que haviam apoiado o líder nos embates intrapartidários da década anterior. Com efeito, Brejnev, eleito para um cargo no Politburo ainda em 1957, passou à presidência do referido órgão a partir de 1960, ampliando gradativamente sua influência perante os demais integrantes. Entre 1960 e 1962, o Politburo passou a contar com uma geração mais jovem de dirigentes que se colocavam em torno de

¹³⁹ Em virtude da própria deposição de Khrushchov em 1964, a nova Constituição foi aprovada apenas em 1977.

¹⁴⁰ *Obshchenarodnoye gosudarstvo (общенародное государство)*.

Brejnev, como Aleksey Nikolayevitch Kosygin, Nikolay Viktorovitch Podgornyy, Dmitriy Stepanovitch Polyanskiy, Genadiy Ivanovitch Voronov, e Andrey Pavlovitch Kirilenko. Por volta do início de 1964, a oposição já contava com a maioria dos membros do Politburo, além do Secretário do Comitê Central, do representante do Conselho de Ministros, do chefe da KGB V. E. Semitchastnyy e de A. N. Shelepin e, inclusive, de importantes segmentos do Partido Comunista na própria Ucrânia, com destaque para P. E. Shelest (PYJIKOV, 2002).

Quadro 3 - Composição do Politburo em março de 1964

Nome (ano de nascimento – ano de falecimento)	Data de ingresso ao Politburo	Data de saída do Politburo
Anastas Ivanovitch Mikoyan (1895—1978)	1 de fevereiro de 1935	8 de abril de 1966
Nikita Sergueyevitch Khrushchov (1894—1971)	22 de março de 1939	14 de outubro de 1964
Mikhail Andreyevitch Suslov (1902—1982)	12 de julho de 1955	25 de janeiro de 1982
Leonid Il'itch Brejnev (1906—1982)	29 de junho de 1957	10 de novembro de 1982
Frol Romanovitch Kozlov (1908—1965)	29 de junho de 1957	16 de novembro de 1964
Otto Vil'gel'movitch Kuusinen (1881—1964)	29 de junho de 1957	17 de maio de 1964
Nikolay Mikhailovitch Shvernik (1888—1970)	29 de junho de 1957	8 de abril 1966
Aleksey Nikolayevitch Kosygin (1904—1980)	4 de maio 1960	21 de outubro 1980
Nikolay Viktorovitch Podgornyy (1903—1983)	4 de maio de 1960	24 de maio de 1977
<u>Dmitriy Stepanovitch Polyanskiy</u> (1917—2001)	4 de maio de 1960	5 de março de 1976
Genadiy Ivanovitch Voronov (1910—1994)	31 de outubro de 1961	27 de abril de 1973
Andrey Pavlovitch Kirilenko (1906—1990)	23 de abril 1962	22 de novembro de 1982

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rossiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017).

Com a oposição bastante consolidada, a queda de Khrushchov parecia ser uma questão de tempo. A deposição de Khrushchov foi liderada, justamente, por Brejnev, com assistência da chamada jovem guarda, na qual se situavam Shelepin, Semitchastnyy e Polyanskiy. Este último foi responsável pela elaboração de um relatório apresentado no Politburo em outubro de 1964, em que responsabilizava a figura de Khrushchov e suas reformas malsucedidas pelas crescentes dificuldades na economia, além de uma série de insucessos em matéria de política externa nos imediatamente anteriores (ainda que os motivos oficiais tenham sido questões médicas e de saúde), e concluía com a defesa do imediato afastamento de suas atribuições como Secretário-Geral. A escolha do momento de realização dessa reunião no Politburo foi

bastante precisa, pois Khrushchov descansava em sua datcha no balneário de Pitsunda (Abecásia), juntamente com seu principal apoiador no órgão, Mikoyan (VDOVIN, 2014). Em seguida, iniciou-se a reunião da Plenária do Comitê Central, que elegeu de forma unânime Brejnev como o Secretário-geral do PCUS e, portanto, o novo comandante da política soviética.

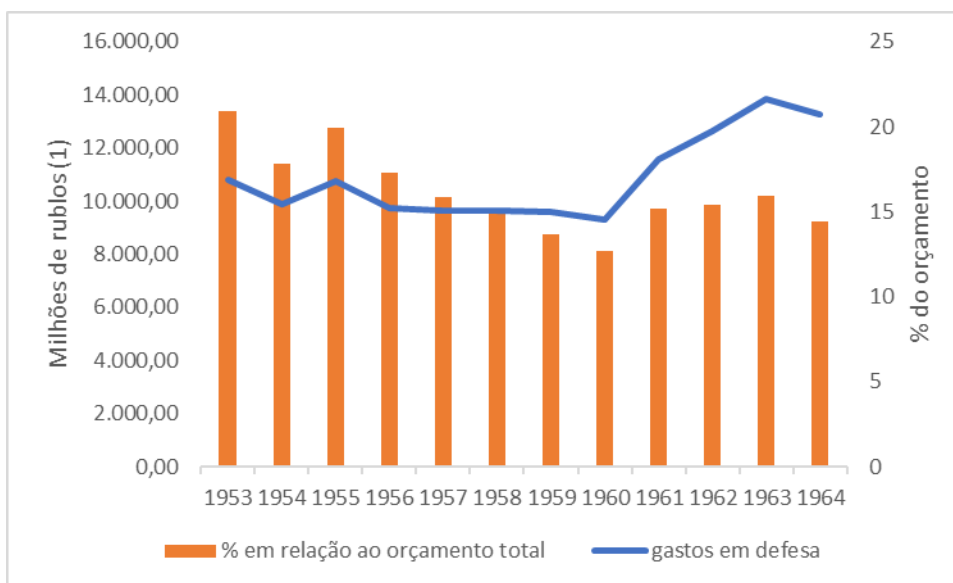
5.2.4 A evolução das forças armadas da União Soviética

Em linhas gerais, a evolução das forças armadas soviéticas ao longo do período acompanhou o desdobramento da política exterior e, mais especificamente, sobretudo no que tangia às relações com os EUA e, cada vez mais, ao crescimento das tensões fronteiriças com a RPC.

De acordo com os dados indicados por Fes'kov et al. (2004), logo após o término da Segunda Guerra Mundial na Europa, houve uma forte redução de quase 8,5 milhões de efetivos, como era de se esperar após a conclusão de um conflito sem precedentes na história da humanidade em termos de escala. Entretanto, a tendência do acirramento nas relações com os Estados Unidos ainda no final da década de 1940, que marcou o início da Guerra Fria, reverteu parcialmente esse desengajamento, e o total das forças armadas do país, que havia alcançado por volta de 2,87 milhões em 1948, dobrou em cerca de seis anos (5,76 milhões). Por conta desses problemas, as entregas de armamentos bélicos mais modernos às forças armadas do país se intensificaram¹⁴¹.

¹⁴¹ No caso dos novos Tanques T-54, os quais passaram de uma média de 450 novas unidades entregues ao Exército, por ano, até 1950, para mais de 1700, a partir de 1951 (FES'KOV et al., 2004).

Gráfico 16 - Evolução dos gastos militares na URSS (1953-1964)



Fonte: Dados Brutos de União Soviética (1957; 1959; 1966) e Sovyet Ministrov SSSR (1959; 1960).
Elaboração própria (2017).

Nota (1): Valores em rublos pós-reforma de 1961.

O término do conflito na Coreia e as veleidades do governo pós-Stálin em dirimir as tensões com os EUA, colocando-se em prática a estratégia do Degelo, sobretudo no continente europeu, explicam a retomada do processo de desengajamento das forças militares convencionais a partir ainda de 1954, e a redução dos gastos gerais com defesa. Apenas entre 1955 e 1959, o contingente militar foi reduzido em mais de dois milhões de efetivos, por meio de uma decisão do Conselho de Ministros, processo que foi acompanhado pela supressão de algumas divisões e de distritos militares, além do redesenho dos comandos militares na Europa Oriental¹⁴². Nesse mesmo contexto, a base militar soviética de Porkkala-Udd, na Finlândia, estabelecida ainda no final da Segunda Guerra, foi efetivamente desativada e transferida para o governo local, após um tratado bilateral entre os dois países, assinado ainda em 1955. Não surpreende o fato de que o orçamento estatal alocado para a defesa, pelo menos entre 1954 e 1960, ter se reduzido em termos relativos ao cômputo geral e, inclusive, em termos nominais em boa parte do período (Figura 19).

Apesar da redução dos gastos e dos contingentes, nem todos os setores militares sofreram decréscimos nesse período. A principal exceção foi certamente a produção de armamentos estratégicos, que teve um aumento exponencial no período e, a partir de 1959,

¹⁴² Desde o final da Segunda Guerra Mundial no teatro europeu, havia quatro grupos de tropas: o Grupo de forças soviéticas na Alemanha, o Grupo do Norte (que se baseava no território polonês), o Grupo do Sul (Bulgária, Hungria e Romênia) e o Grupo do Centro (Tchecoslováquia).

passou a contar com uma subdivisão específica dentro do chamado Exército Soviético¹⁴³, refletindo a elevação da relevância desse tipo de combate (até certo ponto *em detrimento* as forças convencionais) pelo Estado soviético durante a era Khrushchov, sobretudo nos anos 1950. Essas novas tropas foram alocadas sobretudo nos distritos militares da parte europeia do território soviético, equipadas com armamentos do tipo RDS-12, e nessa região concluiu-se a construção de dois centros de lançamento de mísseis balísticos intercontinentais do tipo R-7, além do desenvolvimento de uma nova classe (os R-16).

O panorama alterou-se consideravelmente após 1960. Naquele ano, chegou a ser aprovada uma proposta de uma nova redução de 1,2 milhão no contingente, que não foi implementada diante do acirramento nas relações com os EUA e, também, com a RPC. As principais alterações no período encontravam-se, justamente, no cenário oriental. O posicionamento de tropas na região do Baikal foi reforçado, e determinados destacamentos militares que haviam sido dissolvidos ou reorganizados ao longo da década de 1950 nessa região foram recriados no início da década seguinte (FES'KOV et al, 2004). Os gastos com defesa voltaram a crescer a partir de então e, em termos relativos, estabilizou-se por volta dos 15% em relação aos gastos totais do estado soviético (ver Figura 16). Diferentemente da década anterior, o componente convencional das forças armadas registrou importante expansão, enquanto o potencial destrutivo dos armamentos estratégicos continuou a crescer vertiginosamente. Enquanto as forças terrestres em de todos os tipos (infantaria mecanizada, de tanques etc.) permaneceram relativamente estáveis tanto em termos de divisões como em termos de tamanho até por volta do final da década de 1980, outras esferas passaram por um rápido desenvolvimento a partir daquele período. A força aérea, que desde o final da II Guerra havia passado por forte avanço técnico (inclusive com a aparição de duas gerações distintas de modelos supersônicos) contou com a criação e o desenvolvimento de divisões de transporte e de longa distância. No caso da marinha, que havia registrado importante recuperação logo após a II Guerra, com ênfase em navios leves (contratorpedeiros e cruzadores, lança-mísseis e torpedeiros), e também dos submarinos (inclusive os com capacidade de transporte e lançamento de mísseis atômicos), durante a fase de Khrushchov, contudo, a referida força obteve um avanço bem menos significativo em comparação às demais forças (FES'KOV, 2004). No caso específico dos navios mais pesados, cuja produção já havia desacelerado antes de 1953, sofreram retardamento ou mesmo cancelamento em sua produção posteriormente.

¹⁴³ As forças armadas soviéticas apresentavam uma divisão bastante divergente em relação às brasileiras ou mesmo às norte-americanas. No caso da URSS, os principais ramos eram, além das forças tradicionais (Tropas Terrestres, Marinha e Força Aérea), mas também outras divisões, como as Tropas de Defesa Aérea, as Tropas de Fronteira, as Tropas Internas, e a Força Estratégica de Mísseis.

Ao menos nesse período, a evolução das forças armadas, que pode ser dividida em dois períodos bem distintos, apenas acompanhou ou refletiu o andamento das relações internacionais do país. Diante de uma conjuntura *menos tensa* na segunda metade da década de 1950, o país viu-se em uma conjuntura que demandava menores dispêndios em segurança, viabilizando a canalização desses recursos para a esfera econômica e social. A partir de 1960, quando ficou claro o azedamento nas relações com a RPC e as limitações e as falhas do processo da Détente, o governo do país foi obrigado a rever essa política, interrompendo-se a tendência geral de redução relativa do orçamento em defesa.

5.2.4.1 Uma nova visão oficial sobre a URSS: da ditadura do proletariado ao governo popular de construção em larga escala do comunismo

As ideias da necessidade de reformas na condução da economia e da suavização dos controles do Estado eram de maneira geral aceitas e apoiadas por parcela considerável da população soviética, em muitos segmentos do Partido e até mesmo dentro do governo (KHODYAKOV, 2015). De fato, a sociedade soviética como um todo, recém-saída de um conflito com perdas humanas sem precedentes em toda a História da humanidade, especialmente em sua população masculina adulta, aspirava a melhorias substanciais em suas condições de vida e na redução das privações econômicas. Entretanto, a disputa principal não era em reformar ou manter o status quo, já que poucos eram os que se posicionavam contrariamente a qualquer alteração na estrutura do poder e no andamento da economia, mas sim, a profundidade e a abrangência dessas mudanças e, não menos relevante, seu direcionamento.

Conforme analisam Keeran e Kenny (2010), é possível identificar duas grandes tendências políticas que se manifestavam no PCUS mesmo antes do advento da Revolução de Outubro em 1917, e que se desenrolaram durante toda a existência da URSS, e com particular acirramento na década de 1950. Os reformistas, dentre os quais se sobressaía Malenkov e Khrushchov, defendiam reformas na condução da política econômica, e reposicionamentos na cena internacional, enquanto que alguns membros do Politburo, agrupados em torno de Molotov, defendiam a permanência da maior parte do legado de Stálin, com mínimas alterações de conjuntura.

Esses autores defendem que esse contraste é tributário da própria estrutura de classes que havia se sagrado vitoriosa na URSS. Por um lado, o campesinato rural tendia para a manutenção da propriedade privada e sua coexistência com outras modalidades, inclusive

coletivas e controladas pelo Estado, além da incorporação de mecanismos de mercado para a regulação das atividades econômicas e da descentralização do planejamento econômico. Por outro, a do proletariado das grandes cidades pendia para o aprofundamento da coletivização, para o aumento do controle do Estado sobre os meios produtivos e para a centralização do planejamento e da administração pelo Partido em relação a toda atividade econômica na URSS. O poder soviético, assim, pendeu entre esses dois extremos, ora favorecendo determinadas reformas pró-mercado, ora buscando maior controle do Estado sobre a economia e a sociedade.

Essas contradições eram em geral bastante abrangentes, e abarcavam tanto a política (interna e externa), como a economia, a sociedade e a cultura nacional. No entanto, por volta do fim da década de 1940, o regime rumou para reformas que o enrijeceram, sobretudo na questão do controle político e ideológico. Como aponta Pyjikov (2002), Khrushchov despontava como uma das forças mais conservadoras naquele período, ao defender medidas duras no combate ao problema da produtividade agrícola, e a realocação de camponeses ucranianos (sua terra natal) para outras regiões do país. De fato, mesmo nos anos finais da era Stálin, muitas vezes já alertavam para os problemas evidenciados no setor agrícola nacional, sobretudo na produtividade das colheitas de alguns grãos.

É possível identificar um amplo e heterogêneo segmento da chamada intelectualidade soviética que defendia a execução de mudanças na condução dos negócios do Estado de maneira geral. Esse grupo pode ser denominado liberal, que, contudo, não tinha relação direta ou sequer semelhança com a filosofia do liberalismo no mundo ocidental, já que não defendiam o estabelecimento do princípio da liberdade de empreender negócios privados, a constituição de um sistema democrático-representativo nos moldes dos países ocidentais desenvolvidos. Os liberais soviéticos da segunda metade do século XX defendiam apenas a redução da rigorosidade do controle estatal sobre a liberdade de pensamento, além do relaxamento de algumas políticas específicas, sobretudo quanto ao sistema penal (VDOVIN, 2014).

Os liberais eram também designados na URSS como cosmopolitas. Em termos de política global, esse grupo tendia a defender a redução nas tensões entre as superpotências, a visão de que a guerra contra o imperialismo poderia trazer o fim da humanidade. Além disso, acreditavam que as relações com os EUA deveriam pautar-se, necessariamente, pelas discussões sobre o desarmamento (inclusive em relação a armamentos convencionais) e sobre a não-proliferação nuclear. Grande parte desse grupo defendia, também, uma solidariedade irrestrita do campo socialista com os povos oprimidos pelo colonialismo, por meio da

prestação de assistência (inclusive militar) na luta de diversos povos contra suas metrópoles, bem como no apoio econômico e político aos países recentemente emancipados do jugo colonial. Os liberais pendiam para o entendimento de que os países que trilhavam o caminho socialista deveriam ter a liberdade de escolher o melhor caminho para suas respectivas sociedades e, assim, enxergavam a possibilidade de múltiplas maneiras de construção de sociedades socialistas. Algumas publicações canalizavam essas tendências liberais, tanto no âmbito filosófico, quanto no artístico-literário, centradas sobretudo nas duas capitais soviéticas, Moscou e Leningrado: *Novyy Mir* (Novo Mundo), *Yunost'* (A Juventude), *Literaturnaya Gazeta* (Jornal Literário), *Molodaya Gvardiya* (A Jovem Guarda), *Nash Sovremennik* (Nosso contemporâneo), entre outros (VDOVIN, 2014).

Assim como o liberalismo retinha suas características próprias na sociedade e na intelectualidade da URSS que pouco havia em comum com o movimento liberal no mundo exterior, o conservadorismo também apresentava um significado mais específico naquele país. Assim como no caso dos liberais, os conservadores soviéticos não guardavam qualquer semelhança com o conservadorismo do mundo ocidental, ou sequer eram refratários a qualquer mudança na estrutura da sociedade, tampouco eram apegados ao tradicionalismo da cultura russa ou de outras etnias soviéticas. Na URSS pós-1953 esse grupo passou a ser vinculado à figura de Stalin – os stalinistas – e viam com reservas a política de combate ao culto à personalidade. Para estes, as reformas econômicas deveriam promover a autossuficiência do país e impedir a inclusão de princípios burgueses (economia de mercado, propriedade privada, livre alocação de recursos pelos agentes privados, entre outros), que, em seu entender, eram estranhos a uma sociedade pautada pelos princípios do marxismo-leninismo. Como veremos adiante, as reformas econômicas de Khrushchov, diferentemente das de Gorbachev, colocadas em prática três décadas mais tarde, não chegaram a implementar mudanças radicais no sistema socioeconômico, e o grupo stalinista não chegou a formar uma oposição aberta e organizada à sua efetiva implementação, mas sim às inconsistências das políticas levadas a cabo nesse período, que levariam a uma série de impasses no governo e na sociedade. As principais críticas eram, sobretudo, quanto às suas falhas de diagnósticos, bem como à sua ineficácia.

Em termos de política externa, os stalinistas não negavam a necessidade de negociações de ordem tática com o campo imperialista, mas reconheciam a impossibilidade de alcançar e manter acordos abrangentes e duradouros com os EUA e com outros adversários estratégicos do país. As ogivas nucleares e as armas convencionais eram vistas como um mal necessário para a sobrevivência do país, no sentido de prover segurança e eventual apoio nas

negociações com outros países. Defendiam, também, a manutenção de regimes políticos formados à semelhança do modelo soviético na Europa Oriental como pilar da segurança nacional e, também, da economia do país.

No que se refere especificamente aos desígnios de Khrushchov, entretanto, a questão principal não se resumia na redução dos controles do Estado, conforme defendia a ala mais liberal, mas a continuidade daquilo que ele e seus seguidores entendiam sobre o projeto socialista. A revisão das políticas de Stálin durante o decênio de Khrushchov partia do pressuposto de que o socialismo na União Soviética havia definitivamente triunfado, e que a reversão capitalista não representaria mais ameaça ao país. Nessa lógica, a ditadura do proletariado fazia sentido enquanto a sociedade socialista não houvesse extirpado os seus próprios fundamentos capitalistas, e, portanto, ela se configuraria apenas em um estágio transitório rumo à construção do comunismo, correspondente ao nível a que toda sociedade socialista deveria aspirar. Assim, à ditadura do proletariado seguia-se o que se chamava de *governo popular* (*obshchenarodnoye gosudarstvo*), com o qual se promoveria a “construção em larga escala do comunismo”. O sistema comunista, nessa visão, deveria ser atingido nas décadas seguintes, enquanto o período presente seria uma transição a essa fase. Essa tese de transição entre modelos de construção do comunismo estava em seu auge nos debates acadêmicos por volta do XX Congresso do PCUS (janeiro de 1956), quando Khrushchov ainda ascendia na escala de poder no país (PYJIKOV, 2002, p. 115).

Conforme ficaria disposto no XXI Congresso do PCUS em 1959, a diferença entre os dois modelos residiria no aumento da base popular e na inclusão de todos os estratos sociais no aparato administrativo do governo (KOMMUNISTICHESKAYA PARTIYA SOVYETSKOGO SOYUZA, 1959). Um dos principais apoiadores de Khrushchov no Politburo, Otto Kuusinen, trouxe à discussão a seguinte linha de raciocínio (APRF apud PYJIKOV, 2002, p. 85, tradução nossa):

O que resta neste caso em nosso país da ditadura do proletariado? Evidentemente, a própria ditadura não permanece na realidade. Restam apenas gloriosas páginas de história da ditadura do proletariado – uma história de lutas e vitórias, que em seu momento levaram a um resultado imensurável em termos de significado histórico-global – à criação de uma sociedade socialista.¹⁴⁴

¹⁴⁴ No original, em russo: “Что в таком случае в нашей стране осталось от диктатуры пролетариата? Очевидно, самой диктатуры не осталось в действительности. Остались только славные страницы истории диктатуры пролетариата — истории борьбы и побед, которые в свое время привели к неосценимому результату всемирно-исторического значения — к созданию социалистического общества”.

Ao mesmo tempo em que se enfatizava a ideia de superar a ditadura do proletariado, era necessário evitar criticá-la frontalmente, já que colocaria em risco o próprio fundamento social e político do Partido Comunista da URSS, a união entre as classes do proletariado urbano e do campesinato rural. O padrão anterior, relacionado à era de Stálin, era visto como um mal necessário, no intuito de extirpar aquilo que remanesca do sistema capitalista, suas ideias, e seus próceres. Com a noção de que a vitória do socialismo era uma realidade dada por certa, era necessário avançar e livrar-se de determinadas práticas. A crítica ao culto à personalidade e a reversão de algumas das políticas de Stálin, além de ser útil no fortalecimento do apoio interno às reformas de Khrushchov, imprimiam uma coerência maior nesse discurso reformista, que aparentemente não se colocava nem como totalmente liberal, tampouco conservador. As organizações partidárias, e o partido propriamente dito, seriam os responsáveis por proceder a inclusão das massas à política, e, nesse sentido, fazia-se necessário fortalecer essas instituições.

No entanto, essa ênfase ao partido não seria fundamentada apenas teoricamente, como também seria vital para a ascensão de Khrushchov, para seu auge no poder e, ironicamente, para sua própria deposição em 1964. Como se tornaria mais evidente nos anos finais da era Khrushchov, nem todos os membros do Politburo, inclusive aqueles que o haviam apoiado nas disputas internas pelo poder, sentiam-se confortáveis com o andamento e com o resultado das reformas.

A ideia de governo popular como sucessor da ditadura do proletariado implicou mudanças para diversas políticas na URSS, inclusive para sua inserção externa. Nesta passagem sustenta-se a noção de *reorientação* de política externa, de acordo com a nomenclatura proposta por Herman (1990), analisada no capítulo 2. É possível afirmar que os dirigentes soviéticos naquele momento propunham um novo papel para seu país nas relações internacionais, não mais como uma força promotora ou defensora das revoluções sociais, mas, pelo menos primordialmente, como um Estado defensor da coexistência pacífica na relação com o bloco capitalista, cujo interesse prioritário seria tomar a dianteira na produtividade econômica e no avanço tecnológico vis-à-vis os países capitalistas desenvolvidos. Ademais, nessa reconfiguração da visão de Estado, vislumbrava-se uma cooperação abrangente com esse grupo de países, outrora vistos como inimigos.

O crescimento da influência do Partido no governo e na sociedade ao longo da era Khrushchov ocorreu em sintonia com o reforço do papel da ideologia do próprio partido na esfera pública. Apesar das doutrinas radicalmente distintas, a Igreja Ortodoxa Russa após a Revolução de 1917 não cessou suas atividades na União Soviética, e sua evolução dentro da

União Soviética foi bastante contraditória, alternando momentos de forte repressão por parte do Estado, com certo relaxamento ou vista grossa do Kremlin às atividades das instituições religiosas. Se, nas duas primeiras décadas a relação entre governo e a Igreja foi bastante tensa, após a invasão nazista ao território soviético observou-se não apenas uma pacificação entre ambas as ordens, como uma ativa contribuição de líderes religiosos no esforço de guerra para derrotar as forças invasoras. A ascensão de Khrushchov marcou uma nova reviravolta nessa relação, com a retomada da política anticlerical, e diversas igrejas e templos ortodoxos foram fechados pelas autoridades.

Interessante frisar que, no Degelo de Khrushchov, ora se acenava ao grupo liberal, ora se praticavam as mesmas táticas levadas a cabo por seu antecessor. Por um lado, observou-se a liberalização e a redução das restrições na política, das normas sociais e da cultura. Foram reconhecidos e efetivamente aplicados diversos direitos individuais, como a reintrodução de leis sobre o aborto (1955), bem como a simplificação do processo de divórcio¹⁴⁵. No entanto, como afirma Khodyakov (2015), o degelo, bem como a chamada destalinização da sociedade e da cultura ocorreram de forma limitada pelo próprio poder, não ressignificando uma abertura abrangente à liberdade de criação e de expressão nas ciências humanas e nas artes em geral, o que causou uma série de ambiguidades e, por vezes, contradições na política editorial. Obras literárias e trabalhos acadêmicos que destoavam daquilo que se compreendia por orientação leninista-marxista não eram publicados, por vezes criminalizados como *inakomyslye* (pensamento estranho ou subversivo ao sistema) ou antissoviéticos, mas determinadas críticas eram toleradas. Por exemplo, a conhecida obra *Doutor Jivago*, de Boris Leonidovitch Pasternak, chegou a ser publicada em alguns jornais mais liberais, mas sua edição como livro na URSS foi recusada; entretanto, o autor logrou publicação em países ocidentais, onde obteve enorme recepção, que culminaria no recebimento do Prêmio Nobel de Literatura em 1958. Por outro lado, a obra *Um Dia de Ivan Denisovitch*, de Aleksandr Issayévitch Soljenítsin, também fortemente crítica ao regime soviético – especificamente durante os anos de Stálin – foi publicada em 1962, inclusive, com consentimento do próprio Khrushchov (KHODYAKOV, 2015, p. 388), o que testemunhava as contrariedades e arbitrariedades no controle ideológico do período.

¹⁴⁵ A evolução do aborto e das questões matrimoniais na história da União Soviética foi bastante complexa. Por um lado, o país permitiu, ainda em 1920, o aborto com base no pedido da própria mulher. Entretanto, na década seguinte, Stálin restringiu essa prática para apenas condições médicas da mulher. No caso do divórcio, a evolução acompanhou as leis sobre o aborto. (NIKONTCHIK, Oleg K. Аборт (прекращение беременности). In: BOL'SHAYA SOVYETSKAYA ENTSIKLOPEDIYA, 3e izd., 1963; KOROLYOV, Yuriy A. Расторжение брака. In: BOL'SHAYA SOVYETSKAYA ENTSIKLOPEDIYA, 3e izd., 1963).

Conforme visto no capítulo 2, o fortalecimento das teses reformistas de Khrushchov havia levado a uma confrontação ideológica entre o PCCh e o PCUS por volta de 1956, durante o XX Congresso. O PCCh mostrava-se contrário à ideia de superação da ditadura do proletariado e à sua substituição por um governo popular, processo qualificado pelos comunistas chineses de subversão dos ideias leninistas-marxistas e de imposição das liberdades burguesas e reacionárias. O componente ideológico foi um ativo (ainda que não decisivo) na cisão entre a URSS e a RPC, no início da década de 1960 (ver seção 3.2.3).

As inconsistências e as súbitas reviravoltas na execução das reformas de Khrushchov, ao invés de extirpar alguns dos excessos do período anterior, provocaram uma forte divisão na sociedade soviética e a acentuação dos debates entre reformismo e conservadorismo. A destalinização da sociedade soviética foi apenas parcial e, em muitos casos, envolveu o estabelecimento da perseguição de quadros identificados com o líder anterior, ou que representassem ameaça ao novo status quo. Essa contradição é esclarecida por PYJIKOV (2002, p. 227-228, tradução nossa):

A questão sobre o “culto da personalidade” de Stálin, propalada no XX Congresso do PCUS, na realidade dividiu a sociedade soviética entre os favoráveis e os contrários do “grande líder” e de seu legado. Ao dar esse passo, Khrushchov decidia alguns objetivos de liderança no partido, no governo, e não tinha como intuito de fato, e de maneira consequente, de trilhar o rumo da destalinização. Porém, as ações do primeiro-secretário do CC, ao afetar toda a estrutura do organismo social, apresentou no cômputo final consequências negativas para o poder como tal. Os stalinistas nunca se permitiam perdoar Khrushchov em seu XX Congresso do PCUS, enquanto que os setores liberais não compactuavam com a inconsistência e com a indefinição das revelações do culto stalinista, e exigiam sua continuidade. Mas o principal efeito pode ser visto em outro ponto: grande parte da sociedade soviética perdeu completamente a confiança no governo e naquilo que seus líderes representavam.¹⁴⁶

5.2.4.2 O contexto da economia soviética: do *milagre* à desaceleração

O interregno entre 1953 e 1964 conformou três diferentes planos quinquenais da URSS: o quinto (1951-55), o sexto (1955-58), com excepcionalmente três anos e, o sétimo (1959-1965), com excepcionalmente sete anos de duração. Esses anos foram marcados pelo

¹⁴⁶ No original, em russo: “Вопрос о «культе личности» Сталина, прозвучавший на XX съезде КПСС, фактически расколол советское общество на сторонников и противников «великого вождя» и его наследия. Пойдя на этот шаг, Хрущев решал конкретные цели лидерства в партии, государстве и не намеревался серьезно и последовательно идти по пути десталинизации. Однако действия первого секретаря ЦК, задев всю структуру общественного организма, в конечном счете имели негативные последствия для власти как таковой. Сторонники Сталина никогда не могли простить Хрущеву его XX съезда КПСС, а либеральные слои не разделяли непоследовательности и нерешительности разоблачения сталинского культа, требуя его продолжения. Но главный итог видится в другом — значительная часть советского общества потеряла полное доверие к власти и к олицетворявшим ее лидерам.”

sólido crescimento econômico em praticamente todos os anos, com grande destaque para o setor industrial da economia, mas com certo esgotamento do modelo a partir de 1960, sobretudo na agricultura. A *segunda era de ouro* da industrialização soviética¹⁴⁷, como é conhecido o período entre 1953 e 1956, registrou marcas bastante notórias: o quinto plano, em especial, foi marcado pelo atingimento da meta com cerca de três anos de antecedência.

Tanto nas bases soviéticas como nas estimativas de algumas agências estrangeiras, a economia da URSS manteve, no período, taxas de crescimento econômico significativamente altas. As comparações com países ocidentais são complicadas devido, principalmente, às diferentes metodologias adotadas em países capitalistas e socialistas para a mensuração da atividade econômica. Ainda assim, é possível trazer à luz alguns dados comparativos produzidos tanto pelo próprio governo soviético, como de governos estrangeiros, sobretudo os EUA.

Tabela 2 – Evolução da produção industrial, em índice

Ano	URSS	EUA	Reino Unido	França	RFA
1950	100	100	100	100	100
1951	116	109	103	113	117
1952	130	113	101	114	124
1953	145	122	107	115	135
1954	165	115	113	125	150
1955	185	129	119	135	173
1956	205	133	120	145	187
1957	226	134	122	157	197
1958	249	125	120	163	203
1959	277	141	126	165	218
1960	304	145	135	178	242
1961	331	146	137	188	257
1962	363	158	138	200	269
1963	393	166	143	209	279
1964	421	176	154	229	303

Fonte: Dados brutos de Sovyet Ministrov SSSR (1965). Elaboração própria (2017).

Nota: 1950 = 100

Mesmo em estimativas de órgãos e governos ocidentais, os quais tendem a aproximar os números soviéticos em relação aos principais países capitalistas industrializados, a URSS sobressai-se em relação aos Estados Unidos e ao Reino Unido, e apresenta desempenho parelho ao da França, mas inferior ao Japão e à RFA¹⁴⁸.

¹⁴⁷ O primeiro período é comumente relacionado aos anos entre 1929 e 1939.

¹⁴⁸ Mesmo nas publicações soviéticas de períodos posteriores, o Japão sempre se sobressaiu à própria URSS.

Tabela 3 – Média de crescimento anual por períodos do PIB, em países selecionados (1)

País	1951-55	1956-60	1961-65	País	1951-55	1956-60	1961-65
	(2)	(2)	(2)		(2)	(2)	(2)
URSS	5,5	5,5	5,5	Finlândia	5,5	5,5	5,5
Estados Unidos	4,2	2,3	4,6	Itália	5,6	5,5	5,2
Reino Unido	3,9	2,6	3,1	Países Baixos	5,9	4	4,8
França	3,7	5	5,8	Noruega	3,8	3,3	4,8
RFA	9,2	6,5	5	Espanha	5,2	3,2	8,5
Japão	7,2	8,6	10	Suécia	3,4	3,4	5,2
Canadá	5,2	4	5,7	Suíça	4,9	4,3	5,2
Austrália	3,8	4	4,8	Turquia	8,1	4,6	4,8

Fonte: Adaptado de Congress of the United States (1982).

(1) para todos os países, exceto a URSS utilizou-se o PIB real. Para a URSS, usou-se a Renda Nacional.

(2) porcentagem anual, média do período.

A ideia de implementação de reformas logo após a morte de Stálin era atribuída não a Khrushchov, mas sim, a Malenkov, ainda na condição de chefe do Conselho de Ministros. O novo líder do governo propôs mudanças significativas na orientação da política econômica apenas algumas semanas após a morte de Stálin, de forma a promover a indústria leve e de consumo, ampliar a produtividade do sistema agrícola soviético, e expandir a oferta de habitação tendo-se em vista o acirramento do êxodo rural e a insalubridade da maior parte dos apartamentos urbanos. A ideia inicial era a de equilibrar o avanço registrado nos anos anteriores no setor produtivo *A* (que envolvia a indústria pesada, de transformação, metalurgia e siderurgia, geração de energia) com o grupo *B* (que envolvia a indústria voltada para o consumo, além da própria agricultura). Uma das medidas iniciais foi a redução das tarifas aplicadas a alguns itens de consumo básico, como alimentos, combustíveis, têxteis, e materiais de construção (PYJIKOV, 2002). O desconforto com a agricultura era particularmente forte na alta administração do país, visto que alguns dos indicadores de produtividade no setor, como os de leite e carne, ainda não haviam recuperado os níveis pré-guerra (KHODYAKOV, 2015).

A grande novidade no período sob o comando de Khrushchov foi a alteração na estrutura do planejamento econômico. Se, durante o período de Stalin, grande parte do controle das decisões e do planejamento se centralizava no âmbito dos ministérios sediados em Moscou, sob Khrushchov iniciou-se uma tendência de descentralização da decisão produtiva em prol dos ministérios das repúblicas e das regiões. Essa política foi decidida entre 1954 e 1955, e consolidada em decisões do XX Congresso do PCUS em 1956, com a transferência do controle de cerca de quinze mil corporações, as quais passaram para órgãos e autoridades das repúblicas e das regiões (KHODYAKOV, 2015).

Ademais, algumas sessões da Plenária do PCUS aprovaram a ideia de se introduzir o princípio do incentivo material à produtividade, além da redução da pressão sobre os *kolkhozy*, com a redução dos impostos sobre essas propriedades, além do aumento do preço pago pelo governo pela produção, e até mesmo o aumento da área cultivada nessas unidades (PYJIKOV, 2002). As repúblicas passaram a ter maior controle, também, sobre seus orçamentos e sobre a alocação de recursos. Essa política foi complementada com a decisão de fevereiro de 1957 da Plenária do Comitê Central do Partido de liquidar os ministérios setoriais, os quais seriam substituídos por estruturas análogas no nível das repúblicas e das regiões, os chamados *sovnarkhozy*¹⁴⁹; no total, foram criadas 105 unidades territoriais econômicas, cada qual com seu respectivo *sovnarkhoz*. Entretanto, a descentralização do planejamento econômico não trouxe efeitos, ao menos nos anos imediatamente posteriores a sua implementação, o que culminaria em sua reversão nos anos iniciais da era Brejnev.

A segunda grande característica do período foi a busca pela modernização da produtividade econômica, sobretudo industrial, com a automatização da produção e com a incorporação de inovações tecnológicas, além do desenvolvimento de setores como o de eletrônicos, energia nuclear e espacial e, também, da informática. Apenas durante o quinto plano, a URSS registrou surgimento de inovações que trariam repercussões – muitas das quais diretas – para suas relações internacionais. Uma delas foi o projeto do primeiro míssil balístico intercontinental, concluído sob a vigência do sexto plano, em 1957, sob direção do cientista Sergey Korolev. No mesmo ano, foi lançado ao espaço o primeiro satélite artificial, por meio do Programa Sputnik. Em novembro de 1956 obteve-se a conclusão e a operacionalização da primeira usina nuclear no mundo, com capacidade de cinco Megawatts, na cidade de Obninsk (*oblast'* de Kaluga). Além da obtenção de armamentos nucleares de forma autônoma, o poder do Estado soviético passou a contar com novidades em suas forças armadas, com um sistema ar-ar por intermédio de aviões de caça equipados com sistema de mísseis controlados por radar, ainda em 1954, e outro de ar-terra, com bombardeios pesados, capazes de carregar e lançar armamentos atômicos a 200km do destino, em 1959.

No sexto plano, à semelhança do anterior, foi dada ênfase ao desenvolvimento do parque industrial em diversas regiões do território. Manteve-se, inclusive, a preponderância do setor de transformação, de bens de produção e equipamentos. A indústria de transformação em geral (Grupo A), especialmente de construção de máquinas, de metais, química, petroquímica e geração de energia, respondia por quase três quartos do volume geral da

¹⁴⁹ Abreviatura para Conselhos Econômicos, ou *Советы народного хозяйства*.

produção industrial. A indústria leve (Grupo B), por sua vez, continuou a desempenhar um papel secundário na produção e na economia como um todo, não obstante a intenção inicial de promover mudanças.

Em relação ao sétimo plano quinquenal, observou-se um forte aumento na capacidade de geração de energia no país. A expansão da capacidade energética deu-se com a preocupação em diversificar as fontes: foram concluídas grandes usinas hidrelétricas em diversas bacias hidrográficas, com destaque para a de Stalingradskaya (atualmente Voljskaya), que no momento de sua conclusão, em 1960, posicionava-se como a maior do globo em capacidade instalada. A energia nuclear foi contemplada, com a construção das usinas Sibirskaya (1958, ainda sob vigência do plano anterior), Bratskaya (1959), Beloyarskaya (1964) e Novovorónejskaya (1964), além de diversas usinas termoelétricas. A expansão das capacidades também envolveu de forma especial o setor petrolífero e de gás natural, com a abertura de campos de exploração na região da Sibéria Ocidental, sobretudo no *oblast'* de Tyumen'. É justamente nesse período em que se completou a primeira rede de transporte internacional de oleodutos, conectando as regiões extrativas na Sibéria, passando por importantes regiões urbanizadas da Rússia central (Samara, Bryansk), até a outros países membros do Comecon (Polônia, Alemanha Oriental, Hungria e Tchecoslováquia). Essa rede de dutos foi batizada de *Drujbá* (*amizade*, em russo).

Durante esses três planos, assim como no período de Stálin, um dos setores mais contemplados pelo governo soviético – e mais bem-sucedidos na economia nacional o industrial-militar. Vdovin (2010, p. 366) aponta que, em 1962, cerca de 3,6 milhões de trabalhadores (ou 5% da população economicamente ativa) estavam alocados em diferentes subdivisões do chamado complexo militar-industrial (CMI) soviético¹⁵⁰, sem contabilizar, ainda, os cerca de um milhão adicionais empregados em atividades ligadas à pesquisa e ao desenvolvimento do setor nuclear. As atividades de produção de equipamentos bélicos envolviam cerca de 800 empresas ligadas a ministérios e a agências governamentais. Interessante frisar que o CMI da URSS não se dedicava a apenas à produção de itens para o setor militar da sociedade, como também era responsável pela oferta de determinados bens para consumo civil, como por exemplo, aviões e navios, além de máquinas-ferramentas, tratores, motocicletas, receptores de rádio, televisores, e até máquinas de lavar, entre outros itens.

¹⁵⁰ Esse número inclui, além de indivíduos empregados diretamente nas atividades de produção, cientistas, funcionários de áreas correlatas, profissionais da educação e da saúde.

Em relação à agricultura, o novo governo soviético buscou modificar alguns parâmetros e acelerar a produtividade, mas os resultados em geral foram menos satisfatórios do que na indústria, mesmo com a introdução de algumas inovações. Apenas em 1952 o setor havia recuperado os índices registrados no último ano antes do início do conflito com a Alemanha Nazista, enquanto a produção de alguns itens básicos ainda se mantinha abaixo dos valores de 1940. Entre as medidas aprovadas na Plenária do Partido em setembro de 1953, situam-se: aumento de preços pagos aos produtos das propriedades agrícolas (*sovkhozy*, *kolkhozy* e estações de máquinas e tratores), as quais foram, ainda, agraciadas com a redução de impostos aos produtores, e melhor acesso à tomada de crédito. Em poucos anos, registrou-se uma considerável melhoria nos índices de produção, e a partir de 1958, o crescimento anual da produção agrícola alcançou os 7%. Outra importante novidade nesse período foi a exploração de terras virgens (*tselinâ*) nos Urais, na Sibéria e na Ásia Central, com a mobilização de uma imensa massa de jovens para a execução de tarefas no campo. No entanto, uma série de decisões equivocadas no setor prejudicou a produção de determinados itens, como a introdução da cultura de milho, que, em muitos lugares, ocupou o espaço antes reservado ao cultivo de grãos tradicionais nos hábitos alimentares dos russos, como aveia e trigo, e sem o devido cuidado com as dificuldades de adaptação climática, impactando severamente a produtividade do novo grão. Outra política com resultados questionáveis foi a redução em número e relevância as propriedades coletivas (*kolkhozy*) em prol das propriedades do Estado (*sovkhozy*) ao longo desse período, ainda que este processo tenha sido iniciado ainda sob Stálin.

É possível delimitar, assim, dois momentos bastante distintos da era Khrushchov quanto à conjuntura econômica e social. A primeira delas, entre 1953 até por volta de 1959, por vezes apelidada de milagre econômico soviético, apresentou um forte crescimento econômico em todos os setores da economia, e, em termos agregados, o avanço foi bem superior a muitos países capitalistas desenvolvidos, com a exceção do Japão. Esses ganhos econômicos gerais permitiram o aumento de dispêndios governamentais na área social, inclusive no aumento do volume nas aposentadorias, inclusive para trabalhadores do campo, refletindo em diversos indicadores de bem-estar populacional. Por exemplo, o índice de expectativa de vida ao nascer registrou um rápido aumento entre 1954 e 1959, ao passar de 63 para 68 anos, aproximando-se, inclusive, os índices registrados em alguns países capitalistas avançados, inclusive os próprios EUA, que contavam em 1959 com 69,9 anos para a

população geral (66,8 para homens e 73,2 para mulheres¹⁵¹). Ademais, levou-se a cabo uma audaciosa política de ampliação da base salarial nacional: em 1961, os salários eram 1,3 vez maior do que o nível registrado em 1950, ainda que os preços dos produtos de consumo tenham avançado quase que na mesma proporção. Em termos absolutos, observou-se um forte incremento da força de mão-de-obra efetivamente empregada na economia, passando de cerca de 40 milhões de pessoas para quase 62 milhões nesse mesmo período. Nessa fase, também, intensificou-se a construção de moradias em diversas cidades do país, mitigando-se o crônico déficit habitacional, com o aparecimento de unidades habitacionais mais modernas, em geral de baixo custo¹⁵², dessa forma reduzindo-se as notórias moradias comunitárias (*kommunalki*)¹⁵³, e com a proliferação das novas construções, apelidadas até a atualidade de *khrushchovki*. Outra interessante melhoria trazida no bojo do XX Congresso foi o novo sistema de aposentadoria, com idade mínima de 60 anos para homens (com 25 anos de serviço), e 55 anos para as mulheres (com vinte anos de serviço). O sistema era diferenciado para os funcionários dos *kolkhozy*: 65 anos para os homens, e 60 para as mulheres. O governo passou a conceder assistência financeira a famílias numerosas, ao mesmo tempo em que reduziu o imposto às camadas mais carentes da população. Ademais, foram previstas algumas comodidades para pessoas que recebiam aposentadorias (descontos ou gratuidades para determinados produtos e serviços, inclusive para estadia em *sanatorium*).

Entretanto, esse avanço não se reproduziu na segunda metade de seu governo (1959-1964), e que correspondeu ao sétimo plano quinquenal, quando a marca da desaceleração econômica se evidenciou. Interessante frisar que as metas colocadas para esse plano, durante o XXI Congresso do PCUS (janeiro de 1959) eram justamente as mais audaciosas, sumarizadas na célebre fala de Khrushchov “alcançar e superar a América” (*dognat’ i peregnat’ Ameriku*), e posicionar a URSS como o país com maior produção per capita no mundo. Porém, já por volta de 1962, a situação econômica passou a se debilitar, diante da necessidade de aumentar os preços para diversos itens da cesta básica de consumo e do setor varejista. Durante o período, essa política trouxe uma insatisfação popular que chegou à eclosão de protestos populares em diversas cidades soviéticas, com destaque para a greve na cidade de Novocherkassk (Oblast’ de Rostov) em junho daquele ano, com a ocorrência de mortes de dezenas de manifestantes diante da repressão por parte de forças militares.

¹⁵¹ ARIAS, Elizabeth, 2003.

¹⁵² Apelidadas, em tom jocoso, de *khrushchóvki*, em alusão ao então líder do país.

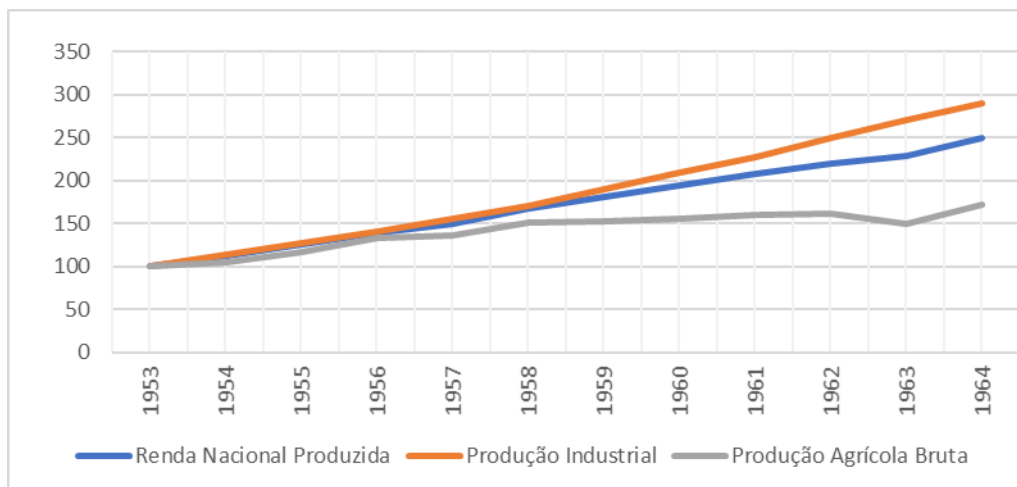
¹⁵³ Moradias comuns na fase inicial da União Soviética, quando, não raro, diferentes famílias chegavam a compartilhar não apenas um mesmo apartamento, como mesmo quarto.

Ainda em seus anos derradeiros no poder, Khrushchov lançou um pacote de reformas no âmbito da planificação econômica, com a especialização de determinados órgãos do PCUS em setor industrial e outro agrícola, que se convencionou a denominar como princípio produtivo. No ano anterior, foi implementada uma reforma monetária, que além de cortar um zero de todas as denominações em rublo, modificava a relação entre o rublo e o ouro, de forma a desvalorizar o primeiro perante o segundo¹⁵⁴ (PANIN, 2004; ISAKOVA, 2004). A desvalorização real da moeda soviética permitiria uma melhor competitividade dos produtos do país, ao se vislumbrar, naquele momento, um incremento das capacidades exportadoras do país na economia mundial, e a obtenção de *hard currencies*, que correspondiam às moedas mais facilmente transacionáveis naquele período, sobretudo o dólar norte-americano.

No período como um todo, a agricultura foi um dos setores que mais evidenciaram essa desaceleração, com a redução do ritmo de crescimento da produtividade de 7,6% anuais (média dos anos 1953-1958) para 1,5% anuais (média dos anos 1959-1964). As dificuldades em diversas safras ao longo da segunda parte da era Khrushchov compeliram a URSS a recorrer às importações de grãos, inclusive de alguns países ocidentais. Enquanto o crescimento da indústria (sobretudo no Grupo A) alavancou sobremaneira o crescimento da renda nacional, resultando em um índice quase três vezes superior em 1964 em comparação ao de 1953, a agricultura não obteve êxito na mesma proporção, ao atingir apenas 1,7 vez maior no mesmo período (Figura 20). A diferenciação entre o Grupo A e o Grupo B no setor industrial também apresentou uma evolução semelhante, com o primeiro apresentando um crescimento acima do produto nacional, situação inversa à observada para o segundo (Figura 21).

¹⁵⁴ Se, em 1960, dez rublos equivaliam a 2,22 gramas de ouro, a partir de 1961, um rublo (ou dez rublos de 1960) equivaleriam 0,98 gramas, ou seja, um valor 2,25 vezes a menos do que antes.

Gráfico 17 - Evolução do índice da produção agrícola, industrial, e da renda nacional na URSS (1953-1964) (1) (2)

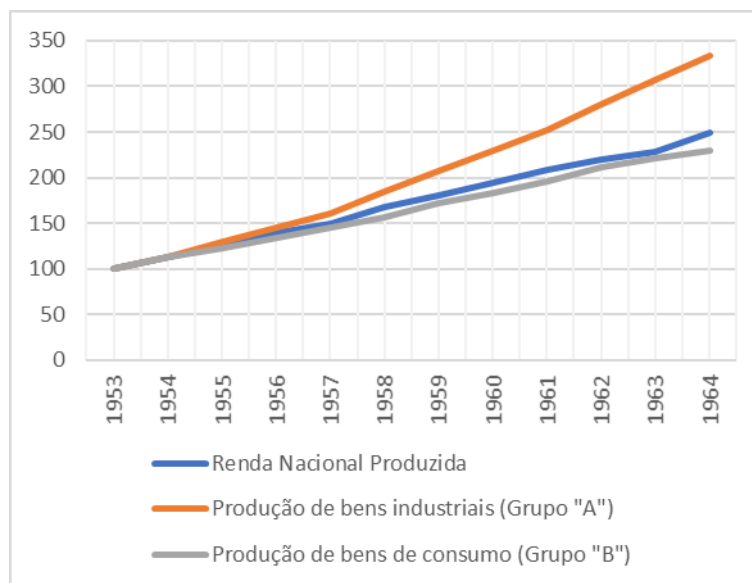


Fonte: Dados brutos de Narkhoz (1990) apud ANNUAL... (2000). Elaboração própria (2017).

Nota (1): 1953 = 100

Nota (2): Dados brutos disponíveis em anexos.

Gráfico 18 - Evolução da produção industrial (bens industriais e de consumo), e da renda nacional na URSS (1953-1964) (1) (2)



Fonte: Dados brutos de Narkhoz (1990) apud ANNUAL... (2000). Elaboração própria (2017).

Nota (1): 1953 = 100

Nota (2): Dados brutos disponíveis em anexos.

É possível traçar algumas conclusões a respeito da evolução da economia do país nesse período. Em primeiro lugar, com base na apuração dos dados oficiais do governo soviético, é notável o avanço da economia do país em quase todos os setores durante o período, o que não desmente a noção implícita na cunhagem da expressão *milagre econômico soviético*. Entretanto, esse crescimento não foi homogêneo no período, tampouco harmônico

entre os principais grandes setores (indústria e agricultura) e no direcionamento da produção industrial (bens industriais e de consumo).

Não obstante o objetivo declarado das reformas de Khrushchov ter sido aumentar o bem-estar da população e aumentar a produtividade do setor voltado para o consumo (tanto de bens industriais para consumo como propriamente da agricultura), o setor industrial pesado manteve a dianteira de maneira notável, e sustentou o elevado crescimento geral, o que nos permite em qualificar o período como *milagre*. Com a continuidade dos problemas de avanço do setor de consumo, pode-se afirmar que as reformas econômicas propostas por Khrushchov e por seus seguidores não trouxeram o resultado almejado. Ademais, os insucessos, mais visíveis em particular na agricultura e na indústria leve, legitimariam a continuidade dos debates sobre a necessidade de implementação de reformas econômicas no período de Brejnev, como veremos no próximo capítulo.

5.2.4.3 Considerações parciais: a URSS em processo de mudança *também* no front interno

À guisa de conclusão desse capítulo, podemos identificar uma série de problemas e a serem tratados nesta pesquisa. Em primeiro lugar, como é possível relacionar a evolução da política doméstica na URSS, tendo-se em mente a disputa pelo poder no âmbito da Era Khrushchov, mais especificamente no interior do Politburo, com as relações do país com três de seus principais interlocutores na cena internacional? Em segundo lugar, até que ponto a evolução da economia, tanto em seus aspectos quantitativos (crescimento da produção industrial, da agrícola e da renda nacional) e qualitativos (concessão de medidas que propiciavam maior bem-estar para a população) esteve a par da atuação da URSS no sistema internacional, e mais especificamente nos casos analisados no capítulo 2?

Na resposta oferecida pelos autores do realismo neoclássico, as questões econômicas (tanto quantitativas como qualitativas) são questões que envolvem os atributos de poder nacional, e não são apropriadas de forma imediata pelos recursos de poder do Estado. Assim, o crescimento econômico mais saliente ao longo da década de 1950, acompanhado pelo avanço notável de diversos indicadores sociais não refletem de maneira imediata ou direta na política externa, seja porque os líderes levam tempo até perceberem a condição material mais favorável do país, visto que as estruturas de poder do Estado (poder militar, serviço diplomático, instituição especializada), em um momento de crescimento dos elementos de poder nacional (economia, demografia, bem-estar, etc.) levam determinado tempo para incorporarem essas mudanças e agirem de forma mais assertiva na defesa de seus interesses

em um momento de crescimento, ou. Numa lógica reversa, durante uma fase de crescimento menor, de dificuldades na produção ou simplesmente de uma redução na produção doméstica, a adoção de posturas defensivas ou retraimentos pode ocorrer com certo retardamento.

A outra linha de resposta apresentada por esses autores sugere haver uma importante sintonia entre a política doméstica e a política externa, intermediada por dado órgão central de decisão, geralmente (mas não necessariamente) do próprio Executivo. No caso específico da URSS pós-Stálin, como vimos, esse órgão é o Politburo, instância máxima do PCUS, e, na prática, endossado por instâncias que o formalmente o elegem (o Comitê Central e o Congresso do Partido, nessa ordem). A evolução da composição no Politburo imprimiu uma dinâmica própria no direcionamento das questões de política externa, consubstanciadas nas relações com três de seus principais interlocutores (EUA, RPC e Índia) e, também, na implementação de mudanças tanto na economia, como na sociedade.

A composição do Politburo ao longo do período considerado, entre forças que apoiavam uma reorientação mais abrangente na inserção internacional da União Soviética e entre aquelas que buscavam manter o máximo possível do posicionamento geral do país, sobretudo no que tangia às relações com os EUA e no próprio posicionamento do país frente a outros países de orientação socialista. Enquanto setores mais reformistas acreditavam na necessidade de reduzir os riscos de uma confrontação nuclear e transpor a competição entre os sistemas para outras questões, como a produtividade e o crescimento econômico, o bem-estar social e o avanço tecnológico, parte dos membros mais conservadores viam com restrições a possibilidade de acordos com Washington e temiam a perda de controle pela URSS dos processos políticos na Europa Oriental.

Entre os anos de 1953 e 1956, a orientação geral da política externa soviética ainda não estava exatamente clara, nem para os próprios diplomatas soviéticos, ou sequer para seus interlocutores externos, fossem eles norte-americanos, chineses ou indianos. Apesar de as duas principais lideranças (Malenkov e Khrushchov) despontarem como favoráveis a mudanças na política doméstica, ainda não estava exatamente claro qual o nível dessas mudanças, e tampouco se sabia se as reformas abarcariam também a política externa. Apesar de alguns indícios sinalizarem para mudanças em curso, como a notável aproximação diplomática entre a URSS e a Índia, além do reatamento político com a Iugoslávia de Tito e das declarações de simpatia ao Movimento dos Não-Alinhados¹⁵⁵, a política externa soviética, em linhas gerais, aparentava seguir o rumo trilhado nos anos finais do período de Stálin. A

¹⁵⁵ Vale ressaltar, ainda, que o referido movimento era uma novidade nas relações internacionais posteriormente à morte de Stalin.

relação com os EUA mantinha-se bastante complicada, ao passo que o intercâmbio político, comercial e até mesmo societal com a RPC ainda se mostrava altamente promissor.

O panorama alterou-se sobremaneira após o XX Congresso do PCUS em 1956 e, não menos relevante, após a recomposição dos quadros do Politburo em junho de 1957, na qual Khrushchov consagrou-se exitoso. Com relação à tipologia proposta por Hermann (1990) acerca das mudanças na política externa, identificamos um caso de *reorientação* da política externa, uma vez que diversas estratégias até então em curso testemunharam mudanças fundamentais. Essa nova configuração política alterou a substância das relações diplomáticas (e, no caso da RPC, do diálogo interpartidário também) com seus principais parceiros, não apenas porque os negociadores soviéticos deveriam buscar novos objetivos ou adotar novos posicionamentos na ordem internacional, mas também porque, muito provavelmente, seus principais parceiros externos examinavam a conjuntura doméstica na URSS (e, mais especificamente, no Politburo).

Cabe frisar, contudo, que essa reorientação não ocorreu de forma abrupta. Inicialmente, ela passou por um período transitório (1953 a 1958), o que pode explicar as inconsistências e as dubiedades. Alguns elementos característicos do período do pós-Guerra conviviam com novidades que seriam bastante caras ao período de Khrushchov, sobretudo na relação com os EUA e com a RPC e, em menor escala, com a Índia.

Além do papel da influência das questões internas na política externa, defendemos, também, que a interpretação da evolução do diálogo da URSS com cada um desses países não poder ser feita isoladamente, e no que tange à evolução política interna na URSS. Nota-se que as a existência de um viés de suscetibilidade do binômio URSS-RPC em relação ao URSS-Índia e ao URSS-EUA, e entre o URSS-Índia em relação ao URSS-RPC, ao passo que a relação com os EUA tendeu a manter um comportamento mais autônomo perante os outros dois vetores, mas não menos dependente em relação à correlação de forças no interior do Politburo.

A partir de 1958, ficou mais evidente o curso reformista não apenas em matéria de política econômica, como também na reorientação da política externa da URSS, que produziu seus efeitos iniciais na relação com os EUA, já a partir daquele ano. No caso da RPC, essa reorientação pelo menos um ano para ser implementada, com o rompimento de diversos projetos de cooperação no âmbito interestatal, ao passo que no diálogo interpartidário as divergências eram explícitas pelo menos desde 1956. No caso da Índia, a reorientação geral da política externa soviética parece ter mostrado seus indícios mesmo antes de 1956, com o aprofundamento da cooperação no âmbito técnico-científico.

A desaceleração econômica e as crescentes dificuldades em implementar as reformas econômicas e sociais por volta de 1960 não influenciou de forma imediata a condução da política externa, que manteve em grande medida os contornos observados no final da década de 1950. A escalada da tensão com os EUA, durante a crise de Berlim (1961) e, logo em seguida, a crise dos Mísseis em Cuba (1962), como demonstra grande parte da literatura (e dos próprios críticos internos), a relevância de Khrushchov foi bastante acentuada, diante da manutenção do poder do referido líder no Politburo e no Partido. A retomada das disputas com os EUA provocou um breve interregno de *degelo* nas relações com a RPC sem, contudo, restaurar o padrão observado até 1959, ao passo que as relações com a Índia continuaram a prosperar, inclusive no âmbito militar.

Esse quadro alterou-se significativamente por volta de 1962, quando a posição de Khrushchov no Politburo e no governo se encontrava bastante debilitada, acossada por um movimento oposicionista no órgão, ademais, em um contexto de maiores dificuldades no âmbito econômico e social. Com campo de manobra mais limitado, os dirigentes soviéticos buscaram ativamente restabelecer o diálogo com os EUA, com prejuízos quase que simultâneos diante do reavivamento das tensões com a RPC, as quais se tornariam cada vez mais sérias ao longo daquela década.

6 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA INTERNA NA URSS ENTRE 1964 E 1985

A aparente estabilidade política e institucional inaugurada na URSS a partir da ascensão de Brejnev ao poder em outubro de 1964 pode ser entendida apenas se analisado em conjunto com o período imediatamente anterior, caracterizado por uma intensa disputa pelo controle do Politburo e das estruturas governamentais e partidárias. Entretanto, essa aparente estabilidade encoberta uma série de disputas políticas, e algumas das quais traziam consigo elementos novos.

A própria caracterização geral do período é alvo de discórdia entre acadêmicos e políticos. Entre os apoiadores, convencionou-se chamar essa fase da URSS como de socialismo desenvolvido, diante da manutenção das altas taxas de crescimento econômico em comparação com grande parte dos países capitalistas desenvolvidos. Por outro lado, muitos críticos usam o termo estagnação ao atentar para o congelamento do poder na cúpula do Partido e do Estado, dificultando ou barrando os processos de renovação das lideranças políticas e partidárias. Ademais, os próprios indicadores sociais e econômicos desta fase refletem as contradições e os impasses cada vez maiores que acometiam o Estado soviético no período.

Este capítulo apresenta os mesmos objetivos ao anterior. Inicialmente, buscamos aprofundar o debate sobre reformas na URSS, que foi certamente um dos assuntos mais abordados naquele período, e que encontra algumas novidades importantes ao longo daqueles dois decênios. A seguir, discorre-se sobre a evolução das disputas políticas no alto escalão do poder; nesta parte, também, atenta-se para os processos de tomada de decisão e sobre a interação dinâmica entre as diferentes instâncias que lidavam com a questão das relações externas da URSS. A terceira parte enfoca a análise dos indicadores socioeconômicos – o poder nacional, segundo a tipologia proposta em Zakaria (1998) –, com base nos quatro planos quinquenais que englobam esse período. Esta fase foi caracterizada pela continuidade do avanço em termos absolutos, mas com o agravamento de determinadas questões se avaliadas qualitativamente. Em seguida, procede-se à evolução do poderio bélico do país (ou poder estatal, conforme propõe o referido autor norte-americano) que, em grande parte, apresentou um desenvolvimento de forma a responder os principais desafios impostos pela conjuntura externa e a suprir a demanda crescente por segurança. Na parte final, retomam-se e aprimoram-se os argumentos elaborados no capítulo 4.

6.1 A PERMANÊNCIA DO DEBATE ACERCA DAS REFORMAS: A CONCEPÇÃO DE SOCIALISMO DESENVOLVIDO

A notícia do afastamento de Khrushchov do poder, que se tornou pública em 16 de outubro de 1964, trazia consigo expectativas contraditórias no público em geral. Por um lado, esperava-se que os novos dirigentes repensassem o reformismo caótico e inconsequente típico do decênio anterior, mas ao mesmo tempo temiam o retorno dos anos mais repressivos sob Stalin. Por outro, contudo, os novos líderes que ascendiam ao poder naquele ano eram bastante heterogêneos e oscilavam entre esses dois extremos: ora eram próceres de mudanças mais audaciosas no sistema, assumindo-se, inclusive, a incorporação de determinados mecanismos das economias de mercado, ora eram defensores da manutenção da ordem vigente, evitando reformas mais profundas, vistas como potencialmente ameaçadoras à continuidade do sistema socialista.

A própria política externa mantinha-se como foco de divergências no alto escalão em boa parte da Era Brejnev. Alguns elementos defendiam a continuidade da estratégia de coexistência pacífica (que viria ser chamada de Détente), e de continuidade nas negociações sobre desarmamento: era o caso do chefe do MID, Andrey Gromyko, e do próprio novo líder, Brejnev. Por outro lado, algumas figuras, identificadas com o Complexo Militar-Industrial (CMI) defendiam uma posição mais endurecida em relação aos principais poderes rivais da URSS, tanto os EUA como a RPC. Entre os fatores de convergência inicial entre os novos líderes, pode-se elencar a crítica ao estilo enérgico e, por vezes, impulsivo do líder anterior, bem como suas inovações pouco eficazes, além da compreensão comum da necessidade de rever o princípio da liderança coletiva.

Porém, as divergências mostravam-se bastante evidentes já nas fases iniciais desse período. Kosygin, por um lado, era bastante favorável a mudanças sobretudo no que dizia respeito à condução do planejamento econômico, inclusive com a inclusão de um novo sistema de estímulos à produtividade, alguns dos quais eram baseados em princípios da economia de mercado. Andropov advogava um reformismo no sentido de aprofundar os valores socialistas consoante às decisões tomadas no XX Congresso do PCUS de 1956, mas com ações mais premeditadas e consequentes, mediante um esforço de planejamento. Essa tendência, por sinal, inspiraria as políticas em seu breve interregno no início da década de 1980. Shelepin, por sua vez, era mais claramente stalinista e avesso a mudanças mais radicais no sistema. Finalmente, o novo Secretário-Geral, Brejnev, colocava-se em uma posição intermediária entre seus pares, considerada por vezes titubeante.

Para Keeran e Kenny (2010), essa dicotomia, que persistiu durante toda a existência da URSS, teve algumas novidades no período, com o fortalecimento tanto dos segmentos econômicos ministeriais, que cada vez mais pressionavam para a liberalização econômica e pela manutenção do diálogo com países ocidentais. Como vemos adiante, entretanto, o reformismo não foi um monopólio da ala mais *liberal*, como também passou a ser defendido por parte da *linha-dura*, desejosa em aumentar o poder do Estado sobre a economia e sobre a sociedade, de forma a justamente a aprimorar a eficiência dos processos produtivos. Esta última linha, que tinha em Andropov como um dos seus próceres, chegou a estabelecer uma aliança tática com as alas reformistas liberais mais jovens do partido e do governo, como veremos na sessão seguinte.

Na Plenária do CC do PCUS de novembro de 1964, uma das decisões tomadas foi a de denunciar o voluntarismo do líder deposto e reverter diversas políticas levadas a cabo até então. Foi abolido o princípio produtivo, ao unificar as estruturas partidárias regionais que se especializavam em segmentos industrial e agrícola. No ano seguinte, na Plenária de setembro, que aprovou os objetivos do Oitavo Plano Quinquenal (1966-1970), foram restabelecidos os ministérios setoriais no nível nacional e liquidados os *sovnarkhozy*, que eram os órgãos locais de supervisão econômica. Essas mudanças reverteram o curso da descentralização produtiva e o da autonomia econômica das repúblicas soviéticas, e buscaram favorecer, ao mesmo tempo, a interdependência entre elas.

No ponto de vista político, observou-se uma espécie de reabilitação do papel histórico do próprio Stalin, visível na referência ao referido dirigente em um discurso por ocasião da comemoração dos vinte anos da vitória sobre a Alemanha Nazista, em maio de 1965. No aspecto simbólico, sinalizava-se a restauração da tipologia usada na era Stalin. Assim, a partir de 1966, durante o XXIII Congresso do PCUS, Brejnev passou a ser designado como Secretário-Geral do PCUS e o órgão de cúpula voltou a ser oficialmente Politburo, como era a prática na era de Stálin, ao invés do uso dos títulos Primeiro-Secretário e Prezidium, criados sob Khrushchov. Durante aquele evento, os stalinistas usaram a tribuna para denunciar os desvios da era anterior, e passaram a alvejar os artistas considerados dissidentes, sobretudo aqueles ligados às publicações mais liberais.

A reabilitação do *vojd'* na União Soviética a partir da segunda metade da década de 1960 e a proliferação de artigos laudatórios ao seu papel na história do país coincidiu com a publicação das memórias de Khrushchov sobre os excessos de Stalin em alguns países do Ocidente, sobretudo pelos partidos comunistas locais e por outros movimentos progressistas,

que culminariam nas manifestações de 1968 em várias cidades da Europa Ocidental e da América do Norte.

O conservadorismo atingiu, também, a cúpula do governo, com a eliminação do dispositivo introduzido ainda em 1961 ao Estatuto do Partido, que previa a rotatividade na composição do secretariado nos órgãos partidários. Essa mudança, que atendia ao interesse da nomenclatura no poder, dificultaria a renovação da composição dos quadros partidários e inviabilizaria mudanças políticas mais profundas ao longo dos dois decênios seguintes, que culminaria na cunhagem pejorativa do sistema soviético de “gerontocracia”, como aponta Vdovin (2014, p. 420)

Já nos primeiros cinco anos após 1966, a rotatividade (em relação ao quinquênio anterior) havia se reduzido: a dos presidentes do Conselho de Ministros das repúblicas da União e a das repúblicas autônomas haviam se reduzido em uma vez e meia, a dos primeiros secretários do CC das repúblicas da União e a das repúblicas autônomas foram reduzidas em três vezes. A estabilidade dos quadros resultava em seu envelhecimento que culminou na desastrosa ‘gerontocracia’.¹⁵⁶

O novo governo abandonou a tese de construção em larga escala do comunismo, propalada no período de Khrushchov, e passou a referenciar o conceito de *socialismo desenvolvido*. Esse novo conceito, contudo, partia do mesmo diagnóstico proposto na administração anterior, de que o socialismo havia definitivamente triunfado no país, e de que a reversão capitalista não se colocava como ameaça, e que a sociedade soviética deveria mover para a implantação do comunismo. A diferença principal desse novo conceito, conforme aponta Vdovin (2014), era o reconhecimento da impossibilidade de se atingir o nível do comunismo em um futuro previsível. Ademais, os líderes nacionais afirmavam que a URSS já havia atingido o nível de socialismo desenvolvido, durante o qual todos os setores produtivos e as esferas sociais deveriam buscar um maior grau de harmonia entre si. Para o autor, esse discurso convinha ao novo governo do país não apenas porque o prazo para o estabelecimento do comunismo para sociedade soviética havia se expandido, mas também por ter permitido a transferência da tarefa de construção do comunismo do plano prático para o plano sumariamente teórico.

¹⁵⁶ No original, em russo: “Уже за первые пять лет после 1966 г. сменяемость (по сравнению с прошедшим пятилетием) сократилась: представителей Совета Министров союзных и автомобильных республик – в полтора раза, первых секретарей ЦК компартий союзных и автономных республик, обкомов и крайкомов партии – в три раза. Стабильность кадров оборачивалась их старением, губительной «геронтократией».”

O adiamento dos planos de implantação do comunismo na URSS, e sua substituição pelo socialismo desenvolvido não implicou, contudo, o abandono da concepção de governo popular, em detrimento da ditadura do proletariado. O próprio preâmbulo da nova Constituição do país, cujo texto foi finalmente aprovado em 1977, trazia consigo referências a essa visão de Estado vigente na União Soviética:

Ao continuar seu ativismo criativo, os trabalhadores da União Soviética propiciaram um desenvolvimento rápido e abrangente do país, e concluíram a construção do socialismo. Fortaleceu-se a união da classe dos trabalhadores, do campesinato dos *kolkhozy*, da intelectualidade popular, da amizade das nações e das nacionalidades da URSS. Evoluiu-se a unidade social-política e ideacional da sociedade soviética, cuja força motora é a classe trabalhadora. Ao completar as tarefas da ditadura do proletariado, o Estado soviético tornou-se popular. O papel de liderança do Partido Comunista, vanguarda de todo o povo, ampliou-se.¹⁵⁷ (UNIÃO SOVIÉTICA, 1977, grifo nosso).

A ascensão do governo reformista radical na Tchecoslováquia em 1968, liderado por Alexander Dubček, e a tentativa de abrir o país para o mundo ocidental provocou uma forte e decisiva reação dos dirigentes soviéticos. Estes capitanearam uma operação militar, da qual também participaram outras nações do Pacto de Varsóvia, para depor Dubček e eliminar o risco de defecção da nação centro-europeia para o Ocidente. Esse evento também trouxe importantes desdobramentos para a política interna da URSS, sobretudo quanto ao debate sobre reformas. O argumento conservador, que via nas reformas econômicas potencial desestabilizador na política interna e externa, ganhou significativo impulso no período. Diversas reformas e experimentos econômicos ou planejadas naquele momento foram estancados ou mesmo revertidos, e essa tendência predominou durante todo a década seguinte.

Essa fórmula de represamento de reformas não significava o restabelecimento da ordem social vigente nos anos de Stalin, mas sim, a convivência de padrões antigos com algumas das inovações trazidas no bojo da administração de Khrushchov, e outras durante os anos iniciais da era de Brejnev. Essas justaposições explicam a convivência, de um lado, da tese do socialismo desenvolvido, trazido à baila em meados da década de 1960, em comunhão com governo popular, uma noção da era pós-stalinista.

¹⁵⁷ No original, em russo: “Продолжая свою созидательную деятельность, трудящиеся Советского Союза обеспечили быстрое и всестороннее развитие страны, совершенствование социалистического строя. Упрочились союз рабочего класса, колхозного крестьянства и народной интеллигенции, дружба наций и народностей СССР. Сложилось социально-политическое и идейное единство советского общества, ведущей силой которого выступает рабочий класс. Выполнив задачи диктатуры пролетариата, Советское государство стало общенародным. Возросла руководящая роль Коммунистической партии — авангарда всего народа.”

Ademais, o empoderamento dos ministérios setoriais centrais, que passaram a controlar sozinhos enormes conglomerados econômicos em todo o território nacional aprofundou-se ao longo das últimas décadas de existência da União Soviética. Os ministérios centrais chegaram a ter, por volta de 1985, mais de 100 mil funcionários; os das repúblicas, por volta de 140 mil, e os de regiões autônomas e províncias, cerca de 280 mil pessoas. Não raro, os representantes dos ministérios detinham maior influência no plano local do que os próprios líderes partidários ou governamentais (VDOVIN, 2014).

Ocorreram algumas mudanças qualitativas quanto às práticas na cúpula do partido. Como aponta Vdovin (2014), as Plenárias do Partido e mesmo as Reuniões do PCUS, que haviam recuperado sua relevância no encaminhamento de diversas questões políticas durante o período de Khrushchov, sobretudo na própria definição dos membros componentes do Politburo, voltaram a ter um papel secundário e, mesmo, apenas ritualístico durante a era Brejnev, no sentido de apenas endossar as decisões tomadas previamente no Politburo. Ainda no nível do Comitê Central, ao mesmo tempo em que se procedia o contínuo esvaziamento da Plenária, notava-se um incremento na relevância dos comitês e departamentos especializados, que retinham em seus quadros por volta de 1.500 funcionários, e cujas decisões passaram a ter maior respaldo nas instâncias centrais, e a embasar e a informar as decisões no próprio Politburo. A participação nessas comissões, em geral, observava o princípio da representatividade em relação às repúblicas soviéticas, províncias e repúblicas autônomas, bem como aos integrantes do complexo militar-industrial, aos cientistas, aos artistas. Em outras palavras, o interesse de quase todas esferas do governo encontrava vazão nas comissões do partido.

É interessante apontar que a relativa escassez de mudanças de maior fôlego na orientação política ao longo dos anos 1970 contrastou com a rapidíssima evolução da política e dos debates no alto escalão do poder antes mesmo de 1985, quando Gorbachov se tornou o líder supremo do país. Uma parte significativa da cúpula no poder favorecia mudanças na condução da política e da economia, no sentido de aprimorar o controle do Estado e favorecer valores como a disciplina, ao mesmo tempo em que se mostravam incomodados com o avanço da chamada *segunda economia* (*teneváya ekonómika*) e da suposta displicência da liderança de Brejnev em relação a esse problema. Esse grupo assumiu a dianteira durante o período de Andropov no poder, e logrou promover uma série de novidades nessa direção, marcadas pelo incremento do papel da KGB e do sistema de controle do partido.

A ascensão de Tchernenko, ainda em 1984, apesar de inaugurar um governo bastante efêmero, marcou uma nova inflexão na política econômica e social, além do alastramento do

debate acerca de mudanças mais profundas no país. Nesse período, ganhou força a ideia, inclusive no interior do próprio comando do governo e do partido, de se promover uma atualização do Programa do PCUS, e a revisar o conceito de socialismo desenvolvido, já que, para seus críticos, o país se encontrava ainda em um estágio anterior, o do *socialismo em desenvolvimento*. Ao mesmo tempo em que se vislumbravam mudanças, ressurgiram-se os debates a respeito da necessidade de se reabilitar não apenas o papel de Stálin (ação apoiada por grande parte da chamada velha guarda), mas também o de seus correligionários, como Molotov (que foi readmitido no partido em junho de 1984). Adicionalmente, alguns membros do Politburo demandavam tratamento semelhante a alguns dos desafetos de Khrushchov, como Malenkov e Kaganovitch, e, simbolicamente, a restauração do nome da cidade de Volgogrado, identificada como tal desde 1961, no lugar de Stalingrado. No entanto, o *neobrejnevismo* e a política de reabilitação de alguns quadros reprimidos por Khrushchov teve duração tão curta quanto o governo de Tchernenko, que durou pouco mais de um ano.

As dificuldades econômicas acobertavam-se diante do relativamente alto crescimento econômico (ver seção 5.3), e parte do escalão superior reconhecia a necessidade de modificações mais audaciosas na condução da política econômica, ainda por volta de meados da década de 1970. Aponta Vdovin (2010, p. 445, tradução nossa):

“Na parte de cima”, naturalmente, muitos detinham o conhecimento das adversidades no desenvolvimento econômico da URSS. Levaram-se a cabo, também, tentativas de encontrar uma maneira de sair da situação. Em 1979, um grupo de analistas liderado pelo acadêmico V.A. Kirilin (vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS e Presidente do Comitê Estatal do Conselho de Ministros da URSS para Ciência e Tecnologia) elaborou um relatório sobre a situação e as perspectivas de desenvolvimento da economia soviética. O relatório apresentava um quadro realista e desanimador sobre essa questão, bem como a conclusão de que os crescentes problemas financeiros e econômicos não podem ser resolvidos sem novas reformas radicais e estruturais, de uma forma ou outra relacionados com a expansão do papel dos elementos de uma economia de mercado.¹⁵⁸

O levantamento desses problemas apenas custaria descontentamento da maior parte dos membros do Politburo e consequente afastamento de Kirilin de suas funções no governo naquele momento. No entanto, o gradual fortalecimento de segmentos reformistas ao longo da

¹⁵⁸ No original, em russo: “«Наверху», конечно, многие осознавали неблагоприятное в экономическом развитии СССР. Предпринимались и попытки найти выходы из положения. В 1979 г. группа аналитиков под руководством академика В.А. Кирилина (он был заместителем председателя Совмина СССР и председатель Государственного комитета СМ СССР по науке и технологии) подготовила доклад о состоянии и перспективах развития советского народного хозяйства. Доклад содержал реалистическую и удручающую картину этой сфере, а также вывод о том, что нарастающий финансово-экономический проблему нельзя решить без новых радикальных и структурных реформ, так или иначе связанных с расширением роли элементов рыночных отношений в экономике.”

primeira metade da década de 1980, seja pela progressiva ocupação de cargos chave no governo, seja pelo falecimento dos indivíduos da velha guarda menos propensos a mudanças radicais, gerou o pano de fundo para a emergência de Gorbatchov no início do ano de 1985 e para a implementação de reformas sem precedentes na história soviética, no bojo da Perestroica.

6.2 A EVOLUÇÃO NO ALTO ESCALÃO POLÍTICO

Logo após a destituição de Khrushchov em novembro de 1964, a Plenária do Comitê Central atualizou a composição do Politburo, de forma a refletir a nova correlação de forças. Foram incluídos os nomes de Shelest, então primeiro-secretário do Partido Comunista da Ucrânia, e de Shelepin. Ambos participaram ativamente tanto na oposição a Khrushchov em seus últimos anos no poder, como também no complô para derrubá-lo. No âmbito da estrutura governamental, na chefia do Prezidium do Conselho de Ministros, Mikoyan, considerado politicamente próximo a Khrushchov, foi substituído por Podgornyy. No secretariado do Comitê Central, foi designado Kirilenko, que era bastante próximo a Brejnev naquele momento.

Nesse momento inicial, Brejnev já despontava como a principal força, mas não era exatamente a única. Emergiu-se uma espécie de triunvirato, da qual faziam parte o novo primeiro-secretário, o novo chefe do governo Kosygin, e o segundo-secretário do Partido (além de chefe do Conselho de Ministros) Podgornyy. Além desses três elementos principais, Shelepin mantinha uma influência considerável, diante de sua posição no Partido.

Gromyko, que havia apoiado o afastamento de Khrushchov, buscou aproximação com Brejnev, e a relação entre ambos foi rapidamente elevada, mantendo-se sua posição como chefe da diplomacia soviética (MLECHIN, 2011). Entretanto, o papel de representante do Estado perante encontros com presidentes estrangeiros, na fase inicial de Brejnev, era dividido entre Kosygin e Podgornyy, diante do desinteresse do referido líder com questões de política externa (MLECHIN, 2011). Kosygin mantinha pretensões de reter um papel dominante nas decisões sobre política externa, ao realizar encontros com líderes estrangeiros que se colocavam como relevantes para a estratégia global da URSS naquele momento. Em um deles, em 1965, ele esteve em Hanói para prometer assistência militar aos vietnamitas, que se encontravam em guerra contra os EUA; no caminho de volta, estacionou em Pequim para negociar a redução das tensões com a RPC (para mais detalhes, ver capítulo seção 4.2.2.). Em janeiro do ano seguinte, recebeu em Tashkent (Quirguistão) representantes da Índia e do

Paquistão para a negociação de uma solução do conflito territorial entre esses dois países. Em todas essas ocasiões, a URSS logrou importantes avanços diplomáticos, colaborando para o prestígio de Kosygin.

Imaginava-se, inicialmente, que a nova direção assumiria rapidamente o controle e eliminaria os indivíduos identificados com o reformismo de outrora. No entanto, alguns membros da própria jovem guarda, grupo que havia sido responsável pelo afastamento do líder anterior, perderam suas posições logo no início da era Brejnev, como o caso de Semitchastnyy, que chefiava a KGB. O motivo de seu afastamento teria sido a incapacidade de deter a defecção da filha de Stálin, Svetlana Alliluyeva, para os Estados Unidos; em seu lugar foi nomeado Yuriy Andropov, futuro Secretário-geral do PCUS.

O grande dinamismo da economia nacional (ver seção seguinte) e, relacionado a esse processo, o empoderamento de determinadas instâncias, sobretudo os ministérios centrais setoriais (bem como suas ramificações nas repúblicas e nas províncias), de certa forma se contrastava com o relativo congelamento do poder na cúpula do poder, o Politburo. A falta de rotatividade dos quadros a partir do final da década de 1960 estendeu-se ao longo do decênio seguinte, a ponto de a idade média dos ocupantes de cadeiras no Politburo (incluindo-se os candidatos) e dos Secretários do Comitê Central aumentar entre 1971 a 1980 de 60 anos para 68 (no caso do Politburo, a média era de 71 em 1980), consagrando-se a característica bastante difundida – e, em geral, bastante pejorativa – acerca do governo soviético como uma gerontocracia, ou governo dos anciãos. Com efeito, uma das questões mais discutidas entre os membros da cúpula passaria a ser, cada vez mais, o estado de saúde de seus próprios membros, e tomaria proporção central na década de 1980.

Não surpreende o fato de que boa parte das mudanças na composição do Politburo ao longo desse período foram decorrentes do falecimento de seus membros. Esse foi o caso de Gretchko (1976)¹⁵⁹, Kulakov (1978), Pel'she (1983), Ustinov (1984), além dos secretários-gerais Tchernenko (1984) e Andropov (1985).

¹⁵⁹ Este, por sua vez, havia ocupado o lugar de outro chefe militar de elevada influência, o marechal Malinovsky, que falecera em 1967.

Quadro 4 - Relação de membros plenos do Politburo, em junho de 1975

Nome (ano de nascimento – ano de falecimento)	Data de ingresso ao Politburo	Data de saída do Politburo
Mikhail Andreyevitch Suslov (1902-1982)	12 de julho de 1955	25 de janeiro de 1982
Dmitry Stepanovitch Polyanskiy (1917-2001)	4 de maio de 1960	5 de março de 1976
Andrey Pavlovitch Kirilenko (1906-1990)	23 de abril de 1962	22 de novembro de 1982
Kirill Trofimovitch Mazurov (1914-1989)	26 de março de 1965	27 de novembro de 1978
Avrid Yanovitch Pel'she (1899-1983)	8 de abril de 1966	29 de maio de 1983
Viktor Vasil'yevitch Grishin (1914-1992)	9 de abril de 1971	18 de fevereiro de 1986
Fyodor Davydovitch Kulakov (1918-1978)	9 de abril de 1971	17 de julho de 1978
Dinmukhamed Akhmedovitch Kunayev (1912-1993)	9 de abril de 1971	28 de janeiro de 1987
Vladimir Vasil'yevitch Shcherbitskiy (1918-1990)	9 de abril de 1971	20 de setembro de 1989
Yuriy Vladimirovitch Andropov (1914-1984)	27 de abril de 1973	9 de fevereiro de 1984
Andrey Antonovitch Gretchko (1903-1976)	27 de abril de 1973	26 de abril de 1976
Andrey Andreyevitch Gromyko (1909-1989)	27 de abril de 1973	30 de setembro de 1988

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rosiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017).

Dos dezessete membros iniciais, o Politburo, cerca de dez anos mais tarde, passou a contar com apenas dez membros, quase todos do informalmente conhecido *Grupo de Dnipropetrovsk*, que na verdade reunia indivíduos com passagem na referida região da Ucrânia, na Moldávia e no Cazaquistão (Kunayev, que havia sido líder do partido no Cazaquistão, e Shcherbitskiy, no cargo análogo da Ucrânia, além de Tchernenko, outrora secretário do Partido na Ucrânia). Ainda em 1966, Brejnev testemunhou o fortalecimento de sua posição no partido e no governo, com sua nomeação como Secretário-Geral do PCUS e, no mesmo ano, foi agraciado com o prêmio de Herói da União Soviética, a condecoração mais elevada no país¹⁶⁰. Ao se valer de sua influência, Brejnev buscou nomear em posições-chave do governo e do partido indivíduos que lhe fossem mais leais, ao mesmo tempo em que buscou enfraquecer aqueles que se comportavam de forma mais autônoma em relação ao líder e a seu grupo.

¹⁶⁰ Na verdade, uma das mais lembradas características de Brejnev foi o enorme acúmulo de condecorações oficiais, soviéticas e estrangeiras, mais do que qualquer outro estadista soviético. Apenas quanto a essa condecoração mais elevada, o referido líder seria agraciado no total em quatro ocasiões até seu falecimento, em 1982.

Outros nomes não se enquadraram nessa regra implícita da vitaliciedade do cargo no Politburo, em geral por desafiarem, em diferentes graus, a hegemonia de Brejnev, ou por não lhe demonstrarem a proximidade em um nível aceitável. Assim, foram afastados Voronov (1973), Shelest (1973), Shelepin (1975), Polyanskiy (1976) e Mazurov (1978). Alguns dos membros afastados, especialmente Shelest e Polyanskiy (além de Podgorny), mantinham uma visão bastante crítica não apenas da estratégia da Détente, mas também eram vocalmente mais antiamericanos. Nessa fase, a Détente era apoiada por uma parcela considerável e poderosa dentro do Politburo, a saber: Gromyko, Suslov e, até meados da década de 1970, por Andropov, além de Kosygin (RYBAS, 2011).

Entretanto, como frisa Khodyakov (2015) algumas personalidades relevantes lograram manter certa autonomia de pensamento e de ação em seus respectivos segmentos: esse foi o caso de Suslov, enquanto ativista na área de promoção da propaganda, de Andropov, na questão da segurança interna e externa por meio da KGB, e, de interesse central para nossa tese, de Gromyko, na formulação e na execução da política externa por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros do país. Suslov era membro do Politburo desde a década de 1950, enquanto Gromyko e Andropov passaram a integrá-lo a partir de 1973, junto com o então ministro da Defesa (Gretchko), o que denotava sua relevância assinalada durante o período e o aumento da composição da elite decisória no país. Esse aumento de vagas no Politburo vinha ao encontro do que Brejnev pretendia, a saber, o fortalecimento de sua autoridade no Politburo e, mais do que isso, sua consolidação como o fiel da balança dos interesses da grande maioria dos integrantes do referido órgão. Essa fórmula de manutenção do poder, que frisava a estabilidade dos cargos, em que dado indivíduo apenas abandonaria a princípio o posto por questões de falecimento ou de quebra de solidariedade perante o líder, fortalecia o bloco governista, mas ao mesmo tempo atrasou o processo de renovação dos quadros governantes pelo menos até o final da década de 1970.

Durante a era Brejnev, é possível afirmar que o Ministério das Relações Exteriores (MID, na sigla em russo), presidido desde 1957 por Andrey Gromyko, passou a reter maior autonomia na formulação e na implementação da política externa da URSS. Essa tendência ficou mais visível sobretudo na fase final desse período, após o referido chanceler tornar-se membro do Politburo (1973) e, não menos relevante, as condições de saúde de Brejnev dificultarem-no ou mesmo impedirem-no de tomar decisões sem a assistência de seus ministros mais próximos (MLECHIN, 2011). Isso não significa, entretanto, que o Politburo e as relações entre seus membros deixassem de exercer influência sobre a condução dos negócios políticos. O colegiado manteve a última palavra em determinadas questões,

sobretudo na decisão de temas de alta relevância, tais como a questão de interferir ou não militarmente em dado conflito externo - como no caso da questão afegã, em 1979 -, sobre aspectos específicos no regime de desarmamentos, em que o CMI apresentava uma grande ingerência (SHUBIN, 2002), ou ainda, na decisão de celebrar acordos que poderiam ter implicações diretas para a política interna, como no caso dos Acordos de Helsinki de 1975, em cujas negociações Brejnev teve um papel central na delegação soviética. Neste caso, é interessante frisar que a assinatura desses acordos, que promoveriam a observação de uma série de direitos civis por todos os signatários, como enfatizada pela diplomacia dos países ocidentais, abriu objeções entre os membros do Politburo, que temiam a geração de pretextos para a intrusão do Ocidente nas questões internas de proteção de direitos e liberdades individuais no país e em outras republicas socialistas europeias (MLECHIN, 2011).

Vale ressaltar que a estratégia da *Détente* na relação com os Estados Unidos nesse período, apoiada por Brejnev e defendida de forma ainda mais categórica por Gromyko, não era unanimidade entre os membros do Politburo, onde havia certa indisposição sobretudo nos círculos mais duros, representados pelos representantes do CMI (Gretchko) e dos serviços de inteligência (Andropov). Os militares soviéticos mantinham reservas quanto aos acordos de limitação de armamentos estratégicos e eram mais sensíveis a possíveis concessões de vantagens aos rivais norte-americanos e, por esse motivo, recusavam a fornecer informações mais detalhadas aos próprios diplomatas soviéticos, pelo menos em determinadas circunstâncias. Frequentemente, o Quartel-General das Forças Armadas reteve o poder de veto ou ainda de decisão final nessas questões específicas (MLECHIN, 2011). O próprio acordo do START-2, que chegou a ser assinado pelas duas superpotências em 1979, mas não foi ratificado pelo Congresso dos EUA (ver seção 3.2.1.), era alvo de importantes críticas entre os *siloviki* soviéticos. Ainda naquele ano, a proposta alemã-ocidental sobre a retirada dos mísseis de médio alcance posicionados no continente europeu provocou reações díspares entre os membros do Politburo. Enquanto Gromyko e Brejnev se colocavam vacilantes em aceitar a proposta, Ustinov foi bastante taxativo ao rejeitar a proposta. (RYBAS, 2011) A proposta não recebeu uma resposta clara da diplomacia soviética, e o país continuou a manter parte de seu arsenal de mísseis de médio alcance na parte europeia de seu território. Esse foi um dos momentos em que se testemunhava o avanço do estrato social e econômico dos militares na política soviética.

Entretanto, pontua Mlechin (2011, 825-826), durante esse período, havia outra instância de poder que concorria ou que coexistia na condução da política externa do país, a saber, o departamento internacional do Comitê Central do PCUS, chefiado por Ponomaryov:

Essa situação se explicava pelo fato de que não era o MID que lidava com o Terceiro Mundo e com os países socialistas, mas sim o CC do Partido. E para lá eram enviados como embaixadores não os diplomatas, mas os antigos secretários do partido. Gromyko não se interessava pelo Oriente e pelo mundo árabe, e por esse motivo essas regiões ficavam à mercê do Departamento Internacional do CC, cuja liderança durante muitos anos manteve-se sob responsabilidade de Boris Nikolayevitch Ponomaryov, desde a época do Komintern. Porém, o ministro não permitia a aproximação das pessoas próximas a Ponomaryov a tratar dos temas relacionados a Estados Unidos e a Europa. Essa disputa agravava-se pelas relações tensas entre Ponomaryov e Gromyko.¹⁶¹

Ainda em 1974, sucedeu-se um encontro entre os chefes-de-estado dos EUA (Gerald Ford) e URSS (Brejnev), em Vladivostok, no extremo leste soviético, onde seriam assinados uma série de documentos sobre limitação de armamentos (ver seção 3.2.1), uma das últimas grandes atuações de destaque de Brejnev em matéria de política externa. Apesar da tendência geral de Détente, os encontros de alto nível naquela cidade foram em geral tensos. A parte americana suscitou algumas modificações no texto que havia sido previamente consolidado pelas diplomacias de ambos os países, e Brejnev, ao invés de aceitá-las, sondou a opinião dos membros do Politburo em Moscou. A proposta foi recusada categoricamente por alguns membros, inclusive por Gretchko, que ocupava o cargo de Ministro da Defesa.

Ainda assim, na prática, o MID passou a exercer influência considerável em muitas questões, inclusive nas relações com alguns dos principais parceiros externos da URSS, especialmente após 1973, quando Gromyko foi incluído na composição do Politburo (ver Tabela 5). Interessante frisar que, com o tempo, a influência de Gromyko e de seu grupo passou a ser cada vez mais relevante na formulação da política externa soviética, diante do aumento da autonomia decisória desse círculo.

Por volta de 1976, as condições de saúde de Brejnev já interferiam mais claramente em sua capacidade física de participar de reuniões, provocando a delegação de um maior conjunto de decisões a figuras-chaves em seu governo, inclusive Gromyko. Como aponta Vdovin (2014), por recomendação médica, Brejnev poderia ter, a partir de então, apenas quatro dias de trabalho ao longo da semana, e as reuniões do Politburo, que tratavam das

¹⁶¹ No original, em russo: “Частично такая позиция объяснялась тем, что третьим миром и социалистическими странами занимался не МИД, а ЦК партии. И послами туда отправляли не дипломатов, а бывших партийных секретарей. Восток и арабский мир Громыко не интересовали, поэтому он отдал эти регионы на откуп Международному отделу ЦК, во главе которого многие годы стоял секретарь ЦК Борис Николаевич Пономарев – он начинал еще в Коминтерне. Зато министр не подпускал людей Пономарева к американским и европейским делам. Эта конкуренция усугублялась дурными отношениями между Пономаревым и Громыко.”

questões mais relevantes da vida política do país, não poderiam tomar mais do que vinte minutos por dia.

Adicionalmente à redução gradual da participação direta de Brejnev nos negócios do Estado, sobretudo a partir do final da década de 1970, gerou-se uma nova tríade na cúpula do poder soviético, formada por três elementos-chave dentro do Politburo: Gromyko, Andropov e o novo Ministro da Defesa, Ustinov (após o falecimento de Gretchko em 1976). Esse grupo projetou e patrocinou a decisão do Politburo de intervir militarmente no Afeganistão em 1979 (SHUBIN, 2002, p. 31). Ademais, Gromyko, outrora prócer da Détente, passou a defender uma política externa mais dura, em consonância com o alto escalão militar que mantinha uma influência cada vez maior nas principais decisões, sobretudo no início da década de 1980. A própria ideia de Détente passou a ser cada vez mais contrariada dentro do partido nesse período (MLECHIN, 2011)

Entretanto, a ocorrência dos falecimentos de indivíduos que ocupavam cargos de liderança na URSS nesse período abriu espaço para a ascensão de quadros mais jovens, que então ocupavam posições imediatamente inferiores na hierarquia, ainda que de maneira extremamente limitada e gradual. Por exemplo, o falecimento de Kulakov em 1978 abriu lacunas em ambas as posições que ocupava: uma cadeira no Politburo, e o cargo de secretário do Comitê Central para Agricultura. O primeiro posto permaneceu vazio, enquanto o segundo foi preenchido por ninguém menos do que Mikhail Gorbachov, que até então era primeiro-secretário do PC no *krai* de Stavropol', e apenas lograria obter uma cadeira no Politburo apenas em 1980. A nova guarda emergiu-se lentamente ao ocuparem cargos entre os *kandidaty* a membros do Politburo, como foi o caso de Aliyev em março de 1976 (então primeiro-secretário do PC no Azerbaijão) e de Shevardnadze em novembro de 1978 (então primeiro-secretário do PC na Geórgia).

Quando suas condições de saúde pioraram, Brejnev optou por escolher seus possíveis sucessores, que eram também membros da velha guarda: em primeiro lugar, o próprio Tchernenko, e, em segundo lugar, o então primeiro-secretário do partido na Ucrânia, Shcherbitskiy (SHUBIN, 2000).

Contudo, após a morte de Brejnev, a Plenária do CC elegeu Andropov, já com 68 anos de idade, para ocupar a função de secretário-geral do PCUS. Andropov havia sido chefe da KGB por cerca de quinze anos e, após a morte de Suslov, foi nomeado como o ideólogo principal do partido. Seu nome era ligado à linha mais dura do partido e do governo, e sua eleição é conectada ao apoio que gozava tanto nos serviços de inteligência, quanto no complexo militar-industrial do país (SHUBIN, 2000), o que permite afirmar a grande

influência desses setores sobre o restante do partido e do governo naquele período. Além desses setores, o novo líder do país passou a contar com o apoio (ou conivência) de parte da velha guarda, e também de quase todos os membros da jovem guarda do Politburo, incluindo-se Gorbachov. A principal oposição era do *clã* de Brejnev, com destaque para Tchernenko (MLECHIN, 2011). No caso de Gromyko, esperou manter sua posição no comando do MID, e chegou a recusar o convite do novo líder para chefiar o Prezidium do Soviete Supremo. O estilo de Andropov, ademais, reservava para si um maior domínio das questões de política externa em comparação com seu antecessor (MLECHIN, 2011).

Durante seu interregno houve uma campanha de combate ao *inakomysliye* (pensamento subversivo) e o restabelecimento de um estilo mais autoritário de governo e de tomada de decisão. Seu estilo resguardava algumas diferenças em relação ao seu antecessor: a luta contra os privilégios das classes mais abastadas, a promoção da disciplina no partido e na economia e o combate à corrupção. Assim, um dos principais focos de preocupação da nova direção foi a repressão à chamada segunda economia (*tenevaya ekonomika*), que àquela altura tomava uma proporção altamente significativa no conjunto da economia nacional. Por volta de 1983, tornaram-se comuns as intervenções de agentes da KGB em diversos estabelecimentos econômicos, inclusive lojas, postos de trabalho e reuniões do partido, sob o propósito de combate à corrupção e aos ilícitos econômicos. No curto tempo de seu governo, cerca de 30% dos cargos de gestão do PCUS em Moscou haviam sido alterados, por conta das acusações de variadas atividades ilegais (SHUBIN, 2000).

O Politburo não passou incólume ao notável avanço da jovem guarda. Além de Gorbachov, membro desde 1980, e de Romanov, que era primeiro-secretário do *oblast'* de Leningrado e porta-voz do complexo militar-industrial no Politburo, outros indivíduos nascidos após a Revolução de 1917 emergiram nesse momento: Aliyev tornou-se vice-líder do governo da URSS (o cargo principal era ocupado por Tikhonov); Vorotnikov foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros da Federação Russa; Solomentsev foi designado como chefe do Comitê de Controle do Partido no CC. Como novo secretário do Comitê Central foi designado Nikolay Ryjkov, que fora vice-chefe do departamento econômico do próprio CC.

O alto escalão tinha ciência dos problemas econômicos que se acumulavam, sobretudo na questão do déficit de abastecimento. Ainda no início de 1983, Andropov designou um grupo no âmbito do Comitê Central para discutir e propor medidas concretas de reformas, do qual fizeram parte Ryjkov e Gorbachov. As propostas eram em geral bastante semelhantes ao pacote de 1965, sobretudo no que dizia respeito à reintrodução da contabilidade de custos nas

empresas, bem como o aumento de sua autonomia gerencial e dos coletivos agrícolas (ver detalhes na seção seguinte).

No breve interregno de Andropov, nota-se a gestação de parte das profundas mudanças políticas e econômicas que acometeriam o país durante a liderança de Gorbachov, poucos anos depois. Como ressalta Shubin (2000), Andropov, ao mesmo tempo em que havia iniciado um curso mais conservador na condução da política e da economia, estava determinado a promover mudanças significativas para fazer o país ingressar na revolução técnico-científica que já era visível no Ocidente, mas sem abrir mão dos princípios de uma sociedade socialista e evitando-se a gestação de uma *burguesia da nomenclatura*.

Após a morte de Andropov, em fevereiro de 1984, Tchernenko, o principal nome de Brejnev, ascendeu ao poder, assumindo ao mesmo tempo o cargo de Secretário-Geral do PCUS e a presidência do Conselho Supremo da URSS, ainda que suas condições de saúde já se mostrassem bastante precárias. Apesar de encontrar-se no Politburo havia menos tempo do que outros integrantes de sua geração, o referido líder representava os anseios da velha guarda mais próxima a Brejnev. Esse interregno, apesar de bastante curto, foi marcado pelo congelamento das reformas conservadoras de Andropov, ao mesmo tempo em que a ala jovem continuou a progredir nos espaços de poder. Gorbachov foi nomeado como chefe do governo (presidente do Conselho de Ministros), no lugar de Tikhonov, que na prática era o segundo cargo mais importante do país.

Quadro 5 - Composição do Politburo em dezembro de 1984

Nome (ano de nascimento – ano de falecimento)	Data de ingresso ao Politburo	Data de saída do Politburo
Dinmukhamed Akhmedovitch Kunayev (1912-1993)	9 de abril de 1971	28 de janeiro de 1987
Vladimir Vasil'yevitch Shcherbitskiy (1918-1990)	9 de abril de 1971	20 de setembro de 1989
Andrey Andreyevitch Gromyko (1909-1989)	27 de abril de 1973	30 de setembro de 1988
Grigoriy Vasil'yevitch Romanov (1923-2008)	5 de março de 1976	1 de julho de 1985
Konstantin Ustinovitch Tchernenko (1911-1985)	27 de novembro de 1978	10 de março de 1985
Nikolay Aleksandrovitch Tikhonov (1905-1997)	27 de novembro de 1979	15 de outubro de 1985
Mikhail Sergueyevitch Gorbachov (1931)	21 de outubro de 1980	6 de novembro de 1991
Gueidar Aliyevitch Aliyev (1923-2003)	22 de novembro de 1982	21 de outubro de 1987
Vitaliy Ivanovitch Vorotnikov (1926-2012)	26 de dezembro de 1983	14 de julho de 1990
Mikhail Sergueyevitch Solomentsev (1913-2008)	26 de dezembro de 1983	30 de setembro de 1988

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rosiyskaya Entsiklopediya.

6.3 A EVOLUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

O período em discussão abarca a totalidade dos Oitavo, Nono, Décimo e 11º planos quinquenais. Apesar da relativa estabilidade político-institucional, a caracterização geral desse período permanece altamente polêmica tanto nos círculos acadêmicos como políticos. Na versão oficial, e de acordo com os seguidores de Brejnev e grande parte dos comunistas, inclusive na própria Rússia contemporânea e em outras ex-repúblicas soviéticas, designam o período de socialismo desenvolvido e apontam para a manutenção do relativo elevado crescimento econômico geral, da estabilidade política e social no país e para os avanços na política externa, sobretudo com o advento da Détente e do aumento do prestígio soviético em diversas partes do chamado Terceiro Mundo. Seus críticos, que assumiram o poder na Era Gorbachov (e também, no governo Yeltsin, já após a derrocada da URSS), qualificam essa fase de *Zastôy*, ou *A Estagnação*, diante da redução do ritmo de crescimento da economia, e da excessiva retenção do poder por parte da chamada Velha Guarda, retardando algumas reformas que esses grupos críticos consideravam como inevitáveis.

Qual o desempenho econômico da URSS perante as demais grandes potências no período? Percebemos uma disputa ainda mais acirrada do que na fase anterior sobre a evolução da economia soviética como um todo. Por lado, está bastante claro que o ritmo de

crescimento geral ao longo do período em consideração sofreu um arrefecimento, mesmo sob consultas dos dados oficiais.

Tabela 4 - Evolução da Renda Nacional em países selecionados (1)

	Volume total da renda nacional			Renda nacional per capita		
	1970	1980	1986	1970	1980	1986
URSS	2	3,2	4	1,8	2,6	3,1
China	1,5	2,6	4,4	1,2	1,8	2,8
Reino Unido	1,3	1,6	1,8	1,2	1,5	1,7
Itália	1,7	2,4	2,5	1,6	2,1	2,2
EUA	1,5	1,9	2,2	1,3	1,5	1,7
RFA	1,6	2	2,2	1,4	1,8	2
França	1,7	2,5	2,7	1,5	2,1	2,2
Japão	2,7	4,3	5,3	2,5	3,4	4,1

Fonte: Dados brutos de Gosstat SSSR (1987). Elaboração própria (2017).

(1) Valores em índice (1960 = 1)

Enquanto os dados de alguns governos estrangeiros em geral tendem a ser menos favoráveis aos indicadores soviéticos (Tabela 5), os dados disponibilizados desde 1970 pela UNCTAD parecem mais próximos aos indicadores produzidos pelas instituições soviéticas e a confirmar a prevalência da potência socialista em relação a quase todos os principais países capitalistas avançados, com a exceção do Japão (Tabela 6).

Tabela 5 - Média de crescimento anual por períodos do PIB (1)

País	1966-70	1971-75	1976-79	País	1966-70	1971-75	1976-79
Estados Unidos	3,1	2,3	4,4	Itália	6,2	2,4	3,8
Reino Unido	2,5	2	2,4	Países Baixos	5,5	3,2	3,1
França	5,4	4	3,7	Noruega	3,7	4,6	4,2
RFA	4,4	2,1	4	Espanha	6,2	5,5	2,5
Japão	12,2	5	5,9	Suécia	3,9	2,7	1,1
Canadá	4,8	5	3,7	Suíça	4,2	0,8	0,9
Austrália	6	3,5	2,4	Turquia	6,6	7,5	4,1
Nova Zelândia	2,7	4	0,3				
Finlândia	4,8	3,9	2,5	URSS	5,2	3,7	3

Fonte: Adaptado de Congress of The United States (1982).

(1) para todos os países exceto URSS usa-se PIB; para URSS, usa-se a Renda Nacional.

Tabela 6 - Taxa anual de crescimento do PIB (1971-1985), países selecionados, em % em relação ao ano anterior

Ano	URSS	EUA	Reino Unido	RFA	França	Japão	RPC
1971	5,21	3,31	3,48	3,13	5,35	4,7	7
1972	2,82	5,26	4,29	4,3	4,54	8,41	3,8
1973	7,72	5,64	6,52	4,78	6,31	8,03	7,9
1974	4,8	-0,51	-2,47	0,89	4,29	-1,23	2,3
1975	2,63	-0,21	-1,49	-0,87	-0,98	3,09	8,7
1976	6,17	5,39	2,92	4,95	4,31	3,97	-1,6
1977	5,16	4,62	2,46	3,35	3,45	4,39	7,6
1978	5,1	5,57	4,2	3,01	3,98	5,27	11,7
1979	3,35	3,19	3,74	4,15	3,56	5,48	7,6
1980	4,9	-0,23	-2,04	1,41	1,59	2,82	7,8
1981	5,3	2,59	-0,78	0,53	1,08	4,18	5,1
1982	7,64	-1,92	2,02	-0,39	2,51	3,38	9
1983	4,66	4,61	4,22	1,57	1,26	3,06	10,8
1984	4,05	7,26	2,27	2,82	1,52	4,46	15,2
1985	1,4	4,23	4,19	2,33	1,62	6,33	13,4

Fonte: Dados brutos de Unctadstat (2017). Elaboração própria (2017).

Logo na fase inicial do período, o novo Presidente do Conselho de Ministros, Aleksey Kosygin, promoveu a realização de importantes reformas econômicas no sentido de incluir alguns princípios da economia de mercado no sistema socialista. Para Vdovin (2014), essas reformas coincidiam até determinado ponto com os princípios da antiga Nova Política Econômica (NEP), lançada ainda nos anos de Lênin no poder, mas com uma importante diferença: desta vez, a economia nacional carecia do setor privado, diferentemente dos primórdios da existência da União Soviética. A diretriz econômica do novo período histórico foi aprovada, ainda, nas plenárias de março e de setembro de 1965 do Comitê Central do PCUS. Esse conjunto de reformas, cujas discussões foram inicialmente travadas ainda no período sob Khrushchov, deveriam abarcar essencialmente o aspecto econômico, de forma a conferir maior estabilidade no crescimento econômico sem alterar, contudo, a estrutura política vigente, e, tampouco, colocar em questionamento a continuidade do sistema econômico socialista (KHODYAKOV, 2015).

Um dos setores mais visados nesse conjunto de reformas econômicas foi a agricultura, a qual, como vimos no capítulo anterior, apresentou um desempenho bem aquém em comparação com outras áreas, sobretudo a indústria pesada, e, por esse motivo, era fonte de preocupação constante entre os administradores econômicos do país, mesmo após a queda de Khrushchov. O primeiro conjunto de reformas, aprovado ainda em março de 1965 na Plenária do CC, contemplava especificamente a questão agrícola e buscava, em linhas gerais, expandir

intensivamente sua produtividade, colocando-se parcialmente como uma releitura da política de Khrushchov de expansão da área cultivada. Dentre as principais medidas, citam-se a introdução de um sistema de estímulos à produção dos trabalhadores das propriedades agrícolas, o aumento do preço pago pelo governo nas aquisições de grãos, a redução do custo de alguns insumos agrícolas, inclusive maquinários e equipamentos, e do imposto cobrado aos camponeses. Ademais, alguns indicadores compulsórios de produção foram suprimidos, e foi concedida maior autonomia quanto ao poder de gestão das propriedades para os funcionários dessas empresas, ao menos nas propriedades estatais (*sovkhozy*). Nesse mesmo intuito, o Ministério da Agricultura do âmbito nacional teve suas competências ampliadas na esfera de planejamento e controle da produção em detrimento das agências das repúblicas soviéticas e das províncias, além do incremento no volume dos investimentos para o setor como um todo.

Já a reforma de setembro de 1965 tinha como escopo a modificação de alguns padrões referentes à indústria, com orientação bastante semelhante do pacote de março, direcionado à agricultura. Três grandes questões inscreviam-se nesse pacote: a mudança nos indicadores e nos relatórios do plano de metas; a ampliação da autonomia das propriedades industriais e o fortalecimento nos estímulos de produtividade aos trabalhadores, com enfoque no resultado. Em relação ao primeiro desses aspectos, o número de indicadores de produção a que essas organizações se submetiam foi radicalmente reduzido (de 30 para três), e, qualitativamente, a produção passou a ser medida não apenas em termos físicos, como também em valor. Em segundo lugar, essas reformas conformavam não apenas a centralização do planejamento econômico, como era a praxe do período stalinista, mas também com o empoderamento dos ministérios setoriais centrais, aos quais se concedeu uma grande autonomia gerencial, transformando-os, na prática, em grandes empresas ou conglomerados estatais. Essas organizações passaram a se responsabilizar não apenas pela capacidade de produção, mas também na habilidade de vender e obter receitas a partir de suas atividades. Ademais, elas passaram a contar com fundos de incentivo, formados por parte dos lucros de suas atividades, os quais poderiam ser aproveitados para o aprimoramento das capacidades produtivas, melhoria das condições sociais dos trabalhadores, entre outros aspectos (KHODYAKOV, 2015). Em terceiro lugar, o nível dos salários também passou a variar conforme a rentabilidade das atividades econômicas da indústria. Ademais, as empresas passaram a controlar as operações de compra de insumos e venda de sua produção.

No Oitavo Plano Quinquenal, adotado durante o XXIII Congresso do PCUS em março de 1966, manteve-se o enfoque no aumento da produção da indústria em até 50%, na agricultura em 25%, e na renda nacional também em torno de 50%. A transição da indústria

para o novo sistema adotado na diretriz da Plenária de setembro de 1965 deveria ocorrer de forma gradual; em 1967, cerca de dez milhões de funcionários já estavam enquadrados nessas novas condições de produção, que já respondia a cerca de 40% da produção industrial total do país, e por volta do final daquele plano quinquenal, toda a indústria já havia concluído essa transição, com a consolidação de grandes conglomerados setoriais (VDOVIN, 2014). Essa transição foi em geral bem-sucedida, a julgar pelo êxito no alcance das metas de produção industrial do referido plano, com, inclusive, a recuperação dos índices de crescimento econômico no referido setor. Foram colocadas em operação importantes unidades industriais de automóveis na bacia da Volga, a ampliação física de setores como celulose, calçados, têxtil, entre outros. A expansão industrial ao longo desse plano também foi beneficiada com a conclusão de algumas hidrelétricas e termelétricas, e pela conformação do sistema energético integrado na parte europeia do território soviético.

Ao longo do 8º Plano, o setor de exploração de hidrocarbonetos conheceu uma forte expansão, graças à abertura de diversos campos na bacia da Sibéria Ocidental e em regiões do litorâneo do Oceano Ártico. Ademais, o CC do PCUS aprovou a decisão em 1969 de acelerar ainda mais o desenvolvimento do setor nessas regiões, com a alocação de recursos humanos de todas as repúblicas soviéticas. A produção desses insumos, contudo, apenas cresceria de forma exponencial no plano seguinte, em função da maturação dos investimentos.

Na agricultura, e especialmente nos *sovkhosy*, foi paulatinamente sendo estabelecida uma estrutura de gestão baseada na contabilidade de custos, ou seja, essas organizações passaram a ser responsáveis por eventuais déficits e por seu financiamento. Buscou-se aprimorar consideravelmente as condições de trabalho também nos *kolkhozy*, com a abolição do sistema de pagamento de salário baseado em dias de trabalho, em prol do regime mensal, e a previsão de determinados dias para férias. Além disso, os funcionários dessas estruturas tiveram o direito de escolher os membros da administração da propriedade, bem como os responsáveis pela segurança, entre outras funções¹⁶². Houve também forte incorporação de maquinários agrícolas (tratores, colheitadeiras etc.) e a eletrificação de quase todas as propriedades, além da crescente capacitação técnica e profissional dos diretores. Apesar de todos os esforços e das melhorias propostas no campo, a agricultura não conseguiu satisfazer a meta imposta pelo plano, diante do crescimento de apenas 21% da produção (média de 3,8% de crescimento anual), ou seja, quatro pontos percentuais abaixo do projetado.

¹⁶² Essas mudanças foram aprovadas no Terceiro Congresso dos Trabalhadores dos *Kolkhozy*, o primeiro após cerca de 35 anos.

Importante frisar que as reformas econômicas de 1965 não foram permanentes, por duas explicações principais. Em primeiro lugar, como atesta Khodyakov (2015), por abarcarem apenas o nível das propriedades, sem alterar consistentemente a estrutura de poder em seus escalões superiores, os fundamentos dessas mudanças foram sendo paulatinamente solapados. Em segundo lugar, e não menos relevante, o próprio alto escalão do governo temia uma repetição do cenário de 1968 em Praga, quando o reformismo radical veio acompanhado de uma liderança mais abertamente antissocialista e antissoviética. Uma vez que a continuidade e o aprofundamento das reformas dependiam do comprometimento do governo soviético, as mesmas foram se esvaziando, e, por volta de meados da década de 1970, as novidades, como a implementação da contabilidade de custos e a autonomia gerencial das empresas, haviam sido ora abandonadas ora suavizadas, ainda que inexistisse uma decisão formal que decretasse sua descontinuidade. Em relação ao número de indicadores de produção, que havia sido inicialmente reduzido a três, voltou a aumentar com o tempo. Outro indício do esmorecimento das reformas foi a perda de poder decisório por parte de Kosygin em relação à política econômica, a qual apenas voltou a ser ditada pela maioria conservadora (ou desconfiada das novidades) que persistia no Politburo. Uma última consequência da incompletude das reformas, sobretudo após a redução do ativismo político de Brejnev por questões de saúde na segunda metade da década de 1970, foi o crescimento da influência dos ministérios setoriais centrais, que passaram a alavancar uma agenda de interesses de forma cada vez mais autônoma em relação ao centro político (RYBAS, 2011).

A paralisia dessas reformas, contudo, não impediu o surgimento de algumas novidades relevantes, mesmo nos planos quinquenais seguintes, ao longo da década de 1970. Em 1973, uma decisão do Conselho de Ministros permitiu a formação de associações científico-produtivas (em russo, conhecidas sob a abreviação NPO¹⁶³) no âmbito de vários setores da economia. Como o nome sugeria, propunha aproximar a pesquisa realizada em institutos aos setores econômicos. Essas instituições se alastraram rapidamente na estrutura produtiva do país, com destaque para algumas regiões. Como aponta Khodyakov (2015), no *oblast'* de Leningrado obteve-se inclusive a autossuficiência na produção de produtos agrícolas e a obtenção de um grau de produtividade comparável ao de alguns países da Europa Ocidental. O autor relata que o então primeiro-secretário do referido *oblast'*, G. V. Romanov, chegou a ser cotado como sucessor de Brejnev, mas em função das disputas partidárias por volta de meados da década de 1980, foi afastado do cargo e seu experimento foi extinto.

¹⁶³ Научно-производственное объединения (НПО).

No Nono Plano Quinquenal (1971-1975), o processo de centralização administrativa continuou, mas com a lenta e sutil reversão das reformas econômicas. As projeções de crescimento refletiam a tendência geral de desaceleração e eram levemente inferiores às do plano anterior: em torno de 45% na indústria, e de 20% na agricultura, além de cerca de 40% quanto à renda nacional. O padrão de desequilíbrio de desempenho dos setores foi mantido: a indústria quase logrou atingir a meta (43%), ao passo que a agricultura atingiu apenas pouco mais da metade do esperado (13,2%). Os principais avanços setoriais continuaram praticamente os mesmos do período anterior: a geração de energia elétrica passou por impulso com a operacionalização de diversas unidades de usinas nucleares, e houve a implantação de diversos complexos industriais territoriais.

Em função do colossal investimento no final do plano anterior, o setor de hidrocarbonetos testemunhou um crescimento exponencial nesse período. A produção de petróleo na bacia da Sibéria Ocidental, a principal no país, passou de 21,4 milhões de toneladas em 1970 para 218,3 milhões de toneladas em apenas três anos. Para aprimorar o escoamento da produção de petróleo, foi concluído ainda em 1973 a conexão entre as novas regiões produtoras com sistema principal do oleoduto *Drujbá*, permitindo um aproveitamento mais otimizado do recurso em outras partes do país e, também, em outros países membros do Comecon. Outras regiões também assistiram ao desenvolvimento dos complexos territoriais-produtivos nesse período, como o caso dos complexos de Pavlodarsko-Ekibastuevskiy (Cazaquistão) e o de Kanskó-Atchinskiy (Sibéria Oriental) na cadeia do carvão mineral, Sayano-Sushenskiy e o de Brastko-Ust'-Ilimskiy (ambos na Sibéria Oriental) na extração e no beneficiamento de alumínio e de outros metais não-ferrosos. Diante dos planos de vitalizar o desenvolvimento econômico e demográfico do Extremo Oriente, ainda esparsamente povoado e vulnerável a um eventual avanço da RPC, considerada naquele momento uma grande adversária externa (ver capítulo 4), iniciou-se a construção da linha ferroviária Baikal-Amur¹⁶⁴, no Extremo Oriente do país, cujo traçado correria em paralelo à Transiberiana.

Ao longo desse e dos planos quinquenais seguintes, buscou-se promover a integração da agricultura com diversos setores da indústria (química, fertilizantes e máquinas agrícolas) e dos serviços (transporte e comércio), além da construção de enormes sistemas de canais de escoamento da produção em diversas regiões do país¹⁶⁵. Foram alocados enormes investimentos na promoção da arabilidade para além das regiões de solo negro (*netchernozyomy*), com enfoque na mecanização e na fertilização química, no intuito de

¹⁶⁴ A conclusão dessa obra ocorreu apenas em 1984.

¹⁶⁵ Como exemplo disso, citam-se o sistema Grande Stavropol', o de Karakum e o da Crimeia Setentrional.

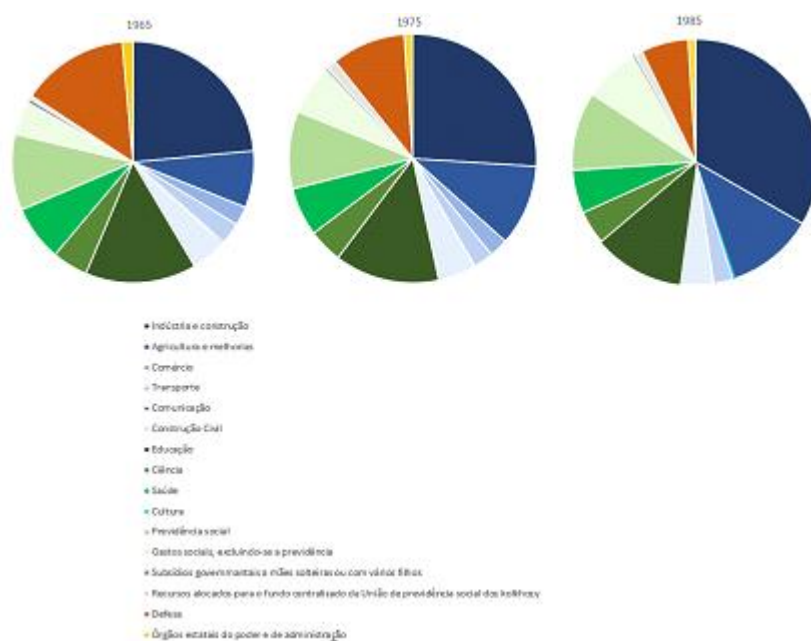
ampliar a autossuficiência das repúblicas e das regiões na provisão de determinados recursos. Essa medida colocava-se como um desvio em relação à estratégia de 1965 de ampliar a produção em termos intensivos.

Apesar das melhorias significativas nas condições de vida e de trabalho nas propriedades agrícolas em geral ao longo da era Brejnev, o desprestígio social do trabalho (diante da sobrevalorização da indústria) e, mais do que isso, a manutenção das desigualdades entre o campo e a cidade em uma série de questões, desde acesso a uma enormidade de serviços, atendimento hospitalar e moradias que permaneciam exclusivos do ambiente urbano, permaneceram bastante elevadas. Esse descompasso culminou na continuidade do êxodo rural e no contínuo despovoamento de pequenas aldeias no interior do país, sobretudo nas regiões para além dos *tchernozyomy*, dos cinturões próximos às grandes cidades, e mesmo em algumas repúblicas onde a agricultura era tradicionalmente forte, como na Bielorrússia. De acordo Vdovin (2014, p. 430), o número de povoados habitados em todo o território decaiu de 294 mil em 1959 para 177 em 1979, que significava uma redução diária de cerca de dezesseis por dia. Além do despovoamento do campo, a produção de diversos produtos básicos se mostrou deficitária¹⁶⁶. Diante das dificuldades em satisfazer as necessidades de consumo de produtos do setor, agravadas pelas diversas quebras de safra entre as décadas de 1960 e 1980, a URSS teve que recorrer às importações de grão para satisfazer sua demanda interna cada vez maior de alimentos; entre 1976 e 1980, cerca de 10% do que era consumido no país era obtido por meio de importações¹⁶⁷ (SHUBIN, 2000).

¹⁶⁶ De acordo com Vdovin (2014, p. 447), a produção de laticínios por volta de 1980 nas regiões de solos não negros (sobretudo na Rússia central) era deficitária em 9% em relação ao investimento, 20% no caso da suinocultura, e 14% em galináceos.

¹⁶⁷ Apesar de o país nesse período não ter registrado ocorrências de fome, ainda por volta da década de 1970, ficou mais evidente o problema do desabastecimento, sobretudo fora dos grandes centros urbanos. Nos mercados regionais, as filas para a aquisição de determinados produtos tornava-se cada vez mais longa e, em algumas regiões, sobretudo em torno de Moscou, a população locomovia-se até a capital para adquirir bens que não encontravam em seus lugares de origem, geralmente de trem, consagrando-se a expressão, em tom jocoso e crítico, dos *trens da salsicha*.

Gráfico 19 - Orçamento do governo central da URSS, em anos seleccionados



Fonte: Dados brutos de União Soviética (1966, 1976, 1987). Elaboração própria (2017).

Nota 1: Gastos “econômicos” estão representados em diferentes tons de azul, enquanto os “sociais” estão em verde, e cinza (especificamente no caso dos subsídios a mães solteiras e com vários filhos e à previdência dos trabalhadores de *kolkhozy*). Gastos com defesa aparecem em laranja, e na administração como um todo, em amarelo.

Nos planos quinquenais seguintes, a ideia de desaceleração estava clara para os próprios formuladores de política econômica do partido. Durante o 25º Congresso do PCUS, as metas de crescimento referentes ao Décimo Plano Quinquenal (1976-1980) projetavam um crescimento entre 35 a 39% na produção industrial, além de um incremento entre 14 e 17% na agricultura. Em relação ao 11º Plano (1981-1985), as metas aprovadas no 26º Congresso identificaram crescimento entre 26 a 28% da produção industrial, e entre 12 a 14% na agricultura. Desta vez, entretanto, os resultados não satisfizeram as demandas dos dirigentes partidários: no Décimo Plano registrou-se crescimento de 24% e de 8,8% na indústria e na agricultura, respectivamente, e, no 11º Plano, de apenas 20% e de 5,8%, nessa mesma ordem. Apesar do não cumprimento das metas auto-impostas, a produção industrial na URSS manteve um crescimento bem superior à média dos países capitalistas centrais.

Ainda que o crescimento geral registrasse uma desaceleração, o país continuou a ampliar consideravelmente a oferta de energia, obtida a partir de diversas fontes, sobretudo de usinas nucleares, hidrelétricas e termelétricas. A geração de energia a partir de usinas nucleares aumentou em mais de três vezes apenas no décimo plano, com a conclusão de diversas unidades em todo o território. Assim como no Nono Plano, o setor de hidrocarbonetos manteve um forte desenvolvimento ao longo dos Décimo e 11º planos

quinquenais. Por volta de meados da década de 1980, a URSS encontrava-se na dianteira no que tangia à extração de petróleo e também de gás. Além disso, o sistema Drujbá de oleodutos foi ampliado, com a inclusão de ramificações na Sibéria Ocidental e na região dos Urais. O sistema de gasodutos, por sua vez, alastrou-se consideravelmente entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, com destaque para o sistema *Soyuz*, que conectava a URSS a alguns países do Comecon e, também, aos países da Europa Ocidental.

Apesar da reversão gradual das reformas, a economia nacional continuou a prosperar, ainda que a um ritmo cada vez menor em praticamente todos os setores. A grande exceção do período foi exatamente no setor de hidrocarbonetos, por meio do qual as relações econômicas da URSS com países capitalistas ocidentais (sobretudo os da Europa Ocidental) se desenvolveu solidamente. Em pouco tempo, o petróleo e o gás dominariam a pauta de exportações da URSS, passando de cerca de 15% em 1970 para mais de 50% em 1980, em relação ao total exportado em termos de valor. Ao comercializar com países ocidentais, a URSS passou a obter relevantes quantidades de moeda conversível, sobretudo o dólar norte-americano, mas em uma posição de fornecedora de matérias-primas e altamente dependente de poucos itens, colocando o país em uma situação de crescente vulnerabilidade. Inicialmente, o país beneficiou-se largamente com a ocorrência dos choques em 1973 e 1979, ampliando significativamente sua capacidade de obter e acumular divisas em dólar, graças ao aumento consistente tanto do volume exportado como do preço do petróleo no mercado internacional. O afluxo desses recursos diretamente para o governo soviético, que controlava todas as operações de comércio exterior oficial, viabilizou o financiamento de vários programas socioeconômicos, e reduziu a atratividade, pelo menos naquele período, de reformas mais radicais (KHODYAKOV, 2015).

Um dos problemas apontados como um dos mais graves na economia russa, sobretudo a partir da década de 1970, era o da defasagem tecnológica em relação aos países ocidentais e setores específicos. Uma parte da literatura consultada relaciona a pujança do setor hidrocarbonífero naquele período, que teria impulsionado o governo a alocar recursos adicionais para seu aprimoramento, *em detrimento* de setores mais intensivos em tecnologia, sobretudo a eletrônica e a robótica. Nesse raciocínio, o governo soviético realizou uma escolha estratégica de beneficiar o setor, de maneira a obter divisas para o financiamento não apenas de suas importações de grãos e de equipamento de alta tecnologia, como aponta Vdovin (2014, p. 446, tradução nossa):

Na eletrônica, o setor mais avançado e intensivo em tecnologia, a defasagem tornou-se especialmente notável a partir de 1978, quando o governo soviético se eximiu da estratégia de crescimento acelerado dos setores de alta tecnologia em prol do setor da economia orientado para a exportação de matérias-primas. A decisão imediata de redução do volume de capitais aplicados na eletrônica estava ligada à necessidade de concentrar recursos financeiros e capacidade de construção na preparação da infraestrutura dos Jogos Olímpicos de 1980. Após 1980, reconvertê-los para a eletrônica já não era mais possível.¹⁶⁸

Uma explicação alternativa para esse problema da defasagem tecnológica na URSS ainda por volta da década de 1970 é oferecida por Khodyakov (2015, p. 408-409, tradução nossa), em função da justaposição de orientações no nível ministerial bastante ambíguas e, por vezes, contraditórias:

Muitas reformas positivas sob a abordagem formal dos ministérios tornaram-se obstáculos para o desenvolvimento da produção. Pode ser exemplo a introdução do pagamento pelos ativos de produção utilizados, o qual não era avaliado em função do tamanho do lucro. Essa medida deveria estimular o uso mais eficiente pela empresa de seus bens de capital, diminuindo-se os custos de produção. Ao mesmo tempo, o Ministério das Finanças exigia realizar o pagamento sobre todos os bens de produção (usados ou não) no momento da última auditoria. Se a empresa tivesse se livrado do maquinário ocioso, ela deveria de qualquer forma pagar por ele até a auditoria seguinte. Como resultado, a atualização dos equipamentos e a produtividade do capital caiu de maneira firme, e entre 1965 e 1985 a proporção dos equipamentos substituídos em razão da defasagem tecnológica ou da depreciação, reduziu-se em quase duas vezes. As deficiências eram cobertas também com as normas sobre lucro impostas de cima. Ministérios e corporações usualmente definiam os preços dos produtos elaborados, aumentando-os artificialmente. Apenas no setor automotivo entre 1966 e 1970, os preços no atacado aumentaram entre 25 a 30%. A eficácia do Comitê Estatal de Preços, criado em 1965 e destinado a combater esse tipo de ocorrência, era nula. Outro comitê criado no mesmo período, o Gossnab [Comitê Estatal de Abastecimento], definia de forma diretiva os fornecedores e os clientes para as empresas, o que levava ao estreitamento de sua autonomia.¹⁶⁹

¹⁶⁸ No original, em russo: “В электронике, самой передовой и наукоемкой отрасли экономики, отставание становилось особенно заметным с 1978 г. когда советское руководство отказалось от стратегии опережающего роста высокотехнологических отраслей в пользу экспортоориентированного сырьевого сектора экономики. Сиюминутное решение об ограничении объемов капитальных вложений в электронику было связано с необходимостью сконцентрировать финансовые ресурсы и строительные мощности на подготовке объектов Олимпиады-80. Переключить их на электронику после 1980 г. уже не удавалось.”

¹⁶⁹ No original, em russo: “Многие позитивные реформы при формальном подходе министерств становились препятствием для развития производства. Примером может служить введение твердой платы за используемые производственные фонды, не пересматривавшиеся в зависимости от размера прибыли. Эта мера должна была стимулировать предприятия более эффективно использовать свое оборудование, снижая себестоимость продукции. Вместе с тем Министерство финансов требовалось вносить плату за все имеющееся (используемые и неиспользуемые) оборудование на момент последней ревизии. Если предприятие избавлялось от ненужного оборудования, оно все равно платило за него до следующей ревизии. В результате обновление оборудования и фондоотдача неуклонно падали, и за 1965-1985 гг. доля оборудования, заменяемого из-за технологической отсталости и изношенности, сократилась почти в два раза. Серьезные недостатки крылись и впускаемой сверху норме прибыли. Министерства и предприятия по-прежнему сами определяли цены

O avanço econômico com resultados ambíguos refletiu na esfera social. De maneira geral, a grande parte dos indicadores de bem-estar registrou melhorias, como o aumento dos níveis dos valores nominais e também reais dos salários e das aposentadorias, sobretudo nas cidades¹⁷⁰. O nível dos preços dos produtos de consumo básico sofreu poucas alterações, mas sempre abaixo dos aumentos nas rendas ao longo desses planos quinquenais, ampliando-se consideravelmente o poder de compra dos trabalhadores soviéticos¹⁷¹. A construção de conjuntos habitacionais continuou ao longo de toda a era Brejnev¹⁷², bem como a melhoria da infraestrutura de transportes em todos seus modais, a ampliação do oferecimento de saneamento básico e de calefação (mas principalmente nos centros urbanos), e a continuidade da oferta de serviços públicos de forma abrangente e gratuita, com destaque para a área da saúde e para todos os seus níveis da formação educacional. A sociedade soviética era cada vez mais urbanizada e letrada, e composta por famílias cada vez menores¹⁷³.

Outros aspectos sociais contribuíram, ao longo desse período, para o avanço do *poder nacional*, influenciando indiretamente a política externa. Em termos gerais, o crescimento econômico ao longo de todos os planos analisados obteve a contrapartida no que tangia à formação de quadros técnicos e profissionais. Ao longo da década de 1970, a maior parte da população já havia sido instruída até o final do ensino médio, e, no início da década de 1980, cerca de 40% da população urbana já havia concluído algum curso no nível superior.

Apesar desses avanços no todo, a sociedade soviética padecia de problemas que se tornavam cada vez mais visíveis ao longo do tempo. Algumas profissões em que se exigia elevada qualificação, como a medicina e a engenharia, passaram a sofrer um relativo desprestígio diante do lento crescimento de suas rendas em comparação com carreiras que

выпускаемой продукции, искусственного их завышая. Только в машиностроении за 1966-1970 гг. оптовые цены увеличились на 25-30%. Эффективность образованного в 1965г. Госкомитета цен, боровшегося с этим явлением, оказалось низкой. Созданной одновременно другой комитет (Госснаб) директивно определял поставщиков и потребителей для предприятий, сужая их самостоятельность.”

¹⁷⁰ Em 1970, o salário médio era de 133,3 rublos por mês na cidade, e de 100,9 rublos por mês no campo; em 1985, esses valores era, respectivamente, 201,6 e 183,2 rublos.

¹⁷¹ As principais exceções eram a produtos considerados não-básicos, como alguns produtos de confeitaria e bebidas alcólicas.

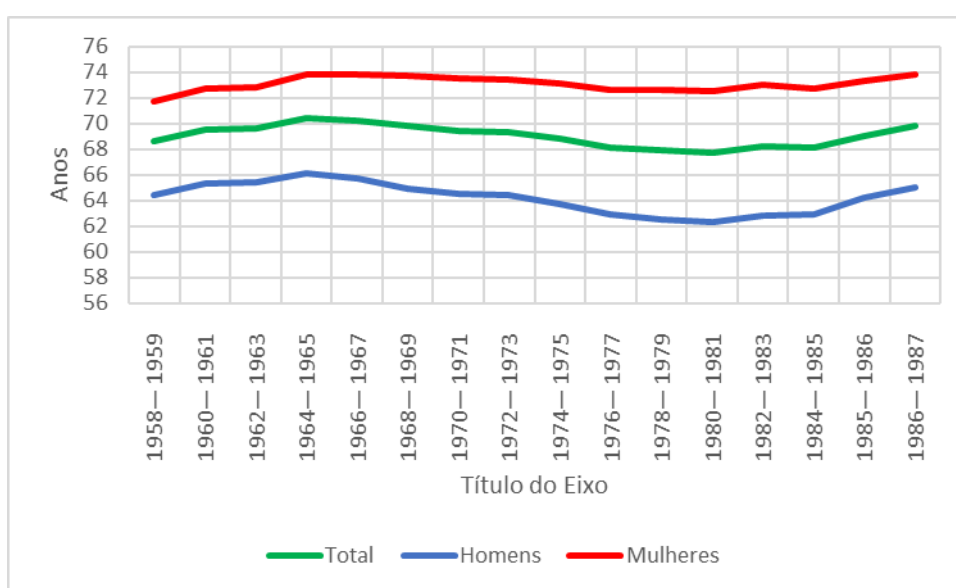
¹⁷² Apelidadas informalmente de *brejnevki*, geralmente com mais andares do que as *khrushchovki*.

¹⁷³ Um excelente indicativo dessa nova configuração pode ser apontado nas principais produções cinematográficas da URSS entre as décadas de 1960 e 1980. Um dos filmes mais venerados tanto na URSS como no Ocidente, *Moscov não acredita em lágrimas*, apresenta com grande maestria um registro das rápidas transformações socioeconômicas da União Soviética no período em questão. Em um primeiro momento, em meados da década de 1950, quando as protagonistas apresentam muito em comum: moram com seus familiares em aldeias rurais, pouco desenvolvidas, e decidem mudar-se para um centro urbano em busca de melhores oportunidades profissionais. Cerca de vinte anos mais tarde, essas mulheres encontram-se em situações bem diferentes entre si: uma delas está casada com filhos, outra está divorciada e sem filhos, e a última é mãe solteira e comanda uma grande fábrica de equipamentos.

exigiam menor tempo de formação. Ao mesmo tempo, a segunda economia ou *obscura* passou a atrair cada vez mais pessoas e a movimentar um grande volume de negócios, e passou a dominar em determinadas necessidades rotineiras que iam bem além da aquisição de produtos ocidentais, como conserto de veículos automotivos, reforma de apartamentos, e até o comércio de equipamentos eletrodomésticos (VDOVIN, 2014). Para piorar, um dos dados que mais chamam a atenção foi a redução da proporção do orçamento alocado em gastos sociais, com destaque para a saúde e a educação, que se esperava aumentar em termos proporcionais dado o aumento da urbanização e da escolarização da sociedade soviética. Grande parte dos investimentos adicionais foi alocada diretamente na economia, sobretudo na promoção das capacidades produtivas na indústria e na agricultura e na ampliação da infraestrutura de transportes (ver figura 19).

Especificamente na saúde, os indicadores oficiais também atestam uma evolução bastante contraditória ao longo do período. Enquanto que os níveis de natalidade se mantiveram relativamente estáveis, inclusive com uma leve tendência de aumento a partir da década de 1970, a mortalidade geral aumentou de forma significativa a partir de 1965, com destaque negativo para a mortalidade neonatal e infantil. A expectativa de vida, que no período anterior havia avançado de forma bastante rápida, iniciou uma fase de lento declínio, tanto para a população masculina quanto para a feminina. O nível do período de 1964-1965 (70,4 anos para a população total) não foi alcançado nos vinte anos seguintes, com ponto mínimo entre 1980-1981 (67,7 anos), e, a partir de então, observou-se uma recuperação.

Gráfico 20 - Evolução da expectativa de vida ao nascer na URSS, para homens, mulheres e total (1964-1987)



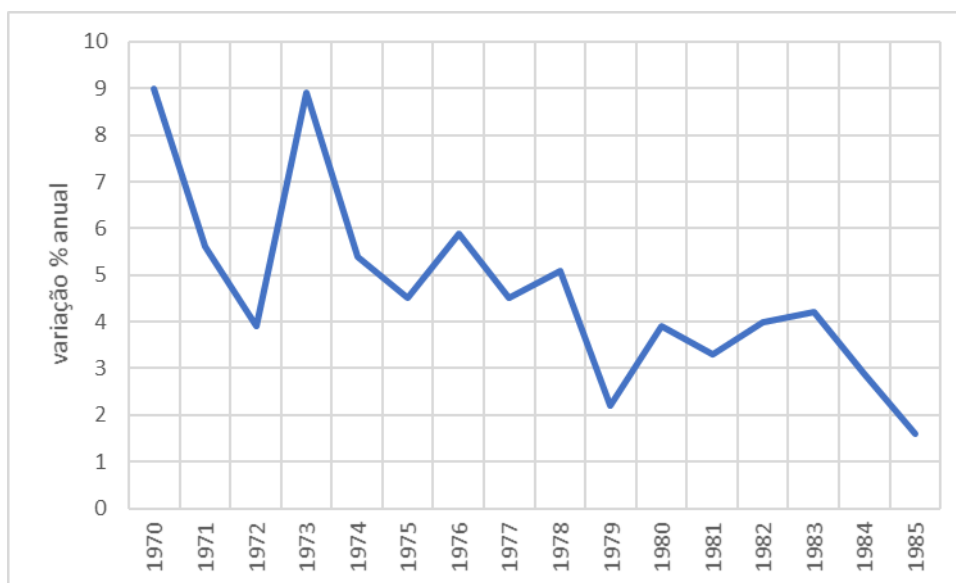
Fonte: dados brutos de Gosstat (1988). Elaboração própria (2017)

Por outro lado, alguns setores mantiveram sua relevância na alocação dos recursos públicos. Cerca de 5% de toda a renda nacional era canalizada para o financiamento da ciência e da pesquisa no país, e, em 1980, o valor investido alcançava 24 bilhões de rublos, ou mais do que o dobro registrado em 1970, e cerca de seis vezes o nível de 1960. Em 1985, existiam no país 2.607 institutos de pesquisa, nos quais trabalhavam quase 1,5 milhão de pesquisadores. As áreas de conhecimento mais destacadas eram a física, a matemática, e as ciências naturais. A chamada cosmonáutica alcançava a cada ano importantes avanços, sobretudo no que se referia à exploração da Lua¹⁷⁴, na transmissão de informações via satélites artificiais, habilitando o advento da cultura televisiva em larga escala nas décadas de 1960 e 1970, e do primeiro computador soviético, o BESM-6, com construção a partir de 1968. De forma semelhante ao caso norte-americano, boa parte dos avanços científicos eram voltados exclusivamente para o setor militar, como no caso dos submarinos nucleares e de águas profundas, dos primeiros porta-aviões de fabricação nacional, do primeiro híbrido entre avião e navio, o Ekranoplan, e entre outras inovações do período.

O alto escalão estava ciente dos problemas crescentes na economia e da necessidade de se superá-los. Durante o interregno de Andropov, o recrudescimento do autoritarismo na política nacional também repercutiu na economia. As reformas levadas a cabo nesse período eram mais conservadoras e tinham como intuito aprimorar o controle do Estado sobre a economia, melhorar a eficiência produtiva por meio da promoção da disciplina no trabalho, além do combate à corrupção e à chamada segunda economia, a qual havia se fortalecido devido ao deterioramento das condições de abastecimento no consumo. Diferentemente do esperado pelo segmento mais liberal, as reformas conservadoras trouxeram uma leve recuperação no nível de crescimento da economia, com base na renda nacional produzida que registrou 4,2% em 1983, ante 3,3% em 1981 (Figura 21). Outro aspecto bastante positivo nesse período foi a redução das disparidades regionais e entre as repúblicas, com o avanço mais rápido do que a média nacional observado nas repúblicas centro-asiáticas, tradicionalmente menos desenvolvidas econômica e socialmente. Os imperativos de aprimoramento da produtividade agrícola repercutiram, também, na criação de novos componentes químicos para a fabricação de rações para animais, fertilizantes e, também, no aprimoramento genético de algumas culturas.

¹⁷⁴ Com destaque para o Programa Lunakhod, com o êxito parcial de suas missões.

Gráfico 21 - Variação anual (%) da Renda Nacional Produzida (1970-1985)



Fonte: dados brutos de Narkhoz (1990) apud Annual... (2000). Elaboração própria (2017)

Por volta de 1985, a União Soviética apresentava um desempenho econômico marcado pela sobreposição de aspectos positivos e negativos. Em termos agregados quantitativos, a economia nacional continuava a crescer de forma marcadamente sólida, superando inclusive as taxas de crescimento da produção observadas em países capitalistas desenvolvidos, com destaque para o setor industrial de base, que correspondeu a um padrão desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Em termos qualitativos, porém, os problemas eram mais evidentes. A contínua desaceleração e, ainda mais grave, o não atingimento de metas iniciais dos planos quinquenais foram as questões mais evidentes. Ao observar com mais detidamente, alguns indicadores sociais bastante fulcrais registraram um deterioramento ao longo do período, sobretudo diante da redução da taxa de mortalidade e, relacionado a isso, a redução da expectativa de vida. No exame setorial, a defasagem tecnológica em relação aos países capitalistas desenvolvidos ficou cada vez mais evidente em alguns setores importantes. Não menos grave, a dependência crescente das vendas ao exterior de petróleo e gás colocou o país em uma situação cada vez mais vulnerável. Na agricultura, as sucessivas quebras de safra e a conseqüente necessidade de importação de grãos apenas agravava um problema crônico no planejamento econômico na URSS. Vdovin (2014, p. 430, tradução nossa) busca explicar as limitações ao crescimento econômico observadas durante todo o período, sobretudo durante a segunda metade da era Brejnev:

A administração do país valeu-se ao máximo da vantagem mais óbvia da URSS em relação aos outros países: as enormes riquezas naturais. Entretanto, o desenvolvimento extensivo da economia conteve o desenvolvimento de setores intensivos em tecnologia, que definiriam o progresso científico e tecnológico: eletrônica, cibernética, robótica, biotecnologia. As vendas de petróleo e gás a países do Ocidente forneciam divisas, com as quais se adquiriam, ao mesmo tempo, os grãos em falta e os instrumentos de tecnologia de ponta. (VDOVIN, 2014, p. 430)¹⁷⁵

6.4 O POTENCIAL MILITAR: A BUSCA PELA PARIDADE ESTRATÉGICA EM TODOS OS SETORES

Durante a era Brejnev e de seus dois sucessores, a União Soviética testemunhou relevantes incrementos em sua capacidade bélica, tanto em suas forças estratégicas, como em sua modalidade convencional. A busca pela paridade estratégica pela URSS, ou seja, a equalização quantitativa dos arsenais em relação aos EUA, havia começado nos anos de Khrushchov, e apenas atingido seu objetivo na Era Brejnev, mais especificamente no final da década de 1960¹⁷⁶. Interessante frisar que o país buscou estabelecer a paridade em termos de armamentos convencionais de forma mais evidente somente após atingir a paridade estratégica, e não de forma concomitante (MUNCHAYEV; USTINOV, 2014).

Em linhas gerais, o início da Era Brejnev não trouxe grandes novidades em relação às tendências gerais observadas nos últimos anos do governo anterior. As falhas em dirimir a conflitualidade com a RPC compeliram o governo soviético a continuar a fortificar sensivelmente os distritos militares fronteiriços com aquele país (Ásia Central, Cazaque, Baikal e Extremo Oriente). Outros problemas internacionais instaram Moscou a responder de maneira a fortalecer sua capacidade de ingerência: assim, apesar de ter aceito a retirada de seus armamentos nucleares da ilha de Cuba, a URSS passou contar com uma presença de tropas terrestres permanentes no país caribenho, inclusive com uma divisão de infantaria motorizada. Para desconforto da direção soviética, enquanto as tensões com a RPC agravavam-se ano após ano, eclodia-se o conflito com os perpetradores da chamada Primavera de Praga. A URSS, após enviar militares e sufocar a rebelião, recriou uma divisão

¹⁷⁵ No original em russo: “Руководство страны максимально использовало естественное преимущество СССР перед другими странами – колоссальные природные богатства. Однако экстенсивное развитие экономики сдерживало развитие наукоёмких отраслей, которые определяли научно-технический прогресс, – электроники, кибернетики, робототехники, биотехнологии. Расширение продаж нефти и газа в страны Запада давало валюту, на которую закупалось недостающее зерно, высокотехнологичное оборудование.”

¹⁷⁶ Evidentemente que, a depender do critério de comparação, o ano exato em que a paridade estratégica foi atingida pode variar. Assim, em 1971, ambas as superpotências apresentavam em seus arsenais quantidades muito parelhas de lançadores de mísseis e de MBIC (mísseis intercontinentais), mas os EUA estavam na frente em termos de número de ogivas nucleares. Em 1980, entretanto, a situação havia se invertido: a URSS encontrava-se na dianteira também na questão do número de ogivas.

militar, o Grupo Central de Tropas (que havia existido entre 1945 e 1955, com sede na Áustria), com base na cidade de Milovice (Tchecoslováquia). Esses dois eventos canalizaram parte dos recursos e das atenções dos dirigentes soviéticos, que passaram a revalorizar o poderio dos armamentos convencionais terrestres.

Ainda que as relações com os Estados Unidos caminhassem para uma redução das tensões, que caracterizaria a Détente até o final da década de 1970, o setor militar demandava investimentos bastante elevados na manutenção da capacidade bélica em caso de conflito militar não apenas com países do Ocidente, os quais sempre se mantiveram como os principais rivais estratégicos, mas também com a RPC, que se mostrava ainda mais abertamente hostil. Apenas entre 1965 e 1977 o número de efetivos no Exército Soviético aumentou de 3,68 milhões para 4,19 milhões. Em quase toda a era Brejnev, o setor militar, informalmente chamada de *oboronka*, foi responsável por cerca de 10% das necessidades de produção do país e, ademais, as indústrias militares eram responsáveis por grande parte dos equipamentos civis usados no país. Entretanto, é necessário observar a tendência de queda em longo prazo quanto aos gastos em armamentos na URSS, ao passo que os gastos econômicos se ampliaram consideravelmente sua participação no orçamento estatal, como pode se observar na Figura 19 na seção anterior; o setor social como um todo teve uma tendência contraditória no período.

Ainda em relação ao conflito territorial com a China, durante o início da era Brejnev a fortificação das posições dava-se não apenas pela concentração numérica das forças, mas também pelo aprimoramento nas capacidades de defesa dos equipamentos bélicos e dos meios de transporte, inclusive com o uso de trens blindados (inclusive com o lançamento de uma nova classe, os BP-1) para percorrer grandes distâncias.

No final da década de 1970, a emergência de graves crises em países vizinhos gerou desafios adicionais para a URSS. A crescente instabilidade política na Polônia levou o governo soviético a considerar seriamente a recorrer à intervenção militar para conter o levante dos trabalhadores poloneses. Como demonstra Shubin (2000), a simples ameaça de uso de meios militares por parte da URSS teve grande impacto no desdobramento da crise entre o governo polonês e o movimento dos trabalhadores. Nessa mesma fase, o início do conflito no Afeganistão, a partir de 1979, abriu uma nova frente de batalha, nas fronteiras meridionais do país e canalizou boa parte do poderio bélico do país, inclusive com o destacamento de tropas outrora estacionadas em regiões da Europa Oriental (sobretudo da Alemanha Oriental).

Cabe levantar a ressalva, ainda, de que, ao observar os dados e as publicações oficiais do governo soviético, o nível absoluto de gastos aumentou ao longo de todo o período, mas reduziu-se em comparação com outras despesas e com o total dispendido pelo governo central entre 1965 e 1985 (ver Figura 19 na seção anterior, e anexos).

A correlação de forças convencionais entre os países da OTAN e do Pacto de Varsóvia no teatro europeu não chegou a desequilibrar de maneira inequívoca para algum dos lados, de maneira geral, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, ainda que, em determinados parâmetros, um dos lados mantivesse predomínio. Assim, em relação ao número de tanques, os países socialistas mantinham ampla vantagem, assim como no caso dos lançadores de mísseis, morteiros, peças de artilharia, e forças terrestres de maneira geral. No entanto, a vantagem da OTAN ocorria sobretudo nos ares, em termos de aviões de combate e de helicópteros militares, além de mísseis e equipamentos antitanques. Ademais, boa parte da literatura consultada reconhece que outra vantagem sutil que favorecia os países da OTAN era a qualidade técnica superior de boa parte de seus equipamentos militares em relação a seus adversários do Leste, ao menos por volta da década de 1980 (FOS'KEV et al 2004; VDOVIN, 2014; MUNCHAYEV, USTINOV, 2014). Assim, a vantagem numérica das forças do Pacto de Varsóvia por vezes era compensada pela proeminência em termos tecnológicos da OTAN, inclusive no comparativo entre forças terrestres.

Para suprir a crescente demanda por segurança, tanto na frente ocidental, como na oriental (devido às tensões com a RPC) e, no final do período, também na meridional (diante do conflito no Afeganistão), a URSS, ao mesmo tempo em que buscava manter a paridade estratégica com os EUA, buscou investir pesadamente na amplificação de suas capacidades militares convencionais. Praticamente todos os segmentos das forças armadas sofreram algum tipo de modernização em termos técnicos, ou em termos quantitativos.

Ao ampliar sua rede diplomática e a formação de alianças para além das regiões próximas a seu território, sobretudo na África, na América Latina e no Sul da Ásia, sobretudo a partir da década de 1970, a URSS investiu pesadamente na construção e no aparelhamento de sua marinha, que tradicionalmente mantinha um papel secundário em relação às forças terrestres. De fato, a marinha soviética sofreu grandes avanços durante o período, praticamente sem precedentes na história da Rússia. O Estado soviético buscou enfatizar a criação de uma marinha de águas azuis ou oceânica, com vistas a atingir o mesmo padrão da marinha norte-americana e a desafiar o predomínio desta nos oceanos globais, além de oferecer a proteção a seus aliados no além-mar ante o assédio de outras grandes potências. A URSS adquiriu seu primeiro porta-aviões em 1975, o porta-aviões *Kiev*, que foi incorporado à

Frota do Norte. Até 1985, o país obteve outras duas embarcações dessa categoria, ambas incorporadas pela Frota do Pacífico (*Minsk* de 1978, e o *Novorossiysk*, em 1982)¹⁷⁷.

Durante o período considerado, entretanto, o caráter predominante da Marinha permaneceu como a do tipo de negação de acesso, apesar da tentativa inicial¹⁷⁸ de se transformá-la em uma força de águas azuis. Com efeito, a marinha soviética continuou a incorporar novos modelos de submarinos (inclusive nucleares e transportadores de armamentos nucleares), navios antissubmarinos¹⁷⁹. A marinha do Mar do Norte continuou a ser a mais estrategicamente relevante, com a manutenção do maior poder de fogo entre as quatro marinhas, graças sobretudo a seus submarinos (38 no total, equipados com mais de 600 ogivas nucleares durante o final do período em questão), seguida de perto pela Marinha do Pacífico¹⁸⁰. Ainda nos anos 1960, essa força passou a contar com novas divisões de tropas marinheiras e, paulatinamente, a dispor de uma frota aérea própria.

A força aérea passou também por importantes melhorias quanto à qualidade das unidades em uso, tanto em caças, como em bombardeios, e também em interceptadores. Entretanto, como ressalva Fes'kov et al (2004, p. 137), a qualidade técnica dos novos armamentos aéreos ainda estava aquém do nível satisfatório, demonstrado na elevada média anual de 100 acidentes com aeronaves militares entre 1956 e 1986.

6.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: SITUAÇÃO CONTRADITÓRIA NO FLANCO DOMÉSTICO

Neste capítulo, avalizamos os desdobramentos da política no alto comando da URSS entre 1964 e 1985, além da evolução econômica e social, para os fins dessa pesquisa. Como fazer a conexão com o capítulo 3, onde havíamos exposto a política externa no exato período?

Uma possível análise identificada com o realismo mais reducionista enfrentaria sérias dificuldades em fornecer uma análise mais coerente sobre a URSS no mundo no período em

¹⁷⁷ A título de curiosidade, esses três porta-aviões não permanecem mais sob o poder da marinha russa: o Kiev foi vendido à RPC em 2000, enquanto que o Novorossiysk e o Minsk foram repassados para a Coreia do Sul em 1994 e 1995, respectivamente.

¹⁷⁸ Esse projeto de formação de uma marinha de águas azuis foi abortado após a dissolução da URSS.

¹⁷⁹ O projeto da frota nuclear foi implementado mesmo durante a era Gorbatchov. Por volta da dissolução da URSS, o país apresentava 62 submarinos transportadores de mísseis nucleares, e mais de 940 ogivas lançáveis a partir de submarinos (FES'KOV et al, 2004).

¹⁸⁰ As demais duas marinhas são a do Báltico e a do Mar Negro; no mar Cáspio, a URSS dispunha de uma flotilha, além das flotilhas fluviais na fronteira com a China; grande parte dos equipamentos foi mantida sob o controle da Federação Russa, exceto a Marinha do Mar Negro (dividida entre a Rússia e a Ucrânia) e a Flotilha do Cáspio (dividida entre as quatro repúblicas soviéticas com acesso direto: Rússia, Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão).

questão, muito embora este período tenha sido caracterizado por uma estabilidade bem maior do que na Era anterior. Essa estabilidade está intrinsicamente conectada ao jogo de poder que se encerrou no espaço primordial de decisão de política externa (e também interna), o Politburo.

Valendo-se ainda da tipologia oferecida por Hermann (1990) e já trabalhada no capítulo anterior, identificamos que, no período em questão, não houve uma reorientação geral da política externa soviética, uma vez que a própria visão dos dirigentes a respeito do Estado para si não se alterou de forma significativa. Em 1964, assim como em princípios de 1985 – e consubstanciado na Carta Magna do país em 1977 – a alta cúpula mantinha a visão de que a URSS era gerida um governo popular, que, em linhas gerais, era a mesma formulação que vingara nos anos finais da Era Khrushchov.

Dentro da ideia de governo popular, propalou-se com mais vigor a ideia de coexistência com o mundo capitalista, a partir da qual os dirigentes soviéticos buscariam criar uma nova composição internacional responsável pela atenuação nas relações com os EUA, além da criação de um verdadeiro regime internacional de desarmamento e de não-proliferação. Essa fórmula, contudo, provocou ruídos cada vez maiores nas relações com a RPC, ao mesmo tempo em que permitiu um aprofundamento nas relações com países-chave no chamado Terceiro Mundo, como o caso analisado da Índia.

Mesmo mantendo-se a orientação geral da ideia de governo popular (e não mais como ditadura do proletariado) é possível identificar mudanças significativas no plano estratégico e programático. No caso da relação com os EUA, a tendência predominante entre 1964 e 1975 foi a da Détente ou da sensível redução das tensões de forma geral, que correspondem ao início e ao auge do poder de Brejnev no Politburo e no governo. Por outro lado, havíamos observado o processo reverso entre a segunda metade da década de 1970 até por volta de 1984 de marcada deterioração das relações, que culminou em uma mudança estratégica temporária que durou por alguns anos na década de 1980. Em relação à RPC, pudemos constatar um rápido agravamento até 1970, e, a partir de então, estabiliza-se, sem melhorias ou pioras significativas até o início da década seguinte, quando se notam importantes esforços de apaziguamento; a URSS buscou modificar sua estratégia em pelo menos quatro momentos (em 1965, 1970, 1976 e 1980), mas apenas no último ano logrou resultados mais claros. No caso indiano, observamos que, até meados da década de 1970, as relações melhoraram continuamente, culminando na formação de uma aliança *às avessas*, sem, contudo, a criação de um sistema mais abrangente de segurança regional como almejavam os dirigentes

soviéticos. A partir de meados da década, a relação continuou bastante cordial e profícua, com a incorporação de novas agendas, mas sem a mudança no âmbito estratégico.

Para um realista mais extremo ou neorrealista, o jogo de poder entre as potências supramencionadas, bem como a distribuição de poder material entre elas, seria fundamental ou mesmo suficiente para entender o vetor resultante de política externa. Mas, conforme buscamos questionar ao longo de todo esse trabalho, não nos parece que seja a posição mais adequada para uma análise mais crível da situação. Evidentemente que a questão da auto-identificação predominante (relacionada à ideia de governo popular) pouco se alterou no período, diferentemente do período anterior, em que diagnosticamos uma reorientação.

Não se nega, porém, a importância da ação das outras potências na condução da política externa soviética. É pertinente a influência das ações do governo norte-americano nas decisões políticas da URSS, tanto no que se refere às ações efetivamente realizadas, como às expectativas de determinadas ações pelos EUA, levando os estadistas soviéticos a anteciparem resultados e agir preventivamente. Ademais, como havíamos indicado na conclusão dos capítulos 2 e 3, a díade URSS-EUA replicava na URSS-RPC e na URSS-Índia. O conjunto das teorias realistas clássicas faz-se necessário, mas não suficiente, para entender de forma mais nítida nosso problema de pesquisa.

Outra máxima realista tem a ver com a distribuição das capacidades materiais, sobretudo bélicas, na evolução dos processos de política internacional. Neste caso entendemos que a relação entre o poder nacional, ou seja, a somatória de recursos que se encontra em dado território dominado por um Estado, tais como poder econômico, populacional-demográfico, e até mesmo o bem-estar social, não diz muito sobre o vetor resultante do comportamento deste país vis-a-vis outros estados. Assim, entre 1965 e 1975, a URSS chegou a registrar crescimento econômico bastante elevado (ainda que a taxas decrescentes), ao mesmo tempo em que o país advogava um certo nível de concertação política e de estabilidade nas relações com seu maior adversário, os EUA. Por outro lado, no início da década de 1980, em uma conjuntura econômica e social mais delicada, com taxas de crescimento substancialmente menores do que ao longo das décadas anteriores, a URSS mantinha uma política menos preocupada em sustentar um diálogo frutífero com os EUA. Um país em uma situação econômica favorável não significará, necessariamente, a geração de uma política externa mais confiante e audaciosa. Sugerimos ainda, a hipótese de que determinados países, em situação econômica e social mais instável e problemática, furtem-se a desenvolver uma política externa mais agressiva justamente para reverter ou alterar o status quo que lhes é prejudicial.

A abertura da *caixa-preta* do Estado soviético, com particular interesse para o principal órgão formulador de políticas, o Politburo, propicia-nos avanços analíticos bastante interessantes. Uma primeira questão é entender a lógica presente na Détente e sua defesa no âmbito do comando político do país. Até por volta de meados da década de 1970, Brejnev, assim como o chefe da diplomacia, Gromyko, eram patrocinadores dessa estratégia, que contava com o apoio de quase todos os elementos do Politburo; a oposição a esse direcionamento existia, sobretudo no CMI e nos serviços secretos, mas ainda não peremptoriamente.

A diminuição da atividade política de Brejnev por questões de saúde propiciou a emergência de um núcleo relativamente coeso dentro do Politburo, que logrou ampliar sua influência na formulação e na decisão de política externa. Nessa nova configuração, mais visível por volta de 1976, Gromyko, assim como o MID, assumiu papel inegavelmente dominante na definição de diversas questões de política externa, mas não de forma total: os outros dois integrantes, Andropov e Ustinov, eram desconfiados em relação à estratégia da Détente com os EUA, e mantinham certas objeções ao andamento das negociações sobre desarmamento e à assinatura dos Acordos de Helsinki. A ideia da Détente retrocedia, ao mesmo tempo em que Brejnev, um de seus principais próceres, reduzia sua influência no órgão, assim como crescia o papel dos *siloviki* na estrutura do governo (e do partido). Os eventos de 1979, como a intervenção soviética ao Afeganistão e a reação categórica dos EUA e de alguns países ocidentais, provocando uma Nova Guerra Fria, apenas tornaram essa tendência ainda mais clara.

No caso da RPC, a deterioração das relações com os EUA no final da década de 1970 teve papel importante para a neutralização das tensões, mas esse fator não foi o único. As relações interpartidárias, que, como vimos nos capítulos 3 e 5, renunciaram as divergências no âmbito governamental ainda na Era Khrushchov, também tiveram papel relevante na aproximação das duas potências. A partir de 1982, os embates políticos e as acusações recíprocas retrocederam de maneira quase concomitante nas publicações oficiais de ambos partidos comunistas, o que certamente contribuiu para a redução das animosidades nas instâncias intergovernamentais. Ademais, parte relevante do Politburo, sobretudo entre os *siloviki*, ainda via com reservas as intenções do governo chinês (sobretudo com relação às três exigências de retirada de tropas soviéticas do Afeganistão, da Mongólia e do término da assistência militar ao Vietnã), o que gerou dificuldades na construção da confiança recíproca na faixa limreira entre os dois países.

No caso da Índia, em uma primeira análise, transparece a ideia de que haveria uma maior autonomia dos processos internacionais, mas especificamente, do andamento das relações com os EUA e com a própria RPC. Mas, em um exame mais aprimorado, identificamos que a relevância dos órgãos centrais do PCUS, sobretudo a do departamento internacional do PCUS na formulação das políticas, não pode ser ignorada. Neste caso, é interessante notar que os *siloviki* eram favoráveis, de forma geral, à aproximação com o gigante sul-asiático, e detinham fortes expectativas de estabelecer uma aliança de fato, e, inclusive, de construir uma base naval soviética no território daquele país.

7 CONCLUSÃO: A POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA ENTRE 1964 E 1985: UMA PROPOSTA DE SÍNTESE MULTINÍVEL

Nesta tese, buscamos apresentar um estudo sobre a política externa soviética com base em uma abordagem multinível. A primeira tarefa foi a de entender a dinâmica da interação da URSS com três parceiros que representam enorme relevância para sua inserção externa ao longo de boa parte do período da Guerra Fria. Nossa preocupação foi de entender e distinguir não apenas as mudanças e as eventuais continuidades em cada uma dessas interações, mas também de situá-las quanto à sua profundidade. Em seguida, apresentamos a evolução dos principais atributos de poder na política doméstica soviética, com enfoque especial para a poder no Politburo, instância superior de decisão tanto em política externa como interna.

No Capítulo 2, apresentou-se sucintamente a evolução do subcampo de APE com vistas a entender o caso soviético. Identificamos que, não obstante o considerável acúmulo de conhecimento, grande parte das teorias existentes focaram-se em analisar casos e eventos específicos da política externa, negligenciando as análises de períodos mais longos. Entende-se que as análises multiníveis logram compatibilizar duas dicotomias: entre o mundo externo e o doméstico, em primeiro lugar; e entre o curto e o longo prazos, em segundo lugar.

Com base inicial tanto da teoria dos jogos de dois níveis e do realismo neoclássico, e valendo-se da tipologia de Hermann (1990) para delimitar os diferentes níveis de mudança na política externa, procedeu-se com a análise da política externa soviética propriamente dita durante a Era Khrushchov (1953-1964) no Capítulo 3, com enfoque para o relacionamento com três países-chave na estratégia global soviética, EUA, RPC e Índia. Avalia-se que, em função das mudanças quase concomitantes na estratégia referente a cada uma dessas díades, o governo do país promoveu de fato uma reorientação em sua política externa, um processo que se arrastou por quase toda a era de Khrushchov no poder.

No capítulo 4, procedeu-se uma análise relativa à Era Brejnev (1964-1982), além dos hiatos de Andropov (1982-1984) e Tchernenko (1984-1985). Neste caso, o grau das mudanças em cada um dos nexos da URSS com os três países supramencionados atingiu o nível estratégico ou tático, não sendo identificada uma reorientação geral como no período imediatamente anterior.

A delimitação da abrangência das mudanças não era o objetivo final desta pesquisa, mas sim o entendimento de seus fundamentos sociais. De fato, boa parte dos fenômenos da política externa apresentavam explicação no próprio jogo do poder internacional entre os Estados, o que poderia presumir inicialmente em uma aproximação desta pesquisa com a

escola realista. Contudo, como já havíamos salientado ainda no capítulo 2, muito provavelmente, a reorientação da política externa soviética nas décadas de 1950 e 1960 encontraria explicação mais convincente na ordem doméstica, visto que o cenário internacional no período não sofreu significativas redistribuições nas capacidades de poder entre as principais potências, tampouco a situação externa da URSS se encontrava em uma posição de eminente vulnerabilidade¹⁸¹.

Assim, no capítulo 5, realizou-se um exame da política doméstica na URSS durante a primeira periodização da pesquisa, com intuito de identificar prováveis alterações significativas. Vimos que à morte de Stalin seguiu-se uma árdua disputa pelo poder entre algumas facções na cúpula soviética. Enquanto a disputa se seguia, a definição do rumo da URSS na política global permaneceu indefinida. Com a consolidação do poder por parte de Khrushchov (e a derrocada de cada um de seus desafidores) em 1958, a reorientação tornou-se mais clara, tanto para diplomatas do país, como para seus interlocutores externos, inaugurando-se a era do Degelo nas relações com os EUA, mas também de um progressivo tensionamento nas relações com a RPC, e, finalmente, o início e a consolidação de uma relevante parceria com a Índia. Cabe ressaltar, contudo, que essas disputas no alto escalão apresentavam uma relação complexa e bidirecional com os próprios debates internos sobre a necessidade de se promover reformas políticas e econômicas no país. A consolidação de uma nova visão de Estado por parte dos novos dirigentes soviéticos, substituindo-se a ideia de ditadura do proletariado pela noção de governo popular, esteve ligada à reorientação da política externa do país. Adicionalmente, a política institucional sofreu importantes mudanças no período, com a relativização da relevância do Politburo e do resgate do papel de determinadas instâncias no Comitê Central do PCUS. O próprio mecanismo de tomada de decisão sofreu alterações significativas no período.

No capítulo seguinte, estudou-se a dinâmica interna no período de Brejnev e de seus dois sucessores imediatos. As disputas políticas arrefeceram (mas não cessaram) no período, com a consolidação de um *modus operandi* que favorecia a estabilidade dos quadros em troca da manutenção do apoio ao grupo no poder. A crescente influência política de determinados grupos, sobretudo o complexo militar, mas também o de determinados ministérios setoriais foi um processo relevante, mas não imprimiu uma substancial alteração tanto no processo decisório ou na própria visão de mundo predominante entre os dirigentes soviéticos, ao menos naquele momento. Por exemplo, o conceito de governo popular, introduzido na era anterior,

¹⁸¹ Essas duas ordens de fatores externos são apontadas por Rose (1998), no marco do realismo neoclássico, como fontes de influência para a política externa.

foi contemplado na Constituição de 1977. Por outro lado, o Politburo recuperou sua centralidade, e o próprio processo decisório sofreu algumas mudanças em relação ao período anterior.

Um dos aspectos que nortearam a consecução deste trabalho foi a preocupação em validar ou contrastar as principais teorias de política externa, sobretudo as da vertente *multinível*, com ênfase nas abordagens dos Jogos de Dois Níveis e do realismo neoclássico. Nesta parte, apontaremos as principais fortalezas de ambas e algumas das possíveis insuficiências, além de propor um marco analítico próprio capaz de contribuir para o subcampo de APE.

Cabe aqui uma exposição inicial que reconhece alguns dos benefícios que podem ser atribuídos às linhas de raciocínio neoclássica. Evidentemente que parte considerável dos estímulos para decisões de política externa se originam fora do Estado em questão, como por exemplo as políticas e as decisões de outros atores estrangeiros (Estados, organizações, e em alguns casos, organizações paraestatais, como partidos políticos), as quais podem estar voltadas ou não para o Estado analisado. Assim, a posição dos neoclássicos de defender a necessidade, em um primeiro momento, de situar o ator analisado em contexto global e regional, antes de se proceder com a análise da política doméstica, é bastante feliz em seu propósito de entender a política externa.

A verificação de atributos clássicos de poder nacional, como o crescimento da economia, a evolução comparada dos indicadores socioeconômicos, além dos atributos de poder estatal bruto, como tamanho e despesas das forças armadas, e no caso específico a quantidade dos armamentos nucleares, fazem parte da metodologia da maior parte dos neoclássicos. Tanto os indicadores de poder nacional como de poder estatal são pertinentes como um esforço inicial de análise, porém estão longe de serem suficientes para entender a dinâmica das relações entre os países, que tendem a ser bem mais complexas (ou mesmo caóticas) do que simples alterações nas proporções quantitativas do poder nacional e mesmo do poder estatal. Assim, ao qualificar como indireta a influência do poder estatal (o conjunto de atributos de poder sob controle direto do Estado) na política externa, dissentimos significativamente em relação a uma parte dos neoclássicos, sobretudo Zakaria (1998).

Mesmo as decisões políticas tomadas por governos estrangeiros (que, por sua vez, apresentam uma relação indireta com seus respectivos atributos quantitativos de poder nacional e estatal) repercutem de maneira apenas indireta em dada decisão do Estado em análise. A resposta deste último deve ser dada por meio de seus canais pertinentes, via instância superior de decisão, serviços diplomáticos especializados, ou, ainda, agências que

apresentam algum tipo de contato com o exterior, como partido político governista, ministérios setoriais, e entre outros canais. Nesse sentido, é necessário observar com mais atenção a instância superior de decisão, e sua relação (e a divisão das competências decisórias) com os órgãos especializados de política externa.

Assim, a política externa (assim como a interna) terá influência menos indireta da própria correlação de forças que se materializa na instância superior de decisão e, eventualmente, no compartilhamento de competências com outras agências especializadas. Em nossa proposta, problematizamos a dicotomia entre influência direta e indireta presente em parte dos trabalhos neoclássicos, ou entre *variáveis intervenientes* e as *independentes*; haveria mais sentido em pensar em uma gradação entre ambos, que se coloca entre o nível mais abrangente de análise (o sistema internacional e a distribuição de poder entre seus atores), e o mais individual (os processos cognitivos dos próprios formuladores de política externa). Nesse *continuum*, nossa análise pode ser caracterizada como de *médio alcance*.

A teoria dos Jogos de Dois Níveis, que se apresenta como uma importante inspiração na sistematização de nosso esquema analítico, apresenta algumas vantagens em relação aos neoclássicos, ainda que com algumas óbvias limitações quando recorremos ao caso soviético. Em nosso caso, a instância superior de decisão, o Politburo, apresenta maior autonomia frente a outras esferas, diferentemente dos negociadores-chefe segundo Putnam (1988), os quais apresentam menor autonomia para negociar e para decidir do que os membros do referido órgão soviético. Se, no modelo de Putnam, a instituição responsável por intermediar os conflitos externos e internos busca atrair para si o apoio do maior conjunto possível de interesses complexos em suas respectivas sociedades por meio da obtenção de vantagens ou de redução de perdas em negociações internacionais, no caso soviético, durante a maior parte do período analisado, o Politburo assumiu o papel de representação dos interesses dominantes na sociedade, com mais semelhanças a um gabinete multissetorial, em que a influência de cada integrante dependia da relevância do setor do qual se colocava como porta-voz. Além disso, a opinião de um membro poderia ser considerada decisiva, a depender do assunto em questão. Apenas em alguns momentos da Era Khrushchov, quando a correlação de forças entre *khrushchevitas* e opositores era considerada essencial para a permanência do líder no poder, a ideia de Jogos de Dois Níveis parece fazer mais sentido.

Em relação à maior parte do período analisado, contudo, o Politburo funcionou como um grupo em que as decisões, a princípio, deveriam ser unânimes; porém, na prática, as decisões eram tomadas caso determinado elemento-chave na política não oferecesse resistência. Assim, em questões de política externa e de segurança nacional, era suficiente que

alguns indivíduos, notadamente os que representavam o complexo militar-industrial e o chefe da diplomacia, não impusessem objeções; a opinião desses indivíduos – ao menos nessas questões específicas – era mais valorizada do que as dos demais membros.

As decisões de política externa, inclusive quanto à interação com alguns dos principais interlocutores do país, não foi sempre um atributo exclusivo do Politburo. Durante a Era Khrushchov, sobretudo nos períodos em que sua influência estava no auge, o *locus* principal da decisão encontrava-se não exatamente no Politburo, mas sim no próprio líder, que no momento contava com grande influência tanto no governo quanto nas estruturas do partido. A estratégia do Degelo, bem como a rápida escalada das relações entre a URSS e os EUA no início da década de 1960 tiveram papel decisivo de Khrushchov e de seu grupo de apoio no Politburo e na alta cúpula do governo. A aproximação com a Índia (e com outros expoentes dos Não-Alinhados) também teve papel fundamental do referido líder, ao mesmo tempo em que a relação com a RPC perdia significância para a estratégia trilhada pela URSS naquele momento. Isso não quer dizer, contudo, que outras instituições não retivessem relevância no período. A diplomacia partidária foi central sobretudo na relação com outros países socialistas, como vimos no caso da China: o deterioramento das relações entre os partidos comunistas dos dois países antecedeu o declínio das relações intergovernamentais e o acirramento das disputas geopolíticas.

Na fase tardia da Era Brejnev, observa-se um processo de fortalecimento das agências que se ocupavam da política externa, o MID, representado por Andrey Gromyko e, em menor grau, o Departamento Internacional do CC do PCUS, capitaneado por Boris Ponomarev. Essa reconfiguração não significou o enfraquecimento do Politburo; este manteve o poder de garantir a decisão máxima em questões consideradas relevantes, ou mesmo a capacidade de vetar algumas formulações, sobretudo em questões de segurança nacional e de desarmamento nuclear com os EUA. Houve, na prática, uma distribuição de diferentes tarefas entre as agências comprometidas com as relações internacionais da URSS. Essa alteração no plano institucional, contudo, não chegou a desempenhar uma alteração significativa na orientação das relações externas do país.

De fundamental importância é a ideia de reorientação de política externa da URSS observada no período, que se deve à difusão de uma nova visão de mundo e de um novo papel reservado para o país no mundo por parte das novas lideranças políticas pós-stalinistas. A ideia de que a URSS deveria superar o estágio de ditadura do proletariado em prol de um governo popular é um dos fatores dessa reorientação, cujos princípios se mantiveram ao longo das três décadas seguintes, com algumas alterações no nível estratégico e no tático. Ainda que

se registrassem árduas disputas pelo poder, sobretudo no início da Era Khrushchov, e uma alteração quanto ao espaço da decisão de política externa durante a metade final da Era Brejnev, com o empoderamento do MID e, em menor grau, do Departamento Internacional do PCUS, a essência da política externa não se alterou. Pode-se afirmar que, em linhas gerais, as grandes metas globais do país resultantes dessa visão de governo popular permaneceram inalteradas em amplo sentido, tais como: a conservação da paridade estratégica com os EUA, a retenção da liderança no campo socialista, além da ampliação do prestígio político no Terceiro Mundo.

A partir de então, as mudanças ocorreram no nível estratégico, isto é, na consecução de objetivos específicos. Esse foi o caso do final da Détente, em que a manutenção da paridade estratégica via soluções negociadas em acordos abrangentes com os EUA sobre a limitação de armamentos e a não-proliferação nuclear passaram por uma revisão em Moscou (ao menos momentaneamente). Assim, a URSS, seguindo-se os norte-americanos, recorreu a uma nova corrida armamentista para manter essa paridade. No caso com a RPC, a maior predisposição pela confrontação, com auge em 1969, foi substituída pela dissuasão militar até o início da década de 1980, quando um lento processo de normalização começou a tomar forma, sem, contudo, ousar a abrir mão da liderança no bloco. Em relação à Índia, as lideranças soviéticas buscaram sempre que possível, aprofundar cada vez mais a interação, com a formação de uma quase-aliança, e chegaram a propor a criação de uma estrutura securitária na Ásia Meridional nos moldes do Pacto de Varsóvia.

Além do nível estratégico, as mudanças também ocorreram no plano programático, com a inclusão de novas agendas de cooperação (e, no caso do fim da Détente, do congelamento ou mesmo da exclusão de determinados temas na pauta de discussões). Assim, durante a Détente propriamente dita, o diálogo entre as superpotências conheceu desdobramentos no âmbito comercial, cultural e mesmo técnico-científico, ao passo que no caso do diálogo com a RPC essa ampliação qualitativa ocorreu apenas a partir da década de 1980. Com relação à Índia, buscou-se inovações no âmbito tático com vistas a fortalecer a estratégia geral de aproximação política, mas nem todas as sugestões foram acatadas pelo lado indiano.

Isso não quer dizer que o registro desses diferentes níveis de mudança de eventuais continuidades encontrem explicações apenas no plano interno do Politburo; a análise da política global *strictu sensu*, em nossa visão, permanece fundamental para entender a dinâmica, sobretudo quando se delimitam períodos mais longos para a análise. De fato, o significativo deterioramento nas relações com a RPC na segunda metade da década de 1950,

por exemplo, apresentava-se, em grande medida, como consequência da reiterada tentativa de Moscou em aprimorar seu entendimento com Washington desde 1953. Por outro lado, o fortalecimento dos laços entre a URSS e a Índia, sobretudo a partir da década seguinte, teve como antecedente o contínuo acirramento das tensões sino-soviéticas (e, também, sino-indianas). Entretanto, quando consideramos períodos mais curtos, a influência de aspectos tradicionalmente relegados pela tradição realista, sobretudo a dinâmica da política doméstica, as visões de mundo dos formuladores de política externa, por exemplo, tendem a fazer-se mais presentes e até mesmo essenciais nas ações de um governo perante seus interlocutores externos. Neste aspecto específico, nossa análise vai ao encontro daquilo que propõem parte dos autores realistas neoclássicos, em especial Rose (1998), os quais criticam as vertentes clássicas e neoclássicas por sofrerem grande dificuldade em entender fenômenos pontuais, decisões específicas ou períodos de curta duração na política externa, embora apresentem um panorama relativamente interessante quando promovem um recorte analítico de períodos mais longos.

Importante ressaltar que não compactuamos, também, com alguns dos desdobramentos mais recentes dentro do realismo neoclássico, os quais aparentemente buscam resgatar com mais afinco conceitos e raciocínios bastante difusos e problemáticos dessas tradições mais clássicas. Parte dessas visões admite a existência de um único interesse nacional, que se originaria a partir da configuração de forças no sistema internacional, e se mantém de certa forma latente, mas sem se materializar de fato na política externa devido à interferência de diferentes aspectos da política doméstica. A esta caberia, apenas, o papel de alienador.

Em nossa visão, a noção de interesse nacional faz mais sentido se a usarmos no plural, pois comporta um conjunto de fórmulas possíveis de ação em dado contexto ou tema por parte de um Estado em dado período de tempo. Ela depende não apenas da distribuição de poder no plano internacional (que por si só, é uma tarefa bastante difícil e problemática de definir e de mensurar), como também do arranjo político-social no controle político de determinado Estado, bem como das visões de mundo, do papel que esse grupo governante atribui a seu país no mundo, e da dinâmica dos processos decisórios na alta cúpula do governo. Nesse aspecto, divergimos sensivelmente em relação a um conjunto considerável dos realistas neoclássicos, que creem na existência de apenas um interesse nacional maximizador do poder e da segurança estatal em detrimento dos demais atores da ordem global. No entanto, nossa principal divergência não se reside exatamente *no que* é pertinente para a APE, mas também *como* se processam e se influenciam essas categoriais entre si.

A partir dessas constatações, cabe-nos explicitar um modelo de análise de política externa, capaz de explicar todo o período considerado e, quiçá, aplicá-lo em outros casos de estudo. Em nossa visão, a inserção externa de um país inicia-se a partir de dentro, em que dado grupo doméstico, que controla posições no governo e, por conseguinte, nas instâncias decisórias de política externa, realiza e promove uma avaliação sobre o mundo e sobre o papel que seu país deve ocupar nesse sistema. Essa avaliação responde aos interesses econômicos e sociais, às visões dessa elite sobre o mundo, ou do grupo que procura representá-la diretamente no poder. Essa visão pode ser feita antes da tomada do poder, ou mesmo ser remodelada após o grupo em estudo ascender ao governo.

Para entender os fundamentos da política externa, é necessário identificar e analisar a instância onde as decisões principais são tomadas, e por quem elas são implementadas. Esse é o exame clássico da agenda de política externa de processos decisórios, que, como vimos, ocupa-se de questões sobretudo inter- e intrainstitucionais. Em nossa tese, somos informados que a instância suprema de decisão em todo o período é o Politburo, mas, em alguns momentos específicos, parte dessa competência foi deslocada para o MID e, em menor escala, para o Departamento Internacional do PCUS. Apesar desse deslocamento de competências, o Politburo manteve seu papel de decisor em última instância, e a, inclusive, influenciar a condução dos negócios, sobretudo com os EUA, limitando-se em alguns casos a relativa autonomia do MID, alcançada na segunda metade da década de 1970. No entanto, essas duas agências especializadas em manter o contato com o mundo externo sempre se mantiveram encarregadas da implementação de decisões tomadas pelo Politburo. Durante quase todo o período de Brejnev, enquanto a condução dos negócios com os EUA ficou sob encargo do MID, as relações com a RPC e com a Índia eram de alçada da referida divisão do CC do PCUS.

Compreender o aspecto político-institucional é apenas uma tarefa parcial deste trabalho. Entendemos que analisar as instituições, por si só, não é suficiente para entender o conjunto das políticas externas de determinado país em espaço abrangente de tempo. Propomos que a visão de mundo e de país por parte do grupo dirigente é uma dimensão analítica que tende a anteceder ou a influenciar decisivamente nas questões institucionais e, indiretamente, na própria definição da política exterior. É nesse contexto que entendemos o processo de reorientação de política externa durante boa parte da década de 1950, em que a nova elite dirigente da URSS passou a advogar uma nova visão de Estado, que consistia na superação do modelo de ditadura do proletariado, a favor do um governo popular, termo que seria propalado em discursos políticos durante as décadas seguintes e se consubstanciaria na

própria Constituição de 1977. Essa mudança não se sucedia apenas no discurso político, como também sinalizava uma reorientação na condução da política externa do país. Neste contexto, visava atingir a paridade estratégica com os EUA, com os quais admitiu-se a possibilidade de coexistência e até mesmo de algumas modalidades de soluções de compromisso, afastando-se por tempo indeterminado a ideia de conflito inevitável entre os países socialistas e capitalistas. Evidentemente que essa visão não emerge a partir do vácuo, ou devido aos caprichos de um único indivíduo no poder; ela apresenta sua força motriz a partir das disputas políticas que abalaram a URSS na década de 1950 ou, ainda, durante os anos finais da Era Stalin¹⁸².

Frisamos que, ao menos no caso analisado, essa reorientação não ocorreu de forma repentina, mas levou alguns anos para manifestar-se e tornar-se mais claro para os interlocutores externos da URSS e até mesmo para os próprios negociadores soviéticos. O rumo a ser tomado pelo novo governo não estava claro, ao menos nos anos iniciais do decênio de Khrushchov, uma vez que o próprio arranjo dominante no país desde a morte de Stálin ainda se encontrava sob ameaça de grupos que disputavam o controle do Partido e do governo, além da indisposição de alguns elementos stalinistas contrários às políticas (tanto doméstica como externa) levadas a cabo tanto por Malenkov, como por Khrushchov. Após obter controle do Politburo em 1957, essa reorientação tornou-se mais evidente, com a produção de efeitos concretos nas três relações bilaterais analisadas neste trabalho.

Essa avaliação, entretanto, não aconteceu de forma descontextualizada em relação ao mundo e à sociedade que rodeia essa liderança. Essa visão sobre o mundo e sobre o próprio país é realizada por uma elite governante, que depende do apoio de parte considerável dos grupos sociais e econômicos internos para se manter no poder. Por outro lado, essa visão também se retroalimenta em relação ao mundo externo e à distribuição dos atributos de poder. Os próprios critérios que são usados para a mensuração de poder estatal podem variar conforme o tempo e o espaço.

Ademais, essas visões sobre o mundo e sobre o Estado soviético não emergiam de forma desconexa com as próprias lutas internas pelo poder e pelo controle dos recursos econômicos e sociais do país e com o mundo externo. Não se trata, aqui, de uma relação simplificada de causa e consequência entre essas duas dimensões, mas sim, de níveis de análise sobre a política externa.

¹⁸² Neste caso, exigir-se-ia uma nova pesquisa em relação a esse período específico.

Figura 1 - Os níveis de análise de política externa

<u>Correlações de força</u>	<u>Influência das ideias</u>	<u>Processo Decisório</u>	<u>Objeto de Estudo</u>
Lutas internas <i>na URSS</i>	Visão predominante na cúpula do poder sobre o mundo e sobre o papel do país	Evolução das instituições de política externa	Política externa
<i>no mundo</i> Sistema internacional (comparativo entre países, ação de outros Estados)			

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Entre 1953 e 1958, faz sentido entender a reorientação de política externa a partir das lutas internas no país, e não exatamente no âmbito externo, em que as condições estavam em geral bastante favoráveis à URSS, dado o elevado crescimento econômico e a criação do formidável arsenal estratégico, que passou a fundamentar a dissuasão nuclear durante toda a Guerra Fria. No plano interno, contudo, a intensificação das disputas entre grupos e instituições produziram efeitos indiretos na política externa, mas outros fatores contribuem para entender a reorientação observada naquele contexto. O fortalecimento das ideias favoráveis a mudanças gerais na condução da política externa (e também interna) nos estratos mais elevados do poder e as disputas no Politburo pela condução das reformas políticas e econômicas explicam a dramaticidade das alterações observadas na política externa soviética naquele período.

Figura 2 - Esquema analítico da URSS entre 1953 e 1956

<u>Correlações de força</u>	<u>Influência das ideias</u>	<u>Processo Decisório</u>	<u>Objeto de Estudo</u>
Partido x governo x <i>siloviki</i>	Cúpula pró-mudanças na pol. externa e economia. "Governo popular" ao invés de "Ditadura do Proletariado"	Khrushchov assume o controle do Politburo perante outros reformistas (Malenkov) e retém influência na pol. externa	Início da reorientação na política externa. Início do Degelo, dos conflitos com RPC e protagonismo no 3º Mundo
URSS em ascensão política no mundo			

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Em meados da década de 1960, também se observaram disputas internas como na década anterior, mas outras questões contribuíram para que a condução da política externa não sofresse alterações tão profundas como anteriormente. Em primeiro lugar, a própria ideia de mudanças complexas não era preterida pelas facções que tomariam o controle do poder naquele ano, as quais, além disso, lograriam estabelecer um maior controle na principal instância decisória. Por um lado, o acúmulo de problemas externos, sobretudo em relação à RPC, incentivou a nova direção soviética a desembaraçar as relações com Washington e a promover laços com alguns centros promissores de poder, como Nova Délhi.

Figura 3 - Esquema analítico da URSS em 1964

<u>Correlações de força</u>	<u>Influência das ideias</u>	<u>Processo Decisório</u>	<u>Objeto de Estudo</u>
Emergência de ampla aliança anti-Khrushchov	Reformas vistas como necessárias, mas limitadas no escopo e no tempo	Maior unidade dos membros do Politburo, que se fortalece.	Política externa se adequa, sem reorientação ou retorno a 1953
Situação incerta: aumento do poder, mas em conflito com RPC			

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

No início da década de 1980, a situação era sensivelmente distinta, com a emergência de atores internos (sobretudo entre alguns ministérios setoriais econômicos), e o fortalecimento de outros (como o das forças armadas e dos serviços de inteligência, que passaram a contar com o poder de veto em muitas questões). Externamente, a posição da URSS encontrava-se bastante complicada, com a tendência mais clara à multipolarização, a redução do ritmo de seu próprio crescimento econômico, ao mesmo tempo em que sua influência global atingia seu ápice em termos de extensão. O conceito de reformas passou a ser apropriado e disputado tanto por conservadores como liberais, e encontrava resistências cada vez menores por parte dos *brejnevistas*, mas na prática subsistiu entre essas tendências um certo equilíbrio, que se refletiu na composição do Politburo naquele período. Outro processo importante foi a atuação mais significativa das instâncias especializadas de política externa (tanto do MID como do Departamento Internacional do CC do PCUS). Essa configuração, no entanto, não produziu mudanças tão abrangentes na condução dos negócios

estrangeiros; as principais mudanças (sobretudo no nível estratégico) podem ser encaradas como uma resposta à nova postura internacional dos EUA mais assertivamente anti-Moscou no período.

Figura 4 - Esquema analítico da URSS entre 1982 e 1985

<u>Correlações de força</u>	<u>Influência das ideias</u>	<u>Processo Decisório</u>	<u>Objeto de Estudo</u>
Cenário mais complexo: Empoderamento dos <i>Siloviki</i> e dos ministérios Setoriais econômicos URSS e EUA com crescimento semelhante, expansão territorial da influência global soviética, mas tendência à multipolarização.	Disputa entre reformismos (conservador e liberal) e "brejnevistas"	Velha guarda (dominante até 1985) x jovem guarda no Politburo. Empoderamento do MID.	Política externa. Sem reorientações totais mas tensionamento nas relações com EUA

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Cabe ressaltar que apenas na Figura 28, que retrata a situação na década de 1950, observamos uma alteração bastante significativa em **todos** os níveis de análise, contribuindo decisivamente para a reorientação na política exterior. Interessante frisar, também, que essa reorientação não teve como antecedente uma reconfiguração do poder no plano internacional de forma evidente, ou sequer os interesses da URSS se encontravam em uma posição claramente ameaçada. Pelo contrário, a URSS mantinha-se em uma fase de expansão internacional de sua influência, desde a metade final da Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, as mudanças identificadas tanto em 1964 quanto no início da década de 1980 sempre apresentaram uma espécie de barreira em pelo menos um nível de análise. Enquanto em 1964 a nova configuração de forças internas se colocava pouco entusiasta de mudanças profundas no nível das ideias, na década de 1980, a manutenção da velha guarda no Politburo, no nível de análise do processo decisório, impediu (ou retardou) mudanças mais audaciosas na política externa soviética naquele momento. Assim, a reorientação da política exterior soviética a partir da década de 1950 encontrou fatores simultâneos em todos os níveis de análise propostos, ao passo que as alterações posteriores a esse período se sustentavam em um ou dois níveis analíticos. Caberá a pesquisas futuras a investigação de outras reorientações de política externa, e sua relação com esses níveis de análise.

Nosso esquema analítico, assim, situa-se claramente como uma abordagem multinível de política externa, ao mesmo tempo em que apresenta algumas divergências relevantes em relação ao realismo neoclássico, por considerarmos inexistir, pelo menos no caso estudado, uma supremacia evidente de um nível de análise sobre os demais. Pelo contrário, esses níveis apresentam uma conexão bastante dinâmica, não linear, e, não menos relevante, não unidirecional. O próprio conceito de variáveis intervenientes, apesar de ser um inegável avanço perante outras abordagens de APE e mesmo em relação aos demais realismos, parece-nos problemática, e traz consigo a noção de antecedência inerente das questões externas sobre a política doméstica.

Finalmente, cabem algumas observações complementares a este trabalho. Em primeiro lugar, a própria ideia de reorientação da política externa deve ser entendida como uma mudança profunda e por vezes quase que simultânea em diversas vertentes da política externa de um país, tanto no relacionamento com outros atores, como na forma de atuar em grandes temas, e não exatamente uma mudança na totalidade. No caso analisado, identificamos que houve algumas permanências relevantes, sobretudo na reverberação de determinados princípios de política externa. Assim como ressaltamos no capítulo 3, a defesa da autodeterminação e da soberania das outras nações e a ênfase na promoção da paz mundial acompanharam toda a existência da URSS e, quiçá, mantiveram na prática discursiva na própria diplomacia da Federação Russa como aspecto legitimador de sua ação externa. Futuras pesquisas poderão indicar esses pontos de contato ainda relativamente incipientemente explorados entre a diplomacia soviética e a do Estado que se posiciona como o principal herdeiro do extinto país, a Rússia.

REFERÊNCIAS

- AIMAQ, J. Domestic and foreign roots of Khrushchev's policy toward France. In: MORGAN, P. M.; NELSON, K. L.; ARBATOV, G. A. (Ed.). **Re-viewing the Cold War: domestic factors and foreign policy in the East-West confrontation**. Westport: Praeger, 2000. p. 97-126.
- ALLISON, G. T. **The essence of decision: explaining the Cuban missile crisis**. Glenview: Scott, Foresman, and Company, 1971.
- ALPEROVITZ, G.; TREE, S. **The decision to use the atomic bomb and the architecture of an American myth**. New York: Knopf, 1995.
- ANDRIOLE, S. J.; WILKENFELD, J.; HOPPLE, G. W. A framework for the comparative analysis of foreign policy behavior. **International Studies Quarterly**. [Storrs], v. 19, n. 2, p. 160-198, 1975.
- ANNUAL Growth Rates in the Soviet Union (1941-1989). Soviet History Archive. **Marxists.org**, [S.l.], 2000. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/ussr/government/economics/statistics/growth-rates.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2016.
- ARIAS, E. United States life tables (2003). **National Statistic Vital Reports**, [Hyattsville], v. 54, n. 14, Apr. 16, 2006. Disponível em: <https://www.cdc.gov/nchs/data/nvsr/nvsr54/nvsr54_14.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília, DF: UNB/IPRI, 2002.
- BAILEY, T. A. **America faces Russia: Russian-American relations from early times to our day**. Ithaca: Cornell University Press, 1950.
- BLOCH, M. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BLUTH, C. The Warsaw Pact and military security in Central Europe during the Cold War. **Journal of Slavic Military Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 17, p. 299-311, 2004.
- BOGATUROV, A. D. Понятие мировой политики в теоретическом дискурсе. [Interpretação da política mundial no discurso teórico]. **Международные Процессы** [Processos Internacionais], Moscou: Nauchno-obrazovate'lnoy fórum po mejdunarodnym otnosheniyam, p. 16-33, 2004. Disponível em: <<http://elibrary.ru/item.asp?id=17027762>>. Acesso em: 14 abr. 2016.
- BOL'SHAYA ROSSIYSKAYA ENTSIKLOPEDIYA. Moscou: Izd. Bol'shaya Rossiyskaya Entsiklopediya, 2016. Disponível em: <<https://bigenc.ru/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- BRECHER, M. **The foreign policy system of Israel: setting, images, process**. London: Oxford University Press, 1972.

BRESLAUER, G. W. Militants, moderates, and centrists: Soviet perspectives on the Arab-Israeli conflict. In: _____. (Ed.) **Soviet strategy in the Middle East**. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2015. p. 169-216.

BREZHNEV, A. A. **Китай: тернистый путь к добрососедству**. Воспоминания и размышления. [China: o espinhoso caminho rumo à boa-vizinhança. Memórias e reflexões] Moscou: Mezhdunarodnyye Otnosheniya, 1998.

BULL, H. **A sociedade anárquica**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.

BURMISTROV, V. N. Внешнеэкономическая политика России: современное состояние и основные направления оптимизации. [Política externa econômica da Rússia: estado atual e vetores básicos para sua otimização]. **Российский Внешнеэкономический Вестник**, Moscou, n. 7, (jul'), p. 58-69, 2009.

BURR, W.; ROSENBERG, D. A. Nuclear competition in an era of stalemate, 1963–1975. In: LEFFLER, M. P.; WESTAD, O. A. (Ed.). **The Cambridge history of the Cold War**. Vol. II: Crises and Détente. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 88-111.

BRZEZINSKI, Z. **The Soviet bloc, unity, and conflict**. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

CALHOUN, C. Cold war. In: _____. **Dictionary of the social sciences**. New York: Oxford University Press, 2002. p. 74–76.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

CENTRAL COMMITTEE OF THE CHINESE COMMUNIST PARTY. **A Proposal Concerning the General Line of the International Communist Movement**. Pequim: Foreign Languages, 1963. p. 1-61. Disponível em: <<http://www.marxistsfr.org/history/international/comintern/sino-soviet-split/cpc/proposal.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

CERVO, A. L. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHEN, J. **Mao's China and the Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.

_____. China and the Cold War after Mao. In: LEFFLER, M. P.; WESTAD, O. A. (Ed.). **The Cambridge history of the Cold War**. Vol. III: Endings. Cambridge: The Cambridge University Press, 2010. p. 181-200.

CONGRESS OF THE UNITED STATES. Joint Economic Committee. **USSR: measures of economic growth and development, 1950-80**. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1982. Disponível em: <[https://www.jec.senate.gov/reports/97th%20Congress/USSR%20-%20Measures%20of%20Economic%20Growth%20and%20Development%201950-1980%20\(1152\).pdf](https://www.jec.senate.gov/reports/97th%20Congress/USSR%20-%20Measures%20of%20Economic%20Growth%20and%20Development%201950-1980%20(1152).pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

CONSELHO DE MINISTROS DA URSS. *Glavnoye upravleniye gueodesii i kartografii. Малый атлас мира* [Pequeno atlas mundial]. Moscou: Kartografia GUGK, 1975.

_____. *Glavnoye upravleniye gueodesii i kartografii. Атлас СССР (1983)* [Atlas da URSS (1983)]. Moscou: Kartografia GUGK, 1983.

_____. *Tsentral'noye upravleniye statistik. Народное хозяйство СССР в 1958 г. (Статистический ежегодник)*. [A economia da URSS em 1958: anuário estatístico]. Moscou, Gosstatizdat TsSU SSSR, 1959.

_____. *Tsentral'noye upravleniye statistik. Народное хозяйство СССР в 1959 г. (Статистический ежегодник)*. [A economia da URSS em 1959: anuário estatístico]. Moscou, Gosstatizdat TsSU SSSR, 1960.

_____. *Tsentral'noye upravleniye statistik. Народное хозяйство СССР в 1964 году (Статистический ежегодник)* [A economia da URSS em 1960: anuário estatístico]. Moscou, Gosstatizdat TsSU SSSR, 1965.

DAWISHA, K. *The Kremlin and the Prague Spring*. Berkeley: University of California Press, 1984.

ELMAN, C.; ELMAN, M. F. Diplomatic history, and international relations theory: respecting difference and crossing boundaries. *International Security*, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 5-21, 1997.

ERMOLENKO, D. V. *Социология и проблемы международных отношений*. [Sociologia e questões das relações internacionais]. Moscou: Izd. Mezhdunarodnyye Otnosheniya, 1977.

FEIS, H. *Churchill, Roosevelt, Stalin: the war they waged and the peace they sought*. Princeton: Princeton University Press, 1957.

FERNANDES, L. *O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FES'KOV, V. I.; KALASHNIKOV, K.A.; GOLIKOV, V. I. *Советская Армия в годы «холодной войны» (1945-1991)*. [O Exército soviético durante os anos da “Guerra Fria” (1945-1991)]. Tomsk: Izd. Tomskogo Universiteta, 2004.

FOKEYEV, G B. (ed.). *История международных отношений и внешней политики СССР. Том 2-ой. (1945-1970)* [A história das relações internacionais e da política exterior da URSS. Volume 2º (1945-1970)]. Moscou: Mezhdunarodnyye Otnosheniya, 1987.

_____. *История международных отношений и внешней политики СССР. Том 3-ий. (1970-1987)* [A história das relações internacionais e da política exterior da URSS. Volume 3º (1970-1987)]. Moscou: Mezhdunarodnyye Otnosheniya, 1987.

GALENOVICH, Y. *Россия и Китай в XX веке: граница*. [A Rússia e a China no século XX: a fronteira]. Moscou: Izograf, 2001.

GANTMAN, Y. S. (Org.). **Современные буржуазные теории международных отношений**. [Teorias contemporâneas burguesas de relações internacionais]. Moscou: Nauka, 1976.

GERNER, Deborah J. The Evolution of the Study of Foreign Policy. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J. (Org) **Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation**. Englewood Cliffs (NJ): Prentice Hall, 1995. p. 17-32.

GONCHARENKO, S. Sino-Soviet Military Cooperation. In: WESTEAD, O. A. (Ed.). **Brothers in arms: the rise and fall of the Sino-Soviet alliance, 1945-1963**. Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 141-164.

GOSSTAT SSSR. Tsentral'noye statisticheskoye upravleniye. Tsentr informatsii i redaktirovaniy. **Население СССР 1987: Статистический сборник**. [A população da URSS em 1987: coleção de estatísticas]. Moscou: Finansy i Statistika, 1988.

_____. **Народное хозяйство СССР за 70 лет**. Юбилейный статистический ежегодник. [A economia da URSS em 70: anuário estatístico de aniversário]. Moscou: Finansy i Statistika, 1987.

GROMYKO, A. A; PONOMARYOV, B. N (Ed.). **История внешней политики СССР, 1917-1985: в двух томах** [História da Política Externa da URSS, 1917-1985, em dois volumes] Moscou: Nauka, 1986.

HAMILTON, K.; LANGHORNE, R. **The practice of diplomacy: its evolution, theory, and administration**. 2nd ed. London; New York: Routledge, 2011.

HERMANN, C. F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, Storrs, n. 34, p. 3-21, 1990.

HERMANN, M. G. Assessing the personalities of Soviet Politburo members. **Personality and Social Psychology Bulletin**, [Washington], v. 6, n. 3, p. 332-352, 1980.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOPF, T. **Social construction of international politics: identities & foreign policies**, Moscow, 1955 and 1999. Ithaca: Cornell University Press, 2002.

HUDSON, V. M. Foreign policy analysis: actor-specific theory and the ground of international relations. **Foreign Policy Analysis**. [Oxford], v. 1, n. 1, p. 1-30, 2005.

HUDSON, V. M.; VORE, C. S. Foreign policy analysis yesterday, today, and tomorrow. **International Studies Quarterly**. [Storrs], v. 39, n. 2, p. 209-238, 1995.

ÍNDIA. Ministry of Foreign Affairs. **Treaty of Peace, Friendship and Cooperation between the Government of India and the Government of the Union of Soviet Socialist Republics, Aug. 9, 1971**. Media Center / Documents. Nova Delhi, 2016. Disponível em: <<http://mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/5139/Treaty+of+>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

INTERNATIONAL reactions to Indian attack on Goa: Soviet veto of Western cease-fire resolution in security council, March 1962. **Keesing's Record of World Events**, (formerly Keesing's Contemporary Archives), [S.l.], 2006. Disponível em: <<http://web.stanford.edu/group/tomzgroup/pmwiki/uploads/1074-1962-03-KS-b-RCW.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

INTERVIEW with the Japanese socialists on the theory of the intermediate zone, Aug. 11, 1964. Selected works of Mao Tse-Tung. **Marxists.org**, [S.l.], 2017. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-9/mswv9_26.htm>. Acesso em: 12 fev. 2017.

ISAKOVA, E. V. **История денежных реформ Советского государства в документах ЦГАЭ** [História das reformas monetárias do Estado soviético nos documentos do Arquivo Estatal russo de Economia]. Moscou: Drevlekhranishche, 2004. p. 193-198.

JACKSON, R. H. et al. **Introdução às relações internacionais teorias e abordagens**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

KEERAN R.; KENNY T. **Socialism betrayed: behind the collapse of the Soviet Union**. Bloomington: iUniverse, 2010.

KHODYAKOV, M. V. **Новейшая История России 1914-2013** [A história recente da Rússia]. Moscou: Yurait, 2015.

KOLKO, G. **Century of war: politics, conflicts, and society since 1914**. New York: New Press, 1994.

KOMMUNISTICHESKAYA PARTIYA SOVYETSKOGO SOYUZA. **21-й (внеочередной) съезд КПСС (27 января - 5 февраля 1959 года)**: Стенографический отчет. Том 1. [XXI Reunião (extraordinária) do PCUS (27 de janeiro a 5 de fevereiro de 1959): relatório estenográfico. Vol. 1]. Moscou: Gospolitizdat, 1959. Disponível em: <[http://publ.lib.ru/ARCHIVES/K/KPSS/21_s'ezd_KPSS._T.1.\(1959\).%5Bdjv-fax%5D.zip](http://publ.lib.ru/ARCHIVES/K/KPSS/21_s'ezd_KPSS._T.1.(1959).%5Bdjv-fax%5D.zip)>. Acesso em: 15 dez. 2016.

LAFEBER, W. **America, Russia, and the Cold War, 1945-2006**. Boston: McGraw-Hill, 2008.

LAI, Y. M. **Nationalism and power politics in Japan's relations with China: a neoclassical realist interpretation**. PhD thesis - Department of Politics and International Studies, University of Warwick, [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://wrap.warwick.ac.uk/853/>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

LANGSAM, D. E; PAUL, D. W. Soviet politics, and the group approach: a conceptual note. **Slavic Review**, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 136-141, Mar. 1972.

LEBEDEVA, M. M. International relations studies in the USSR/Russia: is there a Russian national school of IR studies? **Global Society**. [Abingdon], v. 18, n. 3, p. 263-278, 2004.

_____. **Российские исследования и образование в области международных отношений: 20 лет спустя: рабочая тетрадь**. [Pesquisas e formação no campo de

relações internacionais na Rússia: vinte anos depois: documento de trabalho]. Russian Council on Foreign Affairs (RCFA). Moscou: Spyetskinga, 2013. Disponível em: <http://russiancouncil.ru/common/upload/riac_wp_mo_2.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2015.

LEFFLER, M. P.; WESTAD, O. A. **The Cambridge history of the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LENIN, V. I. Imperialism, the highest stage of capitalism. Lenin Selected Works. **Lenin Internet Archive**, [S.l.], [1970] 2005. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc/#f1r>>. Acesso em 12 abr. 2014.

LIMA, M. R. S. de. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 7-28, 1990. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Lima_vol12.ano6.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2014.

MALINIAK, D. et al. The best international relations schools in the world. **Foreign Policy**, Washington, Feb. 2, 2015. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2015/02/03/top-twenty-five-schools-international-relations/>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

MASTNY, V. The Soviet Union's partnership with India. **Journal of Cold War Studies**, [Cambridge, MA], v. 12, n. 3, p. 50-90, 2010.

MCGOWAN, P.; SHAPIRO, H. B. **The comparative study of foreign policy: a survey of scientific findings**. Beverly Hills: Sage, 1973

MCMAHON, R. J. **The cold war on the periphery: the United States, India, and Pakistan**. New York: Columbia University Press, 1994.

MEHROTRA, S. K. **India and the Soviet Union: trade and technology transfer**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MLECHIN, L. M. **МИД: министры иностранных дел: внешняя политика России от Ленина и Троцкого - до Путина и Медведева**. [MID: ministros dos negócios estrangeiros. A política externa da Rússia, de Lênin e Trotsky a Putin e Medvedev]. Moscou: Tsentrpoligraf, 2011.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2003.

MUNTCHAYEV, S.; USTINOV, V. M. **История советского государство** [História do Estado Soviético]. Moscou: NORMA; INFRAM, 2014.

NOGUEIRA, J. P., MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PANIN, A. M. **Денежная реформа 1961 г. по документам РГАНИ** [A reforma monetária de 1961 de acordo com os documentos do Arquivo Estatal Russo de História recente]. Moscou, Drevlekhranishche, 2004. p. 199-210.

PODLESNY, P. T. **СССР и США: 50 лет дипломатических отношений** [URSS e EUA: 50 anos de relações diplomáticas]. Moscou: "Mezhdunarodnyye otnosheniya", 1983.

POZDNYAKOV, E. A. **Системный подход и международные отношения**. [A abordagem sistêmica e as relações internacionais]. Moscou: «Наука», 1976.

PUTNAM, R. D. Diplomacy and domestic politics: the logic of the two-level games. **International Organization**, [Cambridge] v. 42, n. 3, p. 427-460, Summer 1988.

РУЖКОВ, А. **Хрущевская «Оттепель» 1953-1964 гг.** [O “Degelo” de Khrushchov dos anos de 1953 a 1964]. Moscou: Olma-Press, 2002.

RADCHENKO, S. The Sino-Soviet split. In: LEFFLER, M. P.; WESTAD, O. A. (Ed.). **The Cambridge history of the Cold War**. Vol II: Crises and Détente. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 349-372.

РАКХМАНИН, В. Н. **К истории отношений России-СССР с Китаем в XX веке**. Обзор и анализ основных событий. Izd 3y, dop. [Sobre as relações Rússia-URSS com a China. Revisão e análise dos principais acontecimentos. 3. ed. complementada]. Moscou: Pamyatnik istoricheskoy mysli, 2002.

RIPSMAN, N. M. Neoclassical Realism and Domestic Interest Groups. In: LOBELL, S. E.; RIPSMAN, N. M.; TALIAFERRO, J. W. **Neoclassical realism, the state, and foreign policy**. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 170-193.

ROMANOVA, T. Neoclassical realism and today's Russia. **Russia in Global Affairs**, Moscow, Oct. 7, 2012. Disponível em: <<http://eng.globalaffairs.ru/number/Neoclassical-Realism-and-Todays-Russia-15681>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

ROSE, G. Review: neoclassical realism and theories of foreign policy. **World Politics**, [Cambridge], v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998.

ROSENEAU, J. N. (Ed.). **Comparing foreign policies: theories, findings, and methods**. New York: Sage; Halsted, 1974.

RYBAS, S. Y. **Громыко**. Война, мир и дипломатия. [Gromyko: guerra, paz e diplomacia]. Moscou: Molodaya Gvardiya, 2011.

SANTOS, N. B. História das relações internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. **História**, Franca, v. 24, n. 1, p. 11-39, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a02v24n1.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2011.

SEGRILLO, A. **O declínio da União Soviética**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SHRIVASTAVA, S. 1971 India Pakistan war: role of Russia, China, America and Britain. **The World Reporter**, [S.l.], Oct. 30, 2011. Disponível em: <<http://www.theworldreporter.com/2011/10/1971-india-pakistan-war-role-of-russia.html>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

SHUBIN, A. V. **От «застоя» к реформам. СССР в 1977—1985 гг.** [Da “estagnação” às reformas. A URSS entre 1977 a 1985]. Moscou: Rossiyskaya politicheskaya entsiklopediya (ROSSPEN), 2000.

SNYDER, R. C.; BRUCK, H. W.; SAPIN, B. **Decision-making as an approach to the study of international politics.** Princetown: Princetown University Press, 1954.

SØRENSEN, C. T. N. Is China becoming more aggressive? A neoclassical realist analysis. *Asian Perspective*, [S.l.], v. 37, n. 3, p. 363-385, July/Sept. 2013.

SOVYETSKAYA ISTORITCHESKAYA ENTSIKLOPEDIYA. **Том 11 (ПЕРГАМ – ПЕНУБЕН).** Moscou: Gosudarstvennoye Nauchnoye Izdatel'stvo “Sovetskaya Entsiklopediya”, 1968. Disponível em: <<http://www.runivers.ru/lib/book3253/10470/>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

SPROUT, H.; SPROUT, M. **The ecological perspective on human affairs with special reference to international relations.** Princeton: Princeton University Press, 1965.

STEWART, P. D.; HERMANN, M. G.; HERMANN, C. F. Modeling the 1973 Soviet decision to support Egypt. *The American Political Science Review*, [Washington], v. 83, n. 1, p. 35-59, 1989.

TSENTRAL'NOYE BANK ROSSII. **Курсы валют за период до 01.07.1992.** [Taxas de câmbio até 1º jun. 1992]. Moscou, 2015: Disponível em: <http://www.cbr.ru/currency_base/OldVal.aspx> Acesso em: 10 dez. 2015.

TSYGANKOV A. P. **Международное отношения: традиции русской политической мысли.** [As relações internacionais: a tradição do pensamento político russo] Moscou: Al'fa, INFRA-M, 2013.

TSYGANKOV, P.; TSYGANKOV, A. P. Теория международных отношений в России: отчего не спешат появляться школы? [Teoria das relações internacionais na Rússia: por que não há pressa de as escolas surgirem?] **Международные Процессы.** Moscou, Изд. Научно-образовательный форум по международным отношениям, p. 104-116, 2003. Disponível em: <<http://elibrary.ru/item.asp?id=17040480>>. Acesso em: 14 maio 2016.

TYULIN, I. G. Исследования международных отношений в России: вчера, сегодня, завтра. [As pesquisas de relações internacionais na Rússia: ontem, hoje e amanhã]. In: SHAKLEININA, T. A. (Org.). **Внешняя политика и безопасность современной России, 1991-2002.** Хрестоматия. В 4 т. [A política externa e de segurança da Rússia contemporânea, 1991-2002. Seleção de textos em quatro volumes]. Moscou: ROSSPEN, 2002. p. 395-407.

UNIÃO SOVIÉTICA. **Конституция СССР 1936 года** [A Constituição da URSS do ano de 1936]. Moscou, 1936. Disponível em: <<http://xn--d1aml.xn--h1aaridg8g.xn--p1ai/20/konstitutsiya-sssr-1936-goda/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Конституция СССР 1977 года** [A Constituição da URSS do ano de 1977]. Moscou, 1977. Disponível em: <<http://xn--d1aml.xn--h1aaridg8g.xn--p1ai/20/konstitutsiya-sssr-1977-goda/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. Ministerstvo Finansov SSSR. Byudjentnoye upravleniye. **Государственный бюджет СССР за IV и V пятилетки (1946-1950 гг. и 1951-1955 гг.):** Статистический сборник. [Orçamento estatal da URSS para os Quarto e Quinto Planos Quinquenais (1946-1950 e 1951-1955): coleção de estatísticas]. Moscou: Gosfinizdat SSSR, 1957.

_____. Ministerstvo Finansov SSSR. Byudjentnoye upravleniye. **Государственный бюджет СССР и союзных республик:** Статистический сборник. [Orçamento estatal da URSS e das repúblicas da união: coleção de estatísticas]. Moscou: “Finansy”, 1966.

_____. Ministerstvo Finansov SSSR. Byudjentnoye upravleniye **Государственный бюджет СССР и союзных республик (1966-1970):** Статистический сборник. [Orçamento estatal da URSS e das repúblicas da união (1966-1970): coleção de estatísticas]. Moscou: “Finansy”, 1972.

_____. Ministerstvo Finansov SSSR. Byudjentnoye upravleniye **Государственный бюджет СССР (1971-1975):** Статистический сборник. [Orçamento estatal da URSS (1971-1975): coleção de estatísticas]. Moscou: “Finansy”, 1976.

_____. Ministerstvo Finansov SSSR. Byudjentnoye upravleniye **Государственный бюджет СССР и союзных республик (1976-1980):** Статистический сборник. [Orçamento estatal da URSS e das repúblicas da união (1976-1980): coleção de estatísticas]. Moscou: “Finansy i Statistika”, 1982.

_____. Ministerstvo Finansov SSSR. Byudjentnoye upravleniye **Государственный бюджет СССР (1981-1985):** Статистический сборник. [Orçamento estatal da URSS (1981-1985): coleção de estatísticas]. Moscou: “Finansy i Statistika”, 1987.

_____. Ministerstvo Vneyshey trgovli SSSR. Glavnoye upravleniye ekomitsheskogo planirovaniya. **Внешняя торговля СССР:** Статистический сборник (1918-1966). [O comércio exterior da URSS: coleção estatística (1918-1966)]. Moscou: Mezhdunarodnoye Otnosheniya, 1967.

_____. Ministerstvo Vneyshey trgovli SSSR. Glavnoye upravleniye ekomitsheskogo planirovaniya. **Внешняя торговля СССР за 1968 год:** Статистический сборник. [O comércio exterior da URSS no ano de 1968: coletânea estatística]. Moscou: Mezhdunarodnoye Otnosheniya, 1969.

_____. Ministerstvo Vneyshey trgovli SSSR. Glavnoye upravleniye ekomitsheskogo planirovaniya. **Внешняя торговля СССР за 1970 год:** Статистический сборник [O comércio exterior da URSS no ano de 1970: coletânea estatística]. Moscou: Mezhdunarodnoye Otnosheniya, 1971.

_____. Ministerstvo Vneyshey trgovli SSSR. Glavnoye upravleniye ekomitsheskogo planirovaniya. **Внешняя торговля СССР за 1971 год:** Статистический сборник [O comércio exterior da URSS no ano de 1971: coletânea estatística]. Moscou: Mezhdunarodnoye Otnosheniya, 1972.

_____. Ministerstvo Vneyshey trgovli SSSR. Glavnoye upravleniye ekomitsheskogo planirovaniya. **Внешняя торговля СССР в 1975 году:** Статистический сборник. [O comércio exterior da URSS no ano de 1975: coletânea estatística]. Moscou: Statistika, 1976.

_____. Ministerstvo Vneyshey torgovli SSSR. Glavnoye upravleniye ekomiticheskogo planirovaniya. **Внешняя торговля СССР 1922-1981: Юбилейный статистический сборник.** [O comércio exterior da URSS 1922-1981: coletânea estatística de aniversário]. Moscou: Finansy i Statistika, 1982.

_____. Ministerstvo Vneyshey torgovli SSSR. Glavnoye upravleniye ekomiticheskogo planirovaniya. **Внешняя торговля СССР в 1983 году: Статистический сборник.** [O comércio exterior da URSS no ano de 1975: coletânea estatística]. Moscou: Finansy i Statistika, 1984.

_____. Ministerstvo Vneyshey torgovli SSSR. Glavnoye upravleniye ekomiticheskogo planirovaniya. **Внешняя торговля СССР в 1985 году: Статистический сборник.** [O comércio exterior da URSS no ano de 1985: Coletânea estatística]. Moscou: Finansy i Statistika, 1986.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Gross domestic product: total and per capita, growth rates, annual, 1970-2016.** Geneva: Unctad Data Center, 2017. Disponível em:
<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en>. Acesso em: 3 fev. 2017.

VISENTINI, P. G. F. et al. **Revoluções e regimes marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VIZENTINI, P. G. F. **Da guerra fria à crise (1945-1992): as relações internacionais contemporâneas.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

_____. **Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente.** Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Os paradoxos da Revolução Russa: ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991).** Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

VOSKRESSENSKY, A. D. **Россия и Китай: теория межгосударственных отношений [Rússia e China: uma teoria de relações interestatais].** Moscou: Moskovsky Obshchestvennyy Nauchnyy Fond; Institut Dal'nego Vostoka-RAN, 1999.

VSESOYUSNAYA KOMMUNISTITCHESKAYA PARTIYA (BOL'SHEVIKOV). **Устав Всесоюзной Коммунистической Партии (Большевиков).** Принят единогласно XVII съездом ВКП(б) 10 февраля 1934 г. [Estatuto do Partido Comunista Unitário (Bolchevique). Adotado unanimemente pela XVII Reunião do PCU (B) em 10 de fevereiro de 1934]. [S.l.], 2016. Disponível em:
<http://www.leftinmsu.narod.ru/polit_files/books/Programma_i_ustav_VKPb.htm#00>. Acesso em: 14 nov. 2016.

WALLERSTEIN, I. The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis. **Comparative Studies in Society and History**, [S.l.], v. 16, n. 4, p. 387-415, Sept. 1974.

WALTZ, K. N. **Theory of international politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

_____. International politics is not foreign policy. **Security Studies**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 54-57, 1996.

WILLIAMS, W. A. **The tragedy of American diplomacy**. [New York]: Dell, 1962.

WOHLFORTH, W. C. **The elusive balance: power and perceptions during the Cold War**. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

WIGHT, M. **A política do poder**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

X. The Sources of Soviet Conduct. **Foreign Affairs**, Washington, v. 25, n. 4, p. 566–582, 1947.

XIA, Yafeng. The study of cold war international history in China: a review of the last twenty years. **Journal of Cold War Studies**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 81-115, Winter 2008.

ZAKARIA, Fareed. **From wealth to power: the unusual origins of America's world role**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ZUBOK, Vladislav M. **A failed empire: the Soviet Union in the cold war from Stalin to Gorbachev**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007.

_____. Soviet foreign policy from détente to Gorbachev, 1975–1985. In: LEFFLER, M. P.; WESTAD, O. A. (Ed.). **The Cambridge history of the cold war: endings (Vol. III)**. Cambridge: The Cambridge University Press, 2010. p. 89-111.

APÊNDICE A - RELAÇÃO DE PERÍODOS HISTÓRICOS

Relação de líderes do Estado soviético

Nome	Período (entre parênteses as datas no antigo calendário russo)	Cargo
Vladímir Il'ítch Uliánov (Lénin)	(25 de outubro) 8 de novembro de 1917 a 21 de janeiro de 1924	Presidente do Conselho de Comissários do Povo da RSFSR e da URSS
Iósif Vissariónovitch Stálin	21 de janeiro de 1924 a 5 de março de 1953	Secretário-Geral do Comitê Central do PCR (B) - PCU (B) - PCUS
	6 de maio de 1941 a 5 de março de 1953	Presidente do Conselho de Ministros da URSS
Gueórgiy Maksimiliánovitch Malenkóv	5 de março de 1953 a 8 de fevereiro de 1955	Presidente do Conselho de Ministros da URSS
Nikíta Serguéyevitch Khrushchóv	7 de setembro de 1953 a 14 de outubro de 1964	Primeiro Secretário do Comitê Central do PCUS
	27 de março de 1958 a 15 de outubro de 1964	Presidente do Conselho de Ministros da URSS
Leoníd Il'ítch Bréjnev	14 de outubro de 1964 a 8 de abril de 1966	Primeiro Secretário do Comitê Central do PCUS
	8 de abril de 1966 a 10 de novembro de 1982	Secretário-Geral do Comitê Central do PCUS
Yúriy Vladímirovitch Andrópov	12 de novembro de 1982 a 9 de fevereiro de 1984	Secretário-Geral do Comitê Central do PCUS
Konstantín Ustínovitch Tchernénko	13 de fevereiro de 1984 a 10 de março de 1985	Secretário-Geral do Comitê Central do PCUS
Mikhaíl Serguéyevitch Gorbatchov	11 de março de 1985 a 24 de agosto de 1991	Secretário-Geral do Comitê Central do PCUS
	15 de março de 1990 a 25 de dezembro de 1991	Presidente da URSS

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rossiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017)

Chefes de Governo da URSS (Presidentes do Conselho de Ministros, 1945-1990)

Nome	Período
Josef Vissarionovitch Stalin	19 de março de 1946 a 5 de março de 1953
Gueorguiy Maksimilianovitch Malenkov	5 de março de 1953 a 8 de fevereiro de 1955
Nikolay Aleksandrovitch Bulganin	8 de fevereiro de 1955 a 27 de março de 1958
Nikita Sergueyevitch Khrushchov	27 de março de 1958 a 15 de outubro de 1964
Aleksey Nikolayevitch Kosygin	15 de outubro de 1964 a 23 de outubro de 1980
Nikolay Aleksandrovitch Tikhonov	23 de outubro de 1980 a 27 de setembro de 1985
Nikolay Ivanovitch Ryjkov	27 de setembro de 1985 a 14 de janeiro de 1991

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rossiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017)

Presidentes do Prezidium do Soviete Supremo da URSS

Período	Indivíduo	Observação
17 de janeiro de 1938 a 19 de março de 1946	Mikhail Ivanovitch Kalinin	
19 de março de 1946 a 15 de março de 1946	Nikolay Mikhailovitch Shvernik	

Período	Indivíduo	Observação
1953		
15 de março de 1953 a 7 de maio de 1960	Kliment Efremovitch Voroshilov	
7 de maio de 1960 a 15 de julho de 1964	Leonid Il'itch Brejnev	
15 de julho de 1964 a 9 de dezembro de 1965	Anastas Ivanovitch Mikoyan	
9 de dezembro de 1965 a 16 de junho de 1977	Nikolay Viktorovitch Podgorny	
16 de junho de 1977 a 10 de novembro de 1982	Leonid Il'itch Brejnev	
10 de novembro de 1982 a 16 de junho de 1983	Vasiliy Vasil'yevitch Kuznetsov	Vice-Presidente
16 de junho de 1983 a 9 de fevereiro de 1984	Yuriy Vladimirovitch Andropov	
9 de fevereiro de 1984 a 11 de abril de 1984	Vasiliy Vasil'yevitch Kuznetsov	Vice-Presidente
11 de abril de 1984 a 10 de março de 1985	Konstantin Ustinovitch Tchernenko	

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rossiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017)

Relação de todos os membros do Politburo entre 1952 e 1985 (ordenados por data de ingresso ao órgão)

Nome (ano de nascimento – ano de falecimento)	Data de ingresso	Data de saída
Kliment Efremovitch Voroshilov (1881-1969)	1 de janeiro de 1926	16 de julho de 1960
Vyacheslav Mikhailovitch Molotov (1890-1986)	1 de janeiro de 1926	29 de junho de 1957
Lazar' Moiseyevitch Kaganovitch (1893-1991)	13 de julho de 1930	29 de junho de 1957
Anastas Ivanovitch Mikoyan (1895-1978)	1 de fevereiro de 1935	8 de abril de 1966
Nikita Sergeevitch Khrushchov (1894-1971)	22 de março de 1939	14 de outubro de 1964
Lavrentiy Maksimilianovitch Beria (1899-1953)	18 de março de 1946	7 de julho de 1953
Gueorguiy Maksimilianovitch Malenkov (1902-1988)	18 de março de 1946	29 de junho de 1957
Nikolay Aleksandrovitch Bulganin (1895-1975)	18 de fevereiro de 1948	5 de setembro de 1958
Mikhail Georguievitch Pervukhin (1904-1978)	16 de outubro de 1952	29 de junho de 1957
Maksim Zakharovitch Saburov (1900-1977)	16 de outubro de 1952	29 de junho de 1957
Aleksey Illarionovitch Kiritchenko (1908-1975)	12 de julho de 1955	4 de maio de 1960
Mikhail Andreyevitch Suslov (1902-1982)	12 de julho de 1955	25 de janeiro de 1982
Avrekiy Borisovitch Aristov (1903-1973)	29 de junho de 1957	31 de outubro de 1961
Nikolay Il'itch Belyayev (1903-1966)	29 de junho de 1957	4 de maio de 1960
Leonid Il'itch Brejnev (1906-1982)	29 de junho de 1957	10 de novembro de 1982
Gueorguiy Konstantinovitch Jukov (1896-1974)	29 de junho de 1957	29 de outubro de 1957
Nikolay Grigor'evitch Ignatov (1901-1966)	29 de junho de 1957	31 de outubro de 1961
Frol Romanovitch Kozlov (1908-1965)	29 de junho de 1957	16 de novembro de 1964
Otto Vil'gel'movitch Kuusinen (1881-1964)	29 de junho de 1957	17 de maio de 1964

Nome (ano de nascimento – ano de falecimento)	Data de ingresso	Data de saída
Ekaterina Alekseyevna Furtseva (1910-1974)	29 de junho de 1957	31 de outubro de 1961
Nikolay Mikhailovitch Shvernik (1888-1970)	29 de junho de 1957	8 de abril de 1966
Nuritdin Akramovitch Mukhitdninov (1917-2008)	17 de dezembro de 1957	31 de outubro de 1961
Aleksey Nikolayevitch Kosygin (1904-1980)	4 de maio de 1960	21 de outubro de 1980
Nikolay Viktorovitch Podgornyy (1903-1983)	4 de maio de 1960	24 de maio de 1977
Dmitry Stepanovitch Polyanskiy (1917-2001)	4 de maio de 1960	5 de março de 1976
Gennadiy Ivanovitch Voronov (1910-1994)	31 de outubro de 1961	27 de abril de 1973
Andrey Pavlovitch Kirilenko (1906-1990)	23 de abril de 1962	22 de novembro de 1982
Aleksandr Nikolayevitch Shelepin (1918-1994)	16 de novembro de 1964	16 de abril de 1975
Pyotr Efimovitch Shelest (1908-1996)	16 de novembro de 1964	27 de abril de 1973
Kirill Trofimovitch Mazurov (1914-1989)	26 de março de 1965	27 de novembro de 1978
Avrid Yanovitch Pel'she (1899-1983)	8 de abril de 1966	29 de maio de 1983
Viktor Vasil'yevitch Grishin (1914-1992)	9 de abril de 1971	18 de fevereiro de 1986
Fyodor Davydovitch Kulakov (1918-1978)	9 de abril de 1971	17 de julho de 1978
Dinmukhamed Akhmedovitch Kunaev (1912-1993)	9 de abril de 1971	28 de janeiro de 1987
Vladimir Vasi'levitch Shcherbitskiy (1918-1990)	9 de abril de 1971	20 de setembro de 1989
Yuriy Vladimirovitch Andropov (1914-1984)	27 de abril de 1973	9 de fevereiro de 1984
Andrey Antonovitch Gretchko (1903-1976)	27 de abril de 1973	26 de abril de 1976
Andrey Andreyevitch Gromyko (1909-1989)	27 de abril de 1973	30 de setembro de 1988
Grigoriy Vasil'yevitch Romanov (1923-2008)	5 de março de 1976	1 de julho de 1985
Dmitry Fyodorovitch Ustinov (1908-1984)	5 de março de 1976	20 de dezembro de 1984
Konstantin Ustinovitch Tchernenko (1911-1985)	27 de novembro de 1978	10 de março de 1985
Nikolay Aleksandrovitch Tikhonov (1905-1997)	27 de novembro de 1979	15 de outubro de 1985
Mikhail Sergueyevitch Gorbachov (1931)	21 de outubro de 1980	6 de novembro de 1991
Gueidar Aliyevitch Aliyev (1923-2003)	22 de novembro de 1982	21 de outubro de 1987
Vitaliy Ivanovitch Vorotnikov (1926-2012)	26 de dezembro de 1983	14 de julho de 1990
Mikhail Sergueyevitch Solomentsev (1913-2008)	26 de dezembro de 1983	30 de setembro de 1988

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rossiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017).

Reuniões do PCUS (1952-1986)

Edição	Data de ocorrência
XIX Congresso do PCUS	5 a 14 de outubro de 1952
XX Congresso do PCUS	14 a 25 de fevereiro de 1956
XXI Congresso do PCUS	27 de janeiro a 5 de fevereiro de 1959
XXII Congresso do PCUS	17 a 31 de outubro de 1961

XXIII Congresso do PCUS	29 de março a 8 de abril de 1966
XXIV Congresso do PCUS	30 de março a 9 de abril de 1971
XXV Congresso do PCUS	24 de fevereiro a 5 de março de 1976
XXVI Congresso do PCUS	23 de fevereiro a 3 de março de 1981
XXVII Congresso do PCUS	25 de fevereiro a 6 de março de 1986
XXVIII Congresso do PCUS	2 a de julho de 1990

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rosiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017).

Planos quinquenais (1945-1990)

Nome do Plano	Período concebido	Observação
Quarto Plano Quinquenal	1946 - 1950	
Quinto Plano Quinquenal	1951 - 1955	
Sexto Plano Quinquenal	1956 - 1960	Interrompido em 1959, foi substituído em 1959 pelo "Plano Septenal"
Plano Septenal	1959 - 1965	
Oitavo Plano Quinquenal	1966 - 1970	
Nono Plano Quinquenal	1971 - 1975	
Décimo Plano Quinquenal	1976 - 1980	
11º Plano Quinquenal	1981 - 1985	
12º Plano Quinquenal	1986 - 1990	

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rosiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017).

Política Exterior

Lista de Ministros de Estado da URSS (1945-1990)

Nome	Período
Vyatcheslav Mikhailovitch Molotov	19 de março de 1946 a 4 de março de 1949
Andrey Yanuar'yevitch Vyshinskiy	4 de março de 1949 a 5 de março de 1953
Vyatcheslav Mikhailovitch Molotov	5 de março de 1953 a 1º de junho de 1956
Dmitry Trofimovitch Shepilov	1º de junho de 1956 a 15 de fevereiro de 1957
Andrey Andreyevitch Gromyko	15 de fevereiro de 1957 a 2 de julho de 1985
Eduard Amvrosievitch Shevardnadze	2 de julho de 1985 a 20 de dezembro de 1990

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rosiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017).

Lista de embaixadores soviéticos nos EUA

Nome	Período
Nikoláy Vassíl'yevitch Nóvikov	1946—1947
Aleksánder Semyónovitch Pányushkin	1947—1952
Gueórgiy Nikoláyevitch Zarúbin	1952—1958
Mikhail Alekseyevitch Mén'shikov	1958—1962
Anatóliy Fyódorovitch Dobrýnin	1962—1986

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rosiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017).

Lista de embaixadores soviéticos na RPC

Nome	Período
Apollón Aleksándrovitch Petróv	1945—1948

Nome	Período
Nikoláy Vassíl'yevitch Róshchin	1948—1952
Aleksánder Semyónovitch Pányushkin	1952 — 1953
Vassíliy Vassíl'yevitch Kuznetsóv	1953
Pável Fyódorovitch Yúdin	1953—1959
Stepán Vassíl'yevitch Tchervonenko	1959—1965
Serguéy Gueórguievitch Lápin	1965—1967
Vassíliy Serguíevitch Tólstikov	1970—1978
Il'yá Serguíevitch Shcherbakóv'	1978—1986

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rossiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017).

Lista de embaixadores soviéticos na Índia

Nome	Período	Observação
Kiríl Vasíl'yevitch Nóvikov	1947 a 29 de abril de 1953	
Iván Aleksándrovitch Benedíktov	29 de abril de 1953 a 1º de setembro de 1953	
Mikhail Alekseyevitch Mén'shikov	1º de setembro de 1953 a 26 de outubro de 1957	
Panteleymon Kondrát'yevitch Ponomaréenko	26 de outubro de 1957 a 22 de abril de 1959	
Iván Aleksándrovitch Benedíktov	22 de abril de 1959 a 12 de abril de 1967	
Nikoláy Mikhailovitch Pégov	12 de abril de 1967 a 26 de abril de 1973	
Vil Konstanínovitch Bóldyrev	1973 a 1974	Acreditado temporariamente
Víktor Fyódorovitch Mál'tsev	2 de abril de 1974 — 24 de dezembro de 1977	
Yúliy Mikhailovitch Vorontsóv	24 de dezembro de 1977 a 20 de janeiro de 1983	
Vassíliy Nazárovitch Rýkov	21 de janeiro de 1983 a 26 de agosto de 1988	

Fonte: dados brutos de Bol'shaya Rossiyskaya Entsiklopediya (2016). Elaboração própria (2017).

Quadro-resumo: Era Khrushchov (1)

Período	Polítburo	Política externa	Relações c/ EUA	Relações c/ RPC	Relações c/ Índia	Política Interna	Economia	Sociedade
1953	<ul style="list-style-type: none"> Disputa Beria x Malenkov. Fortalecimento de Malenkov e do Conselho de Ministros. Eliminação de Beri 	<ul style="list-style-type: none"> Permanência das tensões anteriores: vitória das leis americanas restritivas Explosão atômica da Bomba-H soviética 	<ul style="list-style-type: none"> Relações próximas, em avanço conforme o Tratado de Amizade. RPC insta URSS a reconhecer Vietnã do Norte. 	<ul style="list-style-type: none"> Aceus de Malenkov à aproximação com a Índia Visita de filha de Nehru a Moscou, em caráter não-oficial 	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças para melhor setor de consumo e agricultura (redução de tarifas). Aumento dos preços pagos pelo governo à produção dos kolhhozy 	<ul style="list-style-type: none"> Anistia a parte dos prisioneiros dos campos (GULAG) Substituição nas chefias nos ministérios do Interior regionais. 		
1953-1955	<ul style="list-style-type: none"> Disputa Malenkov (dominante) x Khrushchov (ascendente) 	<ul style="list-style-type: none"> Tensões ainda elevadas: adesão da RFA à OTAN e criação do Pacto de Varsóvia 	<ul style="list-style-type: none"> Avanço da cooperação técnica e comercial. Visita de Khrushchov a Pequim (1954) Cessão da base militar de Luŕhunkou à RPC e retirada de tropas soviéticas (1954) 	<ul style="list-style-type: none"> Visita de Nehru à URSS. Índia rejeita pacto de não-agressão, mas encontro ocorre com entusiasmo. Retribuição da visita por Khrushchov, no mesmo ano (1955). URSS apoia pretensões territoriais indianas sobre colônias portuguesas Início das conversações sobre cooperação em C&T, sobretudo na construção de usinas elétricas e indústrias metalúrgicas (1955) Orçamento do comércio 	<ul style="list-style-type: none"> Descentralização no planejamento econômico, com a transferência do controle de empresas para repúblicas. Apesar das intenções, o VI Plano Quinquenal manteve a ênfase no setor de transformação 	<ul style="list-style-type: none"> Transferência da Crimeia da Rússia para a Ucrânia Novas tecnologia nas forças armadas (carças equipados com sistema a-r-ar, com mísseis controlados por radar) 		
1956	<ul style="list-style-type: none"> Afastamento de Malenkov, Khrushchov torna efetivamente o poder, mas sem maioria no Polítburo 	<ul style="list-style-type: none"> Crise de Suez: EUA e URSS não estão em lados opostos (oposição à ação colonial de França e Reino Unido) EUA recusam tratado de amizade com URSS 	<ul style="list-style-type: none"> Ápice da cooperação Discurso de Khrushchov no XX Congresso do PCUS causa estranhamento no PCH. 	<ul style="list-style-type: none"> Índia não endossa condenação na ONU sobre a atuação da URSS no levante húngaro Posição indiana e soviética bastante semelhante na crise de Suez, na defesa dos direitos do Egito 	<ul style="list-style-type: none"> Perseguição a Pasternak, autor de Dr. Jivago Conclusão da primeira usina nuclear mundial, em Obninsk 			

Quadro resumo: era Khrushchov (continuação 2)

Período	Polítburo	Política externa	Relações c/ EUA	Relações c/ RPC	Relações c/ Índia	Política Interna	Economia	Sociedade
1957	<ul style="list-style-type: none"> • Compôo anti-Khrushchov falha. • Khrushchov "toma o controle" do Polítburo • Khrushchov afasta concorrentes (Jukov) 			<ul style="list-style-type: none"> • Avanço da cooperação militar, inclusive nuclear • Intensificação da cooperação em C&T, sobretudo na formação de especialistas chineses 			<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade da descentralização: eliminação dos Ministérios setoriais nacionais, incorporados pelas repúblicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do primeiro satélite artificial do mundo, o Sputnik. • Desenvolvimento do míssil intercontinental balístico
1957-1960	<ul style="list-style-type: none"> • Auge do poder de Khrushchov, e queda de algumas figuras "anti-Khrushchov" que persistiam: Bulgarin (1958) • Nomeação de Gromyko para a chefia do Ministério dos Negócios Estrangeiros. 		<ul style="list-style-type: none"> • Dégelo é colocado em prática: acordo de cooperação em C&T entre EUA e URSS (1958). • Visitas de alto nível: vice-presidente Nixon a Moscou (1958), Khrushchov aos E.U.A. (1959) • Acordo Antártico (1959) • Aumento do comércio (1959-60) 	<ul style="list-style-type: none"> • Auge da cooperação em C&T • Desconforto da URSS na Taiwan. Proposta de marinha com comando conjunto rejeitada pela RPC (1958). • Relações explicitamente tensas em 1959, com a recusa da URSS na execução do acordo nuclear. URSS neutra no conflito fronteiro sino-indiano. Visita de Khrushchov a Pequim (1959) em conjuntura "fria" 			<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da capacidade de geração de eletricidade • Avanço na produção total agrícola; expansão de novas terras aráveis (selvino) 	<ul style="list-style-type: none"> • Avanço de diversos indicadores sociais, aumento da expectativa de vida na cidade. • Intensificação do êxodo rural • Aumento da oferta de moradia urbana • Avanços no sistema de aposentadoria
1960-1962	<ul style="list-style-type: none"> • Voroshilov substituído por um quadro indolamente favorável a Khrushchov, Brejnev (1960), que ocuparia a presidência do Polítburo até 1964, quando ascenderia ao cargo de secretário-geral do Pcus 		<ul style="list-style-type: none"> • Novas tensões: avião espião americano U2 abatido na URSS (1960) • Queda do comércio (1960-62) • Crise de Berlim (1961) • Cuba aliase à URSS; crise dos mísseis (1962) 	<ul style="list-style-type: none"> • Descontinuidade de diversos projetos de cooperação pela URSS e queda do volume comercial (de 1960 em diante) • Ecoação dos primeiros artigos territoriais • Tensões temporariamente "relaxadas entre 1961 e 1962, com intermediação vietnamita • Ofertas soviéticas de cooperação militar, econômica, mas problemas internos na RPC não contribuem para a retomada de parte dos projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Neutralidade soviética no conflito sino-indiano. Assistência econômica à Índia permanece; (1962) início das vendas de armamentos soviéticos para a Índia (1961). URSS se tornou principal fornecedor já em 1962. 		<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades na economia: aumento nos preços de itens de consumo básico (1961) • Reforma monetária, com efeito de desvalorização da moeda (1961) • Dinhução no ritmo de crescimento (a partir de 1960) 	<ul style="list-style-type: none"> • Manifestações contra aumento de preços, em algumas cidades; repressão violenta, como em Novotcherlinsk

Quadro-resumo: era Khrushchov (continuação 3)

Período	Polítburo	Política externa			Política Interna	
		Relações c/ EUA	Relações c/ RPC	Relações c/ Índia	Economia	Sociedade
1962-1964	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da oposição interna a Khrushchov, sobretudo após a crise dos mísseis Breinev desinha apoio entre os mais "jóvens" do órgão, como Podgorny, Kosygin, Polyanski, Kirilenko e Voronov Afastamento em outubro de 1964, oficialmente por "razões médicas" 	<ul style="list-style-type: none"> Degelo II: criação de comunicação direta entre líderes das superpotências, retirada de mísseis soviéticos de Cuba e americanos da Turquia. (1962) Início das conversações sobre limitação de armamentos e de testes nucleares (1962) 	<ul style="list-style-type: none"> Novia espiñal de tensões Polémicas entre POUJ e PCH em sucessivos encontros de movimentos comunistas no Leste Europeu (1962) Neutalidade soviética no conflito sino-indiano (1962) enfurece Mao URSS reviu sua política de cooperação nuclear com a RPC por temer criar precedente para nuclearização da RFA pelos EUA (1963) Graves tensões fronteiriças (1963) 		<ul style="list-style-type: none"> Introdução do "princípio produtivo" que separava órgãos do partido (sobretudo nos níveis regionais) focados em agricultura ou oleoduto "Drujbi", conectando as bacias sibíricas a países do Leste Europeu. Redução da produção agrícola em 1963. País é obrigado a importar grãos, inclusive de países ocidentais 	

Quadro-resumo: Era Brejnev (1)

Período	Polítburo	Política externa	Política Interna		
1964-1970	<ul style="list-style-type: none"> Isolamento e afastamento dos indivíduos identificados com o governo anterior (Mikoyan, Krollov, Shvemiak). Afastamento de parte da "nova guarda". Congelamento do poder interno e formação da gerontocracia: os leais a Brejnev só saem em caso de morte. Brejnev e seu "grupo de Dniepropetrovsk" consolidam seu poder. Autonomia na ação política a alguns membros da cúpula, com destaque para Gromyko (relações exteriores), Sudlov (propaganda e ideologia), e Andropov (segurança interna) 	<p>Relações c/ EUA</p> <ul style="list-style-type: none"> Avanço da Diáspora. Manutenção e condução das negociações sobre o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), aberto para a adesão voluntária de outros países (1968). Criação do Instituto de EUA e Canadá (1967). Convenção consular e estabelecimento de ponte aérea entre Moscou e Nova Iorque (1968) <p>Relações c/ RPC</p> <ul style="list-style-type: none"> Agustamento das tensões sino-soviéticas Tentativa soviética de diminuir disputas. Kosygin vai a Pequim em 1965. Guerra do Vietnã não aproximou as duas diplomacias. Parte do material para apoio RDV enviada via território chinês; negado o uso de bases na RPC por aviões militares soviéticos. PCCO rompe com PCLUS (1966). Relações entre governos no menor nível possível. URSS retira seu embaixador (1967). Alocação de tropas soviéticas na fronteira com a RPC e na Mongólia (1967). Auge das tensões em 1969, com a ocorrência de conflito aberto entre as forças fronteiriças dos dois países. URSS ameaça ataque nuclear à RPC. Início das negociações de cessar-fogo e segunda visita de Kosygin a Pequim (1969). 	<p>Relações c/ Índia</p> <ul style="list-style-type: none"> URSS sedia conferência de paz entre Índia e Paquistão após o conflito entre esses países, em Tashkent (1965). Após o embargo imposto por EUA e pelo Reino Unido de 1965, Índia intensifica aquisições de armamentos da URSS. Ademais, soviéticos dispõem-se em atender demandas indianas sobre transferência de tecnologia e facilidade de pagamento. 	<p>Economia</p> <ul style="list-style-type: none"> Reformas de Kosygin (1965): empoderamento dos ministros setoriais da União (centralização) e das empresas estatais. Incorporação de sistema de orçamento baseado em custo para as empresas estatais. Reformas não prosperaram. 8º Plano (1965-1970): Meta de crescimento atingida na indústria, mas não na agricultura. Mérita de crescimento é maior do que no plano anterior. Forte investimento no setor energético, em todos os setores. Ampliação da rede de transportes. 	<p>Sociedade</p> <ul style="list-style-type: none"> Retorno do "conservadorismo" e reabilitação de Stálin. Adoção do conceito de "socialismo desenvolvido", na prática um adiantamento da implantação do comunismo no país. Permanência da ideia de "governo popular", em substituição à "ditadura do proletariado". Continuidade do processo de êxodo rural, diante da manutenção das disparidades nas condições de vida entre o campo e os grandes centros urbanos. Melhoria da maior parte dos indicadores sociais, exceto a expectativa de vida e a mortalidade infantil.

Quadro-resumo: Era Brejnev (continuação 2)

Período	Polítburo	Política externa		Política Interna		
		Relações c/ EUA	Relações c/ RPC	Relações c/ Índia	Economia	Sociedade
1970-1976	<ul style="list-style-type: none"> Afastamento de quadros que ousaram desafiar (em diferentes graus) a hegemonia do grupo de Brejnev: Shelest (1973), Voronov (1975), e Polyanskiy (1976) Gromyko é escolhido como membro do Politburo. MID passa a ter mais relevância nas questões de Estado. Auge da influência de Brejnev. 	<ul style="list-style-type: none"> Auge da Defesa. Visita de Nixon à URSS em 1971, respondida pela de Brejnev a Washington, em 1972. Assinatura de importantes documentos no regime de armamentos: Acordo sobre Misséis Ballísticos (ABMT) e as Convenções sobre Limitação de Armamentos Estratégicos (SALT-1), ambos em 1971, e início das negociações sobre o SALT-2. Previsão de cooperação entre os dois programas espaciais nacionais, que culminou na missão conjunta Apollo-Soyuz, em 1975. Intensificação do intercâmbio científico, cultural e educacional. Estabelecimento de base jurídica para intercâmbio econômico, inclusive a concessão do direito de Nação Mais Favorecida à URSS pelos EUA (1971). Esses instrumentos foram inválidos com a vigência da Lei Jackson-Vanik de 1974. Ainda assim, o comércio progrediu. 	<ul style="list-style-type: none"> URSS e RPC nomeiam embaixadores mutuamente sobre fronteira até a morte de Mao, em 1976. Retomada de algumas atividades no âmbito social e do comércio (que não recupera os índices históricos da década de 1950). Comemorações oficiais em Moscou do aniversário da RPC e do PCCn, ainda em 1971. Nível de tensão ainda elevado, com a manutenção das forças militares ao longo das fronteiras. RPC recusa proposta de pacto de não agressão com a URSS (1973). 	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura do Tratado Indo-Soviético de Amizade (1971), que previa a cessação da assistência a determinado país que atacasse uma das partes. Durante a Guerra Indo-Paquistanesa de 1971, a URSS saiu em defesa de Nova Délhi, cessando a assistência ao Paquistão. Proposta soviética de criação de um sistema de defesa coletiva no Sul da Ásia é recusado pela Índia (1973). Continuação e intensificação da cooperação econômica e tecnológica. URSS passa a ter papel fundamental na industrialização Indiana. Primeiro teste nuclear com êxito da Índia é criticado no Ocidente e na RPC, e alvo de leves críticas pela URSS (1974) 	<ul style="list-style-type: none"> 9º Plano (1971-1975): projeção de redução do ritmo de crescimento geral; a indústria continuou a crescer mais do que a agricultura, que ficou bastante aquém da meta. Reformas econômicas parciais e lentamente revertidas. Crescimento exponencial da indústria de gás e petróleo, beneficiada com a maturação dos investimentos. Avanço de complexos produtivos territoriais, com destaque para a Sibéria e para Extremo Oriente. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento das taxas de natalidade, mas continuidade da queda na expectativa de vida.

Quadro-resumo: Era Brejnev (continuação 3)

Período	Polítburo	Política externa		Política Interna		
		Relações c/ EUA	Relações c/ RPC	Relações c/ Índia	Economia	Sociedade
1976-1979	<ul style="list-style-type: none"> Problemas de saúde de Brejnev afetam a condução da política no alto escalão Fortalecimento da nova triade dentro do Politburo (Gromyko – Ustinov – Andropov) Emergência paulatina de uma geração mais jovem em posições centrais no governo e no partido, mas ainda não no Politburo. 	<ul style="list-style-type: none"> Declínio da Détente. Constantes críticas dos EUA à URSS por conta da situação das falhas na proteção dos direitos humanos pela última. Condição e assinatura do SALT-2, em 1979. 	<ul style="list-style-type: none"> Dirigentes soviéticos mais confiantes na normalização das relações após a morte de Mao. Casação das publicações críticas à China na imprensa soviética (1976). Mas as disputas permanecem. Proposta soviética de declarações de princípios para as relações bilaterais recusadas pela China. (1977) Disputas geopolíticas entre os dois países no Sudeste Asiático. China ataca Vietnã, aliado regional soviético, em 1979, e decide não estender o tratado de amizade com a URSS de 1950, que expirava em 1980. Política chinesa antissoviética estende-se a outras regiões (Afeganistão, Angola, Chifre da África etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> Ascensão do partido oposicionista Janata na Índia busca acenar o papel do país como não-alinhado e autônomo. Mas ao assumir o poder, Desai confirmou compromissos com a URSS, visitando Moscou antes de Washington, em 1977. Concessão de créditos adicionais pela URSS à Índia para projetos de modernização econômica. (1977) Índia busca diversificar seus fornecedores e reduzir predomínio soviético. Reino Unido vota a ser relevante nessa esfera. Índia rejeita ideia de instalação de base militar soviética em seu território. (1978) 	<ul style="list-style-type: none"> 10º Plano (1976-1980): além da desaceleração econômica esperada, as metas da indústria e da agricultura, as metas não foram cumpridas. 	<ul style="list-style-type: none"> Nova Constituição (1977) confirma noção de "governo popular".

Quadro-resumo: Era Brejnev (continuação 4)

Período	Polítburo	Política externa		Política Interna		
		Relações c/ EUA	Relações c/ RPC	Relações c/ Índia	Economia	Sociedade
1979-1985	<ul style="list-style-type: none"> “Jovem guarda” adentra o Politburo: Romanov (1976), Gorbachov (1980), Aliyev (1982) e Vorotnikov (1983) Interregno De Andropov (1982-84): nova geração acelera seu avanço no poder, mas o CMI mantém a predominância. Tchernenko (1984-85): Gorbachov retém sagrada posição no governo. efêmero “Nedbrejnevismo”. 	<ul style="list-style-type: none"> Recrudescimento das relações bilaterais (“Nova Guerra Fria”) SALT-2 rejeitado no Congresso dos EUA (1979) Tensões na Europa: reposicionamento de mísseis americanos de médio-alcance, reciprocado pela URSS (1981). Abraçantes exercícios militares do Pacto de Varsóvia (Zapad-81). EUA não lograram barrar a construção de gasodutos entre a URSS e a Europa Ocidental. Iniciativa de Defesa Estratégica dos EUA respondido pela URSS com a reconcentração de forças na Europa Oriental e com o abandono das negociações sobre redução de mísseis de médio-alcance. A partir de 1984, tensões consideravelmente reduzidas. Restabelecimento das conversações sobre desarmamento e não-militarização do espaço. 	<ul style="list-style-type: none"> Lenta normalização. Exigências chinesas de retirada de tropas soviéticas da Mongólia e do Afeganistão e fim da assistência militar ao Vietnã, rejeitadas pela URSS. (1980) Redução das polémicas bilaterais regulares (1982). China cessa de qualificar URSS como “social-imperialista”. Início das reuniões bilaterais regulares (1981). Ampliação da corrente comercial e das trocas culturais e científicas, e estabelecimento de projetos conjuntos específicos. Interregno Andropov: sem alterações significativas, continuidade do difícil processo de normalização. 	<ul style="list-style-type: none"> Retorno ao poder do CMI visto positivamente em Moscou (1980). Índia minimiza intervenção soviética no Afeganistão, e crítica apoio aos mujahidins dado por RPC, EUA e Paquistão. Visita de Brejnev à Índia (1980). Acordos comerciais assinados, que previam fornecimento de petróleo à Índia. 	<ul style="list-style-type: none"> 11º Plano (1981-1985): metas para a indústria e para a agricultura não cumpridas, além de nova redução no ritmo de crescimento. URSS como a melhor produtora mundial de petróleo e gás no final do período. Início do projeto do sistema Soyuz de gasodutos, voltado para a Europa Ocidental. Choque do petróleo beneficiou a URSS, que acumulava crescentes montantes em moedas convertíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Interregno Andropov: reformas para aprofundar o socialismo.
1979-1985 (cont.)						

ANEXO A - ECONOMIA E SOCIEDADE

Dados gerais sobre a economia nacional da URSS (índice para cada ano com base em 100 do ano imediatamente anterior) (1)

Ano	Renda Nacional Produzida	Produção Industrial	Produção de bens industriais (Grupo "A")	Produção de bens de consumo (Grupo B)	Produção Agrícola Bruta	Número de Trabalhadores e de Funcionários	Renda Real per capita
1952	110,9	111,6	112,2	110,7	108,7	103,6	107,4
1953	109,5	112	111,8	112,4	102,9	103,5	113,5
1954	112,2	113,3	113,5	112,9	105,1	108,2	113,5
1955	111,9	112,5	114,9	108,3	111	102,3	100,9
1956	111,3	110,6	111,3	109,3	113,5	103,2	105,9
1957	107	110	111	108,2	103,1	105	118,7
1958	112,4	110,3	114,4	108,1	110,8	102,8	105,9
1959	107,5	111,4	112,2	109,8	100,4	103,3	101,8
1960	107,7	109,5	110,8	107,1	102,2	107,2	106,4
1961	106,8	109,1	110,3	106,8	103	106,2	101,6
1962	105,7	109,7	110,8	107,4	101,2	103,7	103,2
1963	104	108,1	109,4	105,1	92,5	103,3	101,4
1964	109,3	107,3	108,8	103,9	114,5	103,9	104,8
1965	106,9	108,7	108,9	108,3	101,9	105	106,8
1966	108,1	108,7	109,2	107,4	108,7	103,6	105,9
1967	108,6	110	110,1	109,9	101,5	103,2	106,7
1968	108,3	108,3	108,3	108,5	104,5	103,4	106
1969	104,8	107,1	107	107,3	96,7	103,3	105,5
1970	109	108,5	108,3	108,9	110,1	102,6	105,6
1971	105,6	107,7	107,8	107,7	101,1	102,9	104,5
1972	103,9	106,5	106,8	105,7	96	102,6	104
1973	108,9	107,5	108,2	105,7	116	102,3	105
1974	105,4	108	108,4	107	97,3	102,4	104
1975	104,5	107,5	107,9	106,5	94,8	102,4	104,5
1976	105,9	104,8	105,5	103	106,2	102	103,7
1977	104,5	105,7	105,8	105,2	104,3	102,1	103,5
1978	105,1	104,8	105,1	104,1	102,6	102,1	103
1979	102,2	103,4	103,4	103,3	96,8	101,8	103
1980	103,9	103,6	103,6	103,5	98	101,7	103,7
1981	103,3	103,4	103,3	103,5	98,9	101,3	103,3
1982	104	102,9	102,7	103,5	105,4	101,1	100,1
1983	104,2	104,2	104,2	104,3	106,2	100,8	102
1984	102,9	104,1	104,1	104,1	100,2	100,7	102,7
1985	101,6	103,4	103,5	103	100,2	100,6	101,1

Fonte: dados brutos de Narkhoz (1990) apud ANNUAL... (2000). Elaboração própria (2017).

(1): o número corresponde ao índice em relação ao ano imediatamente anterior. Assim, o número 109,5 para a renda nacional produzida em 1953 toma o ano de 1952 com base em 100. Assim, o índice de 109,5 significa um crescimento econômico de 109,5 subtraído por 100, ou seja, 9,5.

Evolução da expectativa de vida ao nascer (1958-1987)

Período	Total	Homens	Mulheres	Período	Total	Homens	Mulheres
1958— 1959	68,6	64,4	71,7	1974— 1975	68,8	63,7	73,1
1960— 1961	69,5	65,3	72,7	1976— 1977	68,1	62,9	72,6
1962— 1963	69,6	65,4	72,8	1978— 1979	67,9	62,5	72,6
1964— 1965	70,4	66,1	73,8	1980— 1981	67,7	62,3	72,5
1966— 1967	70,2	65,7	73,8	1982— 1983	68,2	62,8	73
1968— 1969	69,8	64,9	73,7	1984— 1985	68,1	62,9	72,7
1970— 1971	69,4	64,5	73,5	1985— 1986	69	64,2	73,3
1972— 1973	69,3	64,4	73,4	1986— 1987	69,8	65	73,8

Fonte: adaptação de brutos de Gosstat (1988).

Taxas de natalidade, mortalidade e crescimento natural (a cada 1000 pessoas)

Ano	Taxa de natalidade			Taxa de mortalidade			Crescimento natural		
	População total	Urbana	Rural	População total	Urbana	Rural	População total	Urbana	Rural
1953	25,1	23,9	26	9,1	8	9,9	16	15,9	16,1
1954	26,6	25,1	27,8	8,9	7,8	9,8	17,7	17,3	18
1955	25,7	23,5	27,4	8,2	7,3	8,9	17,5	16,2	18,5
1956	25,2	22,3	27,5	7,6	6,8	8,2	17,6	15,5	19,3
1957	25,4	22,4	27,9	7,8	7	8,5	17,6	15,4	19,4
1958	25,3	22,5	27,9	7,2	6,7	7,7	18,1	15,8	20,2
1959	25	22	27,9	7,6	7	8,3	17,4	15	19,6
1960	24,9	22,1	27,7	7,1	6,7	7,6	17,8	15,4	20,1
1961	23,8	21,3	26,3	7,2	6,7	7,6	16,6	14,6	18,7
1962	22,4	20,1	24,7	7,5	0,9	8,2	14,9	13,2	16,5
1963	21,1	18,7	23,7	7,2	6,7	7,7	13,9	12	16
1964	19,5	17,5	21,8	6,9	6,5	7,4	12,6	11	14,4
1965	18,4	16,3	20,8	7,3	6,8	7,9	11,1	9,5	12,9
1966	18,2	16,2	20,5	7,3	6,8	7,9	10,9	9,4	12,6
1967	17,3	15,6	19,4	7,6	7	8,3	9,7	8,6	11,1
1968	17,2	15,6	19,1	7,7	7,2	8,3	9,5	8,4	10,8
1969	17	15,9	18,4	8,1	7,6	8,8	8,9	8,3	9,6
1970	17,4	16,4	18,7	8,2	7,6	9,1	9,2	8,8	9,6
1971	17,8	16,9	19,1	8,2	7,6	9,1	9,6	9,3	10
1972	17,8	17	18,9	8,5	7,7	9,6	9,3	9,3	9,3
1973	17,6	16,7	18,8	8,7	7,9	9,8	8,9	8,8	9
1974	18	17,1	19,4	8,7	7,9	9,9	9,3	9,2	9,5
1975	18,1	17,2	19,6	9,3	8,3	10,8	8,8	8,9	8,8

Fonte: dados brutos de Gosstat (1988). Elaboração própria (2017).

Relações comerciais entre URSS e EUA (em milhões de rublos convertíveis)

Ano	Exportações soviéticas para os EUA	Importações soviéticas dos EUA	Total	Ano	Exportações soviéticas para os EUA	Importações soviéticas dos EUA	Total
1952	15,8	0,4	16,2	1969	54,5	105,1	159,6
1953	14,8	0,4	15,2	1970	57,8	103,1	160,9
1954	14,2	0,5	14,7	1971	54,4	129,2	183,5
1955	21,4	0,5	21,9	1972	65	385	450
1956	24,5	3,9	28,4	1974	177,3	564,9	742,2
1957	14,4	9,1	23,5	1975	137,4	1462,1	1599,5
1958	23,5	4,2	27,7	1976	198,7	2006,8	2205,5
1959	23,1	16	39,1	1977	271,6	1256,3	1527,9
1960	22,2	53,9	76,1	1978	255,3	1599,9	1855,2
1961	21,9	45,6	67,5	1979	350,2	2486,9	2837,1
1962	15,7	24,3	40	1980	151	1351,5	1502,5
1963	22,3	25,1	47,4	1981	183,4	1662	1845,4
1964	18,6	146,3	164,9	1982	154,8	2088,4	2243,2
1965	31	58,2	89,2	1983	330,5	1570	1900,5
1966	42	57	99	1984	305,9	2829	3134,9
1967	35,4	56,3	91,7	1985	326,1	2376,4	2702,5
1968	38,6	50,9	89,5				

Fontes: dados brutos de União Soviética (1967; 1969; 1971; 1972; 1976; 1982; 1984; 1986). Elaboração própria (2016)

Relações comerciais entre URSS e RPC (em milhões de rublos convertíveis)

Ano	Exportações soviéticas para a RPC	Importações soviéticas da RPC	Total	Ano	Exportações soviéticas para a RPC	Importações soviéticas da RPC	Total
1952	498,8	372,4	871,2	1968	53,4	33	86,4
1953	627,8	427,2	1055	1969	25	26,1	51,1
1954	683,4	520,5	1203,9	1970	22,4	19,5	41,9
1955	673,5	579,2	1252,7	1971	70,1	68,6	138,7
1956	659,7	687,8	1347,5	1974	108,4	105,5	213,9
1957	489,7	664,3	1154	1975	93,1	107,8	200,9
1958	570,6	793,1	1363,7	1976	179,8	134,6	314,4
1959	859,1	990,3	1849,4	1977	118,4	130,1	248,5
1960	735,4	763,3	1498,7	1978	163,8	174,9	338,7
1961	330,6	496,3	826,9	1979	175,2	157,3	332,5
1962	210,1	464,7	674,8	1980	169,6	147	316,6
1963	168,5	371,7	540,2	1981	82,6	94,2	176,8
1964	121,8	282,8	404,6	1982	120,1	103,4	223,5
1965	172,5	203	375,5	1983	255,6	232,6	488,2
1966	157,8	128,8	286,6	1984	467,9	509,9	977,8
1967	45,3	51	96,3	1985	778,8	826,1	1604,9

Fontes: dados brutos de União Soviética (1967; 1969; 1971; 1972; 1976; 1982; 1984; 1986). Elaboração própria (2016).

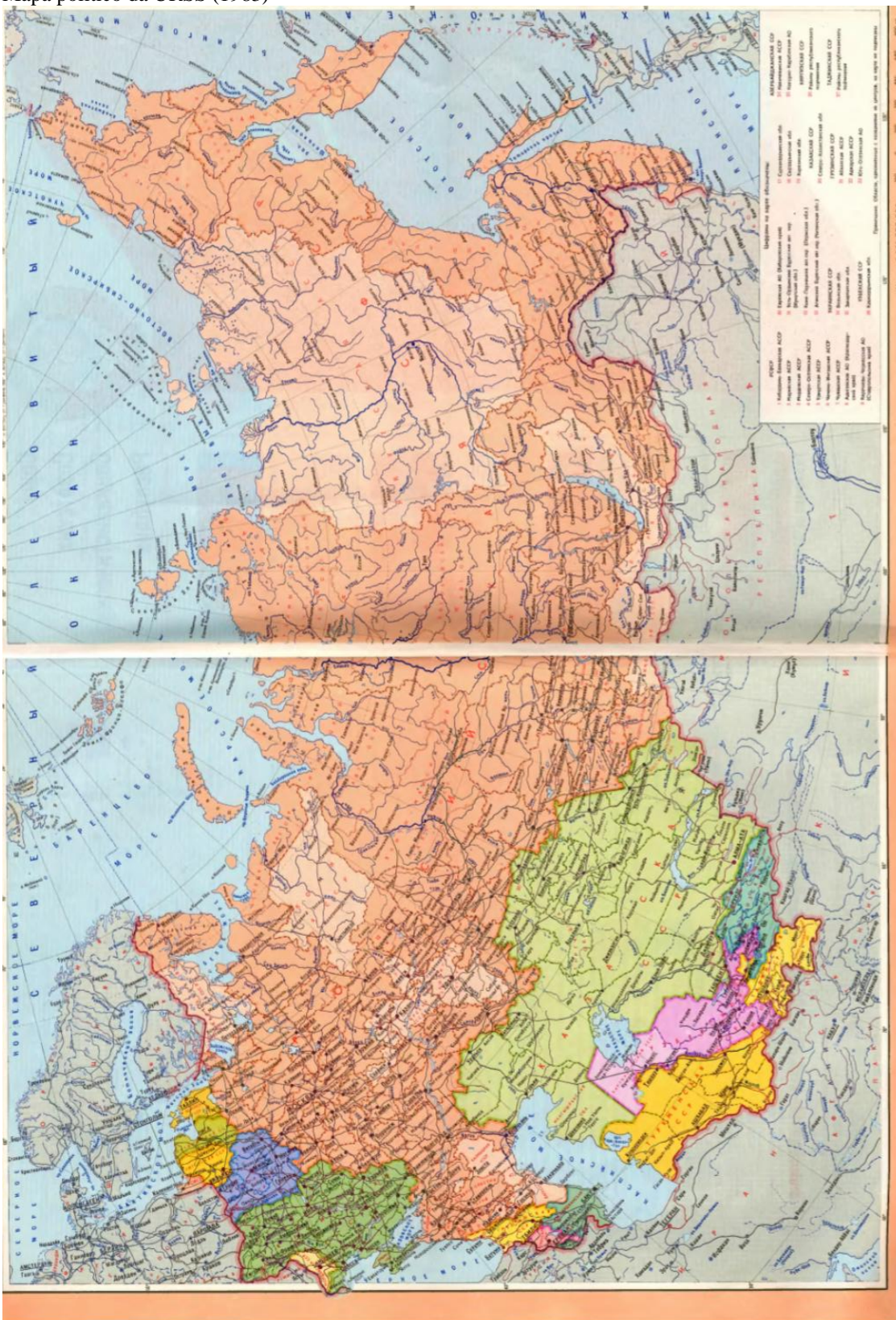
Relações comerciais entre URSS e Índia (em milhões de rublos convertíveis)

Ano	Exportações soviéticas para a Índia	Importações soviéticas da Índia	Total	Ano	Exportações soviéticas para a Índia	Importações soviéticas da Índia	Total
1952	0,3	6,9	7,2	1968	165	161,6	329,6
1953	0,9	0,8	1,7	1969	154,2	199,3	353,5
1954	2,2	7,4	9,6	1970	122,3	242,6	364,9
1955	6,6	4	10,6	1971	116,3	255,8	372,1
1956	36,4	16,5	52,9	1974	269,4	346,1	615,5
1957	76,2	37,8	114	1975	292,1	393,5	685,6
1958	117	45,8	162,8	1976	271	376,5	647,5
1959	61,2	54,5	115,7	1977	360,8	565,2	926
1960	42,4	61,6	104	1978	364,1	407,3	771,4
1961	85,9	60,2	146,1	1979	525,1	510	1035,1
1962	112,3	64,5	176,8	1980	861,2	878,6	1739,8
1963	199,7	85,3	285	1981	1064,1	1333,8	2397,9
1964	211,3	140,3	351,6	1982	1040,2	1473,8	2514
1965	193,5	169,4	362,9	1983	1271,6	1051	2322,6
1966	174	172	346	1984	1537,5	1272	2809,5
1967	146,2	162,7	308,1	1985	1572,6	1499,6	3072,2

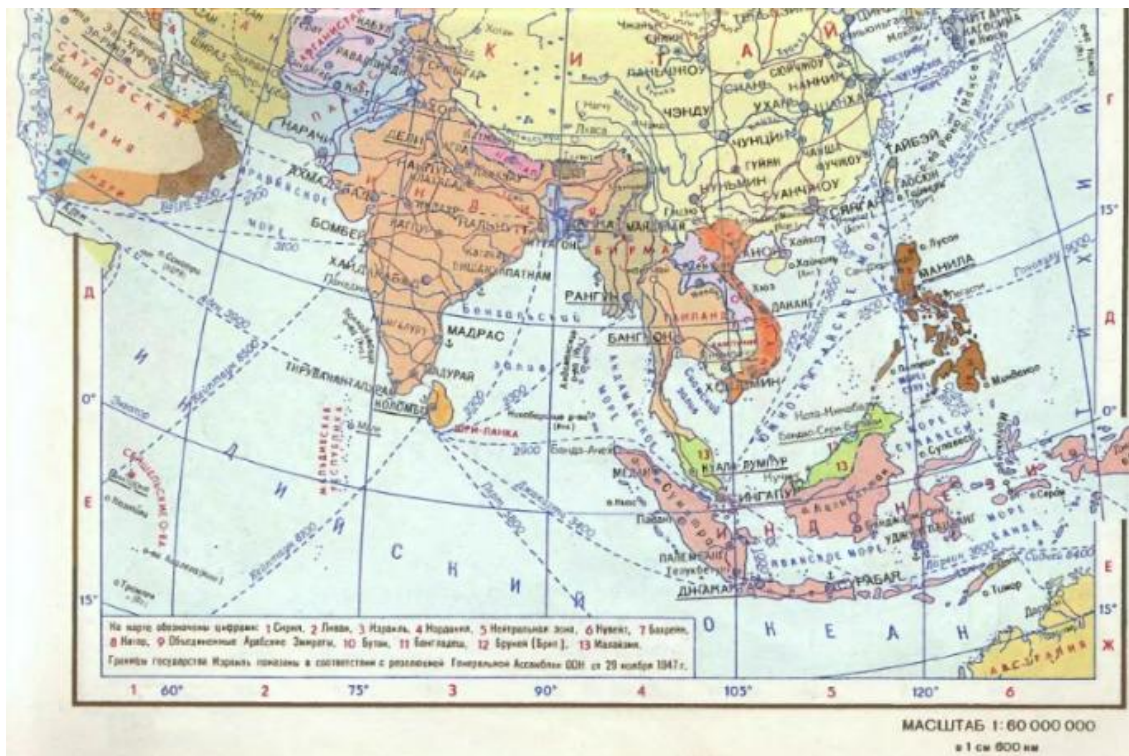
Fontes: Dados brutos de União Soviética (1967; 1969; 1971; 1972; 1976; 1982; 1984; 1986). Elaboração própria (2016)

ANEXO B – MAPAS

Mapa político da URSS (1983)



Fonte: Conselho de Ministros da URSS (1983).
Mapa soviético da Ásia Meridional (1975)



Comentário: o mapa demonstra a disposição das fronteiras nacionais do Sul e do Leste asiático conforme a cartografia soviética, que por sua vez endossa a posição indiana nas disputas territoriais com o Paquistão e com a RPC. Nesse mapa, um ponto interessante é a contiguidade entre os territórios da Índia e do Afeganistão, inviabilizando-se, pois, a comunicação direta por terra entre a RPC e o Paquistão. Nos mapas russos mais atuais, essa disposição mantém-se.

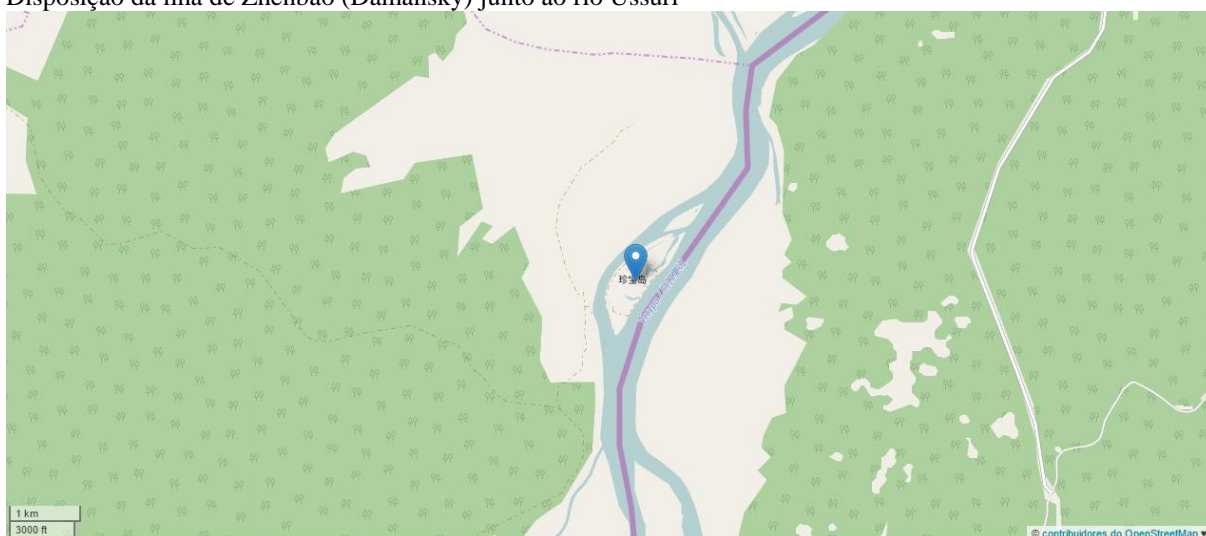
Fonte: Direção Central de Geodésia e Cartografia do Conselho de Ministros da URSS, 1975, p. 86.

Localização da Ilha de Zhenbao / Damansky no atual território da China



Fonte: Open Street Map, 2016.

Disposição da ilha de Zhenbao (Damansky) junto ao rio Ussuri



Comentário: à esquerda, o território chinês, ao qual pertence atualmente a totalidade a Ilha de Zhenbao / Damansky; à direita, o território russo. Entre os dois territórios, demarca-se a linha de fronteira em púrpura, e o espaço correspondente ao Rio Ussuri, em azul.

Fonte: Open Street Map, 2016.